JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Camara Municipal de Poconé 5
Camara Municipal de Rondolândia 5
Camara Municipal de São José do Povo 6
Camara Municipal de Tabaporã 6
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 7
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 15
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 15
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 15
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 16
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 16
Prefeitura Municipal de Acorizal 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 17
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 17
Prefeitura Municipal de Alto Garças 18
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 21
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 22
Prefeitura Municipal de Apiacás 22
Prefeitura Municipal de Araputanga 36
Prefeitura Municipal de Aripuanã 38
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 51
Prefeitura Municipal de Cáceres 51
Prefeitura Municipal de Campinápolis 71
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 76
Prefeitura Municipal de Campo Verde 81
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 83
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 84
Prefeitura Municipal de Canarana 89
Prefeitura Municipal de Carlinda 92
Prefeitura Municipal de Castanheira 97
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 98
Prefeitura Municipal de Cláudia 99
Prefeitura Municipal de Colniza 100
Prefeitura Municipal de Comodoro 121
Prefeitura Municipal de Confresa 121
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 127
Prefeitura Municipal de Diamantino 130
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 130
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 131
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 135
Prefeitura Municipal de General Carneiro 135
Prefeitura Municipal de Itanhangá 144
Prefeitura Municipal de Jaciara 152
Prefeitura Municipal de Jangada 154
Prefeitura Municipal de Jauru 154
Prefeitura Municipal de Juara 154
Prefeitura Municipal de Juruena 158
Prefeitura Municipal de Juscimeira 159
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 160

Prefeitura Municipal de Marcelândia 161
Prefeitura Municipal de Matupá 162
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 167
Prefeitura Municipal de Nobres 167
Prefeitura Municipal de Nortelândia 168
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 175
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 176
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 180
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 181
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 182
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 182
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 183
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 202
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 202
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 203
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 203
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 205
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 206
Prefeitura Municipal de Paranatinga 206
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 209
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 212
Prefeitura Municipal de Poconé 212
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 215
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 217
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 220
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 220
Prefeitura Municipal de Poxoréu 220
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 224
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 235
Prefeitura Municipal de Rio Branco 235
Prefeitura Municipal de Rondolândia 236
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 237
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 238
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 238
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 238
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 239
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 242
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 245
Prefeitura Municipal de São José do Povo 252
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 255
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 255
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 255
Prefeitura Municipal de Tabaporã 258
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 261
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 263
Prefeitura Municipal de Tesouro 269
Prefeitura Municipal de Torixoréu 269
Prefeitura Municipal de União do Sul 281
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 283
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 283
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 290
Prefeitura Municipal de Vila Rica 293

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE 005/2019

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE 005/2019

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório CONVITE 005/2019, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LEVANTAMENTO DE DADOS E PRODUÇÃO DE RELATÓRIO REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS – LEI Nº 12.305/2010 NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO, ESTIMADO EM 100 (CEM) HORAS, PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO, EM REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS"**, que Declara como vencedora a empresa **VV CABRAL CONSULTORIA-ME CNPJ 18.071.017/0001-03.**

Cuiabá (MT), 12 de Novembro de 2019.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente comissão permanente licitação

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 209/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

Considerando *o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 3095, de 11 de novembro de 2019, desta Casa Legislativa;*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor de carreira da Câmara Municipal de Cáceres-MT, relacionado abaixo, **EVOLUÇÃO FUNCIONAL** na carreira, obedecendo aos critérios de Progressão para cada Classe e Nível com base na Lei Complementar nº 120 de 21 de dezembro de 2017:

Mat. Nº	Funcionário	Admissão	Classe – Nível Atual	Classe – Nível Destino
539	CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA	11/11/2015	B – 02	B – 03
545	CLAUDIO ARVELINO SONAQUE	11/11/2015	B – 02	B – 03
544	DEZENIR APARECIDA DE SOUZA FRANÇA	11/11/2015	B – 02	B – 03
546	EMANUELLE EVELLINN DOS PASSOS ANICETO	11/11/2015	B – 02	B – 03
534	GLEISON DA SILVA SOUZA	11/11/2015	B – 02	B – 03
547	HENRIQUE BARCELOS MORAES	11/11/2015	B – 02	B – 03
537	ISRAEL MENDES DE SOUZA	11/11/2015	B – 02	B – 03
533	JEFFERSON BLUN	11/11/2015	B – 02	B – 03
532	JOEL DA SILVA BENEVIDES	11/11/2015	B – 02	B – 03
536	JOEL XAVIER DO NASCIMENTO	11/11/2015	B – 02	B – 03
542	LUCAS PINHEIRO SPOSITO	11/11/2015	B – 02	B – 03
540	NICOLAS MURTINHO RAMOS	11/11/2015	B – 02	B – 03
541	ULISSES ALVES SOUZA	11/11/2015	B – 02	B – 03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 11 de novembro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO N° 53 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"*Susta o Decreto nº 291, de 29 de julho de 2014, que trata da jornada de trabalho em regime de revezamento no âmbito da Prefeitura Municipal de Cáceres e estabelece outras providências.*"

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *tendo em vista as prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo artigo 25, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, bem como o artigo 3º, do seu Regimento Interno, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Cáceres aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:*

Art. 1º Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal de 1988, c/c o inciso XXIV, do artigo 25, da Lei Orgânica Municipal, o Decreto Municipal nº 291, de 29 de julho de 2014, que trata da jornada de trabalho em regime de revezamento no âmbito da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 05 de novembro de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Wagner Sales do Couto (Barone)

Vice-presidente

Claudio Henrique Donatoni

1º Secretário

Elza Basto Pereira

2ª Secretária

Domingos Oliveira dos Santos

Tesoureiro

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 037/2019

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 5(cinco) dias, computados a partir do dia 04 de novembro de 2019, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIA	PERÍODO AQUISITIVO
ROSELI INES LUSA	05	27/11/2016 a 26/11/2017

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 04 de novembro de 2019.

Vanilton de Paula Silva

Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 042/2019

P O R T A R I A Nº 042/2019

A Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E,

Art. 1º Nomear os Funcionários **JOCENISIO MARCELINO DA SILVA, CLAUDIVAN DUARTE SILVA E RENATO LÚCIO DA CONCEIÇÃO E SILVA**, para integrar a Comissão de Avaliação de Bem Móveis e a Comissão Especial de recebimento de material adquiridos por meio de Procedimento Licitatório.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão terá como competências:

I – Oferecer laudo de avaliação sobre o veículo I/NISSAN SENTRA 20S FLEX, ano Fab: 2012 ano Mod. 2013, RENAVAM 498432408, Placa OBL9499, Chassi: 3N1AB6AD4DL604472, Cor Prata, bicombustível (etanol/gasolina) de propriedade da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso e receber o veículo automotor adquirido por meio de Procedimento Licitatório;

II – Receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o produto entregue e/ou recebido pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;

III – Rejeitar o produto sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente;

IV – Expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição do produto;

V – Receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;

VI – Rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;

VII – Remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.

Art. 3º Determinar que nenhum produto deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA/PUBLICADA/CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 12 de novembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
NOTIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO 002/2019

NOTIFICAÇÃO

REPRESENTAÇÃO: 002/2019

COMISSÃO PROCESSANTE: 001/2019

REPRESENTANTE: Gilberto Aguiar Peixoto

REPRESENTADOS: LINDOMAR FERREIRA DA COSTA, MANOEL AMARAL NETO, DORIZETE QUIRINO, ROMILSON DA LUZ NOGUEIRA, VALDECIR MONTEIRO LIMA e MARIA MADALENA FELICIANO

A Comissão Processante, por meio de seus membros abaixo assinados, reunida, resolveu deliberar da seguinte forma, e requerer do Presidente da Câmara de Vereadores de Rondolândia que seja submetida ao Plenário.

A partir da Denúncia apresentada por Gilberto Aguiar Peixoto foi instaurada a Comissão Processante 001/2019, conforme previsto no Art. 5°, inciso II do Decreto-Lei n° 201/1967.

O Plenário desta Casa decidiu por receber a Denúncia apresentada, e ato contínuo a Comissão foi composta pelos membros que ao final assinam.

Por mandamento legal, o Regimento Interno desta Casa de Leis preceitua 15 (quinze) dias para apresentação de Defesa Prévia, nos termos de seu art. 78, parágrafo primeiro, pelo que, FICAM NOTIFICADOS, Vossas Excelências, servindo esta para cientificá-los da existência da Denúncia 002/2019 e notificação para apresentação de Defesa Prévia, se assim entenderem.

Por fim, oportuno lembrar que, em atenção ao Art. 5º, III, Decreto-Lei 201/1967, estando ausente do Município o Denunciado, a Notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.

Desta feita, ficam VOSSAS EXCELÊNCIAS notificadas, para, querendo, apresentar defesa prévia, cujo prazo corre em dias úteis, nos moldes do art. 207, do Regimento Interno.

Rondolândia-MT, 01 de novembro de 2019.

LÍGIA NEIVA Presidente da Comissão**ADRIANA OLIVEIRA BARROSO** relatora **JOAQUIM DA CRUZ NOGUEIRA**Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
NOTIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO 001/2019

NOTIFICAÇÃO

REPRESENTAÇÃO: 001/2019

COMISSÃO PROCESSANTE: 001/2019

REPRESENTANTE: Gilberto Aguiar Peixoto

REPRESENTADOS: LINDOMAR FERREIRA DA COSTA, MANOEL AMARAL NETO, DORIZETE QUIRINO, ROMILSON DA LUZ NOGUEIRA, VALDECIR MONTEIRO LIMA e MARIA MADALENA FELICIANO

A Comissão Processante, por meio de seus membros abaixo assinados, reunida, resolveu deliberar da seguinte forma, e requerer do Presidente da Câmara de Vereadores de Rondolândia que seja submetida ao Plenário.

A partir da Denúncia apresentada por Gilberto Aguiar Peixoto foi instaurada a Comissão Processante 001/2019, conforme previsto no Art. 5°, inciso II do Decreto-Lei n° 201/1967.

O Plenário desta Casa decidiu por receber a Denúncia apresentada, e ato contínuo a Comissão foi composta pelos membros que ao final assinam.

Por mandamento legal, o Regimento Interno desta Casa de Leis preceitua 15 (quinze) dias para apresentação de Defesa Prévia, nos termos de seu art. 78, parágrafo primeiro, pelo que, FICAM NOTIFICADOS, Vossas Excelências, servindo esta para cientificá-los da existência da Denúncia 001/2019 e notificação para apresentação de Defesa Prévia, se assim entenderem.

Por fim, oportuno lembrar que, em atenção ao Art. 5º, III, Decreto-Lei 201/1967, estando ausente do Município o Denunciado, a Notificação far-se-á

por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.

Desta feita, ficam VOSSAS EXCELÊNCIAS notificadas, para, querendo, apresentar defesa prévia, cujo prazo corre em dias úteis, nos moldes do art. 207, do Regimento Interno.

Rondolândia-MT, 01 de novembro de 2019.

LÍGIA NEIVA

Presidente da Comissão

ADRIANA OLIVEIRA BARROSO

relatora

JOAQUIM DA CRUZ NOGUEIRA

Membro

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 015/2.019

Dispõe sobre, BAIXA DE BENS MÓVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, Vereador **IVANILDO VILELA DA SILVA**, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que o controle de materiais permanentes é efetuado pelo Setor de Patrimônio;

CONSIDERANDO a necessidade de organização, doação e registro do patrimônio do Poder Legislativo do Município de São José do Povo – MT;

RESOLVE

ARTIGO 1° - Ficam decretados doados como Bens móveis, os bens mobiliários descritos abaixo, pertencentes a Câmara Municipal de São José do Povo-MT, por não possuir utilização mais nesta Casa de Leis.

Bebedouro D'água Belliere, com o número de Patrimônio **111**, e vasilhame para bebedouro d'água plaqueta **nº 122**, por se encontrarem em desuso na Câmara Municipal de São José do Povo-MT, para a Instituição **INDEA** de São José do Povo-MT. Ar condicionado Springer Elgin Frio Rotativo/mca 5bb, 200 W – 10 mil Btus, com o número de Patrimônio 193, por se encontrar em desuso na Câmara Municipal de São José do Povo-MT, para a Instituição **EMPAER** de São José do Povo - MT Ar condicionado Consul Frio – 7.500 mil e quinhentos Btus, com o número de Patrimônio **280**, por se encontrar em desuso na Câmara Municipal de São José do Povo-MT, para a **SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL** de São José do Povo-MT.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

São José do Povo, 11 de novembro de 2.019.

RG: M2992037 SSP/MG

CPF: 491.256.216-53

IVANILDO VILELA DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume,

Na data supra.

Rua João Francisco Duarte, 715 – Centro – CEP 78.773-000 – Fone/Fax (66) 3494-1199

CNPJ: 32.972.440/0001-05 – E-mail: câmara_sjp@hotmail.com

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº016/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº016/2019

A Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhora Laurita Jose de Souza Silva, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 11:00 dás 13:00 ás 17:00, a quem interessar possa os Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT**, mês de **Outubro** 2019 do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 12 de Novembro 2019.

LAURITA JOSE DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECISÃO ASSUNTO: SUSPENSÃO PARA DILIGÊNCIA DESTE PREGOEIRO EM PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 – EM RELAÇÃO A EXEQÜIBILIDADE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS VENCEDORAS DO O

Considerando o parecer nº 127/2019 oriundo douta Procuradoria Geral;

Considerando o princípio da legalidade insculpido aqui através das regras contidas no edital, bem como nos diplomas legais: Lei 8.666/93, artigo 40, §2º, artigo 44, artigo 48, §1º, Decreto Federal 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013, artigos 5º, IV e artigo 9º, XI;

Considerando ainda, que os documentos apresentados pelas licitantes, dentre os quais: contratos com outras empresas, notas fiscais, planilha de formação de custos, relatórios de índices de liquidez, verifica-se que tais documentações são hábeis a comprovar que a empresa detém capacidade para exequir a proposta apresentada.

Diante disso, decido **favorávelmente** ao prosseguimento do presente processo licitatório com a abertura dos documentos de habilitação das licitantes classificadas para o lote 1 e lote 2.

Determino que no **DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 08h30m (horário local)**, sito a Av. Alzira Santana, nº. 1.741, Bairro: Água Limpa, CEP: 78.135-641 – Várzea Grande/MT, reunir-se-ão na sala de Licitação e Compras, com a finalidade de dar continuidade ao certame com a abertura do envelope de habilitação. Poderão participar da continuidade deste procedimento licitatório as empresas já credenciadas na sessão do dia 10 de outubro do corrente ano. Ressalto que será assegurado o direito de recurso no momento pertinente e cabível conforme legislação vigente.

Várzea Grande, 12 de Novembro de 2019.

Ivan Sebastião da Silva

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2019

A Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representada pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, em conformidade com a normas constantes da Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 com suas modificações, no **DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 08h30m (horário local)**, sito a Av. Alzira Santa-

na, nº. 1.741, Bairro: Água Limpa, CEP: 78.135-641 – Várzea Grande/MT, na sala de Licitação e Compras. Com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação, **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na confecção e impressão de materiais gráficos diversos e de serviços de comunicação visual, visando atender a demanda da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT,** conforme especificações e condições técnicas constantes no Edital e no Anexo I - Termo de Referência. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h00 às 13h00 (horário local), ou solicitar pelo e-mail: **licitacaocmvg@hotmail.com** como também acessar através do site: **www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/transparência**

Várzea Grande/MT, 12 de novembro de 2019

Ivan Sebastião da Silva

Pregoeiro- Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2019/CIDESAT

Processo Licitatório Nº 09/2019

Pregão Presencial Registro de Preços n° 06/2019

O **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Marechal Dutra, nº 248, Bairro JD. Zeferino I, na cidade de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.979.143/0001-07, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, considerando o julgamento do **Pregão Presencial Registro de Preços Nº 06/2019** e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **LIMA E COLARINO LTDA, CNPJ 32.935.181/0001-34**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis ns 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos nsº 3.931/2001 e 5.450/2005. O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto ade Produtos Alimentícios, Higiene e Limpeza, Descartáveis e outros, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal,conforme discriminado no Termo de Referência no Anexo I do Edital, por um período de 12 meses, e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

1.1 Itens, quantitativos e preços conforme resultado do Pregão Presencial Registro de Preços Nº 06/2019 – Lote 01, **no valor Global de R$ 82.103,85 (Oitenta e Dois Mil, Cento e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos).**

ITEM	MERCADORIA - DESCRITIVO	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL
1	Achocolatado em Pó pacote de 500 Gr	UN	100	6,53	653,00
2	Açúcar Cristal pacote de 2 Kg	UN	200	4,05	810,00
3	Agua Mineral 497 Ml pacote com 12 und	UN	50	18,71	935,50
4	Apresuntado Kg	KG	50	11,20	560,00
5	Arroz polido tipo 1 pacote de 5 Kg	UN	200	13,87	2.774,00
6	Azeitona Verde pacote de 200 Gr	UN	100	5,24	524,00
7	Bolacha de Agua e Sal pacote de 400 Gr	UN	100	3,94	394,00
8	Bolacha de Maisena pacote de 400 Gr	UN	100	3,94	394,00
9	Bolacha Tipo Rosquinha tipo Mabel ou similar 800 Gr	UN	150	6,91	1.036,50
10	Café pacote de 500 Gr	UN	200	11,29	2.258,00
11	Calabresa Kg	KG	50	17,42	871,00
12	Carne Alcatra KG	KG	100	21,38	2138,00
13	Carne Bovina Seca	KG	50	16,73	836,50
14	Carne Contra File Kg	KG	150	21,38	3.207,00
15	Carne Costela Kg	KG	200	10,00	2.000,00
16	Carne Coxão Mole Kg	KG	100	19,39	1.939,00
17	Carne de 2ª s/osso	KG	50	14,75	737,50
18	Carne Figado Bovino	KG	50	8,42	421,00
19	Carne Fraldinha Kg	KG	100	18,12	1.812,00
20	Carne Franco Corte Coxa e Sobre Coxa Kg	KG	200	9,06	1.812,00
21	Carne Frango Corte Coxinha da Asa KG	KG	100	11,29	1.129,00
22	Carne Frango Inteiro Kg	KG	100	7,32	732,00
23	Carne Frango Miudo Coração	KG	50	23,66	1.183,00
24	Carne Frango Peito	KG	100	11,98	1.198,00
25	Carne Musculo KG	KG	100	10,99	1.099,00
26	Carne Paleta	KG	100	13,96	1.396,00
27	Carne Picanha	KG	100	33,36	3.336,00
28	Carne Ponta de Peito Kg	KG	150	14,95	2.242,50
29	Carne Suina	KG	150	13,28	1.992,00
30	Carvão Vegetal Pacote com 8 KG	UN	30	20,79	623,70
31	Coco Ralado pacote de 100 Gr	UN	30	2,92	87,60
32	Creme de Leite 200Gr	UN	100	2,47	247,00
33	Ervilha Lata 220 Gr	UN	100	2,33	233,00
34	Extrato de Tomate tipo elefante ou similar 350 Gr -	UN	200	3,22	644,00

35	Farinha de Mandioca Tipo Biju 1Kg	UN	50	6,92	346,00
36	Farinha de Mandioca Tipo Temperada de 1 Kg	UN	50	10,49	524,50
37	Farinha de Trigo pacote de 1KG	UN	80	3,22	257,60
38	Feijão tipo 1 kg	KG	250	4,15	1.037,50
39	Fermento em Pó para Bolo tipo Dr.Oetker ou similar 100 Gr	UN	50	2,70	135,00
40	Fermento em Pó para Pão tipo saf-instant ou similar pacote de 10 Gr	UN	50	1,01	50,50
41	FLV - Abobrinha Kg	KG	100	3,56	356,00
42	FLV - Alho Kg	KG	40	21,68	867,20
43	FLV - Banana de frita Kg	KG	100	5,57	557,00
44	FLV - Batata Doce Kg	KG	30	2,97	89,10
45	FLV - Batata Inglesa Kg	KG	300	3,71	1.113,00
46	FLV - Beterraba Kg	KG	60	2,92	175,20
47	FLV - Cebola de Cabeção Kg	KG	200	6,10	1.220,00
48	FLV - Cenoura Kg	KG	100	3,51	351,00
49	FLV - Mandioca Kg	KG	40	2,87	114,80
50	FLV - Pimentão Kg	KG	20	5,94	118,80
51	FLV - Quiabo Kg	KG	40	4,95	198,00
52	FLV - Repolho Kg	KG	150	3,07	460,50
53	FLV - Rúcula pacote	UN	30	3,80	114,00
54	FLV - Tomate Kg	KG	300	3,51	1.053,00
55	FLV - Vargem Kg	KG	20	13,17	263,40
56	Fubá 500 Gr	UN	40	2,08	83,20
57	Gelatina Cx. Com 30 Gr	UN	50	0,98	49,00
58	Leite Condensado 350 GR	UN	100	3,62	362,00
59	Leite Integral LT	LT	500	3,49	1.745,00
60	Linguiça Mista Kg	KG	100	11,57	1.157,00
61	Linguiça Mista Bovina e Suina	KG	100	10,30	1.030,00
62	Macarrão Espaguete pacote de 500 Gr	UN	150	2,58	387,00
63	Maionese tipo hellmanns ou similar 500Gr	UN	80	6,91	552,80
64	Maizena 250 Gr	UN	20	2,87	57,40
65	Margarina 500 Gr	UN	50	5,44	272,00
66	Massa p/ Pastel Rolo 500Gr	UN	50	9,70	485,00
67	Milho Verde Lata de 280 Gr	UN	100	1,67	167,00
68	Mostarda 200 Gr	UN	40	2,85	114,00
69	Mussarela Kg	KG	40	26,05	1.042,00
70	Óleo de Soja 900 Ml	UN	400	3,75	1.500,00
71	Ovos Dúzia	UN	200	5,94	1.188,00
72	Palpito de Pupunha Inteiro com 300 Gr	UN	40	14,80	592,00
73	Pão de Queijo Kg	KG	30	24,95	748,50
74	Pão Frances Kg	KG	50	9,80	490,00
75	Refrigerante tipo Coca Cola ou similar	UN	120	6,62	794,40
76	Refrigerante tipo Guarana Antartica ou similar	UN	60	5,15	309,00
77	Salsicha Kg	KG	40	8,33	333,20
78	Sardinha 250 Gr	UN	50	7,96	398,00
79	Suco Caixa em Varios Sabores (1 litro)	UN	60	3,21	192,60
80	Suco em Pó tipo Quality ou similar pacote de 500 Gr nos Sabores –Limão, Laranja e Abacaxi	UN	300	5,99	1.797,00
81	T Caldo de Carne Tablete 37 Gr	UN	50	1,83	91,50
82	T Coloral pacote de 500 Gr	UN	30	4,58	137,40
83	T Louro folha Pacote 5GR	UN	30	1,44	43,20
84	T Oregano pacote de 100 Gr	UN	30	6,04	181,20
85	T Pimenta do Reino pacote de 50 Gr	UN	30	2,92	87,60
86	T Sal Fino pacote de 1Kg	UN	50	1,48	74,00
87	T Sal Grosso pacote de 1Kg	UN	30	2,12	63,60
88	T Sazon pacote de 60 Gr	UN	200	3,94	788,00
89	T Shoyu Tradicional 900 Ml	UN	20	15,94	318,80
90	T Tempero Completo de Alho e Sal Kg	KG	50	11,43	571,50
91	T Vinagre de Vinho 750 Ml	UN	60	5,74	344,40
	Material, Higiene e Limpeza				
92	Agua Sanitária tipo kboa e ype ou similar 2 Lt	UN	80	5,92	473,60
93	Alcool de Limpeza 900 ML	UN	50	5,63	281,50
94	Desinfetante de 2Lt Pinho	UN	100	7,23	723,00
95	Detergente 500 Ml	UN	500	1,73	865,00
96	Esponja Multiso pacote c/2	UN	50	2,57	128,50
97	Flanela para Limpa Mesa	UN	50	2,48	124,00
98	Fosforo pacote c/10 cx	UN	20	2,67	53,40
99	Inseticida p/Mosquito Aerosol de 300 Ml	UN	30	10,00	300,00
100	Limpa Alumino 500Ml	UN	60	2,57	154,20
101	Limpa Vaso Sanitário Concentrado de 500 ml	UM	30	9,21	276,30
102	Limpa Vidros e Acrilicos 500 Ml	UN	30	6,84	205,20
103	Lustra Móveis 200 ml	UM	30	6,54	196,20
104	Odorizante de Ambiente 360 Ml	UN	30	9,02	270,60
105	Palha de Aço tipo Bombril ou similar - pacote 8 und	UN	60	1,58	94,80
106	Pano de Prato Padrão Médio	UN	40	3,65	146,00
107	Pano para limpa Chão	UN	40	7,82	312,80
108	Papel Higiênico folha simples 4 rolos – 30M x 10 CM	UN	300	2,97	891,00
109	Papel Toalha pacote com 02	UN	20	3,56	71,20
110	Refil de Inseticida p/Aparelho eletrico frasco de 25 Ml	UN	20	14,06	281,20

111	Repelente Eletrico p/Mosquito	UN	10	15,94	159,40
112	Rodo de 40 cm c/cabo	UN	20	9,10	182,00
113	Rodo de 60 cm c/ cabo	UN	20	16,83	336,60
114	Sabão de Barra pacote 5 Unidades 5x200 Gr	UN	20	7,08	141,60
115	Sabão em Pó 1Kg	UN	100	6,14	614,00
116	Saco de Lixo 30 Lt pacote 10 und	UN	200	3,37	674,00
117	Saco de Lixo 50 Lt pacote 08 und	UN	150	3,56	534,00
118	Saco de Lixo 100 Lt pacote 05 und	UN	60	3,17	190,20
119	Vassoura tipo Caipira	UN	10	19,71	197,10
120	Vassoura de Nylon 30 cm c/cabo	UN	10	9,80	98,00
121	Vassoura de Pelo Sintético 30 cm c/cabo	UN	20	12,47	249,40
	DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE COZINHA				
122	Coador de Pano	UN	10	4,85	48,50
123	Coador de Papel 103 Grande Caixa c/30 und	UN	40	3,11	124,40
124	Copo Descartável 50 Ml pacote com 100und	UN	100	2,18	218,00
125	Copo Descartável 180 Ml pacote com 100und	UN	300	3,56	1.068,00
126	Garfo Descartavel pacote com 50 und	UN	50	5,54	277,00
127	Guardanapo de Papel pacote 50 und	UN	50	1,56	78,00
128	Palito de Dente cx, com 100 und	UN	100	0,79	79,00
129	Papel Alumino Rolo de 7,5m x 45 cm	UN	15	5,35	80,25
130	Pilha Alcalina AAA tipo Duracell ou similar pct 02 unidades	UN	10	9,80	98,00
131	Pilha Alcalina AA tipo Duracell ou similar pct 04 unidades	UN	10	12,77	127,70
132	Prato Descartavel pacote com 19 und	UN	100	4,75	475,00
	TOTAL==========>>>				**82.103,85**

2. DA VIGÊNCIA

A presente ATA de Registro de Preços, terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Executiva do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços em no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da convocação;

4.2. Cumprir a vigência da ATA, que será de 12 (doze) meses.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregue na sede do Consórcio nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento, salvo quando retirados por servidor credenciado junto ao estabelecimento comercial;

4.4. Os produtos deverão ser apresentados, conforme características do edital e especificado na Proposta de Preços;

4.5. Prazo de entrega será de imediato atendendo a solicitação de fornecimento;

4.6 – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão/Entidade**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Secretaria Executiva, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

4.7. – Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.7.1 – Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

4.8 – Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9 – Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

4.10 – Comunicar imediatamente ao Consórcioqualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.11 - Serão devolvidos e prontamente repostos pelo contratado os materiais que não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.12 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

4.13 – Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

5.2. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;

5.3. Aderir à ATA de Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

5.4. Receber o objeto do contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no instrumento contratual;

5.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

5.6. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

5.7 – Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades ou desconformidades observados quando da entrega dos equipamentos, para as devidas correções;

5.8 - Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;

5.9 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

5.10- Esta Ata não obriga o Consórcio a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observadas a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Consórcio em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada por servidor do contratante, após ter conferido o material e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação, em especial a adimplência com a seguridade social e justiça trabalhista.

6.3. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização;

6.4. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

6.5. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou outros bancos, serão de responsabilidade do contratado;

6.7. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especalmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

6.8. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.9. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.10. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

7.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.1.2. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.1.1, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria Executiva do Consórcio, cabendo a presidência a decisão sobre o pedido.

7.1.3. Deferido o pedido pela presidência, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços, e o reajuste mediante apostilamento.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta (percentual de desconto) e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

7.6.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

7.6.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.6.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

7.6.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.6.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

7.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

7.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

7.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

7.11. Caso o Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.12. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

7.13. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Consórcio.

8. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei No 8.666/93.

8.1.2 - Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar ou não a adesão de terceiros, a Ata de Registro de Preços. Ele poderá utilizar-se de motivos como a falta de pessoal necessário à administração da Ata de Registro de Preços para negar solicitação de adesão.

8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

8.3 – Em conformidade com os § 3º e 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, as contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços e não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.4 - Quanto aos Órgãos Participantes do presente instrumento convocatório, destaca-se que os quantitativos relativos às suas necessidades serão registradas nas próprias Atas do Órgão Gerenciador, não sendo necessária a assinatura de novas Atas. Entretanto, os órgãos e entidades que aderirem às Atas de Registro de Preços deverão assinar uma nova Ata de Registro de Preços, específica, com os fornecedores de seu interesse, bem como termo de contrato. Tal Ata deverá ter o prazo final de sua vigência igual ao da Ata de Registro de Preços a que ela se vincula, além de ter uma cópia encaminhada ao Órgão Gerenciador.

9. DAS PENALIDADES

9.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multa sem prejuízo das sanções legais, Art.86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) - Advertência

b) - Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do licitante em assinar o instrumento contratual em 05(cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, se for o caso.

c) - Multa de 0,3%(três décimos por cento)ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto sobre o valor dos serviços.

d) - 10%(dez por cento) sobre o valor dos serviços, em caso de : atraso na entrega superior a 5(cinco) dias, desistência na entrega dos serviços.

e) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

9.2 – O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria, comunicará à CONTRATADA.

9.3 – Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA, ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome do CIDESAT. Se não o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

9.4 – Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade de suas propostas não celebrar o contrato/Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para licitação ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração CIDESAT pelo infrator:

a) - advertência

b) - multa

c) - suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com o Consorcio, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.5 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso os prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

10. DA RESCISÃO

10.1 - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preços, por parte do fornecedor, assegurará ao Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

10.2 - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n9 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão da contratação:

a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

10.3 - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

10.4 - Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental; e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal é reconhecida o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n9 8.666/1993, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiras e segundas do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e Fonte de Recursos:

11.1- Todas as despesas decorrentes para o presente exercício, correrão por conta de recursos próprios e do Convênio SINFRA Nº 1.207/2016 consignados no Orçamento do CIDESAT, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA EXECUTIVA

26.782.0001.2011.0000

MANUTENÇÃO de RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS

046 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.94

047 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.24

04.122.0001.2002.0000

MANUTENÇÃO do CIDEASAT NASCENTES DO PANTANAL

007 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.94

17.512.0001.2010.0000

OPERAÇÃO do ATERRO SANITÁRIO

024 - 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO - Fonte: 0.1.94

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 06/2019** e seus anexos e as propostas classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos, 12 de Novembro de 2019.

_____

Paulo Remédio

Presidente

_____

Assinatura:

EMPRESA	LIMA E COLARINO LTDA

CNPJ	32.935.181/0001-34
ENDEREÇO	AVENIDA SÃO PAULO, N. 1031, BAIRRO CENTRO, CEP: 78.285-000, SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS - MT

TESTEMUNHAS

Danilo Ricardo Pivetta CPF: 032.867.841-41

Ricardo Santos Dela Cruz CPF: 015.400.521-50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02.3/2019/CIDESAT

LOTEs: 02 – 05 e 08

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 08/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 05/2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente **Sr. PAULO REMÉDIO**, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **M. E A. EQUIPAMENTOS LTDA,** CNPJ: 23.833.955/0001-25, VENCEDORA dos LOTEs 02, 05 e 08 do Pregão Presencial Registro de Preços nº 05/2019;

1. DO OBJETO:

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

M. E A. EQUIPAMENTOS LTDA. - CNPJ: 23.833.955/0001-25

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
2	**Prensa Hidráulica Vertical** - Prensa Hidráulica Vertical para reciclagem, com capacidade de no mínimo 25 toneladas Marca/Modelo: HORIZ PEH-1025.	UN	**9**	20.000,00	**180.000,00**
5	**Carrinho manual para movimentação de fardos** CARRINHOS BRASIL 150/4	UN	**10**	800,00	**8.000,00**
8	**Elevador de Fardos com capacidade mínima de 500 kg** Marca/modelo: HORIZ EL-500	UN	**6**	11.991,00	**71.946,00**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta publicação.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de novembro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02.4/2019/CIDESAT

LOTEs: 04 e 09

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 08/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 05/2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTO EIRELI,** CNPJ: 23.691.899/0001-31, VENCEDORA dos LOTEs 04 e 09 do Pregão Presencial Registro de Preços nº 05/2019;

DO OBJETO: A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTO EIRELI - CNPJ: 23.691.899/0001-31

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
04	**Triturador de vidros** Marca /Modelo: LIPPEL TVL-50ES	UN	**3**	5.600,00	**16.800,00**
09	**TRITURADOR DE GALHOS E RESÍDUOS ORGÂNICOS,** com motor elétrico Marca/Modelo: BIO 130E	UN	**4**	11.000,00	**44.000,00**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta publicação.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de novembro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02.1/2019/CIDESAT

LOTE: 01

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 08/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 05/2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente **Sr. PAULO REMÉDIO**, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI-EPP,** CNPJ: 31.499.939/0001-76, VENCEDORA DO LOTE 01 do Pregão Presencial Registro de Preços nº 05/2019;

1. DO OBJETO:

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ: 31.499.939/0001-76

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
1	**Balança Eletrônica - Tipo Plataforma** móvel com capacidade até 1000 Kg e divisão de máximo 200 gramas, com display eletrônico em LED, Marca/Modelo: **LIDER B650**	UN	6	2.848,00	**17.088,00**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta publicação.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de novembro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02.5/2019/CIDESAT

LOTEs: 06 e 11

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 08/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 05/2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente Sr. PAULO REMÉDIO, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **EDER ROBERTO DE PAULA ME,** CNPJ: 14.822.294/0001-41, VENCEDORA dos LOTEs 06 e 11 do Pregão Presencial Registro de Preços nº 05/2019;

DO OBJETO: A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

EDER ROBERTO DE PAULA ME, CNPJ: 14.822.294/0001-41

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
06	**Carrinho metálico para transporte de resíduos e rejeitos** Marca /Modelo: PIN MARTELO	UN	6	1.082,50	**6.495,00**
11	**PENEIRA ROTATIVA** para composto orgânico Marca/Modelo: PIN MARTELO	UN	1	22.000,00	**22.000,00**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta publicação.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de novembro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02.2/2019/CIDESAT

LOTES: 03 – 07 e 10

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 08/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 05/2019

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente **Sr. PAULO REMÉDIO**, RESOLVE registrar os preços das Empresas: **AMAZONYA EQUIPAMENTOS PARA RECICLAGEM LTDA,** CNPJ: 14.333.206/0001-48, VENCEDORA do LOTE Nº 03; **PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVIÇOS EIRELI,** CNPJ: 10.323.511/0001-06, VENCEDORA do LOTE 07; e **MORON & CIA LTDA,** CNPJ: 01.882.138/0001-24, VENCEDORA DO LOTE 10. Todos do Pregão Presencial Registro de Preços nº 05/2019;

1. DO OBJETO:

1.1. A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

AMAZONYA EQUIPAMENTOS PARA RECICLAGEM LTDA, CNPJ: 14.333.206/0001-48

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
3	**PRENSA HIDRÁULICA HORIZONTAL** Marca/Modelo: PHH-25T KUBITZ	UN	1	30.900,00	**30.900,00**

PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 10.323.511/0001-06

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
7	**CARRETÃO MANUAL PARA TRANSPORTE DE MATÉRIA ORGÂNICA**, Marca/Modelo: GIO IMPLEMENTOS GIO210	UN	2	3.500,00	**7.000,00**

MORON & CIA LTDA, CNPJ: 01.882.138/0001-24

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
10	**TRITURADOR DE COCOS** com motor elétrico de 5 CV Marca/Modelo: TRAPP TRC-40	UN	2	3.85o,00	**7.700,00**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir desta publicação.

São José dos Quatro Marcos-MT, 13 de novembro de 2019.

PAULO REMÉDIO - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

ATA DE POSSE DO CONSELHO DIRETOR PARA O ANO 2019/2020.

ATA DE POSSE DO CONSELHO DIRETOR PARA O ANO 2019/2020.

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniram se na sede do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia – CIDESAPA, situada a Rua Bruno Pereira Valões, 61 A Setor Joao Rocha, Pontal do Araguaia MT, os membros dos municípios integrantes deste consorcio, Gerson Rosa de Moraes , Getúlio Dutra Vieira Neto, Ronivon Parreira das Neves, Marcelo de Aquino, Inês Moraes Mesquita Coelho, ***Humberto*** Luiz Nogueira de Menezes, para realizar a eleição e sessão de posse do Novo Conselho Diretor. Na qual foi apresentado o nome do Sr. **Getúlio Dutra Vieira Neto Prefeito de Araguaiana MT para Presidência** sendo eleito Presidente por unanimidade. Ficando desta forma empossada o Novo Conselho Diretor que terá seu exercício com inicio a partir desta data para a Gestão biênio 2019/2020. Fica consignado que esta sessão ocorreu às nove horas do decimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove. Nada mais havendo encerra-se a presente Ata de Posse do Conselho Diretor do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental Portal do Araguaia – CIDESAPA. Eu Márcia Cristina Moraes secretariei e lavrei o presente Ata que segue por mim assinada e pelos prefeitos empossados para o Conselho Diretor.

Gerson Rosa de Moraes

Getúlio Dutra Vieira Neto

Ronivon Parreira das Neves

Marcelo de Aquino

Inês Moraes Mesquita Coelho

Humberto Luiz Nogueira de Menezes

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 027/2019

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 027/2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES SA**

OBJETO: fornecimento de medicamentos, e insumos, a serem entregues no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, localizado na Travessa Bartolomeu Dias, n° 269, Bairro Alvorada em Peixoto de Azevedo – MT.

VIGÊNCIA: 08/08/2019/ **á 31/08/2019**

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.30.00 “26”

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N°. 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 020/2019

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

PESSOA JURÍDICA: ORTOGIN CLÍNICA MÉDICA LTDA - CNPJ: 31.373.738/0001-28
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E CIRURGIAS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE CONSULTAS DE GINECOLÓGICAS.

SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICOS – DO TIPO **DE CONSULTAS EM** GINECOLÓGICA**.**

ORTOGIN CLINICA MEDICA LTDA – CNPJ: 31.373.738/0001-28

ITEM	ESTIMATIVA	V. TOTAL
01	**3.000**	**R$ 210.000,00**

Valor do Lote R$: 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

São José dos Quatro Marcos-MT, 06 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – PRESIDENTE DO CISOMT

EXTRATO CONTRATO 019/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 019/2019.

Contratante: CISOMT, inscrito no CNPJ n° 01.870.663/0001-20.

Contratado: EMERSON MARTINS DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 10.938.106/0001-94.

Objeto: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo EXAMES, para atendimento da demanda dos 13 (treze) municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Edital de Credenciamento / Inexigibilidade no 001/2019 e Termo De Referência Anexo I.

Valor R$ 546.150,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e cento e cinquenta reais). Vigência: 06/11/2019 a 06/11/2020. Data: 06/11/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N°. 007/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº. 021/2019

VALIDADE DA ATA: 12 MESES

DA DETENTORA DA ATA E DOS PREÇOS REGISTROS

PESSOA JURÍDICA: W. M. DA CUNHA LOPES EIRELI – CNPJ: 15.512.238/0001-73
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE DE PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E CIRURGIAS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CISOMT, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRES-

TADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE CIRURGIAS VASCULARES ITINERANTES.

SERVIÇO DE PROCEDIMENTO MÉDICOS – DO TIPO CIRURGIA EM TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)

W. M. DA CUNHA LOPES EIRELI – CNPJ: 15.512.238/0001-73

ITEM	ESTIMATIVO ANO	V. TOTAL
01	400	R$ 340.000,00

Valor do Lote R$: 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)

São José dos Quatro Marcos-MT, 06 de setembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – PRESIDENTE DO CISOMT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

TERMO DE CONTRATO Nº. 003/2019

CONTRATADA: MARCOS H. B. PINHEIRO - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.156.937/0001-74.

OBJETO: O presente contrato visa a Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de COMBUSTÍVEL**, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia".**

VALOR GLOBAL: R$ 868.552,20 (Oitocentos e Sessenta e Oito Mil e Quinhentos e Cinqüenta e Dois Reais e Vinte Centavos).

DATA: 12/11/2019.

VIGÊNCIA: 12/04/2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

Presidente

AVISO DE CANCELAMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2019

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – Norte Araguaia, com fulcro na Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna publico o CANCELAMENTO da DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2019, por razões de interesse público, cujo objeto é a contratação de pessoa física visando mão de obra especializada em serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores e máquinas pesadas, sob o regime de empreitada tipo menor preço global.

Maria Adriane Teixeira da Silva

Presidente da CPL/CIDESA-NA

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RESOLUÇAO 027 E 028 DE 2019

RESOLUÇÃO Nº 027/2019

Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado no Concurso Público nº 001/2.019 **para ocupar o cargo de Assistente Administrativo** do Consórcio Regional de Saúde Sul Mato Grosso – CORESS/MT e dá outras providências.

.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**,** no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os **Editais** de**Convocação**, publicados no jornal de grande circulação de Rondonópolis - JORNAL A TRIBUNA DE RONDONOPOLIS na edição nº 10.367, do dia 09/11/2019, caderno B2, na página de Classificados - CLASSITUDO, no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT no dia 11/11/2019, nº 1771 página 25 e no Jornal Oficial da AMM na edição 3.354 do dia 11/11/2019, página 15, e CONSIDERANDO a Resolução nº 016/2019, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Nomear a senhora LUCIANA BAGGIO ALVES DOS REIS NERES, brasileira, casada portadora do RG sob o nº RG 001053294 SESDC RO e CPF sob o nº 002.474.032-29, para **o cargo de Assistente Administrativo.**

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Rondonópolis, 12 de novembro de 2019

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

RESOLUÇÃO Nº 028/2019

Dispõe sobre a posse do servidor aprovado no Concurso Público nº 001/2.019 **para investidura no cargo de Assistente Administrativo** do Consórcio Regional de Saúde Sul Mato Grosso – CORESS/MT e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT**,** no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os **Editais** de**Convocação**, publicados no jornal de grande circulação de Rondonópolis - JORNAL A TRIBUNA DE RONDONOPOLIS na edição nº 10.367, do dia 09/11/2019, caderno B2, na página de Classificados - CLASSITUDO, no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT no dia 11/11/2019, nº 1771 página 25 e no Jornal Oficial da AMM na edição 3.354 do dia 11/11/2019, página 15, e CONSIDERANDO as Resoluções nº 026/2019 e 027/2019, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Empossar a senhora LUCIANA BAGGIO ALVES DOS REIS NERES, brasileira, casada portadora do RG sob o nº RG 001053294 SESDC RO e CPF sob o nº 002.474.032-29, para investidura **ao cargo de Assistente Administrativo;**

Artigo 2º - A servidora empossada fica sujeita ao estágio probatório, durante o qual sua eficiência e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, durante o período de 03 (três) anos, conforme disposto no item 9.3, bem como está sujeito ao disposto no item 1.1.4, do Edital do Concurso Público 001/2019.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Rondonópolis, 12 de novembro de 2019.

NELSON ANTONIO PAIM

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 051/2019

PORTARIA Nº. 051/2019

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORIA DE DESPORTO E LAZER, DO MUNICIPIO DE ACORIZAL - MT".

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **SRº. CHARLEY JOSÉ DE SANTANA CPF Nº. 044. 189.731-25,** para exercer o cargo de Coordenador de Desporto e Lazer, do Município de Acorizal - MT.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de novembro de 2019.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GEOOBRAS
EXTRATO DE CONTRATO 169/2019

PROCESSO: 210/2018.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 099/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: IMPACTO COMÉRCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de controle de pragas, dedetização interna e externa nas Secretarias Municiais.

TOTAL: R$ 63.112,14 (Sessenta e três mil e cento e doze reais e quatorze centavos).

DATA: 05/11/2019

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05/11/2020

MAURO ROSA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 033/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 04/11/2019, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 033/2019 que teve como vencedores as empresas: IDM Soluções Públicas Ltda, CNPJ: 16.684.742/0001-13, Objetiva Produtos e Serviços p/ Laboratórios Ltda, CNPJ: 05.895.525/0001-56, R. C. Equipamentos Hospitalares Ltda, CNPJ: 10.830.704/0001-45.

Água Boa, 11 de novembro de 2019.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
PORTARIA Nº 103/2019

Alto Boa Vista – MT, 31 de Outubro de 2019.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE GUARDA, MOTIVO APOSENTADORIA POR IDADE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

VALTUIR CANDIDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Exonerar por motivo de Aposentadoria Por Idade, o Senhora **ADEMAR PEREIRA DA CRUZ**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 267397- SSP-GO e do CPF Nº 453.492.581-68, do cargo de **GUARDA**, no quadro de servidores do município, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 45, item VIII, da Lei Municipal nº 018/1993, (Estatuto dos Servidores Públicos).

Art. 2º - Em razão do disposto no artigo anterior, o setor de Recursos Humanos deverá tomar todas as providências necessárias e legais para o cumprimento desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE;

Gabinete do Prefeito, em Alto Boa Vista – MT,

Em 31 de Outubro de 2019.

_____

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2019, de 12 de Novembro de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: ANDRE CARDOSO DE LIMA 95120700144

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PELO PERÍODO DE 01 ANO.

DO VALOR: R$ 33.600,00(trinta e três mil e seiscentos reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 12 de Novembro de 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e ANDRE CARDOSO DE LIMA 95120700144 – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE N° 002/2019

O Município de Alto Boa Vista-MT torna público a todos os interessados, que realizará Licitação, no dia 21 de Novembro de 2019, às 09:00 horas (horário local), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital do

CONVITE N° 002/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA"**. Os proponentes interessados poderão obter o edital completo na sede da Prefeitura de Alto Boa Vista-MT, à Av. Moises D, Montiel, n.º 975, centro. Mais Informações, no fone: (66) 3539-1113 no horário de 13:00 ás 17:00 horas.

Alto Boa Vista – MT, 12 de Novembro de 2019.

EDGAR FREDERICO DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 115/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: APICE CONSTRUTORA INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRE

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 05/10/2019 Término: 02/04/2020

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2018

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO SALÃO DA TERCEIRA IDADE, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Aditivo Nº.....: 3 - Contrato Nº: 115/2018

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: APICE CONSTRUTORA INCORPORADORA E IMOBILIARIA EIRE

Valor.....: 21.723,79 (vinte e um mil setecentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos)

Vigência.....: Início: 25/10/2019 Término: 02/04/2020

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2018

Recursos.....: Dotação: 1.054.4.4.90.51.00.00.00.00 (92) Saldo: 35.090,77

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO SALÃO DA TERCEIRA IDADE, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 03 de dezembro de 2019, às 13h00min (horário de MT)**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 11 de novembro de 2019. Edi Batista Ribeiro de Miranda - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 88/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA 01704264162

Valor.....: 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais)

Vigência.....: Início: 07/10/2019 Término: 07/10/2020

Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2019

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E TREINAMENTO PARA ENVIOS DE CARGAS ESPECIAIS E MENSAIS DO APLIC - AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS, A FIM DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TCE/MT - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,

de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 89/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: MARIELLI DE OLIVEIRA SILVA RAMOS 04699908136

Valor.....: 24.702,82 (vinte e quatro mil setecentos e dois reais e oitenta e dois centavos)

Vigência.....: Início: 09/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA CONSTITUÍDO DE CERCA ELÉTRICA, ALARME E CÂMERAS DE VIGILÂNCIA, PARA TODOS OS ORGÃOS MUNICIPAIS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabel

---

Contrato Nº..: 90/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: MARIA LENILDA DA SILVA 04968931140
Valor.....: 1.225,00 (um mil duzentos e vinte e cinco reais)
Vigência.....: Início: 09/10/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2019
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS E FUNCIONARIOS A SERVIÇO DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 91/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: MARIA LENILDA DA SILVA 04968931140
Valor.....: 3.609,00 (três mil seiscentos e nove reais)
Vigência.....: Início: 09/10/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2019
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS E FUNCIONARIOS A SERVIÇO DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 92/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: SAN MARINO ONIBUS LTDA
Valor.....: 569.000,00 (quinhentos e sessenta e nove mil reais)
Vigência.....: Início: 14/10/2019 Término: 14/01/2020
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, de acordo com as especificações, quantidades e condições constantes, conf. Adesão à Ata de Registro de Preços n. 121/2018 do Pregão Presencial n. 080/2018 do Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte.

Contrato Nº..: 93/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: BEM VIVER TRATAMENTO ESPEC EM DEPEND QUIMICA E ALC
Valor.....: 5.499,99 (cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Vigência.....: Início: 18/10/2019 Término: 18/01/2020
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 9/2019
Objeto.....: CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA E/OU VOLUNTÁRIA PARA TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, de acordo com Termo de
Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 94/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: MOACIR FERREIRA DUARTE JUNIOR
Valor.....: 17.122,56 (dezessete mil cento e vinte e dois reais e cinqüenta e seis centavos)
Vigência.....: Início: 15/10/2019 Término: 15/10/2020
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2019
Objeto.....: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA 7 DE SETEMBRO N° 377-B, CENTRO, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT.

Contrato Nº..: 95/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: J A KONRAD TRANSPORTES EIRELI
Valor.....: 14.970,33 (quatorze mil novecentos e setenta reais e trinta e três centavos)
Vigência.....: Início: 17/10/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2019
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR VISANDO
ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA ZONA RURAL, CONFORME O CALENDÁRIO ESCOLAR DA REDE DE ENSINO DE ACORDO COM TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Contrato Nº..: 96/2019
Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Contratada...: PETROLEO QUERENCIA LTDA EPP
Valor.....: 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)
Vigência.....: Início: 17/10/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DESTE PODER EXECUTIVO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 97/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: REAL POSTO CENTER EIRELI

Valor.....: 75.870,00 (setenta e cinco mil oitocentos e setenta reais)

Vigência.....: Início: 17/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DESTE PODER EXECUTIVO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 98/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: GL OXIGENIO EIRELI

Valor.....: 7.250,00 (sete mil duzentos e cinqüenta reais)

Vigência.....: Início: 22/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2018

Recursos.....: Dotação: 2.118.3.3.90.30.00.00.00.00 (479) Saldo: 12.932,36

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL RECARGA DE CILINDROS DE OXIGÊNIO, ACETILENO - SOLDA E SEMELHANTES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 99/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRAFICA ELISA EPP

Valor.....: 585,35 (quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Vigência.....: Início: 22/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, ENCADERNA-ÇÕES,
PLASTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexo

---

Contrato Nº..: 100/20189

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRAFICA ELISA EPP

Valor.....: 2.412,00 (dois mil quatrocentos e doze reais)

Vigência.....: Início: 22/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, ENCADERNA-ÇÕES,
PLASTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexo

---

Contrato Nº..: 102/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: MARIA LENILDA DA SILVA 04968931140

Valor.....: 36.870,00 (trinta e seis mil oitocentos e setenta reais)

Vigência.....: Início: 29/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA ATENDER PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO SUS E FUNCIONARIOS A SERVIÇO DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 103/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: D R W CONSTRUCOES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

Valor.....: 43.642,25 (quarenta e três mil seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)

Vigência.....: Início: 04/11/2019 Término: 04/01/2020

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE PINTURA S/ SUPERFÍCIES DE ALVENARIA, CONCRETO, GESSO, MADEIRA, METÁLICAS, EXECUÇÃO DE ALVENARIAS, REPAROS EM PAREDES E REVESTIMENTOS, EXECUÇÃO DE CONTRA-PISOS, REPAROS EM PISOS, PITURAS EM PISOS, EXECUÇÃO DE FORROS

DE GESSO, REPAROS EM FORROS, APLICAÇÃO DE TEXTURAS, RESINAS, PINTURAS EPÓXICAS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais co

---

Contrato Nº..: 104/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: MARIA DE FÁTIMA BRITES

Valor.....: 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

Vigência.....: Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2019

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE MINISTRAÇAO DE OFICINAS DE BALLET, MUSICA, FAB. MAT. DE HIGIENE E LIMPEZA, ARTESANATO CRAQUELE E DECOUPAGEM EM MDF, PATCH APLIQUE, BISCUIT, ARTE COM FILTRO C/ CAFÉ, BOLSAS CASUAIS, BORDADO EM FITA, CHOCOLATE E DERIVADOS, CHINELO BORDADOS, BOLOS DECORADOS, CULINARIA TIPO TORTAS, DOCES E SALGADOS E PALESTRANTE ABORDANDO A DEPENDENCIA QUIMICA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUN. DE ASSIST. SOCIAL, de acordo com Termo d

---

Contrato Nº..: 105/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: W JOSE DE BARROS JUNIOR

Valor.....: 55.500,00 (cinqüenta e cinco mil e quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS DEVIDAMENTE HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA PROFISSIONAL MÉDICA, DE ACORDO COM CADA DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I, AFIM DE ATENDER OS PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT.

Contrato Nº..: 106/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: REGINALDO PINHEIRO & SERVIÇOS TOPOGRAFICOS LTDA

Valor.....: 121.098,02 (cento e vinte e um mil e noventa e oito reais e dois centavos)

Vigência.....: Início: 08/11/2019 Término: 08/01/2020

Licitação.....: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2019

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT, A FIM DE SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE FUTUROS PROJETOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 107/2019

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: P. R. SIMON - ME

Valor.....: 17.500,00 (dezessete mil quinhentos reais)

Vigência.....: Início: 12/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2018

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA ATENDER AOS DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

AVISO DE REVOGAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL Nº.015/2019

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2019

A prefeitura municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, por intermédio do pregoeiro oficial designado pela portaria ***Nº. 208/2019*** *faz saber aos interessados que o* ***PREGÃO PRESENCIAL Nº.015/2019****, na forma* ***MENOR PREÇO****, tendo por critério o* ***MENOR PREÇO POR ITEM****, cujo objeto* ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE INTEGRADO PARA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE SAUDÊ PUBLICA, SENDO NA ATENÇÃO BÁSICA, MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO, CAPACITAÇÕES PARA AS EQUIPES DE SAUDÊ ENTRE OUTRAS NECESSIDADES INERENTES AO SUPORTE DA GESTÃO DE SAUDÊ DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT****, que teve sua realização na sessão no* ***dia 31 de Outubro de 2019, às 08h00min*** *(horário local) encontra-se* ***REVOGADA.***

Justifica-se que segundo a determinação técnica do TCE-MT, foi orientada que o processo licitatório do ***Pregão Presencial N°.015/2019*** *da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, fosse suspensa baseado como determinação da medida cautelar até que seja julgado. Sobre o pronunciamento acima e segundo o oficio da Assessoria Jurídica Nº 003/DPJ/PREF, finalizamos a revogação do referido processo do* ***Pregão Presencial Nº.015/2019.***

ALTO PARAGUAI - MT, 12 de Novembro de 2019.

JOAO VITOR MARTINS ROCHA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

DECRETO N.º 495/2019

"Autoriza Ordenador de Despesas."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Artigo 1° - Fica delegada a Competência de Ordenador de Despesa à senhora **Silvana Aparecida Scutti**, Secretária de Assistência Social, para abrir contas bancárias de depósito em geral, solicitar saldos, extratos e comprovantes bancários, emitir e assinar cheques, efetuar transferências e autorizar pagamentos por meio eletrônico, autorizar a emissão de ordens bancárias, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, emitir comprovantes em conjunto com o prefeito Municipal, Fábio Mauri Garbúgio, quanto às contas do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 15.710.477/0001-38.

Artigo 2° - Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2019.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 496/2019

"Autoriza Ordenador de Despesas."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Artigo 1° - Fica delegada a Competência de Ordenador de Despesa à senhora **DEISE JULIANA COELHO DE OLIVEIRA** , Secretária Municipal de Saúde, para abrir contas bancárias de depósito em geral, solicitar saldos, extratos e comprovantes bancários, emitir e assinar cheques, efetuar transferências e autorizar pagamentos por meio eletrônico, autorizar a emissão de ordens bancárias, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, emitir comprovantes em conjunto com o prefeito Municipal, Fabio Mauri Garbugio, quanto as contas do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.096.224/0001-28.

Artigo 2° - Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de novembro de 2019.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- WELLINGTON SANT ANNA LOPES

CONTRATO N° 085/2018

OBJETO – SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 085/2018

CONCLUSÃO DA OBRA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA GUILHERME DE ALMEIDA – GLEBA ARUMÃ

AUMENTO DO QUANTITATIVO

VALOR R$ 41.005,21 (quarenta e um mil cinco reais e vinte e um centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EMPRESA VENCEDORA:TIM- TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES LTDA

CNPJ-14.421.118/0001-06

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES ESTADUAIS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS-MT

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1-07-0002	PASSAGEM TERRESTRE ALTA FLORESTA X APIACAS	UN	1.200,00	37,15	44.580,00
2	1-07-0005	PASSAGEM TERRESTRE ALTA FLORESTA X COLIDER	UN	10,00	35,27	352,70
3	1-07-0003	PASSAGEM TERRESTRE ALTA FLORESTA X CUIABA	UN	700,00	168,41	117.887,00
4	1-07-0007	PASSAGEM TERRESTRE ALTA FLORESTA X SINOP	UN	120,00	65,07	7.808,40
5	1-07-0020	PASSAGEM TERRESTRE ALTA FLORESTA X SORRISO	UN	50,00	81,96	4.098,00
6	1-07-0001	PASSAGEM TERRESTRE APIACAS X ALTA FLORESTA	UN	1.200,00	34,15	40.980,00
7	1-07-0006	PASSAGEM TERRESTRE COLIDER X ALTA FLORESTA	UN	10,00	34,77	347,70
8	1-07-0004	PASSAGEM TERRESTRE CUIABA X ALTA FLORESTA	UN	700,00	170,86	119.602,00
9	1-07-0008	PASSAGEM TERRESTRE SINOP X ALTA FLORESTA	UN	120,00	66,97	8.036,40
10	1-07-0021	PASSAGEM TERRESTRE SORRISO X ALTA FLORESTA	UN	50,00	82,46	4.123,00

Valor total - R$ 347.815,20 (trezentos e quarenta e sete mil oitocentos e quinze reais e vinte centavos).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 337/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Elevação de Nível de Progressão Vertical: tempo de serviços conforme Art. 11 e 12 da Lei Complementar nº 065/2011 aos Servidores:

Nome: (1278) AILTON OLIVEIRA DE LIMA

Cargo Efetivo: (221) Trabalhador Braçal

Lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Classe/Nível: C - 04.

Nome: (1194) MARIA APARECIDA DA SILVA

Cargo Efetivo: (222) Zeladora

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Classe/Nível: B - 04.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 11 de Novembro de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
BALANCETE FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO PATRIMONIAL MÊS DE OUTUBRO PREVIAP ANO 2019

PREVIAP

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.
CNPJ: 03.094.874/0001-43

BALANCETE

FINANCEIRO

ORÇAMENTÁRIO

PATRIMONIAL

OUTUBRO

2019

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Outubro/2019

Data de emissão: 12/11/2019

Exercício: 2019 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**1.697.005,73**	**2.218.930,57**	**Despesa Orçamentária**	**780.537,27**	**951.474,32**
Vinculadas			Vinculadas		
Recurso Próprio de Previdência Social	1.697.005,73	2.218.930,57	Recurso Próprio de Previdência Social	780.537,27	951.474,32
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**43.618,72**	**47.684,86**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**78.385,58**	**633.844,10**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	10.901,55		Não processados pagos no período		
Processados inscritos no período	1.674,89	3.140,39	Processados pagos no período	3.140,39	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	31.042,28	44.544,47	Outras movimentações extra-orçamentárias	31.042,28	44.544,47
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias	44.202,91	589.299,63
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho	**2.269.561,28**	**1.835.964,76**			
Ajuste de Investimentos - Ganho	2.269.561,28	1.835.964,76			
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**20.329.950,67**	**17.812.688,90**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**23.481.213,55**	**20.329.950,67**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	294.154,95	138.544,44	Bancos conta movimento	6.304,20	294.154,95
Aplicações financeiras	20.035.795,72	17.674.144,46	Aplicações financeiras	23.474.909,35	20.035.795,72
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 12/11/2019 08:07:40 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Outubro/2019

Data de emissão: 12/11/2019

Exercício: 2019 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	24.340.136,40	21.915.269,09	TOTAL	24.340.136,40	21.915.269,09

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
CONTADOR 014771/O-5-MT

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Outubro/2019

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		3.140,39	3.140,39		
Outras Despesas Correntes		3.140,39	3.140,39		
TOTAL		3.140,39	3.140,39		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
CONTADOR 014771/O-5-MT

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2019

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	887.000,00	887.000,00	701.254,69	79,05	-185.745,31
RECEITAS CORRENTES	887.000,00	887.000,00	701.254,69	79,05	-185.745,31
Receitas de Contribuições	772.000,00	772.000,00	579.978,77	75,12	-192.021,23
Contribuições Sociais	772.000,00	772.000,00	579.978,77	75,12	-192.021,23
Receita Patrimonial	10.000,00	10.000,00			-10.000,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.000,00	10.000,00			-10.000,00
Outras Receitas Correntes	105.000,00	105.000,00	121.275,92	115,50	16.275,92
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	50.000,00	50.000,00			-50.000,00
Demais Receitas Correntes	55.000,00	55.000,00	121.275,92	220,50	66.275,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.697.005,73	73,78	-602.994,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.697.005,73	73,78	-602.994,27
DÉFICIT (VII)					
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.697.005,73	73,78	-602.994,27

Emissão: 12/11/2019 08:09:00

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Outubro/2019

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96
Receitas de Contribuições	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96
Contribuições Sociais	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96
RECEITAS DE CAPITAL (II)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96
TOTAL (V) = (III + IV)	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	70,47	-417.248,96

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
CONTADOR 014771/O-5-MT

Emissão: 12/11/2019 08:09:00

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Outubro/2019

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.330.000,00	1.330.000,00	777.556,62	766.655,07	764.980,18	58,46	552.443,38
DESPESAS CORRENTES	1.313.000,00	1.313.000,00	777.556,62	766.655,07	764.980,18	59,21	535.443,38
Pessoal e Encargos Sociais	1.130.000,00	1.130.000,00	699.473,14	699.473,14	699.473,14	61,90	430.526,86
Outras Despesas Correntes	183.000,00	183.000,00	78.083,48	67.181,93	65.507,04	42,66	104.916,52
DESPESAS DE CAPITAL	17.000,00	17.000,00					17.000,00
Investimentos	17.000,00	17.000,00					17.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	21.000,00	21.000,00	2.980,65	2.980,65	2.980,65	14,19	18.019,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	1.351.000,00	1.351.000,00	780.537,27	769.635,72	767.960,83	57,77	570.462,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	1.351.000,00	1.351.000,00	780.537,27	769.635,72	767.960,83	57,77	570.462,73
SUPERÁVIT (XIV)	949.000,00	949.000,00	916.468,46			96,57	32.531,54
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	2.300.000,00	2.300.000,00	1.697.005,73	769.635,72	767.960,83	73,78	602.994,27

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (I)	21.000,00	21.000,00	2.980,65	2.980,65	2.980,65	14,19	18.019,35
Pessoal e Encargos Sociais	21.000,00	21.000,00	2.980,65	2.980,65	2.980,65	14,19	18.019,35
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	21.000,00	21.000,00	2.980,65	2.980,65	2.980,65	14,19	18.019,35
SUPERÁVIT (IV)	1.413.000,00	1.413.000,00	995.751,04	995.751,04		70,47	417.248,96
TOTAL (V) = (III + IV)	1.434.000,00	1.434.000,00	998.731,69	998.731,69	2.980,65	69,64	435.268,31

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
CONTADOR 014771/O-5-MT

Emissão: 12/11/2019 08:09:00

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Outubro/2019

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000000000	RECEITAS CORRENTES								
120000000000000000	CONTRIBUICOES								
121000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
121800000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIPIOS								
121801000000000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR CIVIL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL - CPSS								
121801100000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO								
121801110000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL								
121801110100000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREFEITURA	705.000,00	495.129,75	57.423,18		57.423,18	552.552,93		152.447,07
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	705.000,00	495.129,75	57.423,18		57.423,18	552.552,93		152.447,07
121801110200000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - CAMARA	25.000,00	11.861,55	1.234,90		1.234,90	13.096,45		11.903,55
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	25.000,00	11.861,55	1.234,90		1.234,90	13.096,45		11.903,55
121801110300000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREVIAP	25.000,00	10.684,06	1.349,39		1.349,39	12.033,45		12.966,55
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	25.000,00	10.684,06	1.349,39		1.349,39	12.033,45		12.966,55
121801110400000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - DEMAIS SEGURADOS	5.000,00	1.604,93	468,10		468,10	2.073,03		2.926,97
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	5.000,00	1.604,93	468,10		468,10	2.073,03		2.926,97
121801110500000000	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL - EXERCICIOS ANTERIORES		222,91				222,91	222,91	
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE		222,91				222,91	222,91	
121801120000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS								
121801120100000000	MULTA E JUROS SOBRE CONTRIBUICAO DOS SEGURADOS - PREFEITURA	3.000,00							3.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	3.000,00							3.000,00
121801200000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO								
121801210000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	5.000,00							5.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	5.000,00							5.000,00
121801220000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - MULTAS E JUROS	1.000,00							1.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	1.000,00							1.000,00
121801300000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS								
121801310000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	2.000,00							2.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	2.000,00							2.000,00
121801320000000000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - MULTAS E JUROS	1.000,00							1.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	1.000,00							1.000,00
	SOMA	772.000,00	519.503,20	60.475,57		60.475,57	579.978,77		192.021,23
130000000000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
131000000000000000	EXPLORACAO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO								
131001000000000000	ALUGUEIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDEMIOS, TARIFAS DE OCUPACAO								
131001100000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS								
131001110000000000	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	10.000,00							10.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE	10.000,00							10.000,00
132000000000000000	VALORES MOBILIARIOS								
132100000000000000	JUROS E CORRECOES MONETARIAS								
132100400000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - R								
132100410000000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - R								
132100410101000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 150								
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE								
132100410102000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 153								
	FONTES: 0.1.53.000000 RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAçãO								
132100410103000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 154								
	FONTES: 0.1.54.000000 RECURSOS DO SUPERàVIT DA TAXA DE								
132100410201000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 150								
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRòPRIO DE PRE								
132100410202000000	REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 153								

Emissão: 12/11/2019 08:11:21 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Outubro/2019

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
132100410203000000	FONTES: 0.1.53.000000 RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAçãO REMUNERACAO DOS RECURSOS DO RPPS - FONTE 154 FONTES: 0.1.54.000000 RECURSOS DO SUPERáVIT DA TAXA DE								
	SOMA	10.000,00							10.000,00
190000000000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
192000000000000000	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS								
192200000000000000	RESTITUICOES								
192299000000000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299100000000000	OUTRAS RESTITUICOES								
192299110000000000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL								
192299110100000000	RESTITUICOES DETERMINADAS PELO TCE	50.000,00							50.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	50.000,00							50.000,00
199000000000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES								
199003000000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS								
199003100000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS								
199003110000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	50.000,00	119.197,27	2.078,65		2.078,65	121.275,92	71.275,92	
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	50.000,00	119.197,27	2.078,65		2.078,65	121.275,92	71.275,92	
199003120000000000	COMPENSACOES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PROPRIOS	5.000,00							5.000,00
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	5.000,00							5.000,00
	SOMA	105.000,00	119.197,27	2.078,65		2.078,65	121.275,92	16.275,92	
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**887.000,00**	**638.700,47**	**62.554,22**		**62.554,22**	**701.254,69**		**185.745,31**
700000000000000000	RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS								
720000000000000000	CONTRIBUICOES								
721000000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
721800000000000000	CONTRIBUICOES SOCIAIS ESPECIFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICIPIOS								
721803000000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECIFICO DE EST/DF/MUN								
721803100000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO								
721803110000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL								
721803110101000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREFEITURA	1.128.000,00	735.499,26	86.857,33		86.857,33	822.356,59		305.643,41
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	1.128.000,00	735.499,26	86.857,33		86.857,33	822.356,59		305.643,41
721803110102000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - CAMARA	25.000,00	17.353,10	1.820,95		1.820,95	19.174,05		5.825,95
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	25.000,00	17.353,10	1.820,95		1.820,95	19.174,05		5.825,95
721803110103000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - PREVIAP	25.000,00	2.288,60	260,77		260,77	2.549,37		22.450,63
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	25.000,00	2.288,60	260,77		260,77	2.549,37		22.450,63
721803110104000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - DEMAIS SEGURADOS	22.000,00	2.345,88	690,24		690,24	3.036,12		18.963,88
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	22.000,00	2.345,88	690,24		690,24	3.036,12		18.963,88
721803110105000000	CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - EXERCICIOS ANTERIORES		3.096,78				3.096,78	3.096,78	
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE		3.096,78				3.096,78	3.096,78	
721803110201000000	CUSTO SUPLEMENTAR - PREFEITURA	188.000,00	126.012,33	14.831,89		14.831,89	140.844,22		47.155,78
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	188.000,00	126.012,33	14.831,89		14.831,89	140.844,22		47.155,78
721803110202000000	CUSTO SUPLEMENTAR - CAMARA	5.000,00	2.986,97	310,97		310,97	3.297,94		1.702,06
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	5.000,00	2.986,97	310,97		310,97	3.297,94		1.702,06
721803110203000000	CUSTO SUPLEMENTAR - PREVIAP	5.000,00	386,75	44,53		44,53	431,28		4.568,72
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	5.000,00	386,75	44,53		44,53	431,28		4.568,72
721803110204000000	CUSTO SUPLEMENTAR - DEMAIS SEGURADOS	2.000,00	404,15	117,88		117,88	522,03		1.477,97
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	2.000,00	404,15	117,88		117,88	522,03		1.477,97
721803110205000000	CUSTO SUPLEMENTAR - EXERCICIOS ANTERIORES		442,66				442,66	442,66	
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE		442,66				442,66	442,66	
721803120000000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	13.000,00							13.000,00

Emissão: 12/11/2019 08:11:21 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

CNPJ: 03.094.874/0001-43

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64 - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Outubro/2019

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) Em R$

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
	FONTES: 0.1.50.000000 RECURSOS DO REGIME PRóPRIO DE PRE	13.000,00							13.000,00
	SOMA	1.413.000,00	890.816,48	104.934,56		104.934,56	995.751,04		417.248,96
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRAORCAMENTARIAS	**1.413.000,00**	**890.816,48**	**104.934,56**		**104.934,56**	**995.751,04**		**417.248,96**
	TOTAL	**2.300.000,00**	**1.529.516,95**	**167.488,78**		**167.488,78**	**1.697.005,73**		**602.994,27**
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**2.300.000,00**	**1.529.516,95**	**167.488,78**		**167.488,78**	**1.697.005,73**		**602.994,27**

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 12/11/2019 08:11:21

Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - FUNDO MUNICIPAL DE PREV. DOS SERV. MUN. APIACAS

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Até o Mês de 10/2019

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
12	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
001	**REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL - P**								
09.272.0002.2002-31900100000(	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFOR	750.000,00		750.000,00	450.693,55	49.433,01		500.126,56	249.873,44
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	750.000,00		750.000,00	450.693,55	49.433,01		500.126,56	249.873,44
09.272.0002.2002-31900300000(	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	110.000,00		110.000,00	63.450,54	7.050,06		70.500,60	39.499,40
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	110.000,00		110.000,00	63.450,54	7.050,06		70.500,60	39.499,40
09.272.0002.2002-31900500000(	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR OU D	135.000,00		135.000,00	83.153,03	10.692,95		93.845,98	41.154,02
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	135.000,00		135.000,00	83.153,03	10.692,95		93.845,98	41.154,02
09.272.0002.2002-31901100000(	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00		120.000,00	31.500,00	3.500,00		35.000,00	85.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	120.000,00		120.000,00	31.500,00	3.500,00		35.000,00	85.000,00
09.272.0002.2002-31901300000(	OBRIGACOES PATRONAIS	15.000,00		15.000,00					15.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	15.000,00		15.000,00					15.000,00
09.272.0002.2002-31911300000(	OBRIGACOES PATRONAIS	21.000,00		21.000,00	2.675,35	305,30		2.980,65	18.019,35
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	21.000,00		21.000,00	2.675,35	305,30		2.980,65	18.019,35
09.272.0002.2002-33200100000(	APOSENTADORIAS, RESERVAS REMUNERADAS E REFORMAS	22.000,00		22.000,00					22.000,00
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	22.000,00		22.000,00					22.000,00
09.272.0002.2002-33200300000(	PENSOES	10.000,00		10.000,00					10.000,00
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	10.000,00		10.000,00					10.000,00
09.272.0002.2002-33901400000(	DIARIAS - CIVIL	5.000,00		5.000,00	1.550,00	1.500,00		3.050,00	1.950,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	5.000,00		5.000,00	1.550,00	1.500,00		3.050,00	1.950,00
09.272.0002.2002-33903000000(	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00		4.000,00					4.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	4.000,00		4.000,00					4.000,00
09.272.0002.2002-33903300000(	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00		5.000,00	285,82	500,00		785,82	4.214,18
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	5.000,00		5.000,00	285,82	500,00		785,82	4.214,18
09.272.0002.2002-33903500000(	SERVICOS DE CONSULTORIA	17.000,00		17.000,00	10.670,00			10.670,00	6.330,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	17.000,00		17.000,00	10.670,00			10.670,00	6.330,00
09.272.0002.2002-33903600000(	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.000,00		2.000,00					2.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	2.000,00		2.000,00					2.000,00
09.272.0002.2002-33903900000(	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	67.000,00		67.000,00	30.714,12	8.132,70		38.846,82	28.153,18
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	3.350,00		3.350,00	153,78	20,90		174,68	3.175,32
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	62.980,00		62.980,00	30.560,34	8.111,80		38.672,14	24.307,86
0.1.54.000000	Recursos do Superàvit da Taxa de Administração	670,00		670,00					670,00
09.272.0002.2002-33904000000(	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	12.000,00		12.000,00	7.760,79			7.760,79	4.239,21
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	12.000,00		12.000,00	7.760,79			7.760,79	4.239,21
09.272.0002.2002-33904700000(	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	38.000,00		38.000,00	15.295,16	1.674,89		16.970,05	21.029,95
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	5.700,00		5.700,00					5.700,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	30.400,00		30.400,00	15.295,16	1.674,89		16.970,05	13.429,95
0.1.54.000000	Recursos do Superàvit da Taxa de Administração	1.900,00		1.900,00					1.900,00
09.272.0002.2002-33909200000(	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	1.000,00		1.000,00					1.000,00
09.272.0002.2002-44905200000(	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.000,00		17.000,00					17.000,00
0.1.53.000000	Recursos da Taxa de Administração	17.000,00		17.000,00					17.000,00
09.272.0002.2002-99999999000(	RESERVA DE CONTINGENCIA	949.000,00		949.000,00					949.000,00
0.1.50.000000	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	949.000,00		949.000,00					949.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	**2.300.000,00**		**2.300.000,00**	**697.748,36**	**82.788,91**		**780.537,27**	**1.519.462,73**
	TOTAL DO ÓRGÃO - 12	**2.300.000,00**		**2.300.000,00**	**697.748,36**	**82.788,91**		**780.537,27**	**1.519.462,73**
	TOTAL DAS DESPESAS	**2.300.000,00**		**2.300.000,00**	**697.748,36**	**82.788,91**		**780.537,27**	**1.519.462,73**
	TOTAL DE INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	**2.300.000,00**		**2.300.000,00**	**697.748,36**	**82.788,91**		**780.537,27**	**1.519.462,73**

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
Presidente

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
Contador(a)

Emissão: 12/11/2019 08:12:37

Página 1

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
CNPJ: 03.094.874.0001.43
AV BRASIL - 0001059 - BOM JESUS
Telefone (066)3593-1344
previap@hotmail.com

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS

No dia 31 de Outubro de 2019 foi realizada a conferência dos saldos bancários e de caixa, sendo totalizada para o próximo mês a quantia de R$ 23.481.213,55 VINTE E TRES MILHOES, QUATROCENTOS E OITENTA E UM MIL, DUZENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS conforme demonstrados na relação abaixo discriminada.

Data do Demonstrativo: 31/10/2019

Código	Descrição	Número Conta	Tipo	Saldo
002	CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	189-5	Aplic.Fin.	190.974,06
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	190.974,06
004	BRADESCO INST FICFI RF IMA-B TIT PU	19.866-8	Aplic.Fin.	2.588.426,21
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	2.588.426,21
006	SICREDI FI INST RF IRF-M1 LP	708585	Aplic.Fin.	1.002.745,79
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	1.002.745,79
007	BRASIL - ADMINISTRATIVA	11.309-3	Movimento	5.686,99
	0.1.53.000000 - Recursos da Taxa de Administração		100,00%	5.686,99
008	BB PREVID RF PERFIL	247-X	Aplic.Fin.	3.950.613,94
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	3.950.613,94
010	BRASIL - BENEFICIOS	247-X	Movimento	617,21
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	617,21
012	BRASIL PREV RF IRF-M1 - TAXA ADMIN	A11309-3	Aplic.Fin.	92.876,09
	0.1.53.000000 - Recursos da Taxa de Administração			92.876,09
013	BRASIL PREVID RF IRF-M1 - RESERVA	A00991-1	Aplic.Fin.	112.981,59
	0.1.54.000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração			112.981,59
014	BB PREVID RF IMA-B 5	1000000000247-X	Aplic.Fin.	2.905.082,30
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	2.905.082,30
015	BB PREVID RF IRF-M1	2000000000247-X	Aplic.Fin.	3.027.289,29
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	3.027.289,29
016	BRADESCO FI RF IRF-M1 TITULOS PUBLI	1000000019866-8	Aplic.Fin.	3.227.584,70
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	3.227.584,70
017	BRADESCO FUNDO DE INVEST EM ACOES -	2000000019866-8	Aplic.Fin.	136.838,07
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	136.838,07
018	CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP	1060000000189-5	Aplic.Fin.	2.179.902,64
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	2.179.902,64
019	CAIXA FIC NOVO BRASIL RF REF IMA-B	2060000000189-5	Aplic.Fin.	1.541.753,35
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	1.541.753,35
020	CAIXA FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	3060000000189-5	Aplic.Fin.	988.945,04
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	988.945,04
023	SICREDI FIC RF PREMIUM LP	1000000070858-5	Aplic.Fin.	1.002.649,85
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	1.002.649,85
024	SICREDI FIC INT RF IMA-B	2000000070858-5	Aplic.Fin.	526.246,43
	0.1.50.000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		100,00%	526.246,43

Contas Movimento:	**6.304,20**	**Aplicação Financeira:**	**23.474.909,35**	**Caixa:**	
Contas Vinculadas:		**Contas Arrecadação:**		**Total Banco:**	**23.481.213,55**
				Total:	**23.481.213,55**

* (*) Fonte de Recurso não vinculada a Conta Bancária! (-) Saldo inicial da Fonte de Recurso não coincide com o da Conta Bancária!

Emissão: 12/11/2019 08:14:19 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Outubro/2019

Data de emissão: 12/11/2019

Exercício: 2019 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**23.650.705,77**	**20.333.713,02**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.884,89**	**3.140,39**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.304,20	294.154,95	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.210,00	
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	169.492,22	3.762,35	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.674,89	3.140,39
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	23.474.909,35	20.035.795,72			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**185.009,29**	**190.779,89**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**17.837.189,31**	**17.837.189,31**
IMOBILIZADO	185.009,29	190.779,89	PROVISOES A LONGO PRAZO	17.837.189,31	17.837.189,31
BENS MOVEIS	14.806,84	14.806,84	**TOTAL DO PASSIVO**	**17.840.074,20**	**17.840.329,70**
BENS IMOVEIS	200.000,00	200.000,00	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-29.797,55	-24.026,95	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
			RESULTADOS ACUMULADOS	5.995.640,86	2.684.163,21
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.311.477,65	-494.073,10
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.684.163,21	3.178.236,31
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**5.995.640,86**	**2.684.163,21**
TOTAL	**23.835.715,06**	**20.524.492,91**	**TOTAL**	**23.835.715,06**	**20.524.492,91**

ATIVO FINANCEIRO	**23.481.213,55**	**20.329.950,67**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**12.576,44**	**3.140,39**
ATIVO PERMANENTE	**354.501,51**	**194.542,24**	**PASSIVO PERMANENTE**	**17.837.189,31**	**17.837.189,31**
SALDO PATRIMONIAL				**5.985.949,31**	**2.684.163,21**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.901,55	21.352,14

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE APIACAS
FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE APIACAS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Outubro/2019

Data de emissão: 12/11/2019

TOTAL			**TOTAL**	**10.901,55**	**21.352,14**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2019	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2018
VINCULADA		
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	23.269.668,88	20.216.209,05
153000000 - Recursos da Taxa de Administração	85.986,64	59.793,16
154000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração	112.981,59	50.808,07
TOTAL	**23.468.637,11**	**20.326.810,28**

LUAN LUIS MATOS ZAGLI
DIRETOR EXECUTIVO

MARIA ELICIELMA MATIAS CASTRO
CONTADOR 014771/O-5-MT

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO DE REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO 009/2019

DECRETO N º 0237/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 059/2019. TOMADA DE PREÇO 009/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° - Fica REVOGADO o Procedimento Licitatório 059/2019, Modalidade Tomada de Preço 009/2019, durante análise de documentação apresentou-se o fato superveniente que em seu edital, o Lote 2 (dois), trata-se da Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, porém, no projeto, planilhas e memorial descritivo, tal lote, está nomeado como Av. Julio Campos. A fim de corrigir o nome da avenida no projeto, planilha e memorial descritivo, com o intuito de não induzir ao erro as empresas participantes, preservando também a administração, para que seja executada a obra na avenida correta Visando o atendimento em sua integra da legislação vigente com fulcro no ART.49, §1º, da Lei Federal 8.666/93.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 12 de novembro de 2019.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 - INEXIGIBILIDADE 005/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT, através da Comissão Permanente de Licitação junto a Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública, no disposto do art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 38/2009 para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, conforme definido no ANEXO – I da presente Chamada. A sessão de processamento da citada Chamada Pública será realizada na Sala de Reunião, na sede da Prefeitura, localizada à Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro, no Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso. Os Grupos Formais/ Informais / Produtores Individuais, deverão apresentar os envelopes contento a Documentação para Habilitação e Projeto de Venda definidos no objeto desta chamada pública que deverão ser entregues até às 08 horas do dia 13 de dezembro de 2019, no endereço acima citado.

Outras informações e edital da presente Chamada Pública poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, Secretaria Municipal de Educação, no horário de expediente, das 07h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.araputanga.mt.gov.br.

Araputanga/MT, 12 de novembro de 2019.

LEANDRO DA ROCHA DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA DRH 54/2019, LICENÇA SAÚDE 11/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA / MT.

O **GERENTE DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

Nome	Cargo	Afastamento	Tipo
Angela Maria Araujo Mendes	Apoio Administrativo Educacional	06/11/2019 á 12/11/2019	*Licença Saúde*
Beatriz Vaz da Silva	Assessor	30/10/2019 á 26/04/2020	*Licença Maternidade*
Cleusa Pereira da Silva Souto	Monitora de Creche	07/11/2019 á 23/12/2019	*Licença Saúde*
Dalvan Nonato Alves	Operador de Máquinas Pesadas	07/11/2019 á 16/11/2019	*Licença Saúde*
Evani Rodrigues Santos	Professora	07/11/2019 á 16/11/2019	*Licença Saúde*
Jakelaine Gregorio Afonso	Monitora de Creche	11/11/2019 á 25/11/2019	*Licença Saúde*
Jocelia Santos Silva	Agente de Saúde	08/11/2019 á 06/01/2019	*Licença Saúde*
Maria de Fatima Oliveira Henrique	Professora	05/11/2019 á 11/11/2019	*Licença Saúde Família*

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença Saúde dos Servidores Público Municipal da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 11 de novembro de 2019.

OVÍDIO DE FREITAS GODOY

Gerente de Recursos Humanos

Mat. 01, Portaria 354/2019

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 405/2019

PORTARIA N.º 405/2019

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2019, ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO USADO (PIPA), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães como fiscal titular e Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho como fiscal suplente, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000-2019, com a empresa CENTER PAV EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 33.522.094/0001-18.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze dias (12) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 406/2019

PORTARIA N.º 406/2019

CRIA A COMISSÃO ESPECIAL DE VISTORIA DO ITEM ADQUIRIDO ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Especial de Vistorias que será responsável por vistoriar o item adquirido através do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 034/2019, tendo como objeto a aquisição de caminhão pipa usado para atender à demanda da secretaria municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º - Ficam nomeados como membros da referida Comissão Especial de Vistorias os servidores municipais arrolados abaixo:

I – Rosiron Rodrigues Guimarães;

II – Ronaldo Edson Shiavinato

III – Fabiano de Oliveira Freire;

Art. 3º - Compete a Comissão Especial de Vistorias criada e nomeada por esta portaria a averiguação dos itens a seguir, juntamente de um representante da licitante:

I – Compatibilidade com as características exigidas para atendimento do(s) lote(s) pretendido(s) pela interessada.

II – Integridade da parte externa, sem buracos, ferrugem, amassados e outros defeitos que possam comprometer a segurança ou mesmo comprometer o funcionamento regular do veículo.

III – Bom funcionamento da ignição/partida, do motor, da caixa de câmbio, do diferencial, do sistema hidráulico, freios e suspensão.

IV - Regular funcionamento dos faróis dianteiros e traseiros (luz baixa e luz alta), luz de freios, luz de ré, pisca- alertas, luzes internas.

V – Demais situações que julgarem necessários, visando à demonstração da boa qualidade do item adquirido, sempre visando sua utilização a médio e longo prazo.

Art. 4º - Abordados os itens acima, deverá a Comissão Especial de Verificação emitir Atestado de Aprovação, assinado por todos os membros, caso os itens do art. 3º sejam devidamente preenchidos, sendo os membros igualmente responsáveis pelas informações constantes do Atestado.

Art. 5° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 407/2019

PORTARIA N.º 407/2019

DESIGNAR ENGENHEIRO CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA CONSTANTE NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2019, ORIUNDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MORADA DOS PEQUENINOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. João Gustavo Faria dos Santos Junior, para acompanhamento e fiscalização da OBRA CONSTANTE NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135//2019, oriundo da TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019, com a empresa VALE SERVIÇOS E LIMPEZA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.815.037/0001-39.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de novembro de 2019, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 404/2019, ELEVAÇÃO DE SERVIDOR LEI 852/2019.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

Considerando o artigo 17 da Lei Municipal nº 852/2008, datada de 19 (dezenove) de dezembro de 2008;

Considerando o Anexo II da Lei Municipal nº 852/2008, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Níveis da servidora pública municipal da rede de Municipal de Ensino, **Gleide Aparecida de Souza**, Técnica Administrativa Educacional, admitida em 01 de novembro de 1995, para o **"Nivel 1.5, B-09"** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos onze (11) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 403/2019, EXONERAÇÃO A PEDIDO.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento datado de 11/11/2019, a servidora **Thalita da Silva Coelho,** matrícula nº 2201, contratada temporária, ocupante do cargo de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos onze (11) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.350/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária Sr.ª **DAYANE ANDREIA JUSTEN**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.368.151-6 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 002.049.401-76, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 1** Classe **"B",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na E. M. São José Ary da Costa, em substituição a Professora Eliete Rodrigues, que teve o termino de sua estabilidade gestacional finalizada, período de 04/11/2019 a 20/12/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 072/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 072/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **29/10/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **A S SANTOS & CIA LTDA** inscrita noCNPJ Nº. 00.113.059/0001-96 **vencedora de 09 itens totalizando R$ 69.730,00**, a empresa **E. DE S. BRANDAO GRAFICA EDITORA EXATA-ME** inscrita noCNPJ Nº. 29.115.096/0001-15 **vencedora de 10 itens totalizando R$ 141.169,30**, a empresa **ELITON DIMAS PEREIRA MARINS-ME** inscrita no CNPJ Nº. 18.847.656/0001-00 **vencedora de 24 itens totalizando R$ 94.232,91**, a empresa **GRAFICA E EDITORA GERDAN LTDA ME** inscrita no CNPJ Nº. 86.939.964/0001-15 **vencedora de 13 itens totalizando R$ 93.655,55,** a empresa **SOZO & FORLIN LTDA ME** inscrita no CNPJ Nº. 00.070.595/0001-51 **vencedora de 11 itens totalizando R$ 114.456,30**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 12 de novembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.676/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 71.000,00 (SETENTA E UM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1780 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1784 de 24 de outubro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais suplementar no valor de R$ 71.000,00 (setenta e um mil reais) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.003.12.365.0009.2086 - Man. do Ensino Infantil – Pré-escola – 40%		
3190.0400 – Contratação por tempo determinado	01.19	60.000,00
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	*01.19*	11.000,00
TOTAL		***71.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 07 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.680/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 74.000,000 (SETENTA E QUATRO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1790 de 07 de novembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
11.002.18.541.0025.2080 – Implementação da Coleta Seletiva		
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	74.000,00
Total		***74.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
11.002.18.541.0026.2081 – Apoio as Etnias Indígenas		
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	5.000,00

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	64.000,00
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	5.000,00
Total		***74.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 11 de novembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.351/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária, Srª **ANATILDE MIRANDA HENRIQUE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.836.603-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob o nº. 865.691.631-91, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esporte e Lazer* da **CLASSE "A",** para **CLASSE "B",** considerando a conclusão do **Curso Técnico em Secretaria Escolar**, a partir do dia **11/11/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.681/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1781 de 24 de outubro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais suplementar no valor de R$ 45. 000,00 (quarenta e cinco mil reais) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
07.002.12.361.0009.2028 – Manutenção do Transporte Escolar		
3390.3000 – Material de Consumo	*01.22*	45. 000,00
TOTAL		***45.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 11 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.354/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

INTERROMPER o período relativo às **FÉRIAS** concedida ao funcionário a Sr. **SANDERSON FIRMINO DOS SANTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1333536-7 SSP/PR e do CPF nº. 919.728.091-72, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE AUTOMÓVEL,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde*, a interrupção se faz necessária em razão do excesso de trabalho, devendo o servidor retornar as suas atividades no dia **14/11/2019**, restando um saldo de **06 (seis)** dias a serem gozados em ocasião futura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.678/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 165.641.77 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1792 de 07 de novembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 165. 641,77 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
05.001.04.123.0003.2012 – Gestão da SEMUFI		
3390.9200 – Despesas de Exercícios Anteriores	*03.00*	165.641,77

Total		***165.641,77***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
08.002.15.451.0012.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e Drenagem Urbana		
4490.3000 - Material de Consumo	*03.00*	108.067,65
4490.3900 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	*03.00*	57.574,12
Total		***165.641,77***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 08 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.679/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 13.970,10 (TREZE MIL NOVECENTOS E SETENTA REAIS E DEZ CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1791 de 07 de novembro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 13.970,10 (treze mil novecentos e setenta reais e dez centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
04.002.09.272.0002.2010 – Manutenção e Encargos do FAPEMA		
3390.9300 – Indenizações e Restituições	*01.53*	13.970,10
Total		***13.970,10***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
04.002.09.272.0002.2010 – Manutenção e Encargos do FAPEMA		
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.53*	13.970,10
Total		***13.970,10***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 08 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 078/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 11.008/2019, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Objeto: **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza de forro em atendimento as Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã-MT**. Início da Sessão: **Dia 27/11/2019, às 08h00min (oito), horário local**, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site: http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.352/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal, **e Lei Complementar 037/2009,**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, a funcionária Srª. **EMANUELA MENDES DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1759104-0 SSP/MT e do CPF nº. 030.787.381-16, ocupante do cargo de carreira de **ENFERMEIRO,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, **com vencimentos integrais, a partir de 08/11/2019 e término em 05/05/2020, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2019.08.00055P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2019

Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **A S SANTOS E CIA LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº. 00.113.059/0001-96**, *Inscrição Estadual Nº. 13.155.778-5, Inscrição Municipal Nº. 41596,* com sede na Av. Afonso Pena, nº 1.100, Bairro: Santa Helena, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.049-323, Telefone: (065) 3621-1000, e-mail: licitações@techprint.com.br, representada por seu proprietário **Srº. Altair da Silva Santos**, portador do RG Nº 395.469 SESP/RO e CPF Nº. 390.573.132-00, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7. 892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS MATERIAIS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	683519	ADESIVO TAM. MEDINDO 0,20 X 0,20 CM	UNIDADE	350	R$ 4,80	R$ 1.680,00
2	683053	BANNER EM LONA IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, MEDINDO 1,00 X 2,00 M.	UNIDADE	40	R$ 150,00	R$ 6.000,00
3	683006	BANNER EM LONA IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, MEDINDO 2,00 X 0,90 CM.	UNIDADE	42	R$ 150,00	R$ 6.300,00
4	683334	FAIXA EM LONA 440G, MEDINDO 5.00 X 1.00 M.	UNIDADE	37	R$ 290,00	R$ 10.730,00
5	683319	FAIXA EM LONA COM ACABAMENTO DE MADEIRAS NA EXTREMIDADE, MEDINDO 300 X 0,90 CM.	UNIDADE	42	R$ 190,00	R$ 7.980,00
6	682995	FAIXA EM LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA, MEDINDO 6.00 X 0.80M.	UNIDADE	24	R$ 470,00	R$ 11.280,00
7	676940	LONA 280G, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA, UM LADO, (FRENTE) BORDAS REFORCADAS COM ILHOS, MEDINDO 2.40 X 1.40 M.	UNIDADE	37	R$ 230,00	R$ 8.510,00
8	683012	LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, BORDAS REFORCADAS COM ILHOS, MEDINDO 3,50 X 2,50M.	UNIDADE	15	R$ 500,00	R$ 7.500,00
9	682994	LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, BORDAS REFORCADAS COM ILHOS, MEDINDO 4.00 X 2,80M.	UNIDADE	13	R$ 750,00	R$ 9.750,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços executados durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

A S SANTOS E CIA LTDA

CNPJ Nº. 00.113.059/0001-96

Altair da Silva Santos

CPF Nº. 390.573.132-00

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.353/2019

"DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICANCIA DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a Abertura de **Sindicância n° 016/2019**, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no âmbito da Secretaria Municipal de Administração,conforme Parecer Jurídico nº 575/2019, **em virtude de despesa realizada sem prévio empenho** referente aserviços efetivamente prestados pela empresa AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, **sob a presidência do Primeiro.**

1. Claudia Maria Tscha – Mat. 3706

2. Luciene Souza da Silva – Mat. 2966

3. Lindalva Cruz Cabral – Mat. 529

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.677/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1780 de 10 de dezembro de 2018 e Lei 1784 de 24 de outubro de 2019 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais suplementar no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) na função programática e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
07.003.12.365.0009.2084 – Ensino Infantil – Pré-escola – FUNDEB 60%		
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	*01.18*	65. 000,00
07.003.12.365.0009.2087 – Ensino Infantil – Creche – FUNDEB 60%		
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	*01.18*	55. 000,00
TOTAL		***120. 000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 07 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2019

Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **E. DE S. BRANDAO GRÁFICA EDITORA EXATA ME** inscrita no **CNPJ Nº. 29.115.096/0001-15,** Inscrição Estadual nº. 13.705.266-9, Inscrição Municipal nº. 161755, com sede na Rodovia Palmiro Paes de Barros (Ant. Rua A, Lot Jardim dos Pinheiros) nº. 325, Quadra 03, Lote 20, Bairro: Parque Geórgia,município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - MT CEP: 78.085-417, Telefone: (065) 3044-6000, e-mail: graficaexatacba@hotmail.com, representada por seu procurador **Srº. Evandro José Rodrigues**, portador do RG 900582 SSP/MT e do CPF n°. 654.961.911-49, *nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da* ***Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável****, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1. DOS MATERIAIS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	683341	ADESIVO VINIL, IMPRESSAO DIGITAL, RECORTE ELETRONICO, MEXILHAO DOURADO MEDINDO 0.10 X 0.10 CM.	UNIDADE	301	R$ 15,00	R$ 4. 515,00
2	694823	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 16, 2 VIAS, AUTO COPIATIVO.	UNIDADE	1175	R$ 4,00	R$ 4. 700,00
3	694821	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 18, 2 VIAS, AUTO COPIATIVO.	UNIDADE	120	R$ 3,60	R$ 432,00
4	694806	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 24, 1 VIA.	UNIDADE	60	R$ 3,50	R$ 210,00
5	694814	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 9, 1 VIA, FRENTE VERSO.	UNIDADE	140	R$ 39,50	R$ 5. 530,00
6	694807	BLOCO COM 50 FOLHAS, TAMANHO 15X21, 1 VIA, FRENTE.	UNIDADE	3100	R$ 18,90	R$ 58. 590,00
7	694404	CARTAO DE VACINACAO, TAMANHO 21X8, FRENTE VERSO.	UNIDADE	10000	R$ 2,80	R$ 28. 000,00
8	683314	CRACHA, FORMATO 32 EM TRIPLEX 250G 4 X 0.	UNIDADE	402	R$ 16,90	R$ 6. 793,80
9	683317	FICHAS, PAPEL CARTOLINA 240G, PARA VALE AGUA, VALE ALMOCO, VALE REFRIGERANTE.	UNIDADE	2800	R$ 0,44	R$ 1. 232,00
10	680885	FOLDER IMPRESSAO COLORIDA FRENTE VERSO, PAPEL COLCHE, TAMANHO 0,22 X 0,32 FB	UNIDADE	3755	R$ 8,30	R$ 31. 166,50

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços executados durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

E. DE S. BRANDAO GRÁFICA EDITORA EXATA ME

CNPJ Nº. 29.115.096/0001-15

Evandro José Rodrigues

CPF Nº. 654.961.911-49

Procurador

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2019

Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ELITON DIMAS PEREIRA MARINS,** inscrita no **CNPJ Nº. 18.847.656/0001-00**, *Inscrição Estadual Nº. 13.551.477-0, Inscrição Municipal Nº. 1558,* com sede na Rua Rio Grande do Sul, s/nº, Bairro: Parque São Domingos, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 3565-1186, representada por seu proprietário **Srº. Eliton Dimas Pereira Marins**, portador do RG Nº 1666547-3 SSP/MT e CPF Nº. 012.943.081-14, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a clas-

sificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS MATERIAIS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	683517	ADESIVO IIMPRESSAO DIGITAL - TAMANHO 0,10 X 0,20 CM.	UNIDADE	550	R$ 13,99	R$ 7. 694,50
2	683516	ADESIVO MEDINDO TAM. 0,10 X 0,20 CM.	UNIDADE	350	R$ 13,79	R$ 4. 826,50
3	683520	ADESIVO TAM. MEDINDO 0,47 X 0,17 CM	UNIDADE	350	R$ 5,39	R$ 1. 886,50
4	683340	ADESIVO, IMPRESSAO DIGITAL, MEDINDO 0,47 X 0,17 CM.	UNIDADE	630	R$ 6,99	R$ 4. 403,70
5	680884	BANNER IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA MEDINDO 1,00 X 2,00 M	UNIDADE	58	R$ 94,99	R$ 5. 509,42
6	694827	BLOCO COM 50 FOLHAS, 2 VIAS, AUTO COPIATIVO F/9.	UNIDADE	60	R$ 28,90	R$ 1. 734,00
7	695315	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 32, 1 VIA	UNIDADE	20	R$ 3,00	R$ 60,00
8	694820	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 36, 1 VIA.	UNIDADE	150	R$ 18,99	R$ 2. 848,50
9	694812	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 9, 1 VIA.	UNIDADE	350	R$ 31,39	R$ 10. 986,50
10	683093	BLOCO DE RECEITUARIO B1 AZUL.	UNIDADE	120	R$ 17,89	R$ 2. 146,80
11	694783	BLOCOS COM 50 FOLHAS, FORMATO 4, 1 VIA.	UNIDADE	40	R$ 32,39	R$ 1. 295,60
12	683055	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,47 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR AMA-RELO, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	270	R$ 0,90	R$ 243,00
13	683057	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,47 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR PA-LHA, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	340	R$ 0,90	R$ 306,00
14	683054	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,58 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR BRANCA, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	520	R$ 0,90	R$ 468,00
15	676938	CAPA PARA CARNE IPTU, 4 X 0 CORES, 44 X 8,5 CM SCM TINTA ESCALA EM COU-CHE 150G, PROVA DIGITAL, DOBRADO, CORTE/VINCO.	UNIDADE	6000	R$ 0,35	R$ 2. 100,00
16	683321	FAIXA EM LONA COM ACABAMENTO DE MADEIRA NA EXTREMIDADE, MEDINDO 500 X 0,70 CM.	UNIDADE	23	R$ 200,00	R$ 4. 600,00
17	682990	FAIXA EM LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA, MEDINDO 3.00 X 1.00M	UNIDADE	31	R$ 119,99	R$ 3. 719,69
18	683336	LONA 440G, EM REBITE, TAMANHO 352 X 0,82CM.	UNIDADE	15	R$ 150,00	R$ 2. 250,00
19	682989	LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, COM ILHOS, MEDINDO 3.00 X 1,50M.	UNIDADE	29	R$ 230,00	R$ 6. 670,00
20	676939	OUTDOOR EM LONA 280G, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA MEDINDO 3.00 X 9.00M.	UNIDADE	26	R$ 870,00	R$ 22. 620,00
21	682992	PANFLETO COLORIDO PAPEL COUCHE, FORMATO 16, 4X4, 115G.	UNIDADE	7350	R$ 0,16	R$ 1. 176,00
22	683029	PANFLETO MEDINDO 21 X 15 CM, IMPRESSAO FRENTE, EM PAPEL COUCHE 115G BRILHO, POLICROMIA COLORIDO FORMATO 16.	UNIDADE	2230	R$ 0,14	R$ 312,20
23	682890	PLACA EM PVC 30 X 21CM	UNIDADE	324	R$10,00	R$ 3. 240,00
24	682996	PLACA EM PVC ADESIVADA COLORIDA MEDINDO 0,70 X 0,30CM	UNIDADE	224	R$ 14,00	R$ 3. 136,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços executados durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ELITON DIMAS PEREIRA MARINS

CNPJ Nº. 18.847.656/0001-00

Eliton Dimas Pereira Marins

CPF Nº. 012.943.081-14

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.675/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1705 de 18 de dezembro de 2018 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de *R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na* função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
04.002.09.272.0002.2010 – Manutenção e Encargos do FAPEMA		
3190.0100 – Aposentadorias e Reformas	*01.50*	300.000,00
Total		***300.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
04.002.99.997.0002.2011 – Reserva legal RPPS		
9999.9999 – Reserva de Contingência	*01.50*	300.000,00
Total		***300.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 07 dias do mês de novembro de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2019

Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **GRAFICA E EDITORA GERDAN LTDA – ME** inscrita no **CNPJ Nº. 86. 939.964/0001-15,** Inscrição Estadual nº. 13.152.226-4, Inscrição Municipal nº. 13057344303, com sede na Av. Mato Grosso, nº 919, Bairro: Modulo 02, município de Juína, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.320-000 Telefone: (66) 3566-3735, e-mail: grafica@gerdan.com.br, representada por sócio administrador Srº. **Geraldo Batista Vieira,** portador do RG nº 0688881-0 SEJSP/MT e CPF Nº. 474.350.891-68, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS MATERIAIS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	683008	BANNER EM LONA IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, MEDINDO 3,00 X 0,90 CM.	UNIDADE	46	R$ 154,00	R$ 7. 084,00
2	695316	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 32, 2 VIAS, AUTO COPIATIVO.	UNIDADE	150	R$ 20,50	R$ 3. 075,00
3	694819	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 9, 2 VIAS, AUTO COPIATIVO.	UNIDADE	400	R$ 36,30	R$ 14. 520,00
4	694818	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 9, 3 VIAS, AUTO COPIATIVO.	UNIDADE	20	R$ 46,30	R$ 926,00
5	694794	BLOCOS COM 50 FOLHAS, FORMATO 128, 1 VIA.	UNIDADE	20	R$ 20,00	R$ 400,00
6	683056	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,47 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR BRANCA, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	910	R$ 0,81	R$ 737,10
7	683059	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,47 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR VERDE, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	390	R$ 0,80	R$ 312,00
8	683060	CARTAZ, FORMATO 2, EM PAPEL COUCHE, 150 GRAMAS,POLICROMIA, MEDINDO 0,31 X 0,46 CM.	UNIDADE	1329	R$ 5,35	R$ 7. 110,15
9	683322	FAIXA EM LONA COM ACABAMENTO DE MADEIRA NA EXTREMIDADE, MEDINDO 200 X 0,70 CM.	UNIDADE	26	R$ 125,00	R$ 3. 250,00
10	683325	FOLDER, FORMATO 04, 4 X 4, PAPEL COLCHE LAMINADO FRENTE VERSO.	UNIDADE	1802	R$ 10,65	R$ 19. 191,30
11	683318	LONA 440G, COM FITA DE REFORCO E ILHOS A CADA 20 CM, MEDINDO 3.00 X 2. 50 M.	UNIDADE	15	R$ 540,00	R$ 8. 100,00
12	683011	LONA IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, COM ILHOS, MEDINDO 4,00 X 2,50M.	UNIDADE	15	R$ 450,00	R$ 6. 750,00
13	682999	LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA 440GR, COM ILHOS, MEDINDO 5.00 X 3,00 M.	UNIDADE	30	R$ 740,00	R$ 22. 200,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços executados durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

GRAFICA E EDITORA GERDAN LTDA – ME

CNPJ Nº. 86.939.964/0001-15

Geraldo Batista Vieira

CPF Nº. 474.350.891-68

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 072/2019

Aos **doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SOZO & FORLIN LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ Nº. 00.070.595/0001-51,** Inscrição Estadual nº. 13.153.524-2, Inscrição Municipal nº. 13057350300, com sede na Rua Reinaldo Schmitz, nº. 523E, Bairro: Setor de Serviço, município de Juína, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.320-000 Telefone: (066) 3566-2267, e-mail: graficafama@gmail.com, representada por sócio administrador **Srº. Solismar Sozo,** portador do RG nº 4.949.497-1 SSP/PR e CPF Nº. 675.418.019-68, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS MATERIAIS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. *O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:*

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL
1	694816	BLOCO COM 50 FOLHAS, FORMATO 9, 1 VIA, FRENTE VERSO, COLORIDA.	UNIDADE	80	R$ 15,80	R$ 1.264,00
2	694778	BLOCO COM 50 FOLHAS, TAMANHO 27 X 18, FRENTE/VERSO.	UNIDADE	250	R$ 24,80	R$ 6.200,00
3	683058	CAPA DE PROCESSO TAMANHO 0,47 X 0,31CM, PAPEL NA CARTOLINA NA COR ROSA, 180 GR, FORMATO/04.	UNIDADE	390	R$ 0,89	R$ 347,10
4	694789	CARTAO DE VACINA COR PRETA FORMATO 16.	UNIDADE	7000	R$ 2,48	R$ 17.360,00
5	689389	CARTAZ COLORIDO, FORMATO 2.	UNIDADE	1516	R$ 7,70	R$ 11.673,20
6	683324	CARTAZ, FORMATO 02, 4 X 0 , PAPEL COUCHE 230G.	UNIDADE	1117	R$ 8,45	R$ 9.438,65
7	683327	CARTILHAS EDUCATIVAS, 24 PAGINAS, 4 X 4, PAPEL COLCHE 180G.	UNIDADE	780	R$ 16,00	R$ 12.480,00
8	683023	FAIXA EM LONA, IMPRESSAO DIGITAL COLORIDA, MEDINDO 6.00 X 1.00M.	UNIDADE	27	R$ 495,00	R$ 13.365,00
9	683326	FOLDER, FORMATO 08 4 X 4, PAPEL COLCHE LAMINADO FRENTE VERSO.	UNIDADE	1963	R$ 15,45	R$ 30.328,35
10	683335	LONA 440G, COM FITA DE REFORCO E ILHOS A CADA 20 CM, MEDINDO 300 X 200 CM.	UNIDADE	16	R$ 400,00	R$ 6.400,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Consignatária da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços executados durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de novembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

SOZO & FORLIN LTDA-ME

CNPJ Nº. 00.070.595/0001-51

Solismar Sozo

CPF Nº. 675.418.019-68

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Rejane Lina de Oliveira

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 537.872.851-72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.355/2019

"DETERMINAR A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNAR COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar n° 009/2019**, com a finalidade de averiguar a conduta do servidor ***Gevanyldo de Almeida*****,** ocupante do cargo de Agente de Fiscalização de Obras e Posturas,de acordo com os Artigos 89 e seguintes da Lei nº 001/1999 e conforme memorando n° 116/2019/SEMUFI.

Artigo 2º - DESIGNAR, os servidores, como membros titulares, para comporem a Comissão, sob a presidência do primeiro.

1. Jurandir Ambrósio - Mat. 3.707 - Presidente

2. Ionar Aparecida Magalhães da Costa - Mat. 2.414 - Secretaria

3. Rosane Salete Casagrande Tedesco - Mat. 123 - Membro

Artigo 3º - DETERMINAR, ainda, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para término dos trabalhos prorrogável se necessário.

Artigo 4º - **DISPENSAR,** os integrantes da Comissão de suas normais atividades durante o horário que perdurar os trabalhos.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 12 dias de novembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.682/2019

SÚMULA:

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR COLAPSO DE EDIFICAÇÕES – COBRADE 2.4.1.0.0, CONFORME IN/MI 01/2012".

O Senhor Jonas Rodrigues da Silva, Prefeito do Município de Aripuanã, localizado no estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Aripuanã-MT , e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que no dia 30 de outubro de 2019, por volta das 20h30min, incêndio criminoso destruiu a estrutura da Ponte sobre o Rio Loreto, na Rodovia MT 208;

II – Que em decorrência do incêndio criminoso, 22.354 pessoas ficaram isoladas no município, obrigando o Poder Público Municipal a restabelecer os serviços essenciais de transporte de forma paliativa, com a colocação de pontilhão de madeira rústica na localidade;

III – Que o acesso secundário ao município se dá pela Rodovia MT 183, cujas pontes sobre os Rios Taboca e Capitari se encontram com suas estruturas comprometidas, com a possibilidade de a qualquer momento o município ficar novamente isolado, impossibilitando o recebimento de bens de primeira necessidade e escoar sua produção primária, com sérios danos sociais e econômicos aos munícipes;

IV – Que as Rodovias são os únicos acessos ao município, e são de jurisdição estadual, e que o Poder Público Municipal já dispendeu de recursos próprios para o restabelecimento paliativo dos serviços essenciais de transporte;

V – Que o parecer nº 003/2019 da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de **situação de emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **situação de emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Colapso de Edificações – COBRADE 2.4.1.0.0., **conforme IN/MI nº 01/2012.**

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Ficam os órgãos competentes autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para os órgãos de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Art. 17 da Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Aripuanã, aos 12 dias do mês de novembro 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO 19-2019

EDITAL RETIFICADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quanto a REABERTURA de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 26 de novembro de 2019**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurélio Fullin, s/n , Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito no edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93.

O **credenciamento** será realizado das **07h30m às 08h00m**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticacao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 12 de novembro de 2019.

_____

FERNANDO FERREIRA SOUZA GEHM

Pregoeiro

Portaria nº 140/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 354 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 65,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **DOMINGAS ORTIZ RAMOS,**Licenciada em Pedagogia na E.M. Jardim Paraíso, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 30/11/2019, objetivando o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”, bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a “carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ”.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 357 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 137,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA** Licenciada em Pedagogia na E.M.Gotinhas do Saber, **acréscimo de 20 horas/semanais** no período de 30/10/2019 a 13/11/2019, Em substituição a Professora Laura Alexsandra Neves Monteiro que se encontra de Atestado Médico.

Cáceres, 04 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 357 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 137,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA** Licenciada em Pedagogia na E.M.Gotinhas do Saber, **acréscimo de 20 horas/semanais** no período de 30/10/2019 a 13/11/2019, Em substituição a Professora Laura Alexsandra Neves Monteiro que se encontra de Atestado Médico.

Cáceres, 04 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 355 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 236,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **SILVANIA MARIA DE SOUZA PEREIRA,**Licenciada em Letras na E.M. Raquel Ramão da Silva, **acréscimo de 05 horas/semanais** no período de 31/10/2019 a 20/12/2019, Em substituição a Dionila Gomes Tavares que se encontra de Licença médica.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 360 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 298,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **MARIA REGINA RUMÃO,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM Duque de Caxias, acréscimo de 20 **horas/semanais**, no período de 01/11/2019 a 27/11/2019, em substituição a professora Pétria Vieira Vaz que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 05 Novembro de 2019.

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 344 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 020** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Brincando e Aprendendo, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 11/11/2019 a 10/12/2019, em substituição a professora Mauriety Rodrigues Oliveira que encontra se afastada de suas atividades laborais, conforme o resultado da perícia médica.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 340 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 14,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Fazendo Arte, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 21/10/2019 a 04/11/2019, em substituição a professora Ana Cristina Catelan que está de Atestado Médico.

Cáceres, 31 de Outubro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 353 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 72,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **VERA LÚCIA DE CAMPOS,**Licenciada em Pedagogia na E.M. Jardim Paraíso, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 22/11/2019, objetivando o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”, bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a “carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ”.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 363 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 243,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LUCIMARA LEITE DA SILVA,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Garcês, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 20/11/2019, objetivando

o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”, bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a “carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ”.

Cáceres, 06 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 364 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 244,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **NILIANY RAMOS DA CRUZ,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Garcês, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 20/11/2019, objetivando o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”, bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a “carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ”.

Cáceres, 06 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 365 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 254,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **SINÉZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Garcês, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 20/11/2019, objetivando o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas”, bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a “carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ”.

Cáceres, 06 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

AGUAS DO PANTANAL
PORTARIA Nº 054/2019 - SSAAP

O Diretor Executivo do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei n. º 2.476/2015 que estabeleceu regime jurídico próprio autárquico ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, com denominação atribuída pela Lei 2.520/2016;

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade:

CONSIDERANDO a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

CONSIDERANDO o **Contrato Administrativo Nº 44, 45, 46, 47, 48 e 49/2019-SSAAP**, que tem por objeto a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º. Designar o Gerente de Tecnologia da Informação **RENAN PATRICK MEDEIROS DE OLIVEIRA GATES**, portador do CPF: **025.564. 091-93**, nomeado para o cargo de Encanador de Adutora desta Autarquia Municipal, por meio da Portaria n.º 010 de 07/03/2019, para exercer a fiscalização do Contrato AdministrativoNº 44, 45, 46, 47, 48 e 49/ 2019-SSAAP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 06 de novembro de 2.019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 44/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: GUERREIRO FILHO &CHAVES LTDA-ME

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 45/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: LICITAMAIS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 39.836,72 (Trinta e nove mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 46/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: R P LICITAÇÕES, COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 25.390,00 (Vinte e cinco mil, trezentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 47/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: V. P. SILVA BRINQUEDOS - ME

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 1.860,57 (Um mil, oitocentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 48/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: MAPPE BRASIL LTDA

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 17.070,00 (Dezessete mil e setenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N° 49/2019 - SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2019 SSAAP

CONTRATANTE: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

CONTRATADO: OLMIR IORIS E CIA LTDA

OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de Materiais de informática na quantidade e especificação detalhada no item 3.1 parte integrante do presente Contrato com a finalidade de fazer atualização e reposição de materiais que influenciam diretamente no processo de funcionamento SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL tendo em vista que muitos itens do presente processo se encontram estragados ou esgotados para substituição.

VALOR ESTIMADO: R$ 15.720,00 (Quinze mil, setecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) Meses

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
10.04.18	17.512.1007. 2211	3.3.90.30 Material de Consumo	(100) Recursos Próprios
20.04.18	17.512.1007. 2211	4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(100) Recursos Próprios

Cáceres - MT, 06 de novembro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 011/2019 – CMEC/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante a Lei do CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC; e com base na Resolução nº 005/2009/CMEC, considerando o processo número 028319 protocolado no Conselho Municipal de Educação de Cáceres em 02/08/2019, e por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de 05/11/2019,

RESOLVE:

Art. 1º – **Renovar a Autorização** da Educação Básica, etapas Educação Infantil (pré-escola 04 e 05 anos) e Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da **Escola Municipal Soteco**, situada na Rodovia MT 388, Km 06, na Fazenda Soteco, Zona Rural no Município de Cáceres – MT.

Art. 2º – O presente ato terá vigência de 01 (um) ano, no período de **01/01/2019** a **31/12/2019**.

Art. 3º- Validar estudos realizados pelos alunos nas etapas de Educação Infantil (pré–escola 04 e 05 anos) e Ensino Fundamental do (1º ao 9º ano), nos anos letivos de: **2015, 2016, 2017 e 2018**, da Escola Municipal Soteco, devendo a Instituição de Ensino apresentar as atas de resultados finais, dos períodos letivos validados, conforme Parecer nº 008/2019/CMEC-MT.

Art. 4º –Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres MT, 05 de novembro de 2019.

Prof.º Luis Aurélio Alves

Presidente do Conselho Municipal de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 013/2019-CMEC/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições legais, mediante a Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, consoante a Lei do CMEC nº 2.162/08, alterada pela Lei nº 2.327 de 28/05/2012 e Regimento Interno do CMEC; e com base na Resolução nº 005/2009/CMEC, considerando o processo número 028219 protocolado no Conselho Municipal de Educação de Cáceres em 02/08/2019, e por decisão dos Conselheiros em Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de 05/11/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Recredenciar a Escola Municipal Soteco, situada na Rodovia MT 388, Km 06, na Fazenda Soteco, Zona Rural no Município de Cáceres – MT.

Parágrafo Único - O presente ato tem a vigência de 01 (um) ano, no período de **01/01/2019** a **31/12/2019.**

Art. 2º - Para que a Escola Municipal Soteco possa ministrar a Educação Básica, objeto desta portaria, as etapas a serem ofertadas devem estar devidamente autorizadas por este conselho nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA

CUMPRA-SE

Cáceres-MT, 05 de novembro de 2019.

Prof.º Luis Aurélio Alves

Presidente do Conselho Municipal de Educação

EXTRATO PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 008/2018 TRATO PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 008/2018

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 008/2018 PROTOCOLO 8500/2018 DE 22/02/18, PORTARIA Nº 093 DE 06/03/2018

Relatório Final realizado pela Comissão Permanente de Sindicância, designada pela Portaria nº 595 de 27 de dezembro de 2018, referente ao Processo Administrativo n.º 008/2018, **conforme Memorando nº 095 de 22/02/2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, para apurar falta funcional do servidor J.C.S. da S**, onde **OPINA PELA ENCAMINHAMENTO DO SERVIDOR PARA TRATAMENTO DE TRANSTORNO ALCÓOLICO, SEM PENALIDADE** ao servidor.

- Julgamento, acatamento parcial do relatório final da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa pelo Secretária Municipal de Infraestrutura e Logística-SMIL;

- Encaminhamento de notificação de ciência com cópia do julgamento emitido pelo Secretário de Infraestrutura e Logítica ao servidor **J.C.S. da S.**

- Encaminhamento de notificação de ciência com cópia do julgamento emitido pelo Secretário de Infraestrutura e Logítica à Coordenadoria de Gestão de Pessoa e da Ata nº 01 para demais providências.

- Encaminhamento de notificação de ciência com cópia da Ata nº 01 da CPSA para Secretaria de Administração – Coordenadoria de Gestão de Pessoa para conhecimento e acompanhamento do tratamento do servidor.

- Encerramento dos trabalhos junto Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e envio à Secretaria de administração para arquivo na pasta do servidor.

- Após providências – encerramento e arquivamento do processo.

Cáceres-MT., 12 de novembro de 2019.

Elivania Martins de Souza

Presidente

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE ADMINISTRATIVO N°. 14/2017-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 14/2017-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A

OBJETO: – Aditaro **PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 014/2017-SSAAP** celebrado entre o **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**, e a Empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**,** para mais **03 (TRÊS) MESES**, a contar do dia **16/10/2019 a 15/01/2020**.

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
18.001	17.512.1007.2211.0000	33.90.39.00	(100) -Recurso Ordinário

Cáceres- 15 de outubro de 2019

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 350 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 130,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Jardim Paraíso, **acréscimo de 10 horas/semanais** no período de 01/11/2019 a 22/11/2019, objetivando o cumprimento do calendário escolar, conforme preconiza a lei nº939/96, art. 12 que estabelece que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas", bem como, art.24 inciso I, que dispõe que a "carga horária mínima anual é de oitocentas horas , distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluídos o tempo reservado aos exames finais quando houver ".

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 343 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 257,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **CLAUDIA DA SILVA BARROS,**Licenciada em Pedagogia na E.M Frei Grignion, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 30/10/2019 a 20/12/2019, em

substituição a professora Maria Aparecida da Silva que encontra se de atestado Médico.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 356 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 169,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **DAGMAR ROSANA PEREIRA** Licenciada em Letras na E.M. Raquel Ramão da Silva, **acréscimo de 15 horas/semanais** no período de 31/10/2019 a 20/12/2019, Em substituição a Dionila Gomes Tavares que se encontra de Licença médica.

Cáceres, 01 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 460 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 29524 de 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Anna Patrícia Holanda Soares	2010/2015	04.11.19 a 01.02.20
Benedito Anacleto Pires	2012/2017	01.11.19 a 31.01.20
Bernadete Vittorazzi	2014/2019	04.11.19 a 01.02.20
Nairly Vieira de Melo	2014/2019	04.11.19 a 01.02.20
Pamella Zoccoli Gattass	2010/2015	04.11.19 a 01.02.20
Zilda Teixeira de Almeida Martins	2014/2019	13.11.19 a 10.02.20

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de novembro de 2019.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

Afixado em:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00018, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00018, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
TEAKNEEM FOREST AGRO-FLORESTAL LTDA	06.594.288/0001-56	9047/00329/2019
THOME LINO DE PAIVA	157.474.928-53	9047/00330/2019
VALDECI DELMIRO DE SOUZA	337.397.651-00	9047/00331/2019
VALDECI DELMIRO DE SOUZA	337.397.651-00	9047/00332/2019
VALDECI DELMIRO DE SOUZA	337.397.651-00	9047/00486/2019
VALDEMIR PIANTA	907.051.658-68	9047/00159/2019
VALDEMIR PIANTA	907.051.658-68	9047/00160/2019
VALDEMIR PIANTA	907.051.658-68	9047/00161/2019
VICENTE FERNANDES DA SILVA	209.634.831-53	9047/00162/2019
VICENTE FERNANDES DA SILVA	209.634.831-53	9047/00163/2019
WALTER FERNANDES FIDELIS	008.687.281-87	9047/00261/2019
YOSHIO HAYASHIDA	022.935.521-87	9047/00418/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00017, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
RUBENS RAMOS DE MOURA	001.705.931-34	9047/00309/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCH	327.047.989-15	9047/00110/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCH	327.047.989-15	9047/00111/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCH	327.047.989-15	9047/00112/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCK	327.047.989-15	9047/00134/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCK	327.047.989-15	9047/00135/2019
RUDOLFO DE TOLEDO KRETSCK	327.047.989-15	9047/00136/2019
SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA	460.413.111-20	9047/00411/2019
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00324/2019
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00325/2019
SIDNEY JOSE DA SILVA	111.633.801-72	9047/00326/2019
SIDNEY JOSE DA SILVA	111.633.801-72	9047/00327/2019
SILVANO ANTONIO ROXO	027.791.618-68	9047/00328/2019
SOCIEDADE AGRO PASTORIL PONTA DO MORRO LTDA	15.007.446/0001-15	9047/00480/2019
SOCIEDADE AGRO PASTORIL PONTA DO MORRO LTDA	15.007.446/0001-15	9047/00481/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00016, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00016, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s],a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ORIZON ELIZIO DA SILVA	068.674.051-34	9047/00472/2019
ORIZON ELIZIO DA SILVA	068.674.051-34	9047/00474/2019
OSMAIR SOCORRO DOS SANTOS	660.395.338-20	9047/00105/2019
PAULO ROBERTO DE CASTILHO	095.182.409-06	9047/00303/2019
PEDRO AIMORE TANGERINO	693.776.348-49	9047/00107/2019
PEDRO AIMORE TANGERINO	693.776.348-49	9047/00108/2019
PEDRO AIMORE TANGERINO	693.776.348-49	9047/00109/2019
PEDRO RETORE	575.799.119-49	9047/00476/2019
PEDRO RETORE	575.799.119-49	9047/00477/2019
RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP	001.214.877-68	9047/00305/2019
RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP	001.214.877-68	9047/00306/2019
RUBENS GATTASS	027.816.381-53	9047/00132/2019
RUBENS GATTASS	027.816.381-53	9047/00307/2019
RUBENS GATTASS	027.816.381-53	9047/00133/2019
RUBENS RAMOS DE MOURA	001.705.931-34	9047/00308/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00015, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00015, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para

tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00291/2019
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00311/2019
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00292/2019
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00312/2019
MARCOS PEGORARO	365.727.649-15	9047/00223/2019
MARCOS PEGORARO	365.727.649-15	9047/00224/2019
MARCOS PEGORARO	365.727.649-15	9047/00225/2019
MARIA ESTER RAMOS MORAES	043.725.651-00	9047/00317/2019
MARIA GARCIA DE FARIA	621.527.501-87	9047/00318/2019
MARIA LUCIA FIALHO DE OLIVEIRA	107.841.951-53	9047/00383/2019
MARIO ROBERTO DE MESQUITA	107.692.421-20	9047/00385/2019
MARIO ROBERTO DE MESQUITA	107.692.421-20	9047/00386/2019
NILTON GREY OTTO LINS	178.784.541-91	9047/00391/2019
NILTON GREY OTTO LINS	178.784.541-91	9047/00392/2019
ORGELES ANTONIO BIZINOTO	191.552.206-49	9047/00398/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00014, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JOSE CANDIDO DE PAULA	003.851.311-00	9047/00274/2019
JOSE CANDIDO DE PAULA	003.851.311-00	9047/00275/2019
JOSE DE BARROS LIMA	022.637.421-15	9047/00282/2019
JOSE DE BARROS LIMA	022.637.421-15	9047/00283/2019
JOSE UTRAGO	091.105.341-72	9047/00214/2019
JOSE VALDIR JORGE	137.796.211-34	9047/00155/2019
LAERCIO GONCALO	077.297.458-60	9047/00217/2019
LAERCIO GONCALO	077.297.458-60	9047/00218/2019
LAERCIO GONCALO	077.297.458-60	9047/00219/2019
LAURI LORESENTTI DE VARGAS	385.746.759-20	9047/00284/2019
LAURI LORESENTTI DE VARGAS	385.746.759-20	9047/00286/2019
LEONILDO JOSE NARDI	513.422.009-34	9047/00289/2019
LEONILDO JOSE NARDI	513.422.009-34	9047/00290/2019
LUIS HENRIQUE ZERWES	487.348.371-91	9047/00374/2019
LUIS HENRIQUE ZERWES	487.348.371-91	9047/00375/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00013, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00013, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos doartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-áfeita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
FRANCISCO PIGATTO NETO	353.078.709-49	9047/00357/2019
FRANCISCO PIGATTO NETO	353.078.709-49	9047/00358/2019
GERALDO MAJELLA PINHEIRO	024.573.001-00	9047/00248/2019
GERALDO MAJELLA PINHEIRO	024.573.001-00	9047/00249/2019
GILBERTO JOSE DA COSTA	792.987.371-49	9047/00203/2019
GILBERTO JOSE DA COSTA	792.987.371-49	9047/00260/2019
ILMA AUXILIADORA ZARAMELLA VOLPATO	284.742.601-91	9047/00457/2019
ILMA AUXILIADORA ZARAMELLA VOLPATO	284.742.601-91	9047/00458/2019
IVANOR LUIZ PIRAN	643.858.929-20	9047/00360/2019
JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00459/2019

JAIR RUVIERI DE SOUZA	241.516.881-53	9047/00460/2019
JAYME VERISSIMO DE CAMPOS	048.810.441-68	9047/00269/2019
JAYME VERISSIMO DE CAMPOS	048.810.441-68	9047/00270/2019
JOAO LUIZ DE BRITO	016.873.808-21	9047/00366/2019
JOSE BRITO DE SOUZA JUNIOR	088.808.755-15	9047/00273/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00012, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00012, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ELIZEU TONON	249.569.457-87	9047/00454/2019
ELIZEU TONON	249.569.457-87	9047/00455/2019
EMANUELLE MOURA CUIABANO	843.356.291-68	9047/00198/2019
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00263/2019
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00264/2019
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00266/2019
EUGENIO SILVERIO MARQUEZINI	213.855.218-72	9047/00267/2019
FABIO AUGUSTO CAVALETTI	633.205.509-00	9047/00199/2019
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00353/2019
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00354/2019
FLORIANO ARCANJO DA SILVA	103.437.091-04	9047/00256/2019
FLORIANO ARCANJO DA SILVA	103.437.091-04	9047/00257/2019
FLORIANO ARCANJO DA SILVA	103.437.091-04	9047/00258/2019
FLORIZA MEDALHA LAINO	003.489.399-73	9047/00355/2019
FLORIZA MEDALHA LAINO	003.489.399-73	9047/00356/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00011, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047/00119/2019
CRISTINA SPRIZAO PONCE	486.631.231-91	9047/00097/2019
CRISTINA SPRIZAO PONCE	486.631.231-91	9047/00098/2019
CRISTINA SPRIZAO PONCE	486.631.231-91	9047/00099/2019
DAURI FELIXA DUTRA	177.947.141-68	9047/00350/2019
DENISE SILVA DE REZENDE	446.713.691-68	9047/00194/2019
DENISE SILVA DE REZENDE	446.713.691-68	9047/00259/2019
DEVAIR GARCIA DA SILVA	360.181.128-68	9047/00195/2019
DEVAIR GARCIA DA SILVA	360.181.128-68	9047/00196/2019
DEVAIR GARCIA DA SILVA	360.181.128-68	9047/00197/2019
DULSIDIO RAMOS MOURA	001.965.501-06	9047/00143/2019
DULSIDIO RAMOS MOURA	001.965.501-06	9047/00144/2019
EDSON FREITAS DE OLIVEIRA	032.060.418-72	9047/00254/2019
EDSON FREITAS DE OLIVEIRA	032.060.418-72	9047/00255/2019
EDUARDO JOSE RODRIGUES	346.263.011-34	9047/00100/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CARLOS GARCIA BERNARDES	587.016.808-20	9047/00346/2019
CARLOS JOSE SOUZA FONTES	851.803.607-06	9047/00185/2019
CARMO JOSE MOREIRA	406.291.551-00	9047/00186/2019
CARMO JOSE MOREIRA	406.291.551-00	9047/00187/2019
CARMO JOSE MOREIRA	406.291.551-00	9047/00188/2019
CEZAR PAULO DRESCH	318.252.739-87	9047/00189/2019
CEZAR PAULO DRESCH	318.252.739-87	9047/00190/2019
CEZAR PAULO DRESCH	318.252.739-87	9047/00347/2019
CLETON SILVA	034.285.081-49	9047/00191/2019
CLETON SILVA	034.285.081-49	9047/00192/2019
CLETON SILVA	034.285.081-49	9047/00193/2019
CLOTILDE FRANCA DO AMARAL	292.944.011-20	9047/00452/2019
CLOTILDE FRANCA DO AMARAL	292.944.011-20	9047/00453/2019
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047/00117/2019
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047/00118/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00009, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047/00234/2019
ANTONIO FIDELCINO FERREIRA DOURADINHO	429.500.821-49	9047/00171/2019
ANTONIO ILSON PIGATTO	004.260.089-87	9047/00339/2019
ANTONIO ILSON PIGATTO	004.260.089-87	9047/00340/2019
ANTONIO MIGUEL SABINO	013.338.798-49	9047/00151/2019
ANTONIO MODESTO DE MEDEIROS NETO	547.121.818-34	9047/00341/2019
ASSOCIACAO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS CINTURAO VERDE	21.798.915/0001-64	9047/00237/2019
ATILA SILVA GATTASS	171.835.611-00	9047/00179/2019
ATILA SILVA GATTASS	171.835.611-00	9047/00180/2019
AUGUSTO MARIO PINTO DE ARRUDA	184.227.641-72	9047/00181/2019
BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	90.400.888/0001-42	9047/00235/2019
BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	90.400.888/0001-42	9047/00236/2019
BENEDITA MENDES DE PAULA	721.093.861-34	9047/00183/2019
BRITUALDO FERREIRA DOURADINHO	000.941.878-43	9047/00184/2019
CARLOS GARCIA BERNARDES	587.016.808-20	9047/00345/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00008, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00008, de 07 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
ACY SILVA TORRES	396.563.901-30	9047/00166/2019

ADELCIO BATISTA QUEIROZ	202.557.561-00	9047/00137/2019
ADELCIO BATISTA QUEIROZ	202.557.561-00	9047/00138/2019
ADIBE ARANGE	547.206.218-72	9047/00230/2019
ALCINDO CERCI NETO	852.740.629-20	9047/00239/2019
ALCINDO CERCI NETO	852.740.629-20	9047/00241/2019
ALCINDO CERCI NETO	852.740.629-20	9047/00240/2019
ALCINDO CERCI NETO	852.740.629-20	9047/00242/2019
ALVARO FERREIRA	011.758.158-53	9047/00145/2019
ALVARO FERREIRA	011.758.158-53	9047/00146/2019
ALVARO FERREIRA	011.758.158-53	9047/00147/2019
ALVERINO SILVEIRA TAVARES	075.131.606-78	9047/00114/2019
ALVERINO SILVEIRA TAVARES	075.131.606-78	9047/00115/2019
ALVERINO SILVEIRA TAVARES	075.131.606-78	9047/00116/2019
ANTONIO CARLOS FRAGERI	318.524.401-04	9047/00233/2019
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos Assinatura:		

Data de afixação: 07/11/2019

Data de desafixação: 22/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 681 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 30.091 de 11 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear o senhor **GUSTAVO CALABRIA RONDON**, para os cargos Comissionados de Secretário Interino da Secretaria de Fazenda com ônus e cumulativamente sem ônus como Secretário Interino de Planejamento, da Prefeitura **Municipal de Cáceres**, Estado de Mato Grosso, com efeito desde 12 de novembro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de novembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 12.11.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 680 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 30.090 de 11 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o senhor **GUSTAVO CALABRIA RONDON**, do cargo Comissionado de Coordenadoria Administrativa, da Secretaria de Fazenda, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeito desde 11 de novembro de 2019.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de novembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 12.11.19.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 336/2019

PORTARIA N.º 336/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª.Vera Lucia Vilela dos Reis".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, inciso I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 178, inciso I, II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 143/2019, de 12 de julho de 2019; Decreto de Nomeação nº 219 de 20/06/1996; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Vera Lucia Vilela dos Reis**, Brasileira, Casada, portadora do RG nº 14.566.936-1 SSP/SP, CPF nº 039.179.298-99, PIS/PASEP nº 1200248586-2, Efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, nível "IV", classe "H", Matriculada sob o n.º 2.410, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 122/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 12 de Novembro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 335/2019

PORTARIA N.º 335/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª.Marlene Maria Damacena".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, inciso I,

II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 178, inciso I, II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 143/2019, de 12 de julho de 2019; Decreto de Nomeação nº 131 de 02/04/1997; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Marlene Maria Damacena**, Brasileira, Casada, portadora do RG nº 809.800 SSP/MT, CPF nº 531.768.391-20, PIS/PASEP nº 1061789596-9, Efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, nível "IV", classe "H", Matriculada sob o n.º 2.326, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 131/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 12 de Novembro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres -MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 334/2019

PORTARIA N.º 334/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª.Maria Luiza Cortez Gadotti".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, inciso I, II, e III, da Emenda Constitucional n.º 47/2005, de 05 de julho de 2005; Art. 117, inciso III, alínea "a" e Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Lei Complementar n.º 048/2003 de 05 de setembro de 2003; Art. 178, inciso I, II, III, IV e V da Lei Complementar n.º 143/2019, de 12 de julho de 2019; Portaria de Nomeação nº 285 de 12/08/1987; Decreto de Nomeação nº 360 de 14/12/1993; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014, Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da Srª. **Maria Luiza Cortez Gadotti**, Brasileira, Casada, portadora do RG nº 2507933-6 SEJUSP/MT, CPF nº 474.646.901-68, PIS/PASEP nº 1703237229-3, Efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível "III", classe "J", matriculada sob o n.º 4.052, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, conforme processo Previdenciário do PREVI-CÁCERES n.º 129/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 12 de Novembro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 333/2019

PORTARIA N.º 333/2019 ***"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição em favor da Srª. Eva da Silva Mendes".***

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, inciso I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003; Art. 117, inciso III, alínea "b", Art. 165 da Lei complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 179, inciso I, II, III, IV e V, §1º da Lei Complementar n.º 143/2019, de 12 de julho de 2019; Lei Complementar n.º 047/2003, de 29 de setembro de 2003; Lei Complementar n.º 080/2009, de 10 de agosto de 2009; Lei Complementar n.º 84/2010, de 28 de julho de 2010; Decreto de Nomeação nº 056 de 23 de fevereiro de 1996; Decretos de atualização salarial nº 236 de 17 de maio de 2011; n° 011 de 23 de janeiro de 2012; nº 095 de 16 de abril de 2012; nº 073 de 29 de janeiro de 2013; Leis de atualização Salarial nº 100 de 04 de fevereiro de 2014; nº 104 de 20 de janeiro de 2015; nº 2.517 de 21 de janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de março de 2018; Decreto nº 382 de 18 de junho de 2018 e Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da **Srª. Eva da Silva Mendes**, Brasileira, Solteira, portadora do RG nº 599.968 SSP/MT, CPF nº 488.692.601-00, PIS/PASEP nº 1806816235-1, Efetiva no cargo de Professora com Magistério, 30hs/aula, nível "IV", classe "H", Matriculada sob o n.º 1.741, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 130/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 12 de novembro de 2019, revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 12 de Novembro de 2019.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

RESOLUÇÃO Nº 013/2019 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Resolução nº 013/2019 de 24 de outubro de 2019.

Dispõe sobre **a CIÊNCIA do 2º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas da Saúde de 2019, de acordo com o ofício nº 25.2019 encaminhado por Doc no dia 03/10/2019 para o Conselho Municipal de Saúde.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua 43ª Reunião em caráter Extraordinário, realizada no dia 24 de outubro de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2. 006 de 09 junho de 2006.

1- CONSIDERANDO as competências do Conselho Municipal de Saúde Cáceres, capituladas no artigo 2º da Lei nº 2.006 de junho de 2006;

2- CONSIDERANDO a Portaria GM/MS 2.135/2013 Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

3- Considerando a portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 nº seu art. 7º; O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação.

Parágrafo único. O relatório previsto no "caput" observará o modelo padronizado previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459, de 2012 e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;

II- Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;

III- Oferta e produção de serviços públicos na rede existencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

4- Considerando a apresentação simplificada do 2º Relatório Quadrimestral 2019 pelo senhor Regynaldo Alves dos Santos prestador de serviço da empresa Assessoria Exelencia em reunião extraordinária no dia 24 de outubro de 2019 o Conselho Municipal de Saúde, por maioria absoluta o conselho vota pela ciência do relatório, em vez de aprovar, pela sua complexibilidade de dados e números e sugere que a secretaria atenda portaria nº 2.135, no seu atr. 7º.

Resolve:

Art. 1º - Dar **ciência** ao 2º Relatório Quadrimestral de 2019.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 24 de outubro de 2019.

_____

Marcos Antônio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Cáceres – MT

Homologada:

_____

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 675 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A DESBUROCRATIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, INCLUSIVE DAQUELES RELACIONADOS À LIVRE INICIATIVA E AO LIVRE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, RELATIVOS A DOCUMENTAÇÃO, ATENDIMENTO, LICENCIAMENTOS, AUTORIZAÇÕES, DECLARAÇÕES, CERTIDÕES, PERMISSÕES E CONCESSÕES DE NATUREZA URBANA E AMBIENTAL, NA FORMA QUE INDICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar os procedimentos administrativos referentes a concessões de alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, tomando mais eficiente e ágil o ambiente regulatório da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.726/2018, que dispõe sobre a racionalização dos atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e ainda institui o Selo de Desburocratização e Simplificação no âmbito federal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos administrativos e simplificar a documentação necessária para a aprovação das licenças e das autorizações municipais;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 28.819, de 01 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º- Este decreto estabelece normas básicas sobre os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal, dos serviços de natureza urbana e ambiental, visando, em especial, à proteção dos direitos dos requerentes e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

Parágrafo Único. Os atos e procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal deverão ser orientados visando a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude.

Art. 2° - A documentação necessária para protocolo dos requerimentos para concessão de alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões de natureza urbana e ambiental, será definida por ato expedido pela administração pública competente para sua aprovação, de acordo com a competência definida no Capítulo IV da Lei Complementar nº 115, de 24 de julho de 2017, observada a simplificação do rol dos documentos exigidos, objetivando a eliminação do excesso de burocracia.

Art. 3º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, bem como os da Finalidade, Motivação, Razoabilidade, Ampla defesa e contraditório, Segurança jurídica e Interesse público, visando a desburocratização e a simplificação dos procedimentos.

Parágrafo Único - Nos processos administrativos,incluindo os relativos aos atos públicos de liberação da atividade econômica, se apresentados

todos os elementos necessários à sua instrução, serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

II- Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo se autorizado em lei;

III- Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV-Desburocratização no ambiente regulatório Municipal e a simplificação dos procedimentos administrativos;

V- Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

VI- Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei;

VII- Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VIII- Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

IX- Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos requerentes;

X- Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos requerentes;

XI- Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 4º - O requerente tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - Ser informado imediatamente acerca do tempo máximo para a devida análise de seu pedido;

III - Ter acesso público, amplo e simplificado aos processos e atos de liberação de atividade econômica;

IV - Ter ciência da tramitação dos processos administrativos nos quais figure como requerente, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

V - Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

VI - A desburocratização e simplificação dos procedimentos, sem prejuízo da legislação aplicável, devendo ser dispensada a exigência de:

a) Reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

b) Autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

c) Juntada de documento pessoal do usuário, que poderá ser substituído por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

d) Apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

e) Apresentação de título de eleitor, exceto para votar ou para registrar candidatura;

f) Apresentação de Certidão sem previsão expressa em lei.

VII - Arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, desde que realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento, hipótese em que se equiparará a documento físico e original para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público ou privado.

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2° Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Art. 5° - São deveres dos requerentes perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - Expor os fatos conforme a verdade;

II - Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - Não agir de modo temerário;

IV - Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Art. 6º - A tramitação dos processos será, prioritariamente, eletrônica, ficando sob a responsabilidade dos requerentes todas as informações necessárias à obtenção dos alvarás, licenças, autorizações, declarações, certidões, permissões e concessões.

§ 1º - O cadastro no sistema eletrônico para acompanhamento da tramitação deverá ser do requerente do processo ou terceiros devidamente autorizados.

§ 2° - A manutenção do cadastro será de inteira responsabilidade do requerente.

§ 3° - A não comprovação do pagamento da taxa de expediente no prazo de 30 (trinta) dias, importará no arquivamento do processo e a sua exclusão do sistema.

Art. 7° - A notificação, para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, expedida pelos órgãos, deverá, prioritariamente, ocorrer por meio de sistema eletrônico, em que o requerente tenha cadastro; na sua ausência, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama, edital ou outro meio que assegure a certeza da ciência do requerente.

§ 1º - Considerar-se-á realizada a notificação, para os processos eletrônicos, no dia em que se efetivar seu acesso no sistema, certificando-se nos autos a sua realização

I -Depois de 5 (cinco) dias após o envio, independentemente de visualização pelo requerente, será considerado realizada a notificação.

§ 2° - A notificação deverá conter:

I - Identificação do notificado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - Finalidade da notificação;

III - Data, hora e local em que deve comparecer ou prazo para apresentação de documentos, projetos ou estudos solicitados;

IV - Indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 3° - Nos casos em que os requerimentos submetidos à aprovação apresentarem pendências sanáveis, deverá o interessado solucioná-las no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da notificação, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por igual período, urna única vez, se solicitado com a devida justificativa

§ 4º - Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao requerente forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará no indeferimento e arquivamento do processo.

§ 5° - No caso de requerentes indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a notificação deve ser efetuada por meio de publicação oficial, ou no próprio e-mail eletrônico fornecido pelo contribuinte.

§ 6° - Sem prejuízo à ação fiscal individual, a administração pública municipal poderá utilizar procedimento de notificação prévia, prioritariamente por meios eletrônicos, com prazo de 15 (quinze) dias, com o objetivo de incentivar a autorregularização, que, neste caso, não constituirá início de procedimento fiscal.

Art. 8º - A Administração municipal tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 9° - O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

Art. 10 - Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Art. 11 - Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I - Pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - Pessoa com deficiência, física ou mental;

III - Pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1° - Terão prioridade os projetos de interesse público, social e de grande repercussão para a cidade.

§ 2º - A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 3° - Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 12 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 625, de 14 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, em 08 de novembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 08.11.2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº677, DE 11/11/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$95.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

1290 03.092.1007.2131.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO 60.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.00

1291 03.092.1007.2131.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

631 13.122.1002.2126.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

46 04.122.1007.2006.0000MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO -80.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

993 04.122.1006.2185.0000MANUT. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO -15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº676, DE 11/11/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$209.488,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

126 04.122.1007.2165.0000 MAN C/ AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SAD 10.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

181 10.122.1002.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 38.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

192 10.122.1002.2167.0000 MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SMS 56.150,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1268 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 60.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

544 15.122.1007.2077.0000 MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA 18.957,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

1289 13.122.1002.2126.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA 20.581,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

986 04.129.1008.2184.0000 MANUT E ENC. C/AS ATIV DO TERMO DE COOP TECNICO ESTAGIO REMUNERADO 5.800,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

84 04.122.1007.2133.0000MAN. C/AS ATIV TERMO COOP TECNICA ESTAGIO REMUNERADO -10.800,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

193 10.122.1002.2167.0000MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-SMS -6.150,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

230 10.301.1002.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -38.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

315 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -50.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

320 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -60.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

542 15.122.1007.2077.0000MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA -18.957,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

549 15.122.1007.2169.0000MAN. C/AS ATIV TERMO COOP TECNICA ESTAGIO REMUNERADO-SOSU -5.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

1169 23.695.1006.1257.0000ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS -20.581,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 674 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei nº 2.720 de 24 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar para a (s) seguinte (s) dotação(ões) orçamentárias(s):

SUPLEMENTAÇÃO (+)

04 18 01 SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

04 18 01 MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES - AGUAS DO PANTANAL			
FICHA	**17 512 1007 2211 MAN E ENC C AS ATIVIDADES**		
6	3.1.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 20.000,00
10	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 114.060,00
15	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 419.500,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO			R$ 553.560,00

Art. 2º O Crédito Suplementar aberto pelo artigo anterior será coberto nos termos do item III, parágrafo 1º, do Artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, mediante anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(s) orçamentaria(s):

ANULAÇÕES (-)

04 18 01 SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL

04 18 01 MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES - AGUAS DO PANTANAL			
FICHA	**17 512 1007 1201 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO**		
1	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 97.000,00
17 512 1007 2211 MAN E ENC C AS ATIVIDADES			
5	3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	45.000,00
8	3.1.91.13	OBRIGAÇÕES PATRONAL	35.000,00
9	3.3.90.14	DIARIAS - CIVIL	R$ 70.000,00
11	3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R$ 30.000,00
13	3.3.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R$ 18.160,00
	17 512 1007 2213 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES		
21	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	R$ 10.000,00
22	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 25.000,00
17 512 1011 1204 CONST, AMPL, REFOR, E/OU ADEQU DA REDE DE ESGOTO ETE			
24	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 52.500,00

17 512 1011 1205 CONS, AMPL, REFOR, E/OU ADEQ DA REDE DE AGUA ETA			
27	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 105.000,00
17 512 1011 1208 ELAB. DE PLANOS E PROJ. ESPECIAIS DE ENGENHARIA E SANEAM BASICO			
34	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FÍSICA	6.000,00
35	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00
40	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FÍSICA	R$ 9.900,00
TOTAL DE ANULAÇÃO			R$ 553.560,00

Art 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de novembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

Afixado 08/11/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.671, DE 07/11/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$87.499,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

82 04.122.1007.2013.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 19.499,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

83 04.122.1007.2013.0000 MAN E ENC C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS 8.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

643 13.392.1002.1255.0000 ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CULTUIRAIS 60.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

125 04.122.1007.2018.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO -8.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

157 04.123.1008.2021.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS -5.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

159 04.123.1008.2022.0000ATENDIMENTOS AS DEMANDAS DECISÕES JUDICIAIS -60.000,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

1262 15.122.1007.2077.0000MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA -4.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

778 08.243.1007.2094.0000MANUT E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1264 04.129.1008.2182.0000MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -4.999,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 670, DE 07/11/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$168.143,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

266 10.302.1002.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

316 10.302.1002.2221.0000 MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

369 10.304.1002.2039.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE 1.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

389 10.305.1002.2051.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA 1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.46

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

418 12.122.1004.2060.0000 MAN C/AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACAO 700,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.01

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

452 12.361.1004.2061.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 9.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.01

470 12.361.1004.2072.0000 MANUT E ENC C/AS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS FUNDAMENTAL 80.750,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.15

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

544 15.122.1007.2077.0000 MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA 8.900,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

1207 15.122.1007.2077.0000 MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA 1.150,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

980 04.129.1008.2182.0000 MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ 35.443,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

213 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -1.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 1.46

214 10.301.1002.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS -1.200,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

317 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

320 10.302.1002.2221.0000MANUT. C/ PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP. E AMB. E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.46

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

454 12.361.1004.2061.0000MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL -9.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.01

469 12.361.1004.2072.0000MANUT E ENC C/AS ATIV DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS FUNDAMENTAL -57.550,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.15

478 12.362.1004.2073.0000MANUT C/AS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO -15.200,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.15

504 12.365.1004.2145.0000MANUT C/AS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCACAO INFANTIL -8.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.15

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

542 15.122.1007.2077.0000MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA -8.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

1280 15.122.1007.2077.0000MANUT. E ENC. C AS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA -1.150,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1264 04.129.1008.2182.0000MANUT.E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -35.443,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 457 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 29524 de 07 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **GILBERTO JOSE DA COSTA**, lotado na Procuradoria Geral, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2010/2015, no período de 04 de novembro de 2019 a 01 de fevereiro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de novembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 07.11.19

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2019-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 397/2019.

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, torna público que a licitação realizada no dia 06/11/2019,Pregão Eletrônico com Registro de Preço Nº 19/2019, tendo por objeto aquisição de sidcar,carretinhas e capacetes conforme as especificações detalhadas no item 1.2,do **TERMO DE REFERÊNCIA,** parte integrante do presente edital com a finalidade de atender as demandas do SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**,** deflagrou-se **FRACASSADA,** em razão da inabilitação/desclassificação de todas as licitantes.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Cáceres-MT,12 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 8.498 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Institui comissão especial para realizar e supervisionar o processo seletivo público, para preenchimento de vagas dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias no Município de Campinápolis e dá outras providências."

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando as disposições contidas na Lei Complementar n° 001 de dezembro de 1993;

Considerando os documentos disposto edital de abertura do processo seletivo público n°01/2019;

RESOLVE

Art. 1º Fica constituída uma Comissão Especial, integrada pelos seguintes servidores: **YANN DIEGGO SOUZA TIMOTHEO DE ALMEIDA, ALICE MANZANO DELUCI e MARCILENE PRADO DIAS** para, sob a presidência do primeiro, realizar e supervisionar todas as etapas do processo seletivo público, para preenchimento de vagas para dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e agente de combate a endemias.

Art. 2º A Comissão Especial, ora constituída, supervisionará o processo seletivo público, respeitando a regulamentação geral de concursos, as disposições legais em vigor e tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento nos prazos estipulados.

Art. 3º A Comissão acompanhará o cumprimento fiel do Edital do Processo Seletivo Público, cabendo ao senhor Prefeito Municipal, a homologação e a publicação do mesmo, afixando-o na Prefeitura Municipal e divulgando-o através dos meios de comunicação disponíveis no Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 11 de novembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
ERRATA- PORTARIA DE Nº 8498 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT

Na Edição Ano XIV, n° 3.355, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pág. 59, de 12 de novembro de 2019, na publicação da Portaria Nº 8498, onde se lê:

PORTARIA DE Nº 8498 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

I –Conceder o afastamento da servidora **JULIANA DA CUNHA DA COSTA** para acompanhar o tratamento cirúrgico do seu filho de menor no prazo de **60 dias a partir de 14/09/2019 a 12/11/2019.**

LEIA-SE :

PORTARIA DE Nº 8502 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

I –Conceder o afastamento da servidora **JULIANA DA CUNHA DA COSTA** para acompanhar o tratamento cirúrgico do seu filho de menor no prazo de **60 dias a partir de 14/09/2019 a 03/11/2019.**

Campinápolis, 12 de novembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº002/2019/SEMEC/MT

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC

Dispõe sobre Processo Eleitoral de Diretor das Unidades Escolares no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, da Lei Complementar nº de 027 de 05 de dezebro de 2011, da Lei Complementar nº 028, de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar 1117 de 24 de junho de 2015.

Considerando o encerramento dos mandatos dos atuais Diretores das Escolas que compõem a Rede Municipal de Educação em 31/12/2019;

Considerando a necessidade da realização de eleições para a escolha de Profissionais para atuar como Diretor Escolar nas escolas que integra a Rede Municipal de Educação, biênio 2020/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha do Diretor das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal, conforme cronograma anexo a esta Portaria.

§ 1º O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede Pública municipal que ja possui gestão.

I - As unidades escolares indígena onde possuem gestores participarão do processo eleitoral, a comunidade escolherá o diretor.

§ 2º As escolas que se encontram sob a intervenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não participarão do processo eletivo.

Art. 2º Os critérios para escolha de diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 3º O processo de escolha do profissional da educação básica a ser designado para a função de dedicação exclusiva de diretor escolar será realizado em duas etapas:

I - uma etapa constará de ciclos de estudos de no mínimo 20 (vinte) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de frequência. Nessa etapa, o candidato realizará estudo voltado às dimensões pedagógica, administrativa, financeira e de gestão de pessoas; II - outra etapa

constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter: a - objetivos e metas para melhoria da unidade escolar com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem em consonância com a Política Educacional do município de Campinápolis e com o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar onde pretende atuar em estrita observancia ao exposto nos documentos: BNCC – Base Nacional Comum Curricular, DRC-MT – Documento Referencial Curricular de Mato Grosso e PME – Plano Municipal de Educação.

b - Ações para ampliação da participação da comunidade escolar na unidade de ensino;

c - Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público;

d - Ações para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão.

f - Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à elevação dos índices oficiais IDEB, , SAEB, ENEM entre outros, e da melhoria da qualidade do ensino.

g - Estratégias para manter atualizados os atos autorizativos para o funcionamento da unidade escolar e cursos, junto à Assessoria Pedagógica/ SEMEC.

§ 1º Na definição das metas, estratégias, objetivos e açoes que constituirão a Proposta de Trabalho, o candidato apoiar-se-á no PPP/PDDE/PME em execução na unidade escolar onde pretende atuar. conforme procedimentos desta Portaria e entregue à Assessoria Pedagógica.

§ 2º O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a Proposta de Trabalho aprovada e validada em Assembleias da comunidade escolar.

§ 4º A avaliação das metas estabelecidas na Proposta de Trabalho do diretor da unidade escolar, será realizada, anualmente pela comunidade escolar, aprovada e validada em Assembleia Geral e encaminhada Ata de avaliação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 5º As faltas do pré-candidato, nos momentos do Ciclo de Estudos, serão consideradas justificadas decorrentes de motivos de força maior ou caso fortuito, ou seja, fatos totalmente imprevisíveis, desde que documentados

Art. 4º A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no Art. 13 desta Portaria, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da mesma.

§ 1º A Assembleia Geral a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º O candidato que não se submeter à apresentação da proposta de trabalho em Assembleia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado, cabendo à Comissão Eleitoral local registrar o evento em ATA.

Art. 6º Para candidatar-se à função de diretor escolar de que trata a LC. Municipal nº 027/2011, o integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica deve:

I - ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica.

II - ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos imediatamente até à data da inscrição, prestados na unidade escolar que pretende dirigir.

III - ser habilitado em nível de Licenciatura Plena; IV – participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação;.

V - apresentar a Proposta de Trabalho, consoante ao PPP, em Assembleia Geral, de acordo com as orientações e diretrizes expedidas pela SEMEC e Assessoria Pedagógica no Município;

VI - apresentar Certidão de Adimplência do CDCE da escola, quando for candidato à reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CDCE, emitida pelo responsável da Prestação de Contas /PDDE /SEMEC/ Prefeitura.

VII - apresentar Declaração emitida pelo Departamento de Recurso humano comprovando que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

VIII- apresentar Declaração expedida pela RH/ SEMEC, de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas ou sucessivas;

IX - estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato;

X - assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva - DE;

XI - assinar termo de compromisso junto a SEMEC assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados;

XII - assinar termo compromisso de participar em cursos de formação continuada ofertados pela SEMEC e/ou instituições parceiras.

XIII - assinar termo de compromisso assegurando a regularidade financeira do PDDE da unidade escolar;

Art. 7º O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma escola.

Art. 8º O candidato a reeleição que estiver sem os Atos de Autorização de cursos e/ou Credenciamento da unidade escolar regularizados no sistema online do CEE/MT, terá o prazo de 90 (noventa dias) a partir do dia 31/01/2020 para regularização, sob pena de perda do mandato.

Art. 9º O profissional que possuir vínculo legalmente acumulável com município, outros órgãos ou poderes, deverá obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o afastamento, no ato da posse.

Art. 10 Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviços na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na unidade escolar ou dois anos em qualquer escola da rede estadual pública no Município.

Parágrafo único. Desde que atenda aos demais incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII estabelecidos no Art. 6º, desta Portaria.

Art. 11 É vedada a participação como candidato no processo de escolha de diretor, o profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I - tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II - esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III - esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV - esteja sob tomada de conta especial; V - esteja sob licenças contínuas, conforme § 3º deste artigo;

VI – esteja inadimplente com a Prestação de Contas/PDDE.

§ 1º Considerar-se-á inadimplente o candidato que não prestou contas dos recursos financeiros recebidos de órgãos públicos.

§ 2º Entende-se por licenças contínuas o período de afastamento para tratamento de saúde, readaptação de função e acompanhamento familiar que ultrapassem a somatória de mais de 120 (cento e vinte) dias nos últimos 2 (dois) anos, exceto no gozo de férias, maternidade e licença prêmio.

Art. 12 Caberá ao candidato à direção escolar solicitar certidão/declaração dispostas nos incisos VI e VII, do Art. 6º desta Portaria.

Art. 13 Poderá se inscrever para o processo de escolha de diretor, regulamentado por esta portaria, o profissional da educação que esteja usufruindo de licença prêmio, desde que a interrompa no ato da posse.

Art. 14 Os atuais diretores, eleitos, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o 3º mandato.

Art. 15 O diretor escolhido atenderá em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de acordo com seu regime de trabalho semanal, especificando horários e períodos de atendimento, devendo o cronograma ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 16 Na escola onde não houver candidato caberá a Secretária Municipal de Educação e Cultura designar um profissional que se enquadre nos incisos III e V do artigo 6° desta portaria, para exercer a função de Diretor.

Art. 17 Haverá em cada escola uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo gestor da escola.

§ 1º Devem compor a Comissão Eleitoral Escolar um membro titular e seus respectivos suplentes, dentre os seguintes segmentos:

I _ Representante dos profissionais da Educação básica;

II – Representante dos pais;

III – Representante dos alunos, maiores de 14 (quatorze) anos

§ 2º O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la.

§ 4º O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após acomprovação da irregularidade e parecer da Assessoria Pedagógica ou do CDCE, onde não houver a mesma.

§5º Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I – qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II - o servidor em exercício na função de diretor.

§ 6º O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 18 A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I- planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II- divulgar amplamente as normas e os critérios específicos da unidade escolar, relativos ao processo eleitoral;

III- analisar em reunião conjunta com a Assessoria Pedagógica no Município as inscrições dos candidatos, deferindo-as ou não;

IV - convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V - providenciar material de votação, tais como:

a) urnas, cédulas e lista de presença dos pais ou responsáveis aptos a votar;

b) lista de votação dos alunos aptos a votar;

c) lista dos profissionais da educação atualizada, aptos a votar.

VI – credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificando-os por meio de crachás;

VII - lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio; VIII - receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato, até 72 (setenta e duas) horas antes do dia da eleição, para análise junto com a Assessoria Pedagógica que emitirá parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do pedido; IX - designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, em até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, publicizando na escola; X - acondicionar as cédulas de votação e/ou zerésima inicial e final, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder à incineração; XI - convocar o CDCE em exercício e o CDCE eleito para o próximo biênio para se fazerem presentes na unidade escolar durante o processo de escrutinação para apreciar eventual ocorrência prevista no § 1º do artigo 32; XII - divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação à Secretaria Municipal de Educação – SEMEC em até 24 horas; após o termino do processo eleitoral; § 1º As inscrições dos candidatos deverão ser analizadas pela Assessoria Pedagogica/SEMEC;

§ 2º Poderá haver recurso da impugnação do inciso VIII, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o conhecimento da decisão, pelo interessado, à Comissão Eleitoral

§ 3º Decorrido o prazo recursal, a assessoria remeterá para a o gabinete, a relação dos candidatos Eleitos (arquivo digitalizado), acompanhada as respectivas Atas de Resultados para publicação;

Art. 19 É vedado ao candidato e a comunidade escolar:

I. expor faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II. distribuir panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III - realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV - atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V - após o deferimento da inscrição, fica vedada a aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de entrevista;

VI- utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo;

VII - macular a imagem do outro candidato. IX – denigrir a imagem da Gestão Pública escolar e do município; Art. 20 O candidato que se sentir ofendido, poderá apresentar representação, escrita e fundamentada, contra o candidato que praticar qualquer dos atos previstos no art. 15 desta portaria à Comissão Eleitoral Escolar, até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, que decidirá sobre o afastamento do candidato infrator do processo eleitoral, em 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Eleitoral Escolar, cabe ao interessado recorrer à Assessoria Pedagógica/SEMEC que, decidirá o caso em parecer fundamentado, em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 21 É vedada aos profissionais da educação qualquer manifestação que possa macular a imagem ou praticar atos que firam a integridade física e moral do candidato sob pena de responder processo administrativo e judicial.

Art. 22 O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 23 Podem votar:

I - profissionais da educação em exercício na unidade escolar, observados os §§ 3º e 4º deste artigo; II - alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6º ano em diante;

III- pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha 75% de frequência comprovada.

§ 1º O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento de profissional da educação.

§ 2º O profissional da educação que ocupa mais de um cargo, na escola votará só uma vez.

§ 3º Não poderão votar os profissionais da Educação Básica que estejam usufruindo licenças, previstas no incisos VI, VII, VIII, do artigo 64 da Lei Complementar Nº 027/2011.

§ 4º Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, votará o seu substituto.

Art. 24 No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade - documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia.

Art. 25 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo único. Não é permitido o voto por procuração.

Art. 26 O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar, na data designada pela SEMEC, das 8h às 17h.

Art. 27 Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 28 A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito ao voto secreto.

Art. 29 Nenhuma pessoa estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art. 30 A mesa será composta por no mínimo 03 (três) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo único. Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 31 Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar, e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art. 32 O processo de seleção ocorrerá através de votação manual em cédulas próprias e/ou urna eletrônica em todos os municípios do Estado, observada a programação anexa a esta Portaria.

Parágrafo Único: O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário;

Art. 33 O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Art. 34 Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 35 A mesa receptora, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesa escrutinadora, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1º Antes da abertura da urna instalada na unidade escolar, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com o relatório descritivo ao CDCE, para a decisão cabível.

§ 2º Caso o CDCE se julgue impossibilitado de atender ao que consta no § 2º deste artigo, encaminhará, com justificativa, à Assessoria Pedagógica que decidirá em parecer fundamentado.

§ 4º Antes da abertura da urna, a mesa escrutinadora deverá examinar os votos tomados em separados, incluindo-os entre os demais, ou anulando-os se for o caso, preservando o sigilo no caso de utilização de urna convencional.

Art. 36 Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato somente constituirá motivo de anulação se resultante de fraude comprovada e, neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 31, somente no caso de urna convencional.

Art. 37 Os pedidos de impugnação fundada em violação de urna somente poderão ser apresentados à Comissão Eleitoral da escola, até o momento que antecede a abertura da mesma, pela mesa escrutinadora.

Art. 38 Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art. 39 Serão nulos os votos quando da utilização das urnas convencionais:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II - que indiquem mais de um candidato;

III – que contenham expressões ou outra manifestação além daquela que exprime o voto;

Art. 40 Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I – maior tempo de serviço na unidade escolar na qual concorre;

II – maior tempo de serviço na rede municipal de educação;

III – maior idade;

Art. 41 O candidato único só será considerado eleito se obtiver 50%(cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo único. Caso o candidato não obtenha o percentual mínimo dos votos válidos, caberá a Secretária de Municipal de Educação e Cultura, indicar o diretor de acordo com o art. 12, desta Portaria.

Art. 42 Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar que se reunirá com os demais membros para:

I - verificar toda a documentação; II - decidir sobre eventuais irregularidades; III - divulgar o resultado final da votação.

Art. 43 O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no decorrer do processo de votação, poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o término da eleição, e esta terá o mesmo prazo para análise e parecer.

§ 1º Das decisões fundamentadas da Comissão Eleitoral Escolar, a análise e parecer disposto no *caput,* cabem recursos à Assessoria Pedagógica que devem ser protocolados na própria Comissão Eleitoral Escolar que os

entregará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 2ºA Secretaria Municipal de Educação emitirá parecer em 24 (vinte e quatro) horas, à Comissão Eleitoral Escolar, após o recebimento da representação.

§ 3º Do parecer da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, caberá recurso à Comissão Eleitoral Municipal, a ser protocolado na própria Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do recebimento da notificação do interessado.

§ 4º A Comissão Eleitoral Municipal emitirá parecer no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 44 Decorridos os prazos previstos no artigo 39 e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função de diretor.

Parágrafo único. O recurso e o parecer da Assessoria Pedagógica destinado à Comissão Eleitoral Municipal, nos termos do § 3º, do Art. 39, protocolado na Secretaria Municipal de Educação;

Art. 45 A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, conforme a programação anexa.

Art. 46 Até o último dia do ano letivo, o diretor em exercício deverá apresentar à comunidade escolar e entregar ao diretor eleito, por escrito, os seguintes documentos:

I - balanço do acervo documental; II - credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

III - inventário do patrimônio existente na unidade escolar, registrado em livro tombo, validado pelo CDCE;

IV- apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do diretor em exercício, competirá ao novo diretor e ao CDCE eleito, relatar os fatos e representar contra o mesmo; à Comissão Permanente de Sindicância / Prefeitura Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 2º O CDCE só poderá dar posse ao diretor reeleito se cumprido o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º Havendo a posse em descumprimento dos dispositivos deste artigo, anula-se o ato, vaga-se a função e realiza-se nova eleição.

Art. 47 Os casos omissos e descumprimento do disposto, nesta Portaria, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, em única instância, que atenderá na Secretaria Municipal de Educação/SEMEC.

Art. 48 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campinápolis 11 de Novembro de 2019

MARILENE CORRÊA BORGES

Secretária Municipal de Educação

Port. 7234/2017

ANEXO I

12/11/2019	Publicação da Portaria	Diário da Prefeitura
18/11/2019	Assembleia Geral para Formação nas Escolas da Comissão Eleitoral Escolar para Diretores	Escolas
19/11/2019	Inscrição dos candidatos à direção da escola	Assessoria Pedagógica
21 a 25/11/2019	Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos inscritos	Assessoria Pedagógica
26/11/2019	Prazo para recursos junto à Comissão Eleitoral Escolar	Escola e Assessoria Pedagógica
27/11/2019	Apreciação dos recursos de possíveis inscrições indeferidas	Esola e Assessoria Pedagógica
28/11/2019	Divulgação dos resultados dos recursos	Escola Assessoria Pedagógica
29/11 a 03/12 2019	Ciclo de estudos dos candidatos com inscrições deferidas	SEMEC
03/12/2019	Requerimento de documento de conclusão do curso e aprovação.	Assessoria Pedagógica
04/12/2019	Confirmação da inscrição deferida e candidatos capacitados, junto à comunidade escolar	Site da Prefeitura
05/12/2019	Apresentação da proposta de trabalho do candidato a direção da escola à comunidade escolar	Escola
11/12/2019	Eleição nas escolas para a escolha do diretor e resultado do certame	Escola
14/12/2019	Interposição de recursos à Comissão Eleitoral da Escolar.	Comissão e Assessoria Pedagógica
16/12/2019	Análise e deliberação dos recursos interpostos à Comissão Eleitoral Escolar	Comissão Escolar
18/12/2019	Devolução da SEMEC ao candidato interposto	SEMEC
20/12/2019	Posse dos Diretores Eleitos	CDCE
02/01/2020	Efetivo exercício dos Membros dos CDCE's e Diretores Eleitos	Escolas

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.499 DE 11 NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Fiscal de Contrato Administrativo e Substituto referente ao Processo Administrativo **nº 086/2019,** Pregão Presencial nº **019/2019 – EMPRESA RESPONSÁVEL POR VENDA DE VEÍCULOS,** para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas.

CONTRATO Nº	**044/2019**		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO, AMBULÂNCIA TIPO A.		
EMPRESA:	CKS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA		
CNPJ:	30.330.883/0001-69		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	MONICA APARECIDA RODRIGUES		
CARGO:	AGENTE ADMINISTRATIVO		
CPF:	963.540.381-04	**MATRÍCULA:** 1269	
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE SAÚDE		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	SUELEN CEQUINEL ROSA		
CARGO:	ENFERMEIRA		
CPF:	005.680.961.18	**MATRÍCULA:** 688	
LOTAÇÃO:	SECRETARIA DE SAÚDE/PSF		

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 11 de Novembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.052, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 500.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte dotação orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

00.15.451.0005.20045. MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390000000 Aplicações Diretas

0.3.17.000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -

Exercício Anterior.....R$ 500.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 578, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR **LEONEL AUGUSTO SILVA DE ASSIS** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 67/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.051, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, À ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - ASPCNP; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar Concessão do Direito Real de Uso de bem público, de forma não onerosa, à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – ASPCNP, inscrita no **CNPJ nº** 26.607.686/0001-77, de bem imóvel, compreendido na matrícula n° 5315, correspondente ao lote 93-A2, da quadra 93-A, com área de 3.420,00 m² (três mil quatrocentos e vinte metros quadrados), do loteamento denominado “Patrimônio de Campo Novo do Parecis”, situado nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT.

§ 1º O Bem Imóvel, objeto da Concessão de uso, destina-se exclusivamente à utilização da cessionária para consecução do projeto AGEM, vinculado a ASPCNP, e manutenção de sua sede, sendo vedado uso diverso, assim como o repasse ou cessão a terceiros.

§ 2º A concessão de uso que trata esta Lei será por prazo indeterminado, podendo ser extinta a qualquer tempo**,** e a posse do imóvel revertida ao município, se a Associação não lhe der o uso prometido ou a desviarem de sua finalidade pública original.

§ 3º Será permitida a construção de benfeitorias, que, contudo, não serão indenizáveis pelo Município de Campo Novo do Parecis ao término da concessão de uso.

§ 4º Fica a ASPCNP inteiramente responsável pela manutenção e conservação do bem imóvel, respondendo por todos os encargos civis e administrativos que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas;

§ 5º O imóvel e suas benfeitorias estão avaliados em R$ 1.637.752,52 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta e dois centavos), consoante a Certidão de Valor venal nº 15575/2019, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, o Resultado Final do pedido de isenção do valor da inscrição:

Inscrição	Nome	Função	Situação	Motivo
173166000026	ALINE TRINDADE CAMARGO	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173405000027	BEATRYZ WALLÉRIA ROCHA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173476000030	CAMILA CRISTINE PONCIANO FRANÇA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173782000034	CARLOS DOMINGOS CAMPOS DA SILVA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173490000023	CRISTIANE MARTINA DA SILVA GOMES	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173515000035	DEISY MARTINS SOARES	Nível Médio - Agente Educacional - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DEFERIDO	
173401000017	ELAINE DA SILVA PEDRO	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173915000028	ELESSANDRA DE OLIVEIRA SOUZA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173634000011	ELIANA LOPES DOS DOS REIS SMITH	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173783000032	EMILLY BEATRIZ REIS DA CUNHA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173251000018	ERNESTINA CARDOSO DE SOUZA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173550000043	FABIANA LEITE DE SOUZA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173575000008	FERNANDA DE FREITAS	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173660000014	GILZA TEODORO DOS SANTOS ANDRADE	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173038000042	HAROLDO BATISTA RODRIGUES	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173042000044	JOELMA VEIGA DA SILVA	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173726000045	JOELMA VEIGA DA SILVA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173173000037	JUDITH LEMES ARRUDA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173764000031	LEIDIJANE ROLIM DA SILVA	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Arte. - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173498000016	LETICIA RODRIGUES ELOY DIAS	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Ciências Biológicas - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173476000013	LUCIANE TONIAZZO DE CAMARGO	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173243000010	LUCILAINE BORGES DA SILVA	Nível Médio - Agente Educacional - DISTRITO ITAMARATI NORTE	DEFERIDO	
173395000025	LUIZA DE OLIVEIRA SOUZA	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Educação Física - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173588000012	MARCELO NUNES DE OLIVEIRA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173798000029	MARIA JOSE DA SILVA LIMA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173857000033	PAMELLA ALESKA DA SILVA SANTOS	Nível Superior - Professor/Licenciatura Plena em Matemática - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173002000021	PATRICIA DE LIMA GIEGA PLASTER	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	DEFERIDO	

173085000022	PATRICIA DE LIMA GIEGA PLASTER	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173968000024	PAULA MARQUES FERREIRA DA SILVA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173538000007	PRISCILA PAULA DE SOUZA FASSBINDER	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173483000009	ROSIMEIRI ALVES ROSA DE OLIVEIRA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	DEFERIDO	
173845000036	TAMARA DA SILVA LIMA OLIVEIRA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital

173782000020	VANDERLENE ANDRADE NERY COSTA	Nível Superior - Professor/ Licenciatura Plena em Pedagogia - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada
173697000015	VANI GONÇALVES DE MORAIS	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital
173553000019	WAGNER SILVA BRAGA	Nível Médio - Agente Educacional - ÁREA URBANA	INDEFERIDO	Documentação não enviada de acordo com edital

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Novo do Parecis - MT, 12 de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Campo Novo do Parecis – MT	**MARGA CESCA** Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2019 Portaria 500/2019

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.055, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Legislativo Municipal

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS SOB A ÉGIDE DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA, INSTITUÍDA PELA LEI FEDERAL Nº 13.874, DE 20.09.2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As atividades econômicas no Município de Campo Novo do Parecis poderão ser desenvolvidas por pessoa natural ou jurídica, em qualquer horário, ou dia da semana, inclusive feriados, sem que para isso esteja sujeita a cobranças ou encargos adicionais, observadas:

I - as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público;

II - as restrições advindas de contrato, de regulamento condominial ou de outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluídas as de direito de vizinhança;

III - a legislação trabalhista.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Capítulo II do Título IV (artigos 178 e 179) da Lei nº 008, de 21 de março de 1989, e a Lei nº 202, de 14 de maio de 1992.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE EDITAL DE CP 004/2019

ABERTURA: 13 de dezembro de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO: 13 de dezembro de 2019 às 08:00 horas.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de remediação e ampliação do Aterro Sanitário Municipal, situado na margem direita Rodovia MT235, sentido Campo Novo do Parecis à São José do Rio Claro - 15Km, Campo Novo do Parecis, com fornecimento de máquinas, equipamentos e mão de obra, conforme projetos, Plano de Remediação e Confinamento.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de novembro de 2019.

Tarcísio Nascimento da Silva Secretário da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.049, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA DISPOSITIVO DO ART. 5º E 6º DA LEI Nº 1.974/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 5º, da Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que estima a Receita e fixa a despesa do município de Campo Novo do Parecis para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providencias, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 5º** .....*

.....

Parágrafo único. Os limites autorizados no artigo não serão onerados quando se tratar de movimentação de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, até o limite de 7%(sete por cento) do total da despesa fixada no art. 3º desta Lei"

Art. 2º. O Art. 6º, da Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que estima a Receita e fixa a despesa do município de Campo Novo do Parecis para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providencias, passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescido do §1º e §2º:

*"**Art. 6º** - Não onerarão o limite previsto no artigo anterior os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida e vinculações constitucionais, até o limite de 7%(sete por cento) do total da despesa fixada no art. 3º desta Lei.*

§ 1º - Quando o crédito suplementar se enquadrar em mais de uma das exceções estabelecidas no Parágrafo Único do Art. 5º e caput deste artigo, deverá ser computado apenas uma vez para fins de cálculo do percentual, observada como ordem de hierarquia o caput deste artigo e, seqüencialmente, as estabelecidas no parágrafo único do Art. 5º.

§ 2º - Os limites autorizados no parágrafo único do art. 5º e art. 6º, quando excedidos, poderão utilizar os limites autorizados nos incisos I, II e III do art. 5º."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 06 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.053, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA O ANEXO I/A – DO QUADRO DE VAGAS PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, VINCULADO À LEI Nº 1437/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo I - Quadro de Vagas, A – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado a Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS	REQUISITOS
Professor	02	40 horas semanais	2.988,88	Nível Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia
Instrutor de Artesanato	06	40 horas semanais	1.113,15	Ensino Fundamental
Instrutor de Informática	02	40 horas semanais	1.113,15	Ensino Médio e certificados de cursos realizados com documentação comprobatória
Ajudante de Serviços Gerais	01	40 horas semanais	911,30	Ensino Fundamental
Cozinheiro(a)	01	40 horas semanais	911,30	Ensino Fundamental
Operador de Programas Sociais	02	40 horas semanais	1.166,45	Ensino Médio/curso de informática
Orientador Social	06	40 horas semanais	1.166,45	Ensino Médio Completo/ curso de informática
Especialista em Saúde-Psicólogo(a)	01	40 horas semanais	3.233,52	Ensino Superior em Psicologia

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 574, DE 11 NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 013/2019, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente: Pablo Marcelo Borges Carpinetti, matrícula funcional nº 2254, CPF º 010.283.811-90 Membros: Eleni Teixeira Belai, matrícula nº 478, CPF nº 609.516.211-49; Membros: Elaine Alves de Carvalho, matrícula nº 11, CPF nº 537.761.941-20.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 575, DE 11 NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 014/2019, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente: Sandro Silvio Cattaneo, matrícula funcional nº 1952, CPF º 018.335.529-62; Membros: Silviane Cristina Olejas matrícula nº 2992, CPF nº 032.194.331-70, Membros: Rosangela Xavier de Alcântara Nascimento matrícula nº 1491, CPF nº 421.773.831-53

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 576, DE 11 NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIV0 Nº 009/2019, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente: Rosangela Xavier de Alcântara Nascimento matrícula funcional nº 1491 CPF º 421.773.831-53 Membros: Gustavo Elienai Cardoso de Souza, matrícula nº 2595, CPF nº 103.462.296-00; Membros: Juliano Olejas, matrícula nº 2442, CPF nº 840.290.211-15.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 078, DE 24 DE MAIO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II na Lei Complementar nº 78/2017, de 24.05.2017, de que trata o seu art. 139, caput, com o seguinte teor:

"ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (UFCNP)

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	*Mínimo*			*Pequeno*			*Médio*			*Grande*			*Excepcional*		
Nível de Poluição e/ou Degradação	*B*	*M*	*A*	*B*	*M*	*A*	*B*	*M*	*A*	*B*	*M*	*A*	*B*	*M*	*A*
Licença Prévia (LP)	*0,5*	*1*	*2*	*3*	*6*	*11*	*16*	*24*	*38*	*49*	*54*	*69*	*79*	*98*	*125*
Licença de Instalação (LI)	*4*	*5*	*6*	*9*	*15*	*26*	*36*	*51*	*81*	*103*	*113*	*143*	*162*	*201*	*254*
Licença de Operação (LO)	*1*	*1*	*1*	*2*	*2*	*28*	*16*	*26*	*40*	*51*	*56*	*71*	*81*	*100*	*127*

** Legenda: B = Baixo, M = Médio, A = Alto*

** Para efeitos dessa lei, os anexos I e II serão aplicados aos empreendimentos que não constam das classificações específicas, definidas nos anexos III e VII.*

Regra Geral

Na hipótese de empreendimentos em funcionamento antes da publicação da Lei Complementar nº 38 de 21 de novembro de 1995 que dispõe sobre o Código Estadual de Meio Ambiente, serão emitidos somente a LO, os demais deverão apresentar ou requerer LP e LI também."

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de outubro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 577, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA A SERVIDORA **ROSANA SEGALOTTO** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 68/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.054, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 438.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações orçamentárias:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

05.002. DEPARTAMENTO DE CULTURA

002.13.392.0020.20023. AÇÕES CULTURAIS

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários – Exercício .....
.....R$ 418.000,00

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários – Exercício .....
.....R$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....
.....R$ 438.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

08.004. FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

004.17.452.0006.20141. MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO

3390000000. Aplicações Diretas

0.1.00.000000 - Recursos ordinários – Exercício.....
...R$ 438.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....
.....R$ 438.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de

03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de novembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):**MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 07 da QUADRA 09 (antiga quadra 57), LOCALIZADO NA RUA RIO DE JANEIRO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.** Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 116/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 116/2019 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DO SEGMENTO DE VIDRAÇARIA, que teve como vencedora a empresa DMG SERRALHERIA E VIDRAÇARIA LTDA – ME, CNPJ Nº 04. 307.102/0001-05, com o valor total de R$ 372.367,50 (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos). Campo Verde, 12 de novembro de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 124/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a RETIFICAÇÃO do **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMODATO DE EQUIPAMENTOS COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS**, na modalidade pregão (presencial) **n° 124/2019** a se realizar no dia **28/11/2019, as 10hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 12 de novembro de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DMG SERRALHERIA E VIDRAÇARIA LTDA – ME, CNPJ Nº 04.307.102/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DO SEGMENTO DE VIDRAÇARIA – PREGÃO Nº 116/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 12/11/2018 A 11/11/2020.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CANTONEIRA DE ALUMÍNIO 1/2".	150 M	ALUMETAL	R$ 6,54	R$ 981,00
02	CAPA SUPERIOR DE ALUMÍNIO, 8MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 16,65	R$ 1. 665,00
03	CAPA SUPERIOR DE ALUMÍNIO, 10MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 19,96	R$ 1. 996,00
04	CLICK DE ALUMÍNIO 8MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 36,44	R$ 3. 644,00
05	CLICK DE ALUMÍNIO 10MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 40,25	R$ 4. 025,00
06	DOBRADIÇA DE METAL PARA JANELA BASCULANTE, TAMANHO PADRÃO.	50 UND	VOUGA	R$ 18,24	R$ 912,00
07	DOBRADIÇA INFERIOR PARA PORTA DE VIDRO, DE METAL, MODELO GIRO, COMPATÍVEL COM BLINDEX E SANTA MARINA.	50 UND	METALFLEX	R$ 49,37	R$ 2. 468,50
08	DOBRADIÇA SUPERIOR PARA PORTA DE VIDRO, DE METAL, MODELO GIRO, COMPATÍVEL COM BLINDEX E SANTA MARINA.	50 UND	METALFLEX	R$ 54,06	R$ 2. 703,00
09	ESPELHO 3MM.	100 M²	GUARDIAM	R$ 148,45	R$ 14. 845,00
10	ESPELHO 4MM.	50 M²	GUARDIAM	R$ 160,00	R$ 8. 000,00
11	FECHADURA DE METAL/LATÃO PARA PORTA DE VIDRO, TIPO VIDRO/VIDRO (VV)	50 UND	METALFLEX	R$ 102,84	R$ 5. 142,00

12	FECHADURA DE METAL/LATÃO, PARA PORTA DE VIDRO, TIPO VIDRO / ALVENARIA (VA).	50 UND	METALFLEX	R$ 93,51	R$ 4.675,50
13	FECHADURA DE METAL PARA PORTA DE VIDRO, MODELO GIRO, VIDRO/ALVENARIA (VA)	50 UND	METALFLEX	R$ 104,50	R$ 5.225,00
14	FECHADURA DE METAL PARA PORTA DE VIDRO, MODELO GIRO, VIDRO/VIDRO (VV).	50 UND	METALFLEX	R$ 111,50	R$ 5.575,00
15	FECHADURA DE METAL/LATÃO PARA JANELA DE VIDRO, TIPO VIDRO/VIDRO (VV).	50 UND	METALFLEX	R$ 85,58	R$ 4.279,00
16	FECHADURA DE METAL/LATÃO PARA JANELA DE VIDRO, TIPO VIDRO/ALVENARIA (VA).	50 UND	METALFLEX	R$ 76,24	R$ 3.812,00
17	FECHADURA PARA JANELA DE VIDRO, TIPO BATE FECHA, VIDRO/ALVENARIA (VA).	50 UND	METALFLEX	R$ 33,17	R$ 1.658,50
18	FECHADURA PARA JANELA DE VIDRO, TIPO BATE FECHA, VIDRO/VIDRO (VV).	50 UND	METALFLEX	R$ 40,17	R$ 2.008,50
19	KIT DE METAL PARA JANELA BASCULANTE, CONTENDO: 02 DOBRADIÇAS DE METAL, 01 TRINCO DE METAL, 01 CHAPA DE METAL PARA TRINCO, 01 CORRENTE DE METAL PARA PUXAR O TRINCO E ABRIR A BASCULANTE.	50 UND	ALUMETAL	R$ 91,16	R$ 4.558,00
20	MANCAL INFERIOR PARA PORTA DE VIDRO, ESTILO BLINDEX E SANTA MARINA.	50 UND	METALFLEX	R$ 23,00	R$ 1.150,00
21	MANCAL SUPERIOR PARA PORTA DE VIDRO, ESTILO BLINDEX E SANTA MARINA.	50 UND	METALFLEX	R$ 22,00	R$ 1.100,00
22	MOLA HIDRÁULICA DE PISO, PARA PORTA DE VIDRO, MODELO GIRO.	50 UND	DORMA	R$ 1.222,17	R$ 61.108,50
23	PARAFUSO DE METAL CROMADO, TIPO BOTÃO FRANCÊS, PARA FIXAR ESPELHO.	50 UND	PLAST FIX	R$ 3,65	R$ 182,50
24	PERFIL DE ALUMÍNIO PARA VEDAÇÃO, MODELO H (CADEIRINHA), 08MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 9,55	R$ 955,00
25	PERFIL DE ALUMÍNIO PARA VEDAÇÃO, MODELO H (CADEIRINHA), 10MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 13,00	R$ 1.300,00
26	PUXADOR REDONDO DE MADEIRA, PARA PORTA DE VIDRO.	50 UND	MADER BEM	R$ 40,66	R$ 2.033,00
27	ROLDANAS SIMPLES PARA JANELA DE VIDRO.	150 UND	FERMAX	R$ 14,66	R$ 2.199,00
28	TRANSPASSE DE ALUMÍNIO, 8MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 10,86	R$ 1.086,00
29	TRANSPASSE DE ALUMÍNIO, 10MM.	100 M	ALUMETAL	R$ 11,73	R$ 1.173,00
30	TRILHO DE ALUMÍNIO, 8MM, PARTE INFERIOR, PORTAS E JANELAS DE VIDRO.	50 M	ALUMETAL	R$ 17,06	R$ 853,00
31	TRILHO DE ALUMÍNIO, 10MM, PARTE INFERIOR, PORTAS E JANELAS DE VIDRO.	150 M	ALUMETAL	R$ 18,53	R$ 2.779,50
32	TRILHO DE ALUMÍNIO, 8MM, PARTE SUPERIOR, PORTAS E JANELAS DE VIDRO.	50 M	ALUMETAL	R$ 26,54	R$ 1.327,00
33	TRILHO DE ALUMÍNIO, 10MM, PARTE SUPERIOR, PORTAS E JANELAS DE VIDRO.	150 M	ALUMETAL	R$ 28,33	R$ 4.249,50
34	TRINCO DE METAL PARA JANELA BASCULANTE.	50 UND	METALFLEX	R$ 32,96	R$ 1.648,00
35	TUBO QUADRADO DE ALUMÍNIO, 5X5	50 M	ALUMETAL	R$ 39,30	R$ 1.965,00
36	TUBO QUADRADO DE ALUMÍNIO, 5X10	100 M	ALUMETAL	R$ 62,06	R$ 6.206,00
37	U-CAVALINHO DE ALUMÍNIO, 8MM.	150 M	ALUMETAL	R$ 7,92	R$ 1.188,00
38	U-CAVALINHO DE ALUMÍNIO, 10MM.	150 M	ALUMETAL	R$ 9,53	R$ 1.429,50
39	VIDRO FANTASIA DE 03MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 101,31	R$ 10.131,00
40	VIDRO LISO INCOLOR DE 03MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 88,00	R$ 8.800,00
41	VIDRO LISO INCOLOR DE 04MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 104,50	R$ 10.450,00
42	VIDRO LISO INCOLOR DE 06MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 146,17	R$ 14.617,00
43	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 6MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 175,72	R$ 17.572,00
44	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 8MM	150 M²	TEMPERMAT	R$ 205,82	R$ 30.873,00
45	VIDRO TEMPERADO INCOLOR DE 10MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 231,47	R$ 23.147,00
46	VIDRO TEMPERADO FUMÊ DE 6MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 198,62	R$ 19.862,00
47	VIDRO TEMPERADO FUMÊ 8MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 237,47	R$ 23.747,00
48	VIDRO TEMPERADO FUMÊ DE 10MM	100 M²	TEMPERMAT	R$ 256,13	R$ 25.613,00
49	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE REGULAGEM DE PORTA E JANELA DE CORRER	100 UND	------	R$ 103,00	R$ 10.300,00
50	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE REGULAGEM DE PORTA MODELO GIRO (PIVOTANTE).	50 UND	------	R$ 103,00	R$ 5.150,00

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 372.367,50 (TREZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 117/2019

EDITAL RETIFICADO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E ACESSÓRIOS,**na modalidade pregão (presencial) nº **117/2019**, no dia **29 de NOVEMBRO de 2019, às 8:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 12 de novembro de 2019.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 96/2019.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 96/2019, DE FORMA UNILATERAL a partir de 26.09.2019.

DA RESCISÃO: Considerando o Parecer Jurídico Nº 323/2019, no qual recomenda a rescisão do contrato nº 96/2019 e a suspensão do pagamento estabelecido na cláusula quarta do referido contrato.

ASSINAM: JOSE ODIL DA SILVA– Prefeito Municipal.

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº.244, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORES QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES	18/10 a 19/10/2019

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ALINE HEINZ	14/10 a 15/10/2019

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
LUCIANA APARECIDA FERREIRA	21/10 a 26/10/2019
NELCI MARIA DANIEL CAVALLI	3/10 a 4/10/2019
LUCIANE APARECIDA TOLOTTI	01/10/2019

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
GREICI AMANN	26/10 a 28/10/2019
ELIZANDRA RAMPANELLI	01/10 a 6/10/2019 23/10/2019
MARIO MARCIO RIBEIRO	11/10 a 12/10/2019 16/10 a 19/10/2019
ROSELI DE OLIVEIRA	01/10/2019
ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	01/10/2019
ROSANA GOMES DE BRITO	01/10 a 02/10/2019
CRISTIANE SANTOS SILVA	01/10/2019
ELIANE RAMOS DA SILVA OLIVEIRA	28/10 a 30/10/2019
TAMARA CRISTINA HELIODORO POMPEO DA SILVA	28/10 a 24/10/2019
SONIA SAMARI	16/10 a 19/10/2019
ROSANGELA APARECIDA VERONEZI	11/10 a 12/10/2019

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
CINTYA VIEIRA SOUTO	14/10 a 16/10/2019

Art. 6º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de novembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 115, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, faz saber que fica retificado a ementa e os artigos primeiro e segundo do Decreto nº. 115, de 11 de novembro de 2019, publicado nessa data no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº.3.335, para constar que onde se lê crédito suplementar passa a lido como “crédito especial, ficando ainda retificado o valor total da anulação de R$ 236.885,75 mencionado no artigo segundo passa constar doravante a retificação para o valor de R$ 236.887,75, permanecendo inalterado os demais dispositivos do sobredito decreto.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de novembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº. 241, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de novembro de 2019, ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde,relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO
JULIANO SALVADOR DA SILVA	3/12/2017 a 02/12/2018

Art. 2º Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, computados a partir do dia 01 de novembro de 2019, ao servidor abaixo nominado, lo-

tado na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio,relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	PERÍODO
ADEMIR ROSTIROLLA	01/4/2017 a 31/3/2018

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de novembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

CHEFE DE GABINETE
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 116, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, faz saber que fica retificado a ementa e os artigos primeiro e segundo do Decreto nº. 116, de 11 de novembro de 2019, publicado nessa data no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº.3.335, para constar que onde se lê crédito suplementar passa a lido como “crédito especial”, permanecendo inalterado os demais dispositivos do sobredito decreto.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 12 de novembro de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12/2019, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Serviços de Hotelaria em Gerais.

Contratado: L M Organização LTDA. CNPJ/MF nº 03.372.237/0001-91.

Valor global: R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Municipal 12/2019.

Dispensa de Licitação: 18/2019.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 17 de junho de 2019.

Rosineia Rodrigues Ramos Silva.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO 040/2019/SINSPU

ATO DE DESIGNAÇÃO 040/2019/SINSPU

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL DA SILVA, Secretário municipal de Infraestrutura, Serviços e Urbanismo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidora Pública Municipal **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 770.870.891-53, com e-mail nega.73@hotmail.com. Para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas das Empresas **BAR DOS ESPORTES E RESTOURANTE,** EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº **27.919.683/0001-31** que tem por objeto prestação de serviço para o município

Art. 2º. Designar a Servidor Público Municipal **VALDIR SOARES DOS SANTOS**, matrícula funcional nº 1860 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 961.721.181-53, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **BAR DOS ESPORTES E RESTAURANTE** - EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF **27.919.683/0001-31** que tem por objeto prestação de serviço para o município.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

MANOEL DA SILVA

Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Serviços e Urbanismo

Portaria n°111/2018

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 012/2019.

ATO AUTORIZATIVO N. 012/2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

CONSIDERANDO, que o Art. 164º, § 1º da Lei nº 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal a para os Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos,o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.

CONSIDERANDO o Decreto n. 682/2019, de 28 de junho de 2019, que “Estabelece medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas correntes, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo municipal e dá outras providências”.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, ao servidor abaixo elencado e na forma que especifica abaixo:

I. IDEVALDO DE PAULA FARIA, portador da matricula funcional n.559, ocupante do cargo **GERENTE DE MEIO AMBIENTE**, no valor de R$ 807,50.

Art. 2º. A verba será paga mensalmente aos Secretários (as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários (as) Adjuntos, o vice-prefeito, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os geren-

tes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários (as) Municipais, o Chefe de Gabinete do Prefeito, os Secretários (as) Adjuntos, o Vice-Prefeito, o Tesoureiro Municipal, os Secretários (as) Executivos e os gerentes, e viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

Art. 3º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, dispensáveis documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 4º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratórios do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Paragrafo Único. Não será concedido verba indenizatória aos Secretários (as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários (as) Adjuntos, o vice-prefeito, o Tesoureiro Municipal, os Secretários (as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos que deixar de apresentar o relatório de atividades institucionais realizadas ou que estiver afastado para tratar de interesse particular, ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições, nos termos do artigo 166º, da Lei 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 5º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 01 de novembro 2019, devendo ser encaminhada a Coordenadoria de Recursos Humanos, para providências e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Novembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 010/2019 de 07 de Janeiro de 2019, torna público o Resultado do Pregão Presencial 043/2019, cujo objeto é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em Gerenciamento e Administração de despesas de abastecimento de frota de veículos, através de sistema de cartão magnético, pelo período de 12 (doze) meses, realizado no dia 07/11/2019 às 08h30min, onde a Empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, venceu o item com uma taxa no valor de 1,5% (um virgula cinco por cento).

Canabrava do Norte-MT, **11 de Novembro de 2019.**

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 010/2019

GABINETE
EDITAL N°002/2019 DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR (A) DA ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ DE CANABRAVA DO NORTE - MT, PARA BIÊNIO DE 2020 - 2021.

EDITAL N°002/2019 DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR (A) DA ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ DE CANABRAVA DO NORTE - MT, PARA BIÊNIO DE 2020 - 2021.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura tornam público o presente edital de eleição para o preenchimento do cargo de Diretor (a) da Unidade de Ensino, Escola Municipal Canaã de Canabrava do Norte/MT, de acordo com a Lei Municipal Nº **630/2014 de 28 de novembro de 2014** e convoca a comunidade escolar nos seguintes termos:

1-DAS INSCRIÇÕES:

1.1 As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura nos **dias 18, 19, 21 e 22 de novembro de 2019 das 7: 30 hs às 11: 30 hs e das 13: 30 hs às 17: 30 hs**.

1.2 Para concorrer o cargo de Diretor (a) Escolar o candidato deve:

a) Ser ocupante de cargo efetivo do quadro de professores da Educação Básica, prestados na escola que pretende dirigir;

b) Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena;

c) Ter disponibilidade para trabalhar em regime de dedicação exclusiva;

d) Participar de ciclos de estudos a serem organizados pela Coordenação Pedagógica do município e Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura;

e) Inscrever-se para concorrer à direção em apenas uma escola.

1.3 Ficarão impedidos de concorrer ao cargo os candidatos que:

a) Tenham sido exonerados, dispensados ou suspensos do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

b) Estejam respondendo a processo administrativo disciplinar ou processo de sindicância;

c) Estejam inadimplentes junto à justiça.

1.4. Ter no mínimo dois anos (02) de efetivo exercício ininterrupto até a data da inscrição, prestados na escola que pretende dirigir**,** conforme a **Lei 630/2014** no Art. 5º**;**

1.5. No ato da inscrição o candidato deve apresentar:

a) Currículum Vitae, comprovando habilitação em licenciatura plena (documentado), cópia da Carteira de Identidade e CPF;

b) Proposta de trabalho contendo: apresentação, introdução, delimitação do contexto escolar contendo metas para a melhoria da escola e ensino, estratégias para preservação do patrimônio público, estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

c) Declaração do Proponente de efetivo tempo de serviço na unidade escolar;

d) Termo de compromisso redigido pelo candidato para exercer a direção da escola em dedicação exclusiva à função de Diretor.

1.6 - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP/ PDE da Escola, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las objetivando subsidiar a elaboração da Proposta de Trabalho do candidato.

1.7 – Se na unidade escolar não houver candidato inscrito no processo seletivo ou classificado nos termos dos Artigos 03º e seus respectivos parágrafos e Artigo 04ª, ou os candidatos quer forem afastados por qualquer irregularidade citada neste edital, responderá pela direção o profissional designado pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, respeitando-se o critério previsto no Artigo 05º, III e IV da Lei **630/2014 de 28 de novembro de 2014,** base deste Edital;

1.8 - Do Registro da Candidatura:

1.8.1 A Comissão Eleitoral declamará a aceitação ou indeferimento de cada inscrição no prazo de 24 h (vinte e quatro horas) após o encerramento das inscrições, publicando a decisão em Edital no mural da Escola Correspondente e na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura; 1.8.2 Do ato que deferir ou indeferir inscrição cabe recurso à Comissão Eleitoral, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

2 - DA COMISSÃO ELEITORAL

2.1. Na Unidade Escolar haverá uma Comissão Eleitoral que conduzirá o processo eleitoral de candidato à direção.

2.1.1 Essa Comissão será composta por: 01 (um) Professor da Educação Básica, 01 (um) Profissional administrativo da Educação, 01 (um) pai, 01 (um) representante do Sindicato da Categoria.

2.1.2 Cada representante e suplente dos membros supramencionados será eleito pelo respectivo segmento.

2.1.3 Depois de constituída a respectiva Comissão, eleger-se-á um dos seus membros para presidi-la.

2.1.4 Será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, o membro que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo eleitoral.

2.1.5 Estão impedidos de compor a comissão todos os elencados no art. **9 § 5º da Lei nº 630/2014** de

28 de novembro de 2014.

2. 2 As atribuições da Comissão Eleitoral Escolar estão exaradas no **Art. 10 do I ao XI da Lei nº 630/2014** de 28 de novembro de 2014.

3 - DO VOTO E DO COLÉGIO ELEITORAL

3.1. O voto é livre e secreto;

3. 2. O colégio eleitoral para eleição do cargo de Diretor Escolar é formado por:

a) Profissionais da educação em exercício na escola;

b) Alunos regularmente matriculados com freqüência comprovada que tenha no mínimo 12 (doze) anos de idade ou que estejam cursando o 6º ano em diante;

c) Pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) pelos alunos menores de 18 (dezoito) anos que tenham freqüência comprovada, conforme Art.15, III;

d) O profissional da educação com filhos na escola votará apenas no seu segmento;

e) O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará apenas uma vez.

3.3 Cada eleitor deverá exercer seu direito de voto na respectiva unidade escola e na sala anexa.

3.4 No ato da votação, o votante deverá apresentar a mesa receptora um documento oficial de identificação com foto (RG ou equivalente);

3.5. Não é permitido voto por procuração;

3.6 O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma das listas poderá votar em uma lista separada.

DA CAMPANHA

4.1. Deverá haver Assembléia Geral, onde os candidatos terão cada um à mesma fração de tempo para exposição e debate de suas propostas de trabalho, o qual não deverá exceder 30 (trinta) minutos;

4.2. O Candidato que não apresentar a Proposta de Trabalho em assembléia Geral, na data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar local, estará automaticamente desclassificado;

4.3. Caso o candidato possua apelido pelo qual seja conhecido, poderá utilizá-lo para a divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

4.4. É vedado ao candidato e á comunidade:

a) Fazer exposição de faixas e cartazes fora da escola;

b) Distribuir panfletos promocionais e brindes de qualquer espécie com objetivo de propaganda ou aliciamento dos votantes;

c) Realizar festas na escola que não esteja prevista em seu calendário, na intenção de angariar votos;

d) Desempenhar atos que impliquem em oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza em troca de voto;

e) Aparição isolada nos meios de comunicação ainda que em forma de entrevista jornalística;

f) Utilização em sua campanha de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por outros órgãos governamentais.

4.5. Estará afastado do processo, à vista de representação da parte defendida, devidamente fundamentada e dirigida à comissão, o candidato que praticar quaisquer dos atos previstos no Art. 13 conforme descrito no Art. 14 da Lei 630/2014 ou permitir a outrem praticá-los em seu favor.

4.6. É permitida a campanha eleitoral até a data limite de **25/11/2019** a **11/12/2019** na Escola Municipal Canaã do Município de Canabrava do Norte - MT, cada qual para seu respectivo diretor escolar;

5 - LOCAL E DATA DA ELEIÇÃO

5.1. A Eleição ocorrerá no dia **13 de dezembro de 2019**, (sexta-feira) na Escola Municipal Canaã, para seu respectivo diretor escolar;

5.2. A votação ocorrerá das **8: 00 horas às 17: 00 horas.**

6 – DA RECEPÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

6.1. Os votos serão recepcionados por uma mesa composta por no mínimo três e no máximo cinco membros e dois suplentes, sendo 01 (um) professor, 01 (um) profissional da educação e 01 (um) pai de aluno, escolhido com antecedência mínima de três dias, vedada a escolha de candidatos, seus cônjuges ou parentes até segundo grau.

6.2 Nenhuma autoridade estranha á mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da comissão, quando solicitado, conforme rege o Art. 21da Lei 630/2014.

6.3 Poderão permanecer no local destinado a mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais previamente designados, que poderão solicitar da mesa o registro, em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

6.4 O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da escola municipal referente, devidamente assinado pelo presidente da comissão eleitoral e um mesário; Devidamente fiscalizada pela Comissão Eleitoral, contendo os dados legíveis dos candidatos;

6.5 As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras para procederem imediatamente à contagem dos votos nos mesmos locais de votação, exceto nas salas anexas em Primavera do Fontoura;

6.6 Antes da abertura das urnas, a mesa escrutinadora deverá examinar a urna verificando se nela há indícios de violação, em caso de constatação afirmativa deverão convocar o Secretário Municipal de Educação para tomar as decisões cabíveis e registrá-las em livro próprio. O mesmo proce-

dimento se tomará em caso de averiguação de votos tomados em separados, anulando-os se for o caso;

6.7. Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna adota-se o mesmo procedimento do item 6.5.

6.8. São nulos os votos que:

a) Estiverem registrados em cédulas que não correspondem ao padrão;

b) Indiquem mais de um candidato;

c) Contenham expressões ou qualquer outro tipo de manifestação daquela que exprime o voto;

6.8. Será eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos;

6.9 Na ocorrência de empate será eleito o candidato que:

a); Possuir maior titulação;

b) Constatar maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino

c) Constatar maior tempo de serviço na Unidade Escolar em questão;

d) Tiver maior idade;

7 - DA POSSE

7.1. A posse se dará na primeira quinzena do mês de janeiro de 2020.

7.2. Comprovado ganho é de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, deste Município a realização da transmissão do cargo ao eminente diretor empossado em cerimonial.

8 – DOS ANEXOS

8.1. Consta em anexo neste **Edital 002/2019**:

a) Ficha de inscrição do candidato (a) à direção (anexo I)

b) Amostra a ser seguida para a Proposta de Trabalho do Candidato a Diretor (anexo II)

c) Termo de compromisso de dedicação exclusiva à função de Diretor (Anexo III)

d) Ata de apuração da eleição dos membros da Comissão Eleitoral (Anexo IV)

e) Designação dos componentes das mesas receptoras /escrutinadoras (Anexo V)

f) Modelo de cédula para votação (anexo VI)

g) Modelo de Ata de Apuração da Eleição de Diretor (Anexo VII).

h) Cronograma previsto (anexo VIII).

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. É vedada ao candidato a inscrição condicional ou por correspondência e por procuração;

9.2 As inscrições que não atenderem aos requisitos para a função de diretor serão indeferidas;

9. 3. Encerrado o prazo das inscrições, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura encaminhará a lista com as inscrições deferidas e indeferidas, conforme Art. 13 inciso II, da Lei 630/2014 para a comissão eleitoral, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, a Comissão Eleitoral da Unidade de Ensino.

9.5 A Unidade Escolar com candidato único, o candidato deverá obter **50% (cinquenta) por cento mais um (01),** dos votos válidos, para assim ser eleito.

9.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 12 de novembro de 2019.

Wilton Santos de Sousa Secretário Municipal de Educação

Portaria **006/2017**

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO (A) À DIREÇÃO Escola para a qual se candidata: _____ I – DADOS PESSOAIS Nome: _____ _____ Sexo: _____Data nasc.: ____/____/____ Naturalidade: _____ UF: _____Estado civil:_____CPF: _____ RG: _____Órgão exp.: _____/____ Expedida em: _____ Titulo de eleitor:_____Zona:_____ seção:_____ Filiação: Pai: _____ _____ Mãe:_____ _____ Endereço: _____nº:____ bairro_____ Complemento: _____ Cidade: _____ CEP: _____telefone cel:_____ Tel fixo: _____ Email: _____

2. DADOS PROFISSIONAIS: Graduação: _____ _____ Especialização: ( ) não ( )sim Em: _____ Mestrado: ( ) não ( ) sim Em: ____ _____ Situação funcional: ( ) efetivo ( ) Estável – cargo: _____ Classe: _____ Nível: _____ Está em período probatório: ( ) não ( ) sim Possui outro cargo efetivo: ( ) não ( ) sim Rede de ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) privada Tempo de serviço na Unidade Escolar para qual se candidata: ( ) mais de dois anos ( ) dois anos ( ) um ano ( ) oriundo de outra unidade escolar Tempo de serviço no Magistério Público: _____

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ocupou função de diretor (a) escolar em mandatos anteriores? ( ) sim ( ) não Eleito ( ) Indicado ( ) - Período: _____ Canabrava do Norte - MT _____ de _____ de 2019.

ANEXO II

PROPOSTA DE TRABALHO Nome do diretor: _____ _____ Escola: _____ _____

1. APRESENTAÇÃO Importância da elaboração de Proposta de Trabalho.

2. INTRODUÇÃO Conceito de educação e de escola, de gestão, de planejamento, breve diagnóstico.

3. DELIMITAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR Nome da escola, endereço, modalidades atendidas, quadro de professores (numero), quadro de pessoal administrativo (número) e número de alunos.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES Gestão democrática; Relação teoria e prática;

5. OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS - EIXOS BÁSICOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (melhoria da escola, preservação do patrimônio publico);

- GESTÃO PEDAGÓGICA (melhoria do ensino, participação da comunidade no cotidiano da escola, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas);

EIXO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO FINANCEIRA Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

EIXO DA GESTÃO PEDAGÓGICA Objetivo (s):

Meta	Estratégia	Período	Responsável

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA À FUNÇÃO DE DIRETOR

Eu _____ _____ Portador do Registro Geral de número:_____órgãoemissor:_____ _____

Data de expedição em _____ ___, inscrito no Cadastro Nacional de pessoa Física de número _____ Residente e domiciliado_____ _____ lotado (a) na Unidade Escolar _____ocupante do cargo de _____ _____. Declaro estar ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital nº 002/2019/SME/Canabrava do Norte-MT e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito (a), assumir a função de diretor (a) da Escola em Regime de Dedicação Exclusiva, não tendo outro vínculo empregatício.

_____ _____ Local e data

_____ Assinatura Nome completo

ANEXO IV

ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL ATA Nº ____/____ Aos _____dias do mês de _____ do ano de _____, às _____horas, na Escola Municipal_____ _____, situada à _____ _____, foi realizada a Assembléia Geral da Comunidade Escolar, para proceder à escolha dos membros da Comissão Eleitoral Escolar, atendendo os dispositivos da Lei Nº 630 de 04 de novembro de 2014, que ao final do processo apresentou o seguinte resultado, ficando assim constituída: Citar os escolhidos, representantes e suplentes dos segmentos: Professor da Educação Básica; Profissional Administrativo da Educação; pai de alunos; representante do Sindicato da categoria deverá ainda ser eleito um representante para presidir a comissão. Nada mais havendo a relatar, Eu _____ Secretário designado lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim e pelos presentes.

ANEXO V

DESIGNAÇÃO DOS COMPONENTES DAS MESAS RECEPTORAS E ESCRUTINADORAS

A Comissão Eleitoral, através da Lei Nº 630 de 04 de novembro de 2014, art. 22, designa os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras para conduzirem o processo de seleção de candidato à direção.

TITULARES

Nome _____ _____ Função _____ _____ Segmento _____ _____ Nome _____ _____ Função _____ _____ Segmento _____ _____ Nome _____ _____ Função _____ _____ Segmento _____ _____

SUPLENTES

Nome _____ _____ Função _____ _____ Segmento _____ _____ Nome _____ _____ Função _____ _____ Segmento _____ _____

ANEXO VI

MODELO DE CÉDULA ELEITORAL PARA CANDITATURA ÚNICA E PARA MAIS DE UM CANDIDATO (A) A DIRETOR (A) ESCOLAR

Modelo de cédula eleitoral para candidatura única a diretor escolar: Modelo de cédula eleitoral para mais de um candidato a diretor escolar:

CÉDULA ELEITORAL Candidato (a): _____ _____ Sim ( ) Não ( ) _____ Assinatura do presidente da Comissão Eleitoral _____ Assinatura do Secretário da Mesa

CÉDULA ELEITORAL

Candidatos (as): (1) _____ (2) _____ (3) _____ (4) _____

Assinatura do presidente da Comissão Eleitoral _____ Assinatura do Secretário da Mesa

ANEXO VII

MODELO DE ATA DE APURAÇÃO DA ELEIÇÃO DE DIRETOR (A)

Escola _____ Município _____ Aos _____ dias do mês de _____, do ano de dois mil e dezenove, às _____horas, encerrada a votação, reuniu-se a Comissão Eleitoral Escolar, juntamente com a mesa receptora, para realizar a escrutinação dos votos, apresentando o seguinte resultado: 1. Nome do (s) candidato (s);_____ 2. Número (por extenso) dos votantes que compareceram na eleição;_____ 3. Número (por extenso) dos votantes que deixaram de comparecer;_____ 4. Número de votos (por extenso) recolhidos em separado;_____ 5. Número (por extenso) de votos nulos;_____ 6. Número (por extenso) de votos brancos;_____ 7. Total de votos válidos (por extenso);_____ 8. Total de votos obtidos por cada candidato;_____ 9. Nome do candidato eleito;_____ 10. Total de votos do candidato eleito. _____ Ocorrências _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____(somente questões relevantes) Nada mais havendo a relatar, Eu _____ Secretário da mesa receptora lavrei a presente Ata, que após sua leitura, segue assinada por mim, pelos demais membros da mesa receptora/Escrutinadora e pelos componentes da Comissão Eleitoral. Comissão Eleitoral _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ Membros da mesa receptora/escrutinadora _____ _____ _____ _____ _____ _____ **ANEXO VIII**

CRONOGRAMA PREVISTO

EVENTOS	DATAS PREVISTAS
Publicação do edital	12/11/2019
Período de inscrições	18/11/2019 à 22/11/2019
Divulgação das inscrições deferidas/indeferida	25/11/2019
Data final para apresentação de recurso quanto ao deferimento/indeferimento das inscrições	26/11/2019
Divulgação das inscrições deferidas e indeferida pós-recurso	27/11/2019
Assembléia Geral para exposição e debate das propostas	04/12/2019
Data limite para a realização de campanha	11/12/2019
Eleição	13/12/2019 na Escola Municipal Canaã;
Divulgação do resultado final do processo Eleitoral.	13/12/2019 na Escola Municipal Canaã
Posse	Até dia 15 de janeiro de 2020

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N. 411/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.355, do Diário Oficial dos Municípios no dia 12 de Novembro de 2019,

ONDE SE LÊ: Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação, revogando-se em especial a portaria n. 158/2019, de 29 de abril de 2019, toda e qualquer disposição em contrário, LEIA-SE**: Art. 2°.** Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 01 de novembro de 2019, revogando-se em especial a portaria n. 158/2019, de 29 de abril de 2019, toda e qualquer disposição em contrário, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N. 411/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a servidora pública municipal, **VIRGILIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1474216-0, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.950.339.981-53, do cargo de **COORDENADORA DE PESQUISA DE MERCADO**, deste Município.

Art. 22°. Esta portaria entrará em vigor no ato de sua publicação retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 01 de novembro de 2019 e revogando-se em especial a portaria n. 158/2019, de 29 de abril de 2019, toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 08 de Novembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº625/2019

Portaria Nº625/2019

De 11 de Novembro de 2019

"Dispõe sobre a nomeação de Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar dá outras providências".

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 028/2002 de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Município de Canarana - MT com mandato de dois anos, composta pelos servidores abaixo relacionados:

Membros titulares

Nome	Matrícula	Cargo
Odailton Resende Santeiro	3844	Assistente Social
Sheila Cristina Pasqualotti	1757	Agente de Arrecadação e Fiscalização de Tributos
Nair Evane Bernardes	3361	Técnica de Enfermagem

Membros Suplentes

Nome	Matrícula	Cargo
Meire Roberta Andrade Lima	4121	Escriturária
Devenir dos Santos Cunha	3374	Técnica de Laboratório
Elaine Noeli Elsenbach	579	Professora

Art. 2º - **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 718/2017 de 11 de novembro de 2017.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana – MT, 11 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 608/2019

Portaria nº 608/2019

De 04 de novembro de 2019

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Lourdes De Souza**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais. Matricula n°3562 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 06 de janeiro de 2020 à 04 de abril de 2020, relativo ao quinquênio de 2010 à 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 04 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 606/2019

Portaria nº 606/2019

De 04 de novembro de 2019

Conceder férias ao servidor público municipal **João Cesar Pereira Aguiar** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **João Cesar Pereira Aguiar**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 15 de dezembro de 2019 à 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/12/2017 à 02/12/2018

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 605/2019

Portaria nº 605/2019

De 04 de novembro de 2019

Conceder férias a Servidora Pública Municipal **Michelle Lehnen** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora, **Michelle Lehnen** por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

Os primeiros 10 dias de 23 de dezembro de 2019 a 01 de janeiro de 2020.

Os últimos 20 dias 04 de abril de 2020 a 26 de abril de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/07/2017 a 30/06/2018.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº610/2019

Portaria Nº610/2019

De 04 de novembro de 2019.

Nomeia Servidor Para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Juninho Kayabi**, para exercer o cargo de Coordenador de Eventos Esportivos, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, e alterada pela Lei Complementar n° 156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 04 de novembro 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 609/2019

Portaria nº 609/2019

De 04 de novembro de 2019

Conceder férias ao servidor público municipal **Edivania Moura da Silva** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Edivania Moura da Silva** por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 16 de dezembro de 2019 à 14 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 05/05/2016 à 05/05/2017.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 04 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº 017/2019

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL QUE TEM COMO "LOCATÁRIO" O MUNICÍPIO DE CANARANA-MT E "LOCADOR" DELMAR JAIR THIESEN.

DAS PARTES

LOCATÁRIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, Centro, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominado **LOCATÁRIO**.

LOCADOR: Sr. DELMAR JAIR THIESEN, residente a Rua 31 s/nº, Distrito do Culuene no Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, CPF nº 371.830.600-04, RG nº 9024546062 SSP/RS, doravante denominada **LOCADOR**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido **unilateralmente** o **contrato nº 017/2019**, firmado em 02 de Fevereiro de 2019, que tinha por objeto a Locação de imóvel para alojar o posto dos Correios no Distrito do Culuene no Município de Canarana-MT, de acordo com os termos da **Dispensa de Licitação nº 011/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - A presente rescisão é **unilateral**, e fundamentada nos termos do art. 78, inciso XII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e ainda de acordo com a Cláusula 13ª do **Contrato nº 017/2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

3.1 - Tendo em vista o Óbito do Sr. **DELMAR JAIR THIESEN,** Locatário do imóvel de funcionamento do posto dos correios no distrito do Culuene, objeto deste contrato. Assim após orientação jurídica, diante disso, promoverá a **rescisão unilateral** do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - A **LOCATÁRIO** promoverá a partir desta data a anulação total do saldo restante do empenho.

4.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Canarana–MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Canarana-MT, 07 de Novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

LOCATÁRIO

Fábio Marcos Pereira De Faria

Prefeito Municipal

ILSE TERESINHA GOTZ

Portaria nº 074/2019 de 29/01/2019

FISCAL DO CONTRATO

LOCADORA: DELMAR JAIR THIESEN,.

Testemunhas:

_____

_____

NOME:..... NOME:.....

CPF:..... CPF:.....

...

DECRETO Nº3013/2019

Decreto nº3013/2019

De 08 de Novembro de 2019

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.465/2019 de 09 de outubro de 2019.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 103.000,00 (cento e três mil reais) destinados a atender a seguinte dotação:

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL

Unidade: 01.01- CAMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 1.003–AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

(003)4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.001 – MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM PUBLICIDADE

(003)3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ R$ 3.000,00

T O T A L R$ 103.000,00

Artigo 2º - Para cobertura da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL

Unidade: 01.01- CAMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 1.001 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA CÂMARA

(001). 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.002 – MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS COM LEGISLATIVO

(003) 3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições R$ 3.000,00

T O T A L R$ 103.000,00

Artigo 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 08 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3012/2019

Decreto nº 3012/2019

De 08 de novembro de 2019

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Especial, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias de acordo com Artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.465/2019 de 09 de outubro de 2019.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 2. 000,00 (dois mil reais) destinados a atender a seguinte dotação:

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL

Unidade: 01.01- CAMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 2.002 – MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS COM LEGISLATIVO

3.3.50.43.00 – Subvenção Sociais R$ 2.000,00

T O T A L R$ 2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento do crédito suplementar especial que trata o artigo anterior será utilizado recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL

Unidade: 01.01- CAMARA MUNICIPAL

Projeto Atividade: 2.002 – MANUTENÇÃO PESSOAL E ENCARGOS COM LEGISLATIVO

3.3.90.93.00 – Indenizações e Restituições R$ 2.000,00

T O T A L R$ 2.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 08 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 607/2019

Portaria nº 607/2019

De 04 de novembro de 2019

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Teresinha Schwaab**, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matricula n°363, lotada na Secretaria Municipal de Educação, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 09 de dezembro de 2019 à 07 de março de 2020, relativo ao quinquênio de 2014 à 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 04 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº624/2019

Portaria Nº624/2019

De 11 de novembro de 2019

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Robinson Carlos Braz**, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Juventude Esporte e Lazer, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 297/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam **CONVOCADOS**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidato aprovados pelo Concurso Público Municipal nº 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
MOTORISTA CNH D – Condutor de Ônibus		
335021	Jose Alves Da Silva	20º CLASSIFICADO

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de novembro de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°287/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.899,00 (Tres Mil Oitocentos e Noventa e Nove Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.14.00.00.00|329000000 Diarias - Civil	R$ 770,00
06.001.08.244.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.00|329000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2. 724,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 405,00

Sub-Total:R$ 3.899,00

Total Parcial Suplementado: R$ 3.899,00

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto n° 323/2019, torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação da **TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019**, ocorrido na data 17/10/2019, objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIOS DA ACADEMIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CARLINDA/ MT",** não houve o comparecimento de empresas licitantes interessadas em concorrer, sendo o mesmo declarado **DESERTO.**

Carlinda – MT, 12 de Novembro de 2019.

_____

DEISE DIONE MUTSCHALL

Presidente CPL

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°288/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 8.521,45 (Oito Mil Quinhentos e Vinte e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|346000000 Material de Consumo	R$ 8.521,45	
	Sub-Total:R$	**8. 521,45**
	Total Parcial Suplementado: R$	**8. 521,45**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto n° 323/2019, torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação da **TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019**, ocorrido na data 17/10/2019, objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO DE SUPORTE PARA MANILHAS/TUBOS PARA BUEIROS",** não houve o comparecimento de empresas licitantes interessadas em concorrer, sendo o mesmo declarado **DESERTO.**

Carlinda – MT, 12 de Novembro de 2019.

_____

DEISE DIONE MUTSCHALL

Presidente CPL

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°301/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 34.202,30 (Trinta e

Quatro Mil Duzentos e Dois Reais e Trinta Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.52.00.00.00|347000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 34.202,30

Sub-Total:R$ 34.202,30

Total Parcial Suplementado: R$ 34.202,30

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 14 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°325/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 44.853,00 (Quarenta e Quatro Mil Oitocentos e Cinquenta e Tres Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

01.001-CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.001.01.031.0009.1001.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 44.853,00

Sub-Total:R$ 44.853,00

Total Parcial Suplementado: R$ 44.853,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DA PREFEITA

03.001.04.131.0015.2004.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
03.001.04.122.0018.1005.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

04.001-GABINETE DA SEMAD

04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000	Material de Distribuicao Gratuita	R$ 2.000,00
04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 2.000,00

	Sub-Total:R$ 4.000,00
05.001-GABINETE DA SEFIN	
05.001.28.843.0020.2011.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 3.853,00
05.001.15.451.0019.1006.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
05.001.04.123.0006.2012.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
05.001.04.123.0018.1008.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 15.853,00

Total Parcial Reduzido: R$ 44.853,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 08 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°286/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 348.523,44 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil Quinhentos e Vinte e Tres Reais e Quarenta e Quatro Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0002.2021.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 Obras e Instalacoes	R$ 77.523,44
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 Material de Consumo	R$ 20.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
Sub-Total:R$ 117.523,44	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 68.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 75.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 46.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.1.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 2.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 231.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 348.523,44

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao da seguinte Dotacao Orcamentaria:

03.001-GABINETE DA PREFEITA

03.001.04.122.0016.2005.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 6.000,00
03.001.04.122.0016.2005.3.3.7.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 7.523,44

03.001.04.122.0007.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.000,00

Sub-Total:R$ 25.523,44

04.001-GABINETE DA SEMAD

04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 6.000,00
04.001.04.122.0018.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
04.001.04.128.0008.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 1.000,00
04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 65.000,00
04.001.11.333.0008.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
04.001.04.128.0008.2008.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00

	Sub-Total:R$ 95.000,00
05.001-GABINETE DA SEFIN	
05.001.04.123.0006.2012.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS DE TIC	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.93.00.00.00|143000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 29,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 1.471,00
06.001.16.482.0014.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|143000000 Obras e Instalacoes	R$ 3.500,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 7.000,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|143000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
06.001.08.244.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.00|143000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
06.001.08.244.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
06.001.16.482.0014.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
06.001.08.244.0019.1012.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 60.000,00

09.001-GABINETE DA SEMOSP

09.001.15.451.0019.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 163.000,00

Sub-Total:R$ 163.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 348.523,44

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°285/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 364.886,98 (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Noventa e Oito Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

04.001-GABINETE DA SEMAD

04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVICOS DE TIC	R$ 1.050,00

		Sub-Total:R$ 1.050,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 30.000,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.32.00.00.00|129000000 Material de Distribuicao Gratuita		R$ 800,00
	Sub-Total:R$ 30.800,00	
07.001-GABINETE DA SEMEC		
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 1.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 Material de Consumo		R$ 30.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 6.600,00
07.001.12.365.0002.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 2.500,00
07.001.12.361.0002.2021.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamentos e Material Permanente		R$ 25.835,80
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 110.000,00
	Sub-Total:R$ 175.935,80	
07.003-FUNDEB 40		
07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.1.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS		R$ 5.000,00
07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 14.000,00

Sub-Total:R$ 19.000,00

07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA

07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 303,18

07.004.13.392.0004.1018.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.750,00

Sub-Total:R$ 4.053,18	
07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 3.300,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 408,00
Sub-Total:R$ 3.708,00	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 2.500,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 1.250,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 23.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 1.400,00
08.001.10.302.0011.2042.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 53.100,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 22.000,00
08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.695,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.600,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.295,00
Sub-Total:R$ 119.840,00	
09.001-GABINETE DA SEMOSP	
09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 7.000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.500,00

Sub-Total:R$ 10.500,00

Total Parcial Suplementado: R$ 364.886,98

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao da seguinte Dotacao Orcamentaria:

04.001-GABINETE DA SEMAD

04.001.04.122.0008.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 1.050,00

		Sub-Total:R$ 1.050,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.93.00.00.00|121000000 Indenizacoes e Restituicoes		R$ 1.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes		R$ 3.471,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R$ 800,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes		R$ 529,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 Diarias - Civil		R$ 5.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 20.000,00
	Sub-Total:R$ 30.800,00	
07.001-GABINETE DA SEMEC		
07.001.12.361.0002.2026.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 17.000,00
07.001.12.361.0019.1015.3.3.9.0.39.00.00.00|122000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 1.600,00
07.001.12.361.0022.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R$ 15.000,00
07.001.12.361.0002.2026.3.1.9.0.11.00.00.00|115000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 43.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo		R$ 3.300,00
07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|125000000 Obras e Instalacoes		R$ 2.000,00
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.40.00.00.00|101000000 SERVICOS DE TIC		R$ 25.000,00
07.001.12.361.0022.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo		R$ 56.535,80
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R$ 10.000,00
07.001.12.365.0002.2027.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R$ 2.500,00
	Sub-Total:R$ 175.935,80	
07.002-FUNDEB 60		
07.002.12.361.0024.2028.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		R$ 14.000,00
	Sub-Total:R$ 14.000,00	
07.003-FUNDEB 40		
07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS		R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA

07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000	Indenizacoes e Restituicoes	R$ 303,18
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000	Diarias - Civil	R$ 3.750,00

Sub-Total:R$ 4.053,18

07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000	Material de Consumo	R$ 3.200,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.31.00.00.00|124000000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 508,00

	Sub-Total:R$ 3.708,00
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 900,00
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|126000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|146000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.601,90
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
08.001.10.305.0025.2037.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 3.000,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 1.400,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.598,10
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.250,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 2.500,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.32.00.00.00|142000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 200,00
08.001.10.301.0011.2041.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.295,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

08.001.10.301.0025.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 960,85
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.33.00.00.00|142000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00

08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 2. 000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 Diarias - Civil	R$ 1. 000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 1. 000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 Diarias - Civil	R$ 2. 000,00
08.001.10.305.0025.2037.3.3.9.0.33.00.00.00|142000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 3. 000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1. 600,00
08.001.10.302.0011.2042.3.3.7.1.70.00.00.00|146000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 5. 000,00
08.001.10.302.0011.2042.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 7. 352,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3. 600,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.33.00.00.00|146000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 9. 834,15
08.001.10.302.0011.2042.3.1.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 40. 748,00
Sub-Total:R$ 119.840,00	
09.001-GABINETE DA SEMOSP	
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 500,00
09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7. 000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1. 000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 2. 000,00

Sub-Total:R$ 10.500,00

Total Parcial Reduzido: R$ 364.886,98

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ESPECIAL N°302/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1180/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Especial no valor de R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 13. 000,00

Sub-Total:R$ 13.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 13.000,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao da seguinte Dotacao Orcamentaria:

09.001-GABINETE DA SEMOSP

09.001.15.451.0019.1028.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13. 000,00

Sub-Total:R$ 13.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 13.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 17 de Outubro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N.º284/2019.

PORTARIA N.º284/2019.

REGULARIZA O VÍNCULO DA SERVIDORA, SR. KEILA MAURA DE SOUZA , OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, JUNTO AOS QUADROS DA MUNICIPALIDADE.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e demais leis pertinentes e em vigor, e;

CONSIDERANDO, decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 23.610-1/2016, que decidiu por REGISTRAR a certificação dos Processos Seletivos visando à regularização/efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, realizados pelo Município de Castanheira;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 604 de 23 de julho de 2008, que cria os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde – **ACS** para adequação à Emenda Constitucional nº 51/2006 e da outras providencias e, o Decreto Municipal nº. 039, de 30 de setembro de 2019, que regulariza o vínculo dos servidores que menciona, que estavam investidos nos cargos de agente comunitário de saúde anterior a promulgação da EC 51/2006 de 14/02/2006;

CONSIDERANDO, que a Servidora, Sra. **KEILA MAURA DE SOUZA**, foi aprovada no Processo Seletivo nº 03/2005, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, tendo vínculo contratual com a Municipalidade deste o ano de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Regularizar o vínculo da Servidora, Sra. **KEILA MAURA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, junto aos Quadros da Municipalidade**, em atendimento a decisão exarada pelo Tribunal de Contas do Estado, conferindo a servidora os benefícios consolidados pela Emenda Constitucional nº 51/2006.

Art. 2º - A servidora será enquadrada na Classe C e nível 04, nos termos da Legislação Municipal.

Art. 3.º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de Abril de 2019.

Art. 4.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de outubro de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO nesta data por afixação no lugar de costume e no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 033/2019 – ADITAMENTO DE PRAZO

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO N° 033/2019 – ADITAMENTO DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO: **Tomada de Preço n° 03/2019;**

OBJETO: **ADITAMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA – EMPREITADA GLOBAL – PARA A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERESTADUAL NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira;

CONTRATADO: TITANIUM ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.103.907/0001-93;

VIGÊNCIA: 06/11/2019 a 05/01/2020

DATA DE ASSINATURA: 06/11/2019

MARIANA LEITNER RODRIGUES

Pregoeira

Poder Executivo – Castanheira-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 904/GP/2019 EM, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

Portaria nº 904/GP/2019

Em, 12 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª ROSA CEZARIA DA SILVA LISBOA,** portadora do RG nº 03636143 e CPF nº 420.298.801-91, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, 07 (sete) dias de Licença por Falecimento de pessoa da família, de acordo com o artigo 107 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 04/11/2019 e término em 10/11/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 11/11/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 04/11/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 12 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2019

DO OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2018, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2018 DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE MT, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS EM ATENDIMENTO AOS EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA: 22/10/2019

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 241.650,00 (duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATADO: SOLUCAO LOCADORA DE TOALETES LTDA, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 17.505.616/0001-17.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 901/GP/2019 EM, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Portaria nº 901/GP/2019

Em, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

AVERBAR – os tempos de contribuições não concomitantes conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 10001030.1.00150/18-0 emitida pelo INSS em 20/08/2018 em nome do Sr.ª **ONEIDA APARECIDA DE REZENDE**.

Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 92 dias, correspondendo a 0 (zero) ano, 03 (três) meses e 2 (dois) dias.

Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 902/GP/2019 EM, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Portaria nº 902/GP/2019

Em, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª SHIRLEY SOUZA DOMINGOS PACHECO, matricula 79.1,** portadora do RG nº 520140 e CPF nº 393.638.721-49, admitida em 01/02/1994, *elevação de nível por Tempo de Serviço* do **C/08**para o ***C/09***, em conformidade com a Lei Municipal 041/2010.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 27/02/2018.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 903/GP/2019 EM, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Portaria nº 903/GP/2019

Em, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª THAISA DA SILVA VARGAS RODRIGUES,** portadora do RG nº 17749107 e CPF nº 014.436.621-51, no cargo de ENFERMEIRO (A), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (Trinta) dias de férias, referente ao período de 05/07/2016 a 05/07/2017, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 02/12/2019 e término em 31/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 01/01/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 02/12/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 11 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **OLMI IORIS E CIA LTDA EPP,** sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SAÚDE E SANEAMENTO E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT.** Cláudia/MT, 12 de Novembro de 2019.

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - RDC 004/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Regime Diferenciado De Contratação - RDC Nº 004/2019

A Prefeitura Municipal de Cláudia – MT, por intermédio da comissão de Licitação, TORNA PÚBLICO. Que no dia **13/12/2019 às 09:00** horas horário do estado de Mato Grosso, fará realizar licitação pelo REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, sob o Regime de execução CONTRATAÇÃO INTEGRADA, modo de disputa COMBINADO FECHADO. Objeto: **Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços necessários à elaboração de Estudos técnicos preliminares, projeto executivo e execução de obra de Drenagem de Águas Pluviais na Bacia do Córrego Leda, contemplando fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos, localizadas no Município de Cláudia - MT**. Base Legal: Lei Federal nº 12.983/2014, Lei Federal nº 12.462/2011, Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Complementar nº 147/2014 e Decreto Federal nº 7.581/2011 e Decreto Municipal nº 227/2019, e mais legislações pertinentes à matéria.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia/MT, ou através do e-mail: licitacao@claudia.mt.gov.br ou pelo Site da Prefeitura – www.claudia.mt.gov.br, para maiores informações através de fone/fax (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 12 de NOVEMBRO de 2019.

HEMILIN F. TIEDT

Presidente da CPL

CONTABILIDADE
DECRETO 86 DE 26.08.2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 86 , DE 26 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.831

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE COLNIZA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$965.938,90 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 965.938,90

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

450	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	225.938,90
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
464	26.782.0002.2085.0000	MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS	200.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
467	26.782.0002.2085.0000	MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS	540.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 30
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

469	26.782.0014.1041.0000	AQUIS. CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS.	-425.938,90
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
470	26.782.0014.1041.0000	AQUIS. CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS.	-540.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 30
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Anulação (-) -965.938,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 86 , DE 26 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.831

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

COLNIZA, 26 de agosto de 2019

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO
PREFEITO MUNICIPAL
459.731.481-49

CONTABILIDADE
DECRETO 82 DE 29.07.2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 82 , DE 29 DE JULHO DE 2019 - LEI N.808

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE COLNIZA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$1.099.423,72 distribuídos as seguintes dotações:

06 06 01 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.

576	12.361.0004.2033.0000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	267.471,69
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3 15
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
575	12.361.0006.2037.0000	MANUT. DE PROGRAMAS FNDE/PAR/BC/INFRA/PROINF	21.360,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3 15
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

06 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

574	12.361.0004.2033.0000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	125.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3 15
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

555	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	24.274,45
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3 46
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

08 08 01 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA

572	20.606.0002.2064.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO R	475.201,50
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 3 24
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

09 09 01 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 82 , DE 29 DE JULHO DE 2019 - LEI N.808

09 09 01	GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL			
578	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	33.013,74	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
579	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	620,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3	29
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
10 10 01	GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA			
571	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	124.181,10	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 3	17
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
10 10 02	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO			
573	17.512.0002.2086.0000	MANUTENCAO DO DPTO DE AGUA E ESGOTO	28.301,24	
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 3	24
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 1.099.423,72

Fontes de Recurso	
3 15	413.831,69
3 17	124.181,10
3 24	503.502,74
3 29	33.633,74
3 46	24.274,45

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

COLNIZA, 29 de julho de 2019

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO
PREFEITO MUNICIPAL
459.731.481-49

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019 PROCESSO: 28.418/2019

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM ESPECIALIDADE EM REDE DE GESTÃO IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO VIA WEB E TECNOLOGIA DE PAGAMENTO POR MEIO DE CARTAO MAGNETICO NAS REDES DE ESTABELECIMENTO CREDENCIADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS GENUINOS/ORIGINAIS, SERVIÇOS DE MECANICA EM GERAL FUNILARIA, PINTURA, RETIFICA, TORNEARIA, ELETRICIDADE, AR CONDICIONADO, ALINHAMENTO DE DIREÇÃO BALANCEAMENTO, REPAROS DOS PNEUS, REVISÃO EM GERAL, SERVIÇO DE GUINCHO E OUTROS SERVIÇOS PARA OS VEICULOS LEVES, PESADOS, MAQUINAS PESADAS E AGRICOLAS.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **29 de novembro de 2019, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário das 7h00min às 13h00min ou no site www.colniza.mt.gov.br. Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: **Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.** É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação via e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.bra retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza - MT, 12 de novembro de 2019

Marcilene dos Santos

CONTABILIDADE
DECRETO 83 DE 01.08.2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE COLNIZA, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$1.779.566,13 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 1.725.885,07

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

27	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	3.440,00
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
30	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	9.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
34	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	5.180,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

03 03 01 GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO

60	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	4.000,00
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
61	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	5.069,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
62	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	1.500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

05 05 01 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

05 05 01 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS

106	04.123.0003.2014.0000	MANUNTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE FINANCAS	430,00
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

06 06 01 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.

124	12.361.0004.2018.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAC	500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
127	12.361.0004.2018.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAC	23.756,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	

06 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

146	12.361.0004.2020.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25%	1.500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
149	12.361.0004.2020.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25%	130.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
150	12.361.0004.2020.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25%	25.030,00
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
156	12.361.0004.2033.0000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	200.305,07
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
164	12.361.0005.2030.0000	MANUT.TRANSP ESCOLAR - SALARIO EDUCACAO-FUNDAM	61.052,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 15
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

06 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

166	12.361.0005.2033.0000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	60.215,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 25
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
179	12.362.0005.2028.0000	MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO MEI	28.303,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 15
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

06 06 04 FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40%

208	12.361.0004.2043.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL	307.004,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
210	12.361.0004.2043.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL	7.550,00
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
211	12.361.0004.2043.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - FUNDAMENTAL	25.100,00
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	200 000	EDUCAÇÃO	
220	12.365.0004.2044.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - INFANTIL	2.190,00
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
221	12.365.0004.2044.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - INFANTIL	106.500,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
223	12.365.0004.2044.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - INFANTIL	2.030,00
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
224	12.365.0004.2044.0000	MANUTENCAO DO FUNDEB 40% - INFANTIL	1.120,00
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 19
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

06 06 05 DEPARTAMENTO MUN. DE CULTURA

240	13.392.0007.2046.0000	REALIZACAO EVENTOS CULT. FEIRAS E EXPOSICOES DIVI	1.300,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

244	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.430,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
247	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.450,00
	3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
249	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21.142,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
250	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14.076,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
255	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.220,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
290	10.302.0009.2057.0000	MANUTENCAO DO SAMU	12.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 46
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
307	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	244.900,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
309	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	28.220,00
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

310	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	4.500,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
312	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	1.394,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
313	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUD	206.204,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 46
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
336	10.305.0009.2058.0000	MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	5.400,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
338	10.305.0009.2058.0000	MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	4.205,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 000	SAÚDE	
562	10.301.0009.2052.0000	MANUTENCAO DE PSFs	70,00
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	
569	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	31.920,00
	3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

08 08 01 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA

572	20.606.0002.2064.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO R	53.681,06
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 0 3 24
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

09 09 01 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

09 09 01 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

380	08.244.0012.2067.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL	41.350,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
381	08.244.0012.2067.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL	4.200,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
384	08.244.0012.2067.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL	3.110,00
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
387	08.244.0012.2067.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL	50,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	

09 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

565	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	1.900,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 0 1 29
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	

09 09 03 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

424	08.243.0012.2074.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	4.793,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

441	15.452.0002.2082.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	12.240,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
442	15.452.0002.2082.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	740,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 16
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

445	15.452.0002.2082.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	28.544,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
450	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	5.774,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

10 10 02 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

484	17.512.0002.2086.0000	MANUTENCAO DO DPTO DE AGUA E ESGOTO	12.569,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

11 11 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

494	18.541.0002.2087.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMC	1.410,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: 53.681,06

Fontes de Recurso	
3 24	53.681,06

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

25	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	-3.440,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
29	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	-4.680,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

31	04.122.0002.2002.0000	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO		-1.999,76
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
50	04.122.0002.2007.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA INTER		-500,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

03 03 01 GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO

58	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		-4.000,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
65	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		-4.714,58
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
66	04.121.0002.2008.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		-54,42
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
70	04.127.0002.2009.0000	REGULARIZACAO E GEORREF. AREAS URBANAS E RURAIS		-28.004,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

05 05 01 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS

103	04.123.0003.2014.0000	MANUNTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE FINANCAS		-100,00
	3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
104	04.123.0003.2014.0000	MANUNTENCAO DA SECRETARIA MUN. DE FINANCAS		-100,00
	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
108	04.125.0003.2017.0000	MANUT. POSTOS FISCAIS E FISCALIZACAO VOLANTE		-130,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

05 05 01 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS

110	04.125.0003.2017.0000	MANUT. POSTOS FISCAIS E FISCALIZACAO VOLANTE	-100,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

06 06 01 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.

122	12.361.0004.2018.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	-100,00	
	3.3.70.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
125	12.361.0004.2018.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	-1.400,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo:	0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		

06 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

134	12.306.0005.2024.0000	MANUT. PROG. ALIMENTAC ESC. PNAE - INFANT/CRECHE	-56.400,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
144	12.361.0004.2020.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25%	-130.000,00	
	3.3.70.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
163	12.361.0005.2030.0000	MANUT.TRANSP ESCOLAR - SALARIO EDUCACAO-FUNDAME	-30.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 15
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
165	12.361.0005.2033.0000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	-20.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 25
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
170	12.361.0006.2037.0000	MANUT. DE PROGRAMAS FNDE/PAR/BC/INFRA/PROINF	-71.978,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 15
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
172	12.361.0021.1012.0000	CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS, CRECHES E BIBLIOTECAS	-2.240,10	
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

06 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

185	12.365.0004.2035.0000	MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE	-1.900,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
186	12.365.0004.2035.0000	MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE	-6.507,28	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
188	12.365.0004.2035.0000	MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE	-21.759,24	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
189	12.365.0004.2035.0000	MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE	-27.241,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1	01
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
190	12.365.0005.2029.0000	MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENS.INFANTIL	-18.476,45	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	15
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		

06 06 04 FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40%

218	12.361.0021.1016.0000	AQUIS. VEIC. E EQUIP. REC. FUNDEB 40.	-86.600,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1	19
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		
219	12.361.0021.1017.0000	CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS FUNDEB 40%	-391.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1	19
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	200 000	EDUCAÇÃO		

06 06 05 DEPARTAMENTO MUN. DE CULTURA

232	13.392.0007.2045.0000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	-2.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
234	13.392.0007.2045.0000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	-800,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

243	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-7.450,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
248	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-4.430,00	
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
256	10.301.0009.2049.0000	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-3.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	42
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
271	10.301.0009.2052.0000	MANUTENCAO DE PSFs	-10.185,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
272	10.301.0009.2052.0000	MANUTENCAO DE PSFs	-107.003,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
285	10.301.0009.2055.0000	MANUTENCAO DOS PROGRAMAS AGENTES COMUN. DE SAL	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
289	10.302.0009.2057.0000	MANUTENCAO DO SAMU	-12.000,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 1	42
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
299	10.302.0009.2057.0000	MANUTENCAO DO SAMU	-1.250,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
301	10.302.0009.2057.0000	MANUTENCAO DO SAMU	-70,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

302	10.302.0009.2060.0000	MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
306	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUDE	-244.900,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
308	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUDE	-28.220,00	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
311	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUDE	-4.500,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
315	10.302.0009.2061.0000	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL E UNID. DE SAUDE	-13.638,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1	47
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
317	10.302.0009.2062.0000	MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	-8.609,00	
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 0 1	42
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
332	10.303.0009.2059.0000	MANUTENCAO DA FARMACIA MUNICIPAL	-9.350,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
334	10.303.0009.2059.0000	MANUTENCAO DA FARMACIA MUNICIPAL	-5.960,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
335	10.305.0009.2058.0000	MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	-5.400,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

07 07 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

340	10.305.0009.2058.0000	MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	-4.205,00	
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 0 1 46	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
344	10.305.0009.2058.0000	MANUT. DA VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA	-7.351,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 46	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 000	SAÚDE		
557	10.301.0009.2052.0000	MANUTENCAO DE PSFs	-109.610,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 3 46	
	3	Recursos de Exercícios Anteriores		
	300 000	SAÚDE		

08 08 01 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA

349	20.605.0002.2065.0000	INCENT. PROJETOS AGRIC. FAMILIAR, PSICULTURA E OUT	-7.000,24	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
359	20.606.0002.2064.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RUF	-80.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

09 09 01 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL

390	08.244.0012.2067.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSITENCIA SOCIAL	-2.193,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

09 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

398	08.244.0012.2076.0000	MANUTENCAO DO PROGRAMA IGD-SUAS	-30,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 29	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
402	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	-41.350,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 1 00	
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

09 09 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

404	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	-7.310,00	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		
409	08.244.0012.2077.0000	MANUTENCAO DO CRAS	-700,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 29
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

09 09 03 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

422	08.243.0012.2074.0000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	-20,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	500 000	ASSISTÊNCIA SOCIAL		

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

430	15.451.0014.1044.0000	CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS.	-500,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
431	15.451.0014.1044.0000	CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS.	-500,00	
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
443	15.452.0002.2082.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	-1.000,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
447	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	-225,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
448	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	-112,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 17
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
449	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	-140,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

10 10 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA

451	15.452.0002.2084.0000	MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI	-1.900,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 17
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
452	15.452.0014.1042.0000	DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA.	-993,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
453	15.452.0014.1049.0000	CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEI	-2.269,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
459	25.752.0014.1053.0000	EXPANSAO/CONST. REDES ENERGIA ELETRICA.	-15,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
463	26.782.0002.2083.0000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO	-1.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
466	26.782.0002.2085.0000	MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS	-100,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	0 1 30
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

10 10 02 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

491	17.512.0016.1055.0000	AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS DEPTO DE AGUA E ESGOT	-7.269,00	
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

11 11 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

495	18.541.0002.2087.0000	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMO	-1.410,00	
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
506	23.695.0018.1059.0000	CONST. ESPACOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS	-5.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	001 001	Recursos Proprios do Municipio		

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA TARUMA, Nº 116 - CENTRO
04213687/0001-02 Exercício: 2019

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.808

11 11 01 GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

507	23.695.0018.1059.0000	CONST. ESPACOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS	-5.000,00
	3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	001 001	Recursos Proprios do Municipio	

11 11 04 DEPARTAMENTO MUN. DE DEPORTO E LAZER

516	27.812.0008.2047.0000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	-10.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
521	27.812.0008.2047.0000	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	-8.623,12
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
523	27.812.0008.2048.0000	REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVE	-17.332,67
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
527	27.812.0008.2048.0000	REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVE	-5.535,98
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
529	27.812.0020.1020.0000	CONST. MANUT. REF. ILUM. CAMPOS E QUADRAS ESPORTIV	-5.001,23
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Anulação (-) **-1.725.885,07**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

COLNIZA, 01 de agosto de 2019

JESINEISON DE AGUIAR BRANDÃO
PREFEITO MUNICIPAL
459.731.481-49

PORTARIA N° 067, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

PORTARIA N° 067, de 12 de novembro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, no uso legal de suas atribuições estabelecidas em Lei;

Considerando o falecimento do Sr. Sebastião Junior Bretas, irmão do Presidente da Câmara Municipal vereador Johnatan Bretas.

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica DECRETADO LUTO OFICIAL de três dias no âmbito do Poder Legislativo, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Junior Bretas, irmão do Presidente da Câmara Municipal Vereador Johnatan Bretas.

Art. 2º - O período de Luto Oficial compreendera os dias 12 á 14 de novembro do corrente ano.

Art. 3º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, nas dependências da Câmara Municipal de Colniza – MT, no dia 12 de novembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza/MT, 12 de novembro de 2019.

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidadePREGÃO PRESENCIAL - **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**, EDITAL n° 087/2019, **tendo como objetoAQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ADEQUAR A AMBULANCIA NA REMOÇÃO DE PACIENTES,**cuja abertura ocorrerá às 10:00 horas do dia 27/11/2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de Novembro de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

DECRETO N.º 042/2019

DECRETO N.º 042/2019

DE: 11.11.2019

"Disciplina horário no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Escolas Municipais, Creches e Escola de Apoio Presencial UAB/UNEMAT, e férias coletivas aos Servidores da Educação, e dá outras providências."

JEFERSON FERREIRA GOMES, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96;

Considerando, as Resoluções do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso que regulamentam as etapas e modalidades da Educação Básica;

Considerando, a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº. 9394/96 e Resoluções CNE/CP nº. 2 de 22 de novembro de 2017;

Considerando, normatizar férias e recesso dos servidores municipais que atuam na Educação para melhor organização das atividades escolares;

Considerando, a necessidade de definir períodos para a realização de rematriculas e matriculas novas;

Considerando, a Instrução Normativa nº. 002/2019/GS/SEMEC.

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado horário nas atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das 07h00min ás 12h00min, no período de 11 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Art. 2º. Fica Decretado horário nas atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Escolas Municipais e Creches, será das 8h00min ás 12h00min, no período de 02 dezembro de 2019 a 13 de dezembro de 2019 e de 06 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Fica Decretado férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Escolas Municipais, Creches e Escola de Apoio Presencial UAB/UNEMAT no período de 26/12/2019 a 25/01/2020.

Parágrafo Único: Cabe a SEMEC e unidades escolares a definição de servidores que não gozarão de férias coletivas em virtude dos atendimentos aos serviços essenciais, usufruindo desse direito em data futura.

Art. 4º. Fica Decretado que os servidores que não gozarem de férias coletivas, terão recesso no período de 16/12/2019 a 05/01/2019.

Art. 5º. Fica Decretado que o período de realização de renovação de matriculas será de 25 de novembro a 06 de dezembro de 2019.

Art. 6º. As matriculas novas serão realizadas no período de 09 a 13/12/2019 e de 06 a 24/01/2020 nas unidades escolares, salvo as Escolas Municipais Indígenas, E.M Darcy Ribeiro, E.M Professor Vitor Quintiliano, E.M.E.I Cantinho Feliz e E.M.E.I Sonho Encantado, que serão realizadas no Departamento de Documentação Escolar da SEMEC.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

Jeferson Ferreira Gomes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.76/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 096/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 006/2019

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO MURO DA NOVA ESCOLA COM 06 SALAS DE AULAS NO DISTRITO DE VERANÓPOLIS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da **Vigência** da obra referente ao contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 08 de Novembro de 2019 a 07 de Março de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado: DIEGO MORELLO – EPP CNPJ: 07.694.058/0001-21.**

DATA: Confresa, 08 de Novembro de 2019.

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 291/2019 ADM DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado abaixo, como FISCAL DE CONTRATO, **ADALBERTO DE ARAÚJO BASTOS PAGIOLLI** CPF: 036.358.471-43.

Art. 2º - O servidor designado fica responsável pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	**153/2019**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	S.R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO EIRELI	33.906.073/0001-04	R$ 269,314,42
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	12 (DOZE) MESES – 12/11/2019 A 12/11/2020.		
PRAZO DE EXECUÇÃO	150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE CONFRESA;		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de novembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°153/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 184/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 013/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12/11/2019 a 12/11/2020.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE CONFRESA.

DO VALOR GLOBAL: R$ 269,314,42

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: S.R. LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO EIRELI**, inscrita no CNPJ com o n.33.906.073/0001-04.

DATA: Confresa, 12 de novembro de 2019

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº197/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº131/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº197/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº131/2019

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº131/2019**, conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, EMULSAO ASFALTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETROLEO, EMULSAO ASFALTICA CATIONICA, DE RUPTURA MEDIA, E PRE MISTURA A FRIO- PMF, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para a empresa:

BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-ME

CNPJ: 02.943.563/0001-49

END: BR 158 kM 126 SITIO PEDREGULHO, GLEBA INDEPENDENCIA 1

CONFRESA-MT, CEP 78.652-000

FONE: (66) 3564-1122/1144 /1784

EMAIL: britasamineradora@gmail.com

Vencedora do único item certame no valor global de **R$ 394.250,00** (Trezentos Noventa e Quatro Mil e Duzentos Cinquenta Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 12 de NOVEMBRO de 2019.

CÉZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

Portaria nº 084/2019

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 214/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 214/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019.

ADESÃO **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº-041/2019**, DE CORRENTE DO **PREGÃO PRESENCIAL** – **Nº 022/2019,** do Departamento de Agua e Esgoto Sanitário-DAES **DO MUNICÍPIO DE JUINA– MT**, CUJA A DETENTORA DA ATA É A EMPRESA:

V. EPIFÂNIO DE SOUZA ME - CNPJ: 04.319.767/0001-39, a Prefeitura de Confresa/MT, **DECLARA** que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços **Nº 041/2019,** decorrente do **Pregão Presencial – nº022/2019** Departamento de Agua e Esgoto Sanitário-DAES, **DO MUNICÍPIO DE JUINA– MT**, cuja a Detentora da Ata e a empresa**:** V. EPIFÂNIO DE SOUZA - ME - CNPJ: 04.319.767/0001-39**,** a referida adesão **tem o objetivo de: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 0 KM, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**,conforme as quantidades abaixo relacionadas, com um valor Global Estimado de **R$ 22.860,00** (Vinte e Dois Mil, Oitocentos e Sessenta Reais),**Conforme abaixo descritos:**

V. EPIFÂNIO DE SOUZA – ME.CNPJ: 04.319.767/0001-39. CIDADE: JUÍNA – MT.
END: AV. DEPUTADO HITLER SANSÃO, Nº 385, QUADRA CC 02, LOTE 14, SETOR 01, MODULO 01, CEP: 78.320-000.
REPRESENTANTE LEGAL: VALDINEY EPIFÂNIO DE SOUZA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT	MARCA	VL UNT	VL TOTAL
02	MOTOCICLETA OKM - ANO 2019 OU SUPERIOR MODELO CIDADE, MOTOR OHC 04 TEMPOS, ARREFECIDO A AR, CILINDRADA MINIMA DE 149, DIÂMETRO CURSO MINIMO DE 57, 3X57,9mm, FREIO A DISCO A TAMBOR, POTÊNCIA MINIMA DE 12.2CV, 7500/8000 RPM, COMBUSTIVEL: GASOLINA/ ÁLCOOL, SISTEMA DE PARTIDA ELETRICA, SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA, ALTURA MINIMA DO SOLO DE 175MM, CAPACIDADE MINIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE 15,2 LITROS, NA COR PRETA, ASSISTENCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM JUINA E REGIÃO, GARANTIA MINIMA DE 12 (DOZE) MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, E AINDA COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS POR LEI EM CONFORMIDADE COM O CONTRAN. MARCA MODELO: YAMAHA FACTOR 150 ED UBS 2019/2020.	UNID	02	YAMAHA	R$ 11.430,00	R$ 22.860,00
VALOR TOTAL						**R$ 22.860,00**

Valor total R$ 22.860,00 (Vinte e Dois Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)**.**

Confresa/MT, 12 de Novembro de 2.019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

PREGOEIRO.

PORTARIA Nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2019 CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.

AVISO DE LICITACÃO DESERTA E REABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2019 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2019.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da C.P.L., torna público que o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2019 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 quefoi abertono dia 04 de Novembro de 2019, às 09h00min (horário local), e foi declarado como **LICITAÇÃO DESERTA** e terá uma nova **REABERTURA em 16/12/2019 ás 09h00min.**

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818/ 3564-2014, pelo e-mail: licitaconfresa@hotmail.com.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PARA A CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE QUIOSQUE N.º 04 DA PRAÇA CAMILÃO, PELO PRAZO DE DEZ ANOS, PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 12 de Novembro de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Portaria nº 174/2019.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GAB N°006/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

PORTARIA GAB N°006/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES (AS) NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CONFRESA-MT, BIÊNIO 2020/2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com base nos princípios da gestão democrática emanados da constituição da república federativa do Brasil de 1988, da lei federal nº 9.394/1996-LDB, da lei Municipal n° 0270/2007, da lei complementar nº046/2008, da lei nº 199/2004, e da lei complementar n°041/2007 e do decreto federal nº 6.094/2007.

Considerando o art. 13 da Lei da Complementar Municipal nº 041/2007, que estabelece a autonomia da Secretaria Municipal de Educação – SME em expedir portaria para normatizar a eleição para diretores das escolas da rede municipal de ensino no município de Confresa;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9. 394/1996, no art. 3º, o qual prevê princípios da gestão democrática do ensino público, na forma desta Portaria e da legislação dos sistemas de ensino e de promoção da qualidade do ensino da educação básica brasileira;

Considerando a Lei Orgânica do Município do Confresa, o artigo 275, o qual preconiza que a gestão do ensino público municipal será exercida de forma democrática, garantindo-se a representação de todos os segmentos envolvidos na ação educativa, na concepção, execução de controle e avaliação dos processos administrativos e pedagógicos;

Considerando a Lei Municipal nº 199/2004, que dispõem sobre as eleições para diretores das unidades da rede pública municipal de ensino de Confresa;

Considerando a Lei do Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação do Município de Confresa, nº 046/2008, nos artigos 41 e 77 que preveem a organização administrativa da unidade escolar e competência para o cargo eletivo de Diretor(a); e

Considerando por fim a importância de unificar os procedimentos para escolha dos Diretores das Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino do Confresa.

RESOLVE:

Art.1. Determinar a abertura do processo eleitoral para escolha de diretores/as das unidades da Rede Pública Municipal, para o biênio 2020/2021 Escoas Municipais: CMEI Angelina Fernandes da Fonseca CMEI Sara Jneefer de Freitas Barbosa Escola Educação Infantil Gov.Agamenom Godoy Magalhaes, Creche Lucinara Aparecida Lima e Silva, Escola Central, Vida Esperança Pau Brasil Jacaré Valente Branca de

Neve Nova Bridão, Vila Tapiraguaia, , Ver. Valdemiro Nunes de Oliveira. Conforme cronograma em anexo a Portaria.

Art.2. Haverá na unidade de ensino uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembleia Geral da comunidade, convocada pelo dirigente da escola.

§ 1°. Devem compor a Comissão um membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I. Representante dos Profissionais da Educação Básica; II. Representante dos pais; III. Representante dos alunos maiores 14 (quatorze) anos; a. Nas unidades onde não houver alunos maiores de 14 (quatorze) anos, o segmento será representado por pais ou responsáveis. IV. Representante do SINTEP/Subsede Confresa/MT; V. Representante do CDCE.

§ 2°. O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3°. A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidi-la;

§ 4°. O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Assessoria de Gestão.

§ 5°. Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I. Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau; II. O servidor em exercício na função de diretor;

§ 6°. O diretor da unidade escolar deverá colocar á disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 3. A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I. Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar; II. Divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo seletivo, o calendário geral e específico da unidade escolar; III. Analisar juntamente com a Assessoria de Gestão as inscrições dos candidatos, deferindo-se ou não; IV. Convocar a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação; V. Providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas; VI. Credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos identificando-os através de crachás; VII. Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio; VIII. Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao candidato ou ao processo para análise junto com a Assessoria de Gestão IX. Juntamente com a comissão municipal, e emitir parecer no máximo em 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido; X. Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras; XI. Acondicionar as cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes, em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder à incineração; XII. Convocar o CDCE para se fazer presente na unidade escolar durante o processo de escrutinação para apreciar eventual ocorrência prevista no § 1° do artigo 32; XIII. Divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação à Assessoria de Gestão e CDCE, em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 4. Os critérios para escolha têm como referência os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestoras, necessárias ao exercício da função.

Art.5. O processo de escolha de profissional da educação para a função de diretor/a de escola pública municipal será realizado em duas etapas:

I– **1ª Etapa** – constará de ciclos de estudos de no mínimo 20 (vinte) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de frequência. Nessaetapa o candidato realizará uma auto avaliação e decidirá se há compatibilidade profissional e pessoal para o exercício da função de diretor (a) escolar.

II– **2ª Etapa** constará da seleção do candidato (a) pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar e salas anexas, levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a. Objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a política Educacional Nacional, com o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar onde pretende atuar;

b. Plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista á melhoria da qualidade do ensino, considerando as avaliações externas (SAEB e outras);

c. Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da unidade escolar, na gestão dos recursos financeiros, bem como, construção do currículo escolar, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

d. Estratégias para a preservação do patrimônio público;

e. Estratégias para manter atualizados os atos para o funcionamento da unidade escolar e cursos, junto ao Conselho Municipal de Educação – CME/Confresa/MT.

§ 1°. Na definição das metas de curto e longo prazo, dos objetivos, ações e previsão orçamentária que constituirão sua proposta de trabalho, o/a candidato/a

deverá apoiar-se no Documento de Referência para Mato Grosso (DRC/MT), PPP, Regimento Escolar em execução na unidade escolar onde pretende atuar.

§ 2°. O diretor/a em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados informações e documentos resultantes da avaliação da metas propostas e executadas, inclusive pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do/a candidato/a.

§ 3°. No exercício do seu mandato, o/a diretor/a terá como balizador da sua atuação a Proposta de trabalho aprovada pela comunidade e a avaliação anual do seu desempenho, que incidirá sobre a execução e resultados dessa proposta

Art.6. A Comissão Eleitoral Escolar deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 1°. A Assembleia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2°. Na Assembleia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art.7. O candidato que não se submeter à apresentação da Proposta de Trabalho em Assembleia Geral, em data e horários marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estarão automaticamente desclassificados.

Art.8. Para candidatar-se á função de diretor (a) escolar de que trata a Lei Municipal n°. 199/2004 e Lei Complementar n°. 041/2007, o integrante do quadro dos Profissionais da Educação Básica deve:

I. Ser ocupante de cargo efetivo do quadro dos Profissionais da Educação Básica; II. Ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos imediatamente anteriores à data da inscrição, prestados na unidade escolar que pretende dirigir; III. Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena; IV. Participar dos ciclos de estudos a serem organizados pelas Assessorias de Gestão e Pedagógicas da SMEEL; V. Apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral. VI. Apresentar Certidão de Adimplência do CDCE, para o candidato à reeleição. VII. Apresentar Certidão Negativa da Justiça Estadual declaração emitida pela Assessoria Jurídica Municipal comprovando que não está respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa. VIII. Apresentar atos autorizativos vigentes emitidos pelo Conselho Municipal de Educação/CME/Confresa/MT que comprovem a IX. regularidade do funcionamento da unidade escolar e dos cursos ofertados ou protocolo oficial da tramitação dos processos junto ao CME/Confresa, observando o prazo disposto na Resolução Normativa n°. 003/2015/CME/MT, para o candidato a reeleição; X. Estar apto a movimentar conta bancária; XI. Assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva (DE) no ato da inscrição; XII. Assinar termo de desistência da cooperação técnica, para candidatos com vínculo em outra rede de ensino; XIII. Assinar termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao CME/Confresa/MT XIV. Apresentar declaração de, no mínimo, 75% de assiduidade e participação no Espaço de Diálogo, Reuniões Pedagógicas, Eventos e demais atividades da unidade escolar, expedida pela coordenação escolar ou pelo responsável.

Art.9. Não havendo candidato de cargo efetivo, com 02 (dois) anos de serviço na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional efetivo que tenha 01 (um) ano de exercício na mesma.

Art.10. Não havendo candidato da unidade, poderá inscrever o profissional efetivo que tenha 02 (dois) anos em qualquer unidade escolar da rede municipal, desde que atenda os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII do Art. 6.

Art.11. A unidade de ensino que não apresentar candidato de cargo efetivo com habilitação em nível superior poderá inscrever-se o profissional habilitado em nível médio magistério ou com profissionalização específica (Arara Azul/Profuncionário e Proinfantil), desde que estejam cursando Licenciatura Plena a partir do 5º semestre.

Art.12. É vedada a participação no processo de escolha de diretor/a, do profissional da educação básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I. Tenha sido advertido, repreendido, suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício do cargo comissionado ou função gratificada em decorrência de processo administrativo disciplinar; II. Esteja respondendo processo administrativo disciplinar; III. Esteja respondendo a processo de sindicância administrativa; IV. Esteja sob licenças contínuas; V. Esteja com o funcionamento da unidade escolar e/ou cursos ofertados irregulares junto ao CME/Confresa/MT.

§ 1°. Caberá à Comissão Eleitoral Escolar enviar relação com os nomes dos candidatos, número do CPF e número da matrícula funcional, entregar na SMEEL;

§ 2°. Definem-se licenças contínuas as referentes à licença médica, exceto a gestacional, que ultrapassar nos últimos 03 (três) anos, um somatório de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3°. Poderá se inscrever para o processo de escolha de diretor/a, regulamentado por esta portaria, o profissional da educação que esteja usufruindo de licença-prêmio.

Art.13. Os atuais diretores, eleitos e/ou designados (nomeados), detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar para o processo de escolha de diretor referente ao biênio 2020/2021.

Art.14. O servidor que possuir dois cargos legalmente acumuláveis, caso seja escolhido para a função de diretor, perceberá, obrigatoriamente, a gratificação de dedicação exclusiva e requererá a desativação da matrícula de um dos cargos.

§ 1°. Para o servidor com dois cargos no âmbito municipal, a desativação incidirá naquele cargo de menor remuneração;

§ 2°. O servidor com dois cargos, sendo um municipal e outro de qualquer rede de ensino, deverá afastar-se obrigatoriamente do outro vínculo.

§ 3°. Faculta-se ao servidor nas situações acima, optar por recolher contribuição previdenciária, garantindo seu tempo de contribuição, na forma da lei.

Art.15. O diretor escolhido atenderá em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de horários e períodos, que será afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art.16. É vedado ao candidato e à comunidade:

I. Exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar; II. Distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes; III. Realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo; IV. Atos que impliquem o oferecimento, promessas incompatíveis ao cargo de diretor ou vantagens de qualquer natureza; V. Aparição isolada nos meios de comunicação, ainda que em forma de entrevista jornalística, após o deferimento da inscrição; VI. Utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo; VII. Denegrir a imagem do outro candidato.

Art.17. Estará afastado do processo, à vista de representação da parte ofendida, devidamente fundamentada e dirigida à Comissão Eleitoral Escolar, o candidato que praticar qualquer dos atos do artigo 16 desta portaria, ou permitir a outrem praticá-los em seu favor.

Parágrafo Único. É vedada aos profissionais da educação qualquer manifestação que possa denegrir a imagem ou praticar atos que firam a integridade física e moral do candidato, junto à comunidade escolar, sob pena de responder processo administrativo disciplinar.

Art.18. O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art.19. Podem votar:

I. Profissionais da educação em exercício na unidade escolar, observados os § 1°, 2º e 3° deste artigo; ou amparados pela Lei 046/2008. II. Alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 10 (dez) anos de idade ou estejam cursando o 6º ano em diante; III. Pai e mãe (dois votos por família) ou responsável legal (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha frequência comprovada.

§ 1°. O profissional da educação com filhos na escola votará apenas pelo seu segmento.

§ 2°. O profissional da educação que ocupa mais de um cargo na escola votará só uma vez.

.§ 3°. Comprovado o afastamento do titular do cargo, por interesse particular votará o seu substituto.

Art.20. No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade (documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia) e, em caso de aluno o registro de nascimento.

Art.21. O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, assinará em lista separada e votará normalmente.

Parágrafo Único. Não é permitido o voto por procuração.

Art.22. O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar.

Art.23. Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os membros e os fiscais.

Art.24. A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito ao voto secreto.

Art.25. Nenhuma pessoa estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art.26. Cada mesa será composta por, no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo Único. Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art.27. Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo Único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a nulidade do processo.

Art.28. O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário.

Art.29. O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art.30. Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art.31. As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

§ 1°. Antes da abertura da urna, a Comissão Eleitoral Escolar deverá verificar se há nela indícios de violação e, em caso de constatação, a mesma deverá ser encaminhada com relatório ao CDCE para decisão cabível.

§ 2°. Caso o CDCE se julgue impossibilitado de atender ao que consta no § 1° deste artigo, recorrerá à Assessoria de Gestão, e esta, se for o caso, à Comissão Eleitoral Municipal.

Art.32. Não havendo coincidência entre o número de votantes e o número de cédulas existentes na urna, o fato constituirá motivo de anulação de resultante de fraude comprovada e neste caso, adota-se o mesmo procedimento citado nos § 1° e 2° do artigo 31.

Art.33. Os pedidos de impugnação fundada em violação de urna somente poderão ser apresentados até sua abertura.

Art.34. Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art.35. Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levando-se em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I. Maior Escolarização; II. Maior tempo de serviço na unidade escolar; III. Maior tempo de serviço público; IV. Maior idade.

Art.36. O candidato único só será considerado escolhido quando obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Art.37. Serão nulos os votos quando da utilização das urnas convencionais:

I. Registrados em cédulas que não correspondem ao modelo padrão; II. Que indiquem mais de um candidato; III. Que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;

Art.38. Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar que reunirá com os demais membros para:

I. Decidir sobre eventuais irregularidades; II. Divulgar resultado final da votação;

Parágrafo Único. Divulgado o resultado, não caberá revisão, exceto em caso de Provimento de recurso interposto nos termos do artigo 42 desta portaria.

Art.39. No momento de transmissão da função ao diretor eleito, o profissional da educação que estiver na direção, deverá apresentar à comunidade escolar:

I. A avaliação de sua gestão, nos termos dos instrumentos de gestão PPP, PDE da unidade escolar; II. Balanço do acervo documental; III. Credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar, e ou protocolo junto ao CME/Confresa/MT; IV. Inventário do material, do equipamento e do patrimônio existente na unidade escolar; V. Apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1°. Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do diretor/a, será de competência do novo diretor/a, juntamente com o CDCE, relatar os fatos e representar contra o mesmo à Assessoria de Gestão da SMEEL, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2°. O CDCE só poderá dar posse ao diretor/a reeleito/a após cumprir o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

Art.40. A posse deverá ocorrer em Assembleia Geral da comunidade escolar, conforme a programação anexa.

Art.41. O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no desenvolvimento do processo eleitoral poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, conforme artigo 16, inciso VII desta portaria.

Art.42. Das decisões da Comissão Eleitoral Escolar cabem recursos dirigidos à Comissão Eleitoral Municipal.

Parágrafo Único. O prazo para interposição dos recursos é de 48 (quarenta e oito) horas, improrrogáveis, contadas do recebimento da notificação da decisão desfavorável à representação.

Art.43. Decorridos o prazo previsto no parágrafo único do artigo 42 e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função de diretor/a.

Art.44. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, em única instância, que atenderá na SMEEL.

Art.45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Confresa/MT, 12 de novembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

Programação para Eleição de Diretor Escolar das Escolas Municipais, Biênio 2020/2021.

13/11/2019 – Encaminhamento das portarias para escolas municipais;

18/11/2019 Eleição das comissões eleitorais escolares.

19/11/2019 – Estudo da portaria com as Comissões Eleitorais Escolares.

22/11/2019 – Inscrição dos candidatos à direção das Unidades de Ensino.

25/11/2019– Divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas dos candidatos(as) à direção das escolas.

27 e 28/11/2019 – Capacitação dos candidatos à direção da escola (Ciclos de Estudos) pela Assessora de Gestão Pedagógica da SMEEL.

02 e 03/12/2019 – Apresentação da Proposta de Trabalho à comunidade escolar, pelos candidatos à direção da unidade de ensino para o ano de 2020/2021.

13/12/2019 – Realização da eleição nas unidades de ensino, para escolha do/a diretor/a – processo manual.

16/12/2019 – Encaminhamento do Plano de Trabalho pelo/a diretor/a, para acompanhamento da Assessoria de Gestão da SMEEL.

19 a 21/12/2019 período Transição

02/01/2020 – Posse do/ diretor/a eleito pela escola.

Confresa/MT, 12 de novembro de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 1°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.85/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 098/2019

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N° 008/2019

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DO MURO DA CRECHE PROF.ª LUCINARA APARECIDA L. E SILVA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da Vigência da obra referente ao contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, vigorando de 23 de Novembro de 2019 a 22 de Março de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado: DIEGO MORELLO – EPP CNPJ: 07.694.058/0001-21.**

DATA: Confresa, 11 de Novembro de 2019.

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2019.PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 138/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 138/2019.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº207/2019, PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº138/2019** foi abert**o** no dia **06 de NOVEMBRO de 2.019, às 09h00min** (horário local), foi declarado **LICITAÇÃO DESERTA** e terá **REABERTURA em 27/11/2019 ás 09h:00min.**

O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Av. Centro Oeste, nº286, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ou pelo email licitaconfresa@hotmail.com

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS ELETIVAS E EMERGENCIAIS JUNTOS AO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

Confresa-MT, em 08 de NOVEMBRO de 2019.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

PORTARIA Nº084/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 258/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Edna Ap. Soledade	0447	2012/2017	08/10/2019	07/11/2019
Jesuina M. A. Sulzbach	1987	2008/2013	15/10/2019	13/11/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 075/2019 PROCESSO 118 /2019.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2019, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO PLATAFORMA ON-LINE, PARA ATENDER A DEMANDA DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **26 (vinte e seis) de novembro de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá

ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, **(Portal da Transparência-> Licitação-> Pregão Presencial->Situação->Aberto).** Cotriguaçu-MT, 12 de novembro de 2019.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port238/2019.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 255/2019

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER progressão funcional aos servidores municipais de acordo com a Escolaridade e Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos Carreiras e Salários:

Funcionário	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
Emerson Monteiro Tavares	3150	A-II	B-II
Marli dos Santos Oliveira	2131	C-III	C-IV
Neuza Braz Ferreira	3187	A-I	A-II

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 256/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, previsto no artigo 109 da Lei Complementar 019/2005.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Adenilson Pereira	1422	28/08/2019	30/08/2019
Adriana de Oliveira	3600	10/10/2019	19/10/2019
Aldenicy Matias da Silva	1786	14/10/2019 22/10/2019	16/10/2019 22/10/2019
Alessandra Mara Perdoncini	3174	23/10/2019	25/10/2019
Ana Paula Dantas de Lima	3465	07/10/2019	11/10/2019
Aparecida Costa Bravo	0411	25/09/2019	25/09/2019
Carlos Niero Filho	1416	26/10/2019	04/11/2019
Cicero Lopes	1809	07/10/2019 10/10/2019 21/10/2019	09/10/2019 19/10/2019 30/10/2019
Clodoaldo Rodrigues de Freitas	1520	24/09/2019	27/09/2019
Cristiana Cavalcante de Brito	2533	01/10/2019	01/10/2019
Denise Pavan Brambila	3550	07/10/2019	05/11/2019
Edson Prado Pinto	0503	11/10/2019	11/10/2019
Eliane Dantas de Lima	1623	06/10/2019	06/10/2019
Elizete Santiago da Costa	2256	16/10/2019 30/10/2019	23/10/2019 08/10/2019
Ellen C. de Souza F. da Silva	2638	08/10/2019	10/10/2019
Ezequiele Squersato	3500	28/10/2019	29/10/2019
Gislaine de Souza S. Krieser	2163	08/10/2019	08/10/2019
Gislania M. V. dos Santos	3552	21/10/2019	21/10/2019
Ivani Maria de Aguiar Santos	1383	21/10/2019	03/11/2019
Jaqueline Dias Batista	3156	21/10/2019	25/10/2019
Joceli Teodoro Candido de Jesus	0435	10/10/2019	18/11/2019
Joice Leticia B. de Viveiros	3566	21/10/2019	21/10/2019
Laisa Bras Lima Soares	3440	03/10/2019	04/10/2019
Lindaura Reinholz Lovo	0365	07/10/2019	08/10/2019
Luci Maria Alves	0397	21/09/2019	03/11/2019
Marci Matilde Prante de Sousa	2534	28/10/2019	28/10/2019
Marcia Regina de Moraes	3485	07/10/2019	08/10/2019
Marciela Torquato Estácio	2572	29/10/2019	30/10/2019
Marcos da Silva Nogueira	2560	25/09/2019	12/10/2019
Maria Aparecida da Silva	0580	04/10/2019	04/10/2019
Maria Aparecida Soares Santos	1415	30/09/2019	30/09/2019
Maria Helena Silva	3560	07/10/2019	16/10/2019
Maria Terezinha Sulzbacher	3587	04/10/2019 09/10/2019	07/10/2019 11/10/2019
Marilia França Loiola	2522	23/09/2019	24/09/2019
Marineide Francisca da Silva	1414	24/09/2019	24/09/2019
Marines Gilioli	1384	23/10/2019	25/10/2019
Marlice Maria Ripplinger	0004	04/10/2019 18/10/2019	04/10/2019 19/10/2019
Marylourdes R. Rodrigues	2016	23/10/2019	25/10/2019
Michele Borghetti	1634	11/10/2019	11/10/2019
Mirian Castro Amorim da Costa	2550	30/09/2019	30/09/2019
Nilza R da Silva	2298	17/10/2019	18/10/2019
Noemi Cardoso de Azevedo	2181	07/10/2019	07/10/2019
Rafael Felipe Bettega	3098	21/10/2019	22/10/2019
Roberta Cristina Grasel	2217	10/10/2019	11/10/2019
Rosa Reis Alves de Carvalho	3628	24/10/2019	25/10/2019
Silmara R. Rodrigues dos Santos	3293	14/10/2019	18/10/2019
Sirlene Santos de Sá do Carmo	2558	02/10/2019	04/10/2019
Stefania C. Borges Farias	2173	21/10/2019	21/10/2019
Suziane Martins dos Anjos	2002	04/10/2019 18/10/2019	04/10/2019 18/10/2019
Valeria da Rocha Custódio	1403	02/10/2019	04/10/2019
Venilda Streb	0599	14/10/2019	18/10/2019
Wanderson Fernandes Bento	2653	30/09/2019	30/09/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Outubro de 2019

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°257/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente:

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Altair Moreira	3058	2018/2019	15/10/2019	13/11/2019
Anderson F. de Oliveira	3432	2018/2019	11/11/2019	10/12/2019
Andrea J. Wiederkehr	3463	2018/2019	04/11/2019	03/12/2019
Elizete Lubke	1371	2017/2018	09/10/2019	07/11/2019
Everson S. Gonçalves	3186	2016/2017	11/11/2019	10/12/2019
Gislane de S. S. Krieser	2163	2018/2019	01/10/2019	15/10/2019
Givanildo da S. Ribeiro	3487	2018/2019	11/11/2019	10/12/2019
Ivaneide R. da Silva	3479	2018/2019	01/10/2019	15/10/2019
Jhennyffer S. Nogueira	3503	2018/2019	16/10/2019	14/11/2019
Jose H. P. de Olivieira	3362	2017/2018	01/11/2019	30/11/2019
Maria Aparecida Bonfá	3179	2018/2019	21/10/2019	19/11/2019

Marines A. Shipitoski	3373	2018/2019	14/10/2019	28/10/2019
Marisete T. Percoski	2529	2017/2018	02/11/2019	01/12/2019
Nay Lucio Machado	2536	2018/2019	01/10/2019	30/10/2019
Noemi C. de Azevedo	2181	2017/2018	11/11/2019	25/11/2019
Pollyana L. de Almeida	3381	2018/2019	07/10/2019	05/11/2019
Sadi Moraes de Freitas	1958	2016/2017	28/10/2019	11/11/2019
Silvia M. C. de Aquino	3385	2018/2019	06/11/2019	05/12/2019
William Luis Sulzbach	2507	2017/2018	14/10/2019	28/10/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 259/2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2018:

Candidato	Cargo	Admissão
Dayane Carla de Oliveira	Auxiliar Administrativo	**26/10/2019**
Elaine de Oliveira Ferreira	Apoio Adm. Educacional	**25/10/2019**
Marcia F da Silva Pereira	Apoio Adm. Educacional	**29/10/2019**
Marciane Jandre	Agente Público	**21/10/2019**
Nayara Juvino Ramos	Professor	**07/10/2019**

Art. 2º - As demais informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 07 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 260/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇO EM SAÚDE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 08/10/2019 a Sra. **LUCINEIA ANGELITA CICHORSKI,** portadora do CPF n.º 917.597.301-49, do cargo de Agente de Serviço em Saúde, vinculada ao Termo de Posse 008/2012, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 08 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 261/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 10/10/2019 a Sra. **CRISTINA ROSA DE OLIVEIRA BUENOS AIRES,** portadora do CPF n.º 040.107.991-02, do cargo de Professor, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços nº 039/2018, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 10 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 262/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 23/10/2019 a Sra. **JOICE LETICIA BECKER DE VIVIEIROS,** portadora do CPF n.º 036.516.021-09, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços nº 025/2019, Lotada na **Secretaria Municipal** de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 23 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 263/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 25/10/2019 a Sra. **DAYANE CARLA DE OLIVEIRA,** portadora do CPF n.º 029.367.581-30, do cargo de Auxiliar Administrativo, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços nº 132/2017**,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 264/2019

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no art. 82 §1° da Lei Municipal 522/2007, de 22 de Outubro de 2007, que dispõe sobre o Código Disciplinar.

Considerando a Portaria 124/2019 de 30 de Abril de 2019.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR a Portaria 124/2019 de 30 de Abril de 2019, pelo prazo de 30 dias, de 30 de Outubro de 2019 até 30 de Novembro de 2019 a qual dispõe sobre Instauração da Instrução Sumária nº 006/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 30 de Outubro de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA REFERENTE AS UNIDADES HABITACIONAIS A SEREM IMPLANTADAS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS.

CONTRATADO: DINÂMICA BRASIL SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

GABINETE
2º ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº02/2018

Termo de Fomento entre si celebram o MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e a ONG – TRANSFORMAÇÃO, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, através do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Srº **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, Centro, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e a **ONG - TRANSFORMAÇÃO**, organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede na Rua Diamantino, s/n°, Município de Diamantino, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.611.004/0001-86, neste ato representada por seu Presidente Sr. **CARLOS FERNANDO PEREIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 765.561, SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 304.145.479-34, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente aditivo ao termo de fomento 02/2018, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, respectivo Decreto regulamentar de número 8.726 de 27 de abril de 2016, Lei Municipal nº 1.206/2018, e mediante as cláusulas e condições seguintes

CLAUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO:

A vigência do Termo de Fomento nº 02/2018 fica prorrogada para o dia 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR MENSAL DOS REPASSES:

De acordo com a Cláusula Quarta do Termo de Fomento, o valor permanece o mesmo, qual seja, R$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais), cujo valor do repasse mensal será de R$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais disposições do termo de origem.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Fomento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Diamantino-MT, 08 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ONG - TRANSFORMAÇÃO

CARLOS FERNANDO PEREIRA

Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: TÂNIA MARA MARUCHI

RG: 1153985-2 SSP/MT

CPF: 771.399.689-34

Nome: DINÁ BENEDITA C. DE ARAÚJO

RG: 0129508-0 SSP/MT

CPF: 172.762.331-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL Nº 006/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo único, artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, faz saber que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

§ **Prestação de Contas do 5º Bimestre/2019**

Local: Salão da Igreja Católica – Distrito de Entre Rios

Data: 28/11/2019 (quinta-feira)

Horário: 19:00 hs

Assim, todos ficam devidamente convocados para participarem desta Audiência Pública.

Dom Aquino-MT, 11 de novembro de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 083/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CREDOR: TIAGO ROBERTO DOS SANTOS DA SILVA 02170136193

VIGÊNCIA: 03 DE NOVEMBRO 2020

VALOR REGISTRADO:R$: 108.762,00 (CENTO E OITO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N**º 052/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2019.**

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA JURIDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 007/2019 – 2º TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 01 DE NOVEMBRO DE 2019

CREDOR: **S.A.LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP**

VALOR: R$ 57.109,39 (CINQUENTA E SETE MIL, CENTO E NOVE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É A**,** ADITAR 837,2 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD NA RUA IPORÃ, CONFORME DESCRIÇÃO CONSTANTE NA PLANILHA DE SERVIÇOS E MEMORIAL ANEXOS – PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

LEI MUNICIPAL Nº 673/2019

LEI MUNICIPAL Nº 673/2019

DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR EM FAVOR DA EMPRESA VENCEDORA DO CHAMAMENTO PÚBLICO A SER REALIZADO, MEDIANTE PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, **1 GLEBA URBANA, A SER DESMEMBRADA EM 51 LOTES URBANOS,** PARA PROGRAMA HABITACIONAL DO GOVERNO FEDERAL – MINHA CASA MINHA VIDA REALIZADO EM PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E/OU BANCO DO BRASIL/SA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar para empresa vencedora do Chamamento Público a ser realizado, mediante processo licitatório na modalidade de dispensa de licitação, O imóvel denominado Quadra R-23, centro devidamente registrados no Registro de Imóveis do 1º Ofício desta Comarca, sob Matrícula 1.050, que será transformado em empreendimento imobiliário para a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais e um lote destinado a área institucional do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, ou outro que vier a substitui-lo, em projeto a ser aprovado por este município. A Matrícula do imóvel faz parte integrante desta lei, como ANEXO I e o projeto sugerido é parte integrante dessa lei como ANEXO II.

§ 1º O empreendimento poderá ser edificado no âmbito do Programa Habitacional Associativo Imóvel na planta ou Apoio à produção, ou outro que vier a substituí-los, operacionalizado pelas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil S/A.

§ 2º Os compradores dos imóveis a serem construídos, poderão se enquadrar nos limites do Programa Minha Casa Minha Vida nos termos das Leis Federais n°. 11.977 de 08 de julho de 2009 e n°. 12.424 de 16 de junho de 2011, ou na carta de crédito do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em conformidade com as resoluções emitidas pelo respectivo Conselho Curador, ou ainda em outros programas do SFH - Sistema Financeiro Habitacional.

§ 3º A vencedora do certame, deverá oferecer para a contratação do empreendimento, a área resultante da licitação a ser realizada na modalidade de dispensa de licitação, nos termos do Art. 1º.do imóvel descrito no Anexo Único desta lei.

Art. 2º O imóvel urbano descrito no Art. 1º será doado a vencedora do certame ou a agente operador do programa, pelo município de Feliz Natal - MT.

Art. 3º Fica, portanto, o Município de Feliz Natal - MT, autorizado a celebrar contrato com a empresa vencedora do Chamamento Público, depois de realizado processo de dispensa de licitação.

Art. 4º Os lotes urbanos objeto desta Lei, após desmembrados, terão destinação preferencialmente para moradia popular.

Art. 5º A empresa vencedora do chamamento público deverá enviar os projetos para análise da prefeitura municipal em um prazo máximo de 30 dias. O início das obras decorrentes do presente programa deverá ocorrer num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do alvará de obras e comprovação da demanda mínima necessária para a efetiva contratação dos futuros mutuários junto à Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A, caso contrário serão aplicadas as penalidades elencadas na Lei 8.666/93.

Art. 6º Fica ressalvada a hipótese de hipoteca ou alienação fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A, agentes financeiros que operam com os Programas Habitacionais Federais e/ou Estaduais e com o Sistema Financeiro Habitacional, garantia exigida para a efetivação do Programa Habitacional MCMV (minha casa minha vida).

Art. 7º Ao empreendimento habitacional de que trata a presente lei, a título de incentivo ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida, conceder-se-á:

I - Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta; **II -** Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel à Adquirente, bem como para a primeira transmissão aos compradores dos imóveis, que fizerem a aquisição na planta ou quando o imóvel estiver pronto, com base na presente lei; **III -** Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre o(s) imóvel(is) onde o empreendimento habitacional será implantado; **IV -** Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base na presente lei;

§ 1º As isenções temporárias previstas nos incisos I à IV abrangem o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do

empreendimento até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender ao Programa especificado na presente lei.

§ 2º O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza –, objeto da isenção de que trata o inciso I deste artigo, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Art. 8 Fica autorizado ao poder público realizar obras de terraplanagem, de abertura de vias, de escavação e fornecer aterro, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas indicados no parágrafo primeiro do Art. 1º desta lei, nas áreas destinadas à construção das casas, entretanto os serviços realizados não poderão ser incluídos no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Art. 9 Os lotes urbanos destinados pelo município para realização do empreendimento, serão precedidos de avalição prévia realizada pelo município. Os valores venais atribuídos aos lotes entrarão como contrapartida do município ao empreendimento e consequentemente serão descontados dos valores finais das residências a serem financiados pelos mutuários.

Art. 10 No momento da distribuição das unidades habitacionais do programa minha casa minha vida, serão utilizados prioritariamente os cadastros já realizados e contemplados pelo município.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N°674/2019

LEI MUNICIPAL N°674/2019 DATA: 12 DE NOVEMBRO DE 2019. SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONTRATAR SERVIDORES POR PRAZO DETERMINADO ATRAVÉS DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores por prazo determinado em razão de interesse público, conforme faculta o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e Art. 24, § 2º, III da Lei Municipal Complementar 037/2015, de acordo com os cargos, quantidade e salário mensal abaixo discriminados:

VAGAS PARA ZONA AURBANA – ESCOLAS MUNICIPAIS				
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE**	**R$**
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	02	40H	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	R$ 3.248,32

VAGAS PARA ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL RURAL MALVINA EVARISTO PESCINELLI				
CARGO	**Nº DE VAGAS**	**CARGA HORÁRIA**	**NÍVEL DE ESCOLARIDADE**	**R$**
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	02	20h	LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA	R$ 1.624,16
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	01	20h	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	R$ 1.624,16
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	01	20h	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS	R$ 1.624,16
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	01	20h	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	R$ 1.624,16
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	01	20h	LICENCIATURA EM HISTÓRIA	R$ 1.624,16
PROFESSOR – EDUCAÇÃO BÁSICA	02	20h	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	R$ 1.624,16

Art. 2° - Os contratos firmados por esta Lei terão vigência da data de sua assinatura até o encerramento do ano letivo de 2020, podendo ser prorrogados por mais 12 (doze) meses no interesse das partes e havendo necessidade da contratação.

Art. 3° - Os ocupantes dos cargos a serem preenchidos em decorrência desta Lei estarão sujeitos aos direitos e deveres previstos na Lei Municipal Complementar 003/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DO MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º080/2019. APROVA O REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI.

DECRETO MUNICIPAL N.º080/2019.

DATA: 12 de Novembro de 2019.

SUMULA: Aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE FELIZ NATAL-MT

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1. A Junta Administrava de Recursos de Infrações – JARI, funcionará junto ao Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário da Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2. Compete à JARI:

I. Analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores; II. Solicitar ao (nome do órgão municipal executivo de trânsito), quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma análise mais completa da situação recorrida; III. Encaminhar ao (nome do órgão

municipal executivo de trânsito), informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos que se repitam sistematicamente.

CAPÍTULO III

Dá composição da JARI

Art. 3. De acordo com a Resolução do CONTRAN n. 357/2010, a JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para sua composição:

I. 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade; a) Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no item 4.1a da Res. 357/2010/CONTRAN, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3 da Res. 357/2010/CONTRAN, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato. II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade. III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito. a) Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3 da Res. 357/2010/CONTRAN, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato. b) O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los; c) É facultada a suplência; d) É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE. e) É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 4. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito e/ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

§ 2º Perderá mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

a) Três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas; b) Quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

Art. 5. O Regimento interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro: ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal e aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRANDIFE, se do Distrito Federal, observada a Resolução do Contran nº 357/10, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 6. Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o (nome do órgão municipal executivo de trânsito) adotará providência cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros (e suplentes) da JARI, garantindo o direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 7. Não poderão fazer parte da JARI:

I. Aquele que estiver cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade; II. Aqueles do julgamento do recurso, quando tiverem lavrado o Auto de Infração; III. Condenados criminalmente por sentença transitada em julgado; IV. Membros e assessores do CETRAN; V. Pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionadas com Autoescolas e Despachantes; VI. Agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade; VII. Pessoas que tenham tido suspenso seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB; VIII. A própria autoridade de trânsito municipal.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos membros da JARI

Art. 8. São atribuições ao presidente da JARI:

I. Convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões; II. Solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberações da JARI; III. Convocar os suplentes para eventuais substituições dos

titulares;

IV. Resolver questões de ordem, apurar votos e consignar,

por escrito, no processo, o resultado do julgamento;

V. Comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos; VI. Assinar atas de reuniões; VII. Fazer constar nas atas a justificativa das ausências às

reuniões.

Art. 9. São atribuições aos membros:

I. Comparecer às sessões de julgamento e às convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pela Coordenação da JARI; II. Justificar as eventuais ausências; III. Relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentado o voto; IV. Discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido; V. Solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos; VI. Comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI; VII. Solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

CAPÍTULO V

Das Reuniões

Art. 10. As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por semana, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 11. A JARI poderá abrir a sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

Parágrafo único. Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 12. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

Art. 13. As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

I. Abertura; II. Leitura, discussão e aprovação da ata reunião anterior; III. Apreciação dos recursos preparados; IV. Apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI; V. Encerramento.

Art. 14. Os recursos apresentados a JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 15. Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 16. Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

CAPÍTULO VI

Do Suporte Administrativo

Art. 17. A JARI disporá de um Secretário designado pelo Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário, a quem cabe especialmente:

I. Secretariar as reuniões da JARI; II. Preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente; III. Manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos estatísticas e relatórios; IV. Lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo; V. Requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando o que for necessário; VI. Verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aqueles requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo; VII. Prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros JARI.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos

Art.18. O recurso será interposto perante a autoridade

recorrida.

Art. 19. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 20. A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

I. Qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível, o telefone; II. Dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo (nome do órgão municipal executivo de trânsito e/ou rodoviário); III. Características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo – CRVL ou Auto de Infração de Trânsito – AIT, se este entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator; IV. Exposição dos fatos e fundamentos do pedido; V. Documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 21. A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§ 1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima;

§ 2ºA remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 22. O Órgão que receber o recurso deverá:

I. Examinar se os documentos mencionados na petição, certificando nos casos contrários; II. Verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida; III. Observar se a petição se refere a uma única penalidade; IV. Fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal outelegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do Correio;

Art. 23. O Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o objeto.

Art. 24. A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 25. O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 26. Caberá ao Departamento Municipal de Trânsito e Rodoviário no qual funcione a JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Art. 27. A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 28. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo (nome do órgão municipal executivo de trânsito e/ou rodoviário).

Feliz Natal-MT, 12 de novembro de 2019.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 085/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CREDOR: 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI

VIGÊNCIA: 03 DE NOVEMBRO 2020

VALOR REGISTRADO:R$: 45.722,80 (QUARENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E VINTE E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N**º052/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2019.**

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 086/2019

DATA ASSINATURA: 06 DE NOVEMBRO DE 2019

CREDOR: ROGERIO BATISTA DOS SANTOS E CIA LTDA ME

VIGÊNCIA: 05 DE NOVEMBRO 2020

VALOR REGISTRADO:R$: 195.200,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N**º053/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2019.**

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PARA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA E VIA RÁDIO COM SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE ANTENAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FELIZ NATAL – MT

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 084/2019

DATA ASSINATURA: 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CREDOR: 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI

VIGÊNCIA: 03 DE NOVEMBRO 2020

VALOR REGISTRADO:R$: 81.570,40 (OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N**º052/2019, REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2019.**

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA USO NA MANUTENÇÃO E REPAROS NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE PRÉDIOS, PRAÇAS E JARDINS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº.385 /2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE GERENTE DE PATRIMÔNIO E FROTAS E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica EXONERADA a Sra. **KAROLINA VENDER** brasileira, filha de Claudio Cesar Vender e Maricelda Sapiecynske Vender, nascida em 26/02/1995, portadora do RG N° 2275601-9, SSP/MT e CPF: 040.073.041-30, como

GERENTE DE PATRIMÔNIO E FROTAS, a partir de 30/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 30 de abril de 2019.

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PPA, LDO E LOA

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MATO GROSSO

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Poder Executivo do Município de Gaúcha do Norte, por intermédio do seu Prefeito o Sr. Voney Rodrigues Goulart, convida a todos os munícipes a participarem da Audiência Pública onde serão abordados os seguintes temas:

Alterações do PPA – Plano Plurianual 2018/2021

Apresentação da LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020

Apresentação da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020.

A Audiência será realizada no dia 19 de novembro 2019, às 13 horas, nas dependências do Centro de Convivência dos Idosos, com endereço à Av. 13 de julho, Qd. 23, Lt. 08 – Centro, Gaúcha do Norte-MT.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de novembro de 2019

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 069/2019

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 042/2019

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para ***aquisição de MOVEIS* PLANEJADOS *para a nova sede do Paço Municipal***, conforme solicitado pela Secretaria de Administração e especificações do Termo de Referencia e Edital, que se realizará no dia **28/11/2019 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 11. de novembro de 2019.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

ATA DE REGISTRO 26-2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91 , **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103 CNPJ: 26.983.948/0001-06**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA COM REMENDOS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO*, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO I DO EDITAL*.

1.2. As quantidades dos serviços descritas no Termo de Referência são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 26/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar os serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 26/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103 CNPJ: 26.983.948/0001-06						
CEP: 78620-000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO-MT**			
TELEFONES: (66)99239-9849			**E-MAIL: marciapereiradesousa@hotmail.com**			
REPRESENTANTE LEGAL: MARCIA PEREIRA DE SOUSA						
RG: 2050138-2			**CPF: 028.577.641-03**			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
ITEM	**QUA**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**MARC**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
01	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 275/80 R.22.5 LISO**	**B.SOUSA**	**35,00**	**3.500,00**
02	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R.22.5 LISO**	**B.SOUSA**	**80,00**	**4.000,00**
03	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU DE MOTO**	**B.SOUSA**	**18,00**	**1.440,00**
04	**50**	**UND**	**REMENDO DE PNEU DE CARRINHO DE MÃO**	**B.SOUSA**	**5,00**	**250,00**
05	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 14.00-24 RESOLADO**	**B.SOUSA**	**75,00**	**7.500,00**
06	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215-75 R17.5 LISO**	**B.SOUSA**	**66,00**	**3.300,00**
07	**60**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205-75 R16 LISO**	**B.SOUSA**	**50,00**	**3.000,00**
08	**150**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 175/70 R13**	**B.SOUSA**	**18,00**	**2.700,00**
09	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R13**	**B.SOUSA**	**38,00**	**1.900,00**
10	**150**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 175/70 R14**	**B.SOUSA**	**18,00**	**2.700,00**
11	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R14**	**B.SOUSA**	**38,00**	**1.900,00**
12	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 18.4-34**	**B.SOUSA**	**78,00**	**6.240,00**
14	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 14.9-24**	**B.SOUSA**	**75,00**	**6.000,00**
15	**40**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9-24**	**B.SOUSA**	**145,00**	**5.800,00**
16	**90**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 17.5-25**	**B.SOUSA**	**53,00**	**4.770,00**
18	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 19.5L-24**	**B.SOUSA**	**75,00**	**7.500,00**
21	**250**	**UND**	**TROCA DE PNEU CARRO PEQUENO**	**B.SOUSA**	**10,00**	**2.500,00**
22	**150**	**UND**	**MONTAGEM DE PNEUS CAMINHÃO/VANS/ÔNIBUS**	**B.SOUSA**	**30,00**	**4.500,00**
23	**250**	**UND**	**MONTAGEM DE PNEUS CARRO PEQUENO/CAMIONETE**	**B.SOUSA**	**10,00**	**2.500,00**
Total Geral ..... R$						**72.000,00**

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019/2020, nas seguintes rubricas orçamentárias:

136 - 15.451.0015.2107.0000 MAN DAS ATIV DEPT DE VIAÇÃO E OBRAS 149 - 26.782.0026.2061.0000 FETHAB

ELEMENTO DESP.; OUTROS SERV DE TERCEIROS P. JURIDICA 3.3.90.39.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o prestador se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir a prestação do serviço objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços executados;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o serviço.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços realizados fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n.26/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de serviço, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o serviço a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através de ordem bancaria, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do serviço;

15. DA GARANTIA

15.1. Os serviços executados devem ter garantia no mínimo de 60 (sesssenta) dias.

15.2. Na vigência da garantia, a contratada deverá oferecer assistência técnica permanente, prestada por equipe especializada, sem ônus adicionais para o contratante.

15.3. A Contratada deverá apresentar, a cada procedimento de assistência técnica, relatório contendo a data de abertura do chamado, a identificação do vício constatado e as providências tomadas ou a serem adotadas, informando o prazo necessário para concluir a assistência, que não poderá ser superior a 30 dias, a contar da data de abertura do chamado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 26/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 07, de novembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103

CNPJ: 26.983.948/0001-06

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

ATA DE REGISTRO 26-2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224. 401-91 , **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103 CNPJ: 26.983.948/0001-06**, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA COM REMENDOS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO*, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO I DO EDITAL*.

1.2. As quantidades dos serviços descritas no Termo de Referência são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 26/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar os serviços, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 26/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103 CNPJ: 26.983.948/0001-06						
CEP: 78620-000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO-MT**			
TELEFONES: (66)99239-9849			**E-MAIL: marciapereiradesousa@hotmail.com**			
REPRESENTANTE LEGAL: MARCIA PEREIRA DE SOUSA						
RG: 2050138-2			**CPF: 028.577.641-03**			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
ITEM	**QUA**	**UNID.**	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**MARC**	**Valor Unit.**	**Valor. Total**
01	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 275/80 R.22.5 LISO**	**B.SOUSA**	**35,00**	**3.500,00**
02	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R.22.5 LISO**	**B.SOUSA**	**80,00**	**4.000,00**
03	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU DE MOTO**	**B.SOUSA**	**18,00**	**1.440,00**
04	**50**	**UND**	**REMENDO DE PNEU DE CARRINHO DE MÃO**	**B.SOUSA**	**5,00**	**250,00**
05	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 14.00-24 RESOLADO**	**B.SOUSA**	**75,00**	**7.500,00**
06	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215-75 R17.5 LISO**	**B.SOUSA**	**66,00**	**3.300,00**
07	**60**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 205-75 R16 LISO**	**B.SOUSA**	**50,00**	**3.000,00**
08	**150**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 175/70 R13**	**B.SOUSA**	**18,00**	**2.700,00**
09	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R13**	**B.SOUSA**	**38,00**	**1.900,00**
10	**150**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 175/70 R14**	**B.SOUSA**	**18,00**	**2.700,00**
11	**50**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 175/70 R14**	**B.SOUSA**	**38,00**	**1.900,00**
12	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 18.4-34**	**B.SOUSA**	**78,00**	**6.240,00**
14	**80**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 14.9-24**	**B.SOUSA**	**75,00**	**6.000,00**
15	**40**	**UND**	**VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9-24**	**B.SOUSA**	**145,00**	**5.800,00**
16	**90**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 17.5-25**	**B.SOUSA**	**53,00**	**4.770,00**
18	**100**	**UND**	**REMENDO DE PNEU 19.5L-24**	**B.SOUSA**	**75,00**	**7.500,00**
21	**250**	**UND**	**TROCA DE PNEU CARRO PEQUENO**	**B.SOUSA**	**10,00**	**2.500,00**
22	**150**	**UND**	**MONTAGEM DE PNEUS CAMINHÃO/VANS/ÔNIBUS**	**B.SOUSA**	**30,00**	**4.500,00**
23	**250**	**UND**	**MONTAGEM DE PNEUS CARRO PEQUENO/CAMIONETE**	**B.SOUSA**	**10,00**	**2.500,00**
Total Geral ..... R$						**72.000,00**

4.2. Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019/2020, nas seguintes rubricas orçamentárias:

136 - 15.451.0015.2107.0000 MAN DAS ATIV DEPT DE VIAÇÃO E OBRAS 149 - 26.782.0026.2061.0000 FETHAB

ELEMENTO DESP.; OUTROS SERV DE TERCEIROS P. JURIDICA 3.3.90.39.00

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o prestador se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir a prestação do serviço objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços executados;

7.1.3.2 Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o serviço.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente a execução dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços realizados fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n.26/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de serviço, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o serviço a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através de ordem bancaria, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do serviço;

15. DA GARANTIA

15.1. Os serviços executados devem ter garantia no mínimo de 60 (sesssenta) dias.

15.2. Na vigência da garantia, a contratada deverá oferecer assistência técnica permanente, prestada por equipe especializada, sem ônus adicionais para o contratante.

15.3. A Contratada deverá apresentar, a cada procedimento de assistência técnica, relatório contendo a data de abertura do chamado, a identificação do vício constatado e as providências tomadas ou a serem adotadas, informando o prazo necessário para concluir a assistência, que não poderá ser superior a 30 dias, a contar da data de abertura do chamado.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 26/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, em 07, de novembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

MARCIA PEREIRA DE SOUSA02857764103

CNPJ: 26.983.948/0001-06

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 001/2019

INSTRUÇÃO NORMATIVA SMEC Nº 001/2019

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/jornada de trabalho de profissionais do Apoio Escolar pertencentes ao quadro das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Itanhangá-MT.

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e regime/ jornada de trabalho do Apoio Escolar e Motoristas do transporte Escolar efetivos e da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020.

Art. 2º. Todos os profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação, efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais na situação funcional abaixo:

I – em afastamento por licença, exceto licença premio;

II- Tecnico de Desenvolvimento Infantil, Monitores, Técnicos Administrativos Escolares, Atendentes de Biblioteca, Agentes Administrativos Educacionais e Guarda de patrimônio.

Art. 3º Da comissão para Atribuição de Aulas e Serviços para a Jornada de Trabalho para o ano letivo de 2020.

§ 1º - A Comissão de Atribuição de Aulas e Serviços no regime/jornada de trabalho, nas unidades escolares será composta de:

I – Secretária Municipal de Educação e Cultura

II- Assessora e Coordenadora Pedagógica da SMEC

III- Gestores Escolares

IV – Coordenadores Pedagógicos Escolares;

V – Representante da Sub Sede do Sintep - Itanhangá-MT.

VI- Representante do Conselho Municipal de Educação

Art. 4º- Todos os profissionais efetivos deverão trazer seus certificados ou declarações de capacitações relativas aos anos de 2017 até 2019 para serem anexados às suas respectivas pastas funcionais. Esta complementação de documentos em pasta é fundamental para as avaliações de servidores em todos os anos de efetivo exercício na profissão.

SEÇÃO II

DO PREENCHIMENTO DA FICHA DE INSCRIÇÃO E CONTAGEM DE PONTOS DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS DO APOIO ESCOLAR

Art. 5º O registro de pontos dos Profissionais, conforme ficha e documentos comprobatórios, será feito nas unidades escolares pela equipe gestora.

Art.6º-Documentos a serem apresentados no ato da inscrição:

a) Documentos pessoais RG, CPF e Título de Eleitor atualizado; b) Certificados e/ou diploma de graduação; c) Cópia do comprovante de residência; d) Cópia dos certificados dos cursos de qualificação dos anos de 2017 a 2019. Estes deverão ser apresentados com o original. e) Declaração (quando for o caso) de participação em setenta e cinco por cento das reuniões dos conselhos municipais.

Parágrafo Único: Os documentos já existentes na pasta profissional do servidor a Secretaria Municipal de Educação, não serão necessários cópias, mas serão conferidos pelo documento original.

Do Período de inscrições:

Dias 09 e 10 de dezembro de 2019, nas unidades escolares em que o servidor tem lotação neste ano letivo de2019.

Dia 11/12/2019 – Contagem de pontuação GERAL, feita pela Comissão de Atribuição de Aulas e Serviços.

Dia 12/12/2019- Publicação e afixação nos murais das Escolas e SMEC.

Art. 7º- A atribuição de aulas será realizada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia **16 de Dezembro de 2019**, às 13:30 hrs para servidores do apoio e motoristas e as 15:30 para professores.

Art.8º- Para atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas-atividade será considerada a carga horária conforme concurso público.

Art.9º- A Comissão de Atribuição de Aulas e Serviços terá como função realizar a atribuição de classes/aulas e serviços conforme regime/jornada de trabalho, elaborando atas ao término de cada fase e etapa do processo discriminando classes/e ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, profissionais que ficaram remanescentes e eventuais recursos interpostos, com assinatura de todos os membros.

Parágrafo 1º – A relação da contagem de pontos dos profissionais efetivos será fixada no período vespertino, no dia 12 de dezembro de 2019, nas Escolas Municipais e Secretaria Municipal de Educação e Cultura em local de fácil visualização, por pontuação, no cargo inscrito. O período para pedidos de revisão será até dia 13 de Dezembro, das 7:00 as 10:00 horas.

Parágrafo 2º – Em caso de recursos deferidos a nova relação de contagem será publicada até as 13:00 do dia 16 de Dezembro de 2019.

SEÇÃO III

DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU JORNADA DE TRABALHO

Art. 10 - Todos os profissionais da educação efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, exceto os que estiverem em afastamentos por licença de interesse particular, deverão participar de atribuição de classes/aulas e serviços, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa.

Art. 11 Para a realização do processo de atribuição de classes e/ou aulas, nas Modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Comissão de Atribuição de Aulas e Serviços deverá obedecer a classificação conforme pontuação obtida na ficha, conforme anexo I:

Art. 12 - CLASSE TITULAR: Serão atribuídas aos professores :

I- Ocupantes de cargo efetivo conforme sua classificação, habilitação em PEDAGOGIA , atribuirão sua devida classe.

II- No segundo momento os ocupantes de cargo efetivo- PROFESSORES DE ÁREA conforme sua classificação, atribuirão sua devida classe.

Parágrafo Único: Em caso de empate o critério para desempate será a idade do servidor.

Art. 13- ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS COMPLEMENTARES: As aulas complementares deverão ser ocupadas primeiramente por:

a) Professores com habilitação em PEDAGOGIA conforme sua classificação. b) Professores de outras habilitações conforme sua classificação.

Parágrafo Único: As turmas de professores efetivos que encontrarem-se em função de gestor, coordenador, assessor e Secretária Municipal de Educação e Cultura serão atribuídas a profissionais contratados a fim de garantir o seu direito caso estes retornem a seu cargo de efetivo exercício.

Art. 14– Para oprofissional do apoio escolar, a atribuição de serviços se iniciará por quem obtiver a maior pontuação, conforme o quadro de vagas respeitando sua função.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.15- Os professores efetivos que participarem do processo de atribuição de classes e/ou aulas, deverão construir o plano de trabalho docente anual de acordo com a BNCC e PPP da unidade escolar em que se lotou (planejamento de trabalho e atividades pedagógicas e poderão participar dos Encontros de Formação Continuada oferecidos pela SMEC e Unidades Escolares no decorrer do ano letivo de 2020 a partir do dia 23 de janeiro de 2020.

Art.16- Os profissionais do apoio escolar deverão participar dos Encontros de Formação Continuada e palestras oferecidos pela SMEC e Unidades Escolares no decorrer do ano letivo de 2020 .

Art.17 - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes /aulas e serviços e regime/jornada de trabalho instituídas nas unidades escolares e em caso de impossibilidade deverão ser encaminhados à SMEC e Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Itanhangá para conhecimento, análise e parecer.

Art.18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE,

Itanhangá-MT, 12 de Novembro de 2019

Suzana Bêss Jeane Knorst

Secretária Municipal de Educação e Cultura Presidente do C ME

Portaria 002/2017 Decreto 71/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ ATRIBUIÇÃO DE AULAS DE PROFESSORES

1. Dados Pessoais:

Nome do servidor (a):

End:_____ _____ Nº _____

Telefone c/ wats: _____

E-mail: _____

1. Habilitação conforme concurso:_____

2. Número de pontos obtidos pelo professor:

I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Especialização	5,0 (cinco)	
Licenciatura Plena	3,0 (três)	

II DO TEMPO DE SERVIÇO

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Para cada ano trabalhado na rede municipal do município de Itanhangá:	1,0 (um)	

III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Curso de Capacitação, direcionado a área Educacional, a partir de 2017 a cada 40 horas: (Limites de 600 horas)	1,0 (um)	
Desenvolvimento de Projetos (Para cada projeto aprovado conforme Resolução 001/2019)	1,0 (um)	
Desenvolvimento da metodologia do Programa A União faz a Vida durante todo o ano letivo de 2019	10,0 (Dez)	
Desenvolvimento da metodologia do Programa A União faz a Vida durante o ano letivo de 2019 em período parcial	5,0 (cinco)	
Na participação de no mínimo 75% nas reuniões de conselhos municipais em que é membro	1,0 (um)	
Na participação de palestras e seminários (para cada palestra ou seminário)	1,0 (um)	
Na participação em 100% da Academia do Educador (declaração da escola)	5,0 (cinco)	
No desenvolvimento de formação continuada na Academia do Educador (para cada tema apresentado) (declaração da escola)	1,0 (um)	

TOTAL DE PONTOS:_____

Itanhangá-MT_____/_____/_____

_____
_____ Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS – Apoio Administrativo

1. Dados Pessoais:

Nome do servidor (a):

End:_____
_____ Nº _____

Telefone c/ wats: _____

E-mail: _____

1. Habilitação conforme concurso:_____

2. Número de pontos obtidos pelo servidor:

I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
PROFUNCIONARIO	3,0 (Três)	
ENSINO MEDIO	2,0 (Dois)	
ENSINO FUNDAMENTAL	1,0 (um)	

II DO TEMPO DE SERVIÇO

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Para cada ano trabalhado na rede municipal do município de Itanhangá:	1,0 (um)	

III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Curso de Capacitação, direcionado a área Educacional, a partir de 2017 a cada 40 horas: (Limites de 600 horas)	1,0 (um)	
Na participação de no mínimo 75% nas reuniões de conselhos municipais em que é membro	1,0 (um)	
Na participação de palestras e seminários (para cada palestra ou seminário)	1,0 (um)	
Na participação em 100% da Academia do Educador	5,0 (cinco)	
No desenvolvimento de formação continuada na Academia do Educador (para cadá tema apresentado)	1,0 (um)	

TOTAL DE PONTOS:_____

Itanhangá-MT_____/_____/_____

_____
_____

Assinatura do (a) Servidor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS- Motoristas

1. Dados Pessoais:

Nome do servidor (a):

End:_____
_____ Nº _____

Telefone c/ wats: _____

E-mail: _____

1. Habilitação conforme concurso:_____

2. Número de pontos obtidos pelo servidor:

I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Curso específico de Transporte Escolar	5,0 (Cinco)	
ENSINO MEDIO	2,0 (Dois)	
ENSINO FUNDAMENTAL	1,0 (um)	

II DO TEMPO DE SERVIÇO

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Para cada ano trabalhado na rede municipal do município de Itanhangá:	1,0 (um)	

III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Curso de Capacitação, direcionado a área Educacional, a partir de 2017 a cada 40 horas: (Sem limites de pontuação)	1,0 (um)	
Na participação de no mínimo 75% nas reuniões de conselhos municipais em que é membro	1,0 (um)	
Na participação de palestras e seminários (para cada palestra ou seminário)	1,0 (um)	

TOTAL DE PONTOS:_____

Itanhangá-MT_____/_____/_____

_____
_____

Assinatura do (a) Servidor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ ATRIBUIÇÃO DE AULAS DE PROFESSORES

No cargo de Gestão, Coordenação, Assessoria e Secretária de Educação

1. Dados Pessoais:

Nome do servidor (a):

End:_____
_____ Nº _____

Telefone c/ wats: _____

E-mail: _____

1. Habilitação conforme concurso:_____

2. Número de pontos obtidos pelo professor:

I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Especialização	5,0 (cinco)	
Licenciatura Plena	3,0 (três)	

II DO TEMPO DE SERVIÇO

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Para cada ano trabalhado na rede municipal do município de Itanhangá:	1,0 (um)	

III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

CRITÉRIOS	PONTOS	TOTAL
Curso de Capacitação, direcionado a área Educacional, a partir de 2017 a cada 40 horas: (Limites de 600 horas)	1,0 (um)	
Desenvolvimento de Projetos (Para cada projeto aprovado conforme Resolução 001/2019)	1,0 (um)	
Na coordenação e orientação de projetos na metodologia do Programa A União faz a Vida durante todo o ano letivo de 2019	10,0 (Dez)	
Na coordenação e orientação de projetos na metodologia do Programa A União faz a Vida durante o ano letivo de 2019 em período parcial	5,0 (cinco)	
Na participação de no mínimo 75% nas reuniões de conselhos municipais em que é membro	1,0 (um)	
Na participação de palestras e seminários (para cada palestra ou seminário)	1,0 (um)	
Na participação em 100% da Academia do Educador (declaração da escola)	5,0 (cinco)	
No desenvolvimento de formação continuada na Academia do Educador (para cadá tema apresentado) (declaração da escola)	1,0 (um)	

TOTAL DE PONTOS:_____

Itanhangá-MT_____/_____/_____

_____

_____ Assinatura do (a) Professor (a) Responsável pela Atribuição na Escola

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL MÊS DE OUTUBRO DE 2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 046/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT CNPJ: 07.209.225/0001-00

CONTRATADO (A): Queidimara Lima De Oliveira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 2485184-1 SEJSP/MT e do CPF nº. 049.657.671.28;

OBJETO: Professor Licenciatura Plena 24 Horas para à **Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT);**

VALOR GLOBAL: O Valor total do contrato passa a ser de R$ 10.124,69 (dez mil e cento e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos), dos quais o valor de R$ 6.699,05 (seis mil e seiscentos e noventa e nove reais e cinco centavos), refere-se ao período de 30.07.2019 a 27.10.2019 e o acréscimo de R$ 3.425,64 (três mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), refere-se ao período da prorrogação, qual seja de 28.10.2019 a 12.12.2019.

VIGENCIA: 30 (trinta) de julho de 2019, até 12 (doze) de dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 050/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: TITANIUM ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ - 20.103.907/0001-93.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo suprimir o valor do contrato, de acordo com a necessidade de adequação do projeto, alterando o valor do contrato previsto na cláusula quinta do contrato nº 050/2019.

VALOR DE SUPRESSÃO: R$ 13.096,81 (treze mil noventa e seis reais e oitenta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/11/2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 050/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: TITANIUM ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ - 20.103.907/0001-93.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar do valor do contrato, em decorrência do acréscimo de serviços bem como a inclusão de serviços não contemplados na planilha licitada, alterando o valor do contrato previsto na cláusula quinta do contrato nº 050/2019.

VALOR DE ACRÉSCIMO: R$ 34.770,92 (trinta e quatro mil setecentos e setenta reais e noventa e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/11/2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 072/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT

CONTRATADA: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – ME – CNPJ - 20.936.958/0001-04.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a vigência do contrato, aditar e reajustar o valor contratual de acordo com o índice IGP-M/FGV, em face da necessidade da continuidade dos serviços prestados, alterando as cláusulas quarta e quinta, do contrato nº 072/2018.

VALOR: R$ 9.877,44 (nove mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 12/11/2019.

VIGÊNCIA: 12/11/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 146/2019

DECRETO N° 146/2019

SÚMULA: “Concede Indenização aos servidores que menciona e da outras providencias”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais, amparado pelos Art. 63 e 64, da Lei Complementar Municipal 023/2009, e

CONSIDERANDO o parecer jurídico datado de 05 de setembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1° Fica concedida Indenização salarial aos servidores abaixo relacionados:

Tabela de cálculo retroativo Elevação de Merecimento						
Período de Avaliação 03/08/2016 a 02/08/2019						
Matricula	Nome do Servidor	Remuneração em 08/2019	Elevação Merecimento Classe "D"	Remuneração em 09/2019	Elevação Merecimento Classe "D"	Total de Indenização
857	Eliane Fatima Marin	R$ 4.254,44	R$ 127,63	R$ 4.254,44	R$ 127,63	R$ 255,27

858	Gilmara Pereira Santos de Souza	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 201,53
863	Jeane Carla Kraemer Knorst	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 201,53
859	Minéia Vanessa Sangiovo	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 201,53
861	Rosane de Fátima Battu do Carmo	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 3.358,77	R$ 100,76	R$ 201,53
862	Susana Fontana Kuzniewski	R$ 5.877,84	R$ 176,34	R$ 5.877,84	R$ 176,34	R$ 352,67

Art. 2° A referida Indenização se dá em virtude da Progressão por Merecimento não concedida na data de elevação, em agosto de 2019.

Art. 3° Fica estabelecido a indenização, conforme tabela constante do Art. 1º deste Decreto, aos servidores nela relacionados, a ser pago em parcela única na folha de pagamento do mês de outubro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de outubro de 2019.

Art. 5º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 29 de outubro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 266/2019

PORTARIA N° 266/2019

SÚMULA: "Nomeia e autoriza Leiloeiro Público Oficial e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

CONSIDERANDO que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realizar o leilão presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores na forma da Lei nº 13.138/2015, sem ônus ou custos financeiros para a administração;

CONSIDERANDO os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8.666/93² que trata das licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO que o Artigo 33, § 2º da Instrução Normativa nº 17/2013/DREI³ prevê que o Leiloeiro Público Oficial pode ser de livre escolha do ente interessado;

CONSIDERANDO que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, **KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR**, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat, CPF Nº. 021.022.811-32com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, para conduzir o leilão público em data a ser marcada conjuntamente.

Artigo 2º O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Artigo 3º Compete ao Leiloeiro organizar a relação em lotes, avaliar os bens móveis diversos que serão disponibilizados para o leilão e subordinar essa avaliação a homologação do Prefeito Municipal, e mais, operacionalizar, divulgar, expedir os documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, enfim, realizar todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Artigo 4º A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Artigo 5º A Comissão de Avaliação e Alienação em Leilão Público, nomeada pela Portaria nº 265/2019, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas e pertinentes

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de novembro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura

Em _____/_____/2018
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 149/2019

DECRETO Nº 149/2019

SÚMULA: “Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 002/2005 e suas alterações posteriores, de acordo com o decreto 093/2018 e decreto 100/2018, e Oficio Nº342 SMS/PMI/2019 e Memorando Nº352.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento para o mês de novembro de 2019, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I							
PROFISSIONAIS	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Clínico Geral – Diana Rosa Albarello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Enfermeira - Elaine Gabriela Pereira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Alice Brito Batista de Carvalho	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Eliane Braganholi de Oliveira	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Técnica Enfermagem - Sonia Luiza Binotto	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Odontóloga – Emilyn Karen Garcia da Silva	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Atendente de Consultório Dentário - Lediane Tavares Hoffmann	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Psicólogo (a)- Francieli Cappellari	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I
Nutricionista - Lediane Santiago de Mello	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	PSF I	PSF I 07:00 – 11:00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 13:00 – 17:00
Farmacêutica – Caroline de Jesus Silva	07:00 – 11:00 13:00 – 17:00	40 HORAS	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I	PSF I

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II E CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE – CIS								
DIA	MÉDICO (A)	ENFERMEIRA 8 HORAS	ENFERMEIRO (A)12/36 NOTURNO	ENFERMEIRO (A) FIM DE SEMANA E FERIADO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/ 36 DIURNO	TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO	MÉDICO EM SOBRE AVISO 16 HORAS	MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS
01	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
02	*Finados Feriado Nacional*	*Finados Feriado Nacional*	Jaciane Almeida Campinas	Suelen Cezário Diperro	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	***	Diana Rosa Albarello
03	***	***	Suelen Cezário Diperro	Jaciane Almeida Campinas	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	***	Diana Rosa Albarello
04	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***
05	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Daniane Bêss Cavalheiro	***
06	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	Diana Rosa Albarello	***

07	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Daniane Bêss Cavalheiro	***
08	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
09	***	***	Suelen Cezário Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	***	Daniane Bêss Cavalheiro
10	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	***	Daniane Bêss Cavalheiro
11	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Diana Rosa Albarello	***
12	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***
13	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Diana Rosa Albarello	***
14	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Claudia Ribeiro	Daniane Bêss Cavalheiro	***

15	*Proclamação da República Feriado Nacional*	*Proclamação da República Feriado Nacional*	Suelen Cezário Diperro	Suelen Cezário Diperro	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	***	Diana Rosa Albarello
16	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Diana Rosa Albarello
17	***	***	Suelen Cezário Diperro	Renate Langhorst	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	***	Diana Rosa Albarello
18	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Diana Rosa Albarello	***
19	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Daniane Bêss Cavalheiro	***
20	*Consciência Negra Feriado Estadual*	*Consciência Negra Feriado Estadual*	Jaciane Almeida Campinas	Rayana Lilian Souza Cruz	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Daniane Bêss Cavalheiro
21	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Daniane Bêss Cavalheiro	***
22	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
23	***	***	Suelen Cezário Diperro	Rayana Lilian Souza Cruz	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	***	Daniane Bêss Cavalheiro
24	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Jaciane Almeida Campinas	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Daniane Bêss Cavalheiro
25	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Diana Rosa Albarello	***
26	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
27	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Diana Rosa Albarello	***
28	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Jaciane Almeida Campinas	***	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	Daniane Bêss Cavalheiro	***
29	Daniane Bêss Cavalheiro	Rayana Lilian Souza Cruz	Suelen Cezário Diperro	***	Stephania dos Santos Guedes Gomes	Luciana Nava	Diana Rosa Albarello	***
30	***	***	Jaciane Almeida Campinas	Renate Langhorst	Rosaly Soares dos Santos Salvian	Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva	***	Diana Rosa Albarello

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA		
DATA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO)	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (SOBRE AVISO)
01	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
02	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
03	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
04	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
05	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
06	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
07	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
08	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
09	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
10	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
11	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
12	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
13	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
14	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
15	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
16	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
17	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
18	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
19	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek

20	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
21	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
22	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
23	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
24	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
25	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
26	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber
27	Jaques Luiz Weber	Anersi Natalino Rek
28	Eloir Jose Salvian	Alexandre Kaminski
29	Alexandre Kaminski	Anersi Natalino Rek
30	Anersi Natalino Rek	Jaques Luiz Weber

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de outubro de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 265/2019

PORTARIA N° 265/2019

SÚMULA: "Nomeia Comissão de Vistoria e Avaliação em vista da necessidade de concretização de leilão público para alienação de bens móveis inservíveis."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em vista da necessidade de alienar bens móveis inservíveis do patrimônio público do município de Itanhangá, na modalidade leilão, em conformidade com as leis 8.666/93 e LC 101/2001.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão de Vistoria e Avaliação com seus membros abaixo nomeados, com o fim especial de vistoriar e avaliar bens móveis inservíveis destinados a leilão.

Membro	Nome Servidor	Matricula
Presidente	**Jeferson da Silva Santos**	1191
Secretário	**Silvana Matter**	1265
Membro	Antonio Juarez De Avila	331
Membro	Marcos Delavy	876
Membro	**Dorival Gomes de Souza**	1194

PARÁGRAFO ÚNICO. **Havendo dificuldade para a Comissão realizar a avaliação dos bens disponibilizados para leilão, esta poderá analisar e homologar a avaliação apresentada pelo leiloeiro, levando-se, em conta, principalmente, a experiência do mesmo nos leilões que realiza.**

Art. 2° Cabe à Comissão constituída no Artigo 1º desta Portaria, vistoriar, organizar em lotes e avaliar os seguintes bens móveis, elaborando Termo de Avaliação e encaminhando-o à Comissão Permanente de Licitação para que esta, após a desafetação dos bens, realize o leilão público, seguindo as normas estabelecidas nas leis invocadas.

Art. 3° Fica a Secretaria de Finanças obrigada a atender ao determinado na Lei Complementar Municipal nº. 101/2001 de referência à receita originada quando da realização do leilão.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de novembro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2019
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Registre-se, Publique-se e Afixe

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Ana Claudia Germano Alves
Agente Administrativo
Matricula 1242

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA SMEC N° 003/2019

PORTARIA SMEC N° 003/2019

Data: 07 de Novembro de 2019

SÚMULA: "Normatiza a formação de turmas para o ano letivo de 2020 e o período de matrículas e rematrículas nas escolas municipais de Itanhangá-MT *e dá outras providências."*

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exma. Srª Suzana Bêss, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - As matrículas e rematrículas para o ano letivo de 2020 se dará conforme cronograma de cada unidade escolar, entre os dia 03 a 05/12/2019, no período matutino das 7:15 às 11:15 e no período vespertino das 13:15 as 17:15 hrs;

Art. 2° - A formação de turma deverá atender a seguinte quantidade de vagas:

I- Jardim I – Máximo:12 alunos e mínimo 08 alunos; II- Jardim II – Máximo:16 alunos e mínimo 12 alunos; III- Jardim III – Máximo:18 alunos e mínimo 15 alunos; IV- Pré I – Máximo: 23 alunos e mínimo 20 alunos; V- Pré II – Máximo: 25 alunos e mínimo 22 alunos; VI- 1º ao 5º ano – Máximo: 25 alunos e mínimo 22 alunos; VII- 6º e 7º anos – Máximo: 30 alunos e mínimo 22 alunos;

Parágrafo 1º: No caso de matrícula de aluno especial será seguido o que regulamenta a lei na proporção de cinco por um;

Parágrafo 2º - Só poderá ser aberta uma nova turma assim que completada a quantidade de matrículas máximas na turma existente, considerando que os alunos de sítios, e chácaras tem suas vagas asseguradas no período matutino devido o transporte escolar ter linha somente neste período.

Parágrafo 3º: - Para abertura de uma nova turma deverá ser considerada a quantidade mínima de matrículas.

Art. 3º - Em unidade escolar e/ou turma que não fechar o quantitativo mínimo de alunos por sala, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá determinar a formação de turmas multisseriadas.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

Suzana Bêss

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, Publique-se e Afixe

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LEI Nº. 1.919 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

LEI Nº. 1.919 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"INCLUI O PARÁGRAFO QUARTO NO ARTIGO 18 DA LEI Nº 1723/2016, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA, E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Fica acrescentado ao artigo 18 da Lei nº 1.723/2016 o parágrafo quarto, o qual terá a seguinte redação:

Art. 18. (...)

§4º. As incorporações quando deferidas pelo Presidente da Câmara Municipal, serão expedidas via Portaria, contendo a tabela salarial determinada pela incorporação deferida.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL – 2017 a 2020.

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 013/2019 AO CONTRATO N.º 050/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: JV CONSTRUTORA LTDA ME;**OBJETO:**PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E EXECUÇÃO DA OBRA** até até 18/06/2020 e prazo de execução da obra até 03/05/2020;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 050/2012; **ASSINATURA:** 29/03/2012.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 205/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº. 205/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Novembro de 2019, conforme segue:

- CARMÉLIA ANDRADE PEREIRA – Assessor II – Faturamento e Estatísticas.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de Novembro de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 014/2019 AO CONTRATO N.º 017/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: JV CONSTRUTORA LTDA ME;** OBJETO: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E EXECUÇÃO DA OBRA** até 30/06/2020 e prazo de execução da obra até 25/05/2020; Permanecem inalteradas e em

pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 017/2012; **ASSINATURA:** 15/02/2012.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.918 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

LEI Nº. 1.918 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO MUNICIPAL DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS, CONTENDO OS MOTIVOS, TEMPO DE INTERRUPÇÃO E NOVA DATA PREVISTA."

O Prefeito Municipal de Jaciara-MT, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD** no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber que A Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º. Obriga a divulgação no site oficial da Prefeitura Municipal, informações acerca das obras públicas municipais paralisadas, contendo os motivos e o período de interrupção da obra.

Parágrafo Único. Considera-se obra paralisada, para efeitos desta lei, as obras com atividades interrompidas por mais de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. No site oficial da Prefeitura Municipal, utilizado para transmitir as informações contidas no art. 1º desta Lei, deverá conter também os dados do órgão público ou concessionária responsável pela obra.

Art. 3º. Ultrapassado o prazo de paralização de que trata o art. 1º desta Lei, o responsável pela obra deverá informar a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o motivo da paralização da obra.

Art. 4º. Esta Lei será regulamentada por decreto em até 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

PREFEITO MUNICIPAL – 2017 a 2020.

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

DESPACHO: Sanciono a presente Lei sem ressalvas.

Registrada e publicada de acordo com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal - 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA N.º 017/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **Sr. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, no processo licitatório Tomada de Preços nº 010/2019, cujo objeto é a **"Contratação de empresa especializada para execução de Poço Artesiano Tubular Profundo no Bairro Planalto, anexo ao Pátio da Rodoviária no município de Jaciara - MT"**, através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 4675/2019, Tomada de Preços nº 010/2019.

CONSIDERANDO a Impugnação apresentada pela empresa **PARECIS PERFURAÇÃO DE POÇOS E SONDAGENS EIRELI, CNPJ: 31.386.206/0001-25**,que contesta os valores da Planilha Orçamentária e menciona que os mesmos encontram-se ***"abaixo do preço de custo de mercado"***;

CONSIDERANDO o esclarecimento técnico por parte do Setor de Engenharia da Prefeitura de Jaciara, por intermédio do Engenheiro Civil, Sr. Amarildo Ticianel, CREA nº 5530/D-MT, em ofício nº 279/2019/SEPLAN, datado de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica de Licitação, datado de 08 de novembro de 2019, que opina pela **IMPROCEDÊNCIA** da Impugnação apresentada pela empresa **PARECIS PERFURAÇÃO DE POÇOS E SONDAGENS EIRELI, CNPJ: 31.386.206/0001-25.**

DECIDE:

1. ACATAR o Parecer da Assessoria Jurídica de Licitação, datado de 08/11/2019, que opina pela **IMPROCEDÊNCIA** da Impugnação apresentada pela empresa **PARECIS PERFURAÇÃO DE POÇOS E SONDAGENS EIRELI, CNPJ: 31.386.206/0001-25**;

2. DECLARAR a **IMPROCEDÊNCIA** da Impugnação apresentada pela empresa **PARECIS PERFURAÇÃO DE POÇOS E SONDAGENS EIRELI, CNPJ: 31.386.206/0001-25**;

3. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

4. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Jaciara/MT, 08 de novembro de 2019.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 206/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº. 206/19 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir do dia 06 de Novembro de 2019, conforme segue:

- BRUNO HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS – Assessor II – Gestão Hospitalar.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de Novembro de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

SUELY CRISTINA CASTRO DA SILVA DE MORAES

Secretária Municipal de Saúde– Portaria nº. 063/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 007/2019 AO CONTRATO N.º 039/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: CLEUZA DIAS LEITE;**OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCA DO CONTRATO até 31/12/2020;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 039/2012; **ASSINATURA:** 07/03/2012.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 005/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA N. º 005/2018

Contratante: Câmara Municipal de Jangada

Contratada: AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

Objeto: *O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo aditivar a locação e a manutenção de softwares de propriedade da CONTRATADA pela CONTRATANTE na ordem legal dos seguintes sistemas: sistema de informática (software) na área de* ***Contabilidade Pública, Orçamento, Tesouraria, Patrimônio, Almoxarifado, Licitação, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, bem como, atualização, treinamento de usuários e que os sistemas atendam as necessidades do APLIC do TCE-MT*** e incorporar ao presente objeto os softwares para ***Compras, Frotas e Protocolo,*** visando modernizar todos os setores da referida entidade.

Valor Anual: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Vigência: Até 31/10/2020

Data de Assinatura: 29/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 001/2019

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Aquisição de Combustível para o automóvel de placa OBA 0857 da Câmara Municipal de Jauru conforme anexo II do Edital de Pregão Registro de Preços 001/2019.

A Câmara Municipal de Jauru, através de sua Pregoeira e equipe de apoio, torna público a todos os interessados que realizará às 09h00 min do dia 27 de novembro de 2019, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Os interessados no Edital poderão obtê-lo pelo site www.camarajauru.mt.gov.br. Maiores informações pelo Telefone (65) 3244-1411, de 08:00 horas às 11:00 horas e 13:30 às 16:30.

Jauru- MT, 12 de novembro de 2019.

Luciene Mansano

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente ao Credenciamento n° 008/2019, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E PEQUENOS REPAROS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: LOURDES MARIA DE LIMA E ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA**, conforme discriminados no Edital. De conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pela Comissão Permanente de Licitação, FAÇO SABER, que nesta data fica "HOMOLOGADO" o processo licitatório modalidade Credenciamento n° **008/2019**, tendo como vencedora a empresa: **J B ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ nº 29.879.428/0001-77, estabelecida na Av. Mauá, Nº 1379, Bairro Cruzeiro, da Cidade de Jauru - MT.

Jauru-MT, aos 11 de Novembro de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação "ADJUDICA" a: **J B ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA,** devidamente inscrita nos CNPJ nº. 29.879.428/0001-77, estabelecida na Av. Mauá, Nº 1379, Bairro Cruzeiro, da Cidade de Jauru - MT, visto que a mesma foi vencedora deste Processo Licitatório Modalidade da Carta Convite nº 008/2019, para contratação de empresa para **prestação de serviços de reforma e pequenos reparos nas escolas municipais: Lourdes Maria de Lima e Escola Municipal Professora Rosimeire Aparecida da Silva.**

Jauru - MT, aos 11 dias do mês de novembro de 2019.

ELIZABETE MOREIRA DE JESUS DOS SANTOS

Presidente da CPL.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº. 039/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 18/10/2019. Aquisição de Insumos para Purificação e Filtragem de Água de Piscina, bem como limpeza e manutenção da Piscina, para atender o Centro de Reabilitação de Saúde.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 12 de Novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN FINANÇAS/COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - ITR N° 00010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - ITR N° 00010, de 12 de novembro de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para

tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)

NOME COMPLETO / RAZÃO SOCIAL	CPF / CNPJ	TERMO DE INTIMAÇÃO FISCAL (ITR)
SÉRGIO RICARDO MENDONÇA DE ALMEIDA	010.301.408-04	9819/000110/2019

TITULAR DO ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO ITR
NOME: WILSON JACOB MATRICULA: 0006622CARGO: 0403 ASSINATURA:

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.401/2019

Decreto nº 1.401, de 01 de outubro de 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Municipal nº 2.734, de 08 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o orçamento para o exercício financeiro de 2019.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

0007	Secretaria Municipal de Administração
0001	PREV Juara - Fundo de Previdência Própria
0009	Previdência Social
0272	Previdência do Regime Estatutário
0021	Regime Próprio de Previdência
0150	Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
2125	Diárias - Civil
33.90.14.00.00	Diárias - Civil ..... R$ 5.000,00

Art. 2ºA cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0007	Secretaria Municipal de Administração
0001	PREV Juara - Fundo de Previdência Própria
0009	Previdência Social
0272	Previdência do Regime Estatutário
0021	Regime Próprio de Previdência
0150	Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
2124	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 01 de outubro de 2019.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 104/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Mão de Obra Especializada de Serviços de Conserto Montagem e Vulcanização de Pneus, em Atendimento a Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 13/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 03 de dezembro de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 12 de novembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 689,690,691,693-2019

PORTARIA Nº 689/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o disposto nos Artigos, 200 e 227 da Lei Complementar nº 28/2007;

Considerando, O Processo de SAD nº 20.780 de 31/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Mauro Sérgio da Silva,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 288, **Michelle Barreto de Gois**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matricula nº7281 e **Patrícia Alves da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matricula nº5100, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Comissão de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar atos e fatos conexos de eventual irregularidade na conduta da servidora V.A.F.O, matrícula nº386 **.**

Art. 2º **-** A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando a servidora o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº690/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o disposto nos Artigos, 200 e 227 da Lei Complementar nº 28/2007;

Considerando, O Processo de SAD nº 20.778 de 31/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Amauricio Alves Cordeiro,** brasileiro, maior, efetiva no cargo Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 5599, **Simara Brizolla**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo da Saúde, matricula nº4380 e **Joana Cardozo Migliavacca**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Professor, matrícula nº 785, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Comissão de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar atos e fatos conexos de eventual irregularidade na conduta da servidora: M.F.S, matrícula nº 7038**.**

Art. 2º **-** A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando a servidora o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 691/2019.

Dispõe sobre nomeação do membros para compor Comissão de Sindicância.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o disposto nos Artigos, 200 e 227 da Lei Complementar nº 28/2007;

Considerando, O Processo de SAD nº 20.781 de 31/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: **Mauro Sérgio da Silva,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matrícula nº 288, **Michelle Barreto de Gois**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Fiscal Tributário de Obras e Posturas, matricula nº7281 e **Patrícia Alves da Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matricula nº5100, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Comissão de Sindicância,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar atos e fatos conexos de eventual irregularidade na conduta da servidora S.B, matrícula nº7039 **.**

Art. 2º **-** A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando a servidora o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 693/2019.

Institui Comissão de Organização Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado, para contratação de servidores de caráter excepcional interesse público para atender as demandas da Saúde.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica do Município;

Considerando: Processo SAD nº 21.589 de 11/11/2019.

Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Administração ser subsidiada por uma comissão especial a fim de realizar o acompanhamento, fiscalização e organização dos referidos processos, assegurando o cumprimento dos princípios administrativos e constitucionais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os integrantes abaixo relacionados, para compor a Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado, para contratação de servidores de caráter excepcional interesse público para atender as demandas da Saúde,

MEMBROS:

1) Maquilaine Henriqueta Miranda- Matrícula nº5703.

2) Claudemir Volpato - Matrícula nº6351

3) **Angélica Christina Lelis Pineo Almeida- Matricula nº6277**

Parágrafo único. A comissão prevista no “caput” deste artigo elegerá por maioria dos votos o seu Presidente em primeira reunião com a presença de todos os membros.

Art. 2º - O Presidente com apoio dos membros convalidará todos os atos e documentos a serem elaborados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º -Os trabalhos a serem desenvolvidos por força desta Portaria, serão considerados serviços públicos relevantes.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 688-2019

PORTARIA Nº 688/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA REPRESENTAR A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA GESTÃO 2019/2020.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da Administração Direta, na forma do que dispõe a **Lei Complementar nº 028, de 26 de dezembro de 2007, conforme Art. 172 inciso V, na forma abaixo relacionada.**

I- Titulares Eleitos da Administração Direta: Fernanda Silveira Vaz, matrícula nº 4315 Elizeu do Nascimento Silva, matrícula nº725 **II- Suplentes Eleitos da Administração Direta:** Ismael Cardoso da Silva, matrícula

nº 151 Osmar de Lima Carvalho, matrícula nº 5518 **III- Titulares Indicados Pela Administração Direta:** Antônio José Santana Neto, matrícula nº 1485 Joaquim Tolovi Junior, matrícula nº 4441 **IV- Suplentes Indicados pela Administração Direta:** Tiago Holanda Rodrigues, matrícula nº 5597 Elsa Aparecida de Souza Silva, matrícula nº 1498 Art.2º- O Mandato dos integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, será de 01(um)ano, a contar de sua posse. Art. 3º- Pela atividade exercida na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, os seus membros, titulares e suplentes, não receberão qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefício, sendo, porém, considerados relevantes os serviços prestados ao Município. Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 105/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Aquisição de MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS EQUIPADA COM CONCHA E VASSOURA COLETORA, Conforme Termo de Convênio da Plataforma + Brasil nº 882847/2019 SUDECO, em Atendimento à Secretaria Municipal de Transportes, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 13/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 04 de dezembro de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 12 de novembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°045/2019 DE 12/11/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2019 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018, COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO N°3.151 DE 23/01/2018, CONFORME DECRETO N°1.339 DE 22/01/2019.

Art. 1º - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº002/2018, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2018, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2° - CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR – PEDAGOGIA – (ZONA URBANA)

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Item	Nome	Classificação
01	RENATA DILENBURG DELGADO	43°

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 12 de Novembro 2019.

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretária Municipal de Administração

Portaria nº322/2018

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 022/2019/SECAD APURAÇÃO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PINGO DE GENTE,em atendimento da Secretaria municipal de Educação**,** conformeespecificações constantes no Projeto Básico – "Fornecido em CD ou outro modelo de arquivo ao interessado", que é parte integrante deste Edital.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 13/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 06/12/2019 até às 08h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 12 de novembro de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 – DO OBJETO

O presente Termo, tem por objeto a **RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços n.º 088/2019**, oriunda do Pregão Presencial SRP N.º 035/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para fornecimento de Materiais de Limpeza, Itens de Copa e Cozinha, Gás de Cozinha (carga) e Itens de Higiene Pessoal, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 meses, tendo como detentora a Empresa **LIMAX COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA MAXIMA EIRELI CNPJ: 22.734.411/0001-43**

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Pelo presente **RETIFICA-SE** a Ata de Registro de Preços n.º 088/2019, por questões de divergências em um dos itens ganhos pela empresa, registrado na Ata supracitada, conforme segue: **Onde se lê:**

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	COD. SIST	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	32416	UNID	ACIDO PARA LIMPEZA 02 LTS	755	LIMAX	9,00	6.795,00
08	32423	UNID	AMACIANTE PARA ROUPAS, PERFUME SUAVE, (TIPO CONFORT, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) EMBALAGEM PLASTICA COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO 02 LTS	2.825	LIMAX	4,30	12.147,50
37	32455	UNID	DESINFETANTE COM TRIPLA AÇÃO, LIMPA DESINFETA E PERFUMA, FRAGRANCIAS DIVERSAS 2 LTS	4.084	LIMAX	3,20	13.068,80
70	32565	UNID	LIMPADOR MULTIUSO LIMPEZA PESADA 500 ML	335	LIMAX	3,80	1.273,00
83	32578	UNID	PILHA AA 1,5V CARTELA COM 02 UNIDADES	123	RAYOVAC	1,89	232,47
103	**32598**	**UNID**	**RODO GRANDE BASE PLASTICA COM LAMINA DUPLA, 60 CM**	**410**	**GIOCA**	**2,29**	**961,80**
316	28069	UNID	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM DE 01 LITRO	191	LIMAX	8,40	1.604,40
318	32821	UNID	SABONETE LIQUIDO PEROLADO EMBALAGEM DE 05 LTS FRAGRANCIA ERVA DOCE	52	LIMAX	12,40	644,80

VALOR TOTAL R$ 36.727,77 Leia-se: 4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	COD. SIST	UNID	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
316	28069	UNID	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM DE 01 LITRO	191	LIMAX	8,40	1.604,40
01	32416	UNID	ACIDO PARA LIMPEZA 02 LTS	755	LIMAX	9,00	6.795,00
08	32423	UNID	AMACIANTE PARA ROUPAS, PERFUME SUAVE, (TIPO CONFORT, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR) EMBALAGEM PLASTICA COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO 02 LTS	2.825	LIMAX	4,30	12.147,50
37	32455	UNID	DESINFETANTE COM TRIPLA AÇÃO, LIMPA DESINFETA E PERFUMA, FRAGRANCIAS DIVERSAS 2 LTS	4.084	LIMAX	3,20	13.068,80
70	32565	UNID	LIMPADOR MULTIUSO LIMPEZA PESADA 500 ML	335	LIMAX	3,80	1.273,00
83	32578	UNID	PILHA AA 1,5V CARTELA COM 02 UNIDADES	123	RAYOVAC	1,89	232,47
199	**32698**	**UNID**	**FILME PLASTICO PARA EMBALAR ALIMENTOS ROLO**	**420**	**GIOCA**	**2,29**	**961,80**
318	32821	UNID	SABONETE LIQUIDO PEROLADO EMBALAGEM DE 05 LTS FRAGRANCIA ERVA DOCE	52	LIMAX	12,40	644,80

VALOR TOTAL R$ 36.727,77

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam ratificadostodos os demais itens constantes na **Ata de Registro de Preços n.º 088/2019**, que não foram alterados pelo presente Termo, surtindo todos os efeitos administrativos.

Juruena - MT, 12 de novembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 046/2019

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio de seu do Pregoeiro Oficial, designado pela portaria 101/2019, torna público, para conhecimento dos interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: **Pregão Presencial n° 046/2019, para o dia 29/11/2019 às 08h00min**, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Carpintaria em geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital, pelo período de 12 meses de Obras. **MOTIVO:** Devido à ausência de interessados na licitação, o Pregoeiro declarou o pregão **DESERTO**. Diante da necessidade da contratação do objeto, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições, determinou a **PRORROGAÇÃO** da Licitação. O Edital completo está à disposição pelo site www.pmjuruena.

com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Juruena - MT, 12 de Novembro de 2019.

_____

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

PORTARIA N.º 114, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica e Lei 677/2006, Artigo 162;

R E S O L V E:

ART. 1º. Designar o Servidor EURIDES PEREIRA BATISTA –representante do Setor de Contabilidade, como PRESIDENTE da Comissão instaurada através da Portaria 106/2019.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 06 de Novembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena/MT

LEI Nº. 1248, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE COLETORES E SELECIONADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO VALE DO JURUENA - ACOMREJ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ela Sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º. Fica declarado de utilidade pública a "Associação de Coletores e Selecionadores de Materiais Recicláveis do Vale do Juruena - ACOMREJ", inscrita no CNPJ sob o nº 29.132.146/0001-72, sediada e domiciliada à Rua Amapá, nº 830, Bairro Mini-Estádio, Município de Juruena, MT.

ART. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juruena/MT, 12 de Novembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita do Município de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finança

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial SRP n.º 048/2019

Processo Administrativo n.º 078/2019

O Município de Juruena, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a retificação e assim a ratificação do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 048/2019, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 078/2019, cujo objeto é o Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em locação de horas máquina com operador, diesel, manutenção corretiva e preventiva e demais materiais necessários ao completo desempenho dos trabalhos por conta da Contratada, em atendimento a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos para manutenção das estradas municipais, durante 12 (doze) meses.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Pelo presente retifica-se todo o Edital do Pregão Presencial SRP n.º 048/2019, Processo Administrativo n.º 078/2019, estipulando nova data para realização do certame que será dia 28/11/2019, às 08.00 hs, no mesmo local.

3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam **RATIFICADOS** todos os itens e anexos constantes do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 048/2019, Processo Administrativo n.º 078/2019, surtindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena - MT, 12 de outubro de 2019.

Robson Gomes Dias Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

DECRETO MUNICIPAL Nº 551/2019 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga o Decreto Municipal nº 546, de 16 de outubro de 2019 que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores efetivos município de Juscimeira-MT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL JUSCIMEIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, senhor MOISÉS DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Municipal nº 199/1991;

DECRETA:

Art. 1º. A consignação na folha de pagamento dos servidores efetivos do Município de JUSCIMEIRA/MT, somente poderão sofrer descontos sua folha de pagamento em virtude de determinação legal ou autorização escrita, seguindo-se as regras estabelecidas neste decreto.

§1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, ou financiamento.

§2º A consignação em folha quando autorizada pelo servidor referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil ocorrerá de forma irrevogável e irretratável.

§2º- A soma dos descontos referidos no parágrafo 1º do artigo 1º não poderá exceder a 30% (trinta por cento) da remuneração disponível, descontada a consignação compulsória da base de cálculo.

Art. 2º. Para fins deste Decreto é considerado:

I) Consignatário: a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação resultantes da consignação;

II) Consignante: órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, que procede aos descontos em favor do consignatário;

III) Consignação compulsória: desconto incidente na folha do servidor por força da Lei ou mandado judicial;

IV) Consignação Facultativa: desconto incidente na folha do servidor por sua autorização ou permissão;

V) Remuneração: vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias **permanentes** estabelecidas em lei.

VI) Verbas rescisórias: as importâncias devidas em dinheiro pela administração pública ao servidor em razão do término do vínculo de serviço.

VII)Desconto: ato de descontar na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória o valor das prestações assumidas em operação de empréstimo ou financiamento.

VIII)Remuneração disponível:toda a remuneração, subsídios, soldos, salários ou gratificações de qualquer natureza, descontadas as consignações compulsórias.

§1º – As consignações facultativas, em especial, aquelas relacionadas à amortização de empréstimos pessoais e financiamentos somente serão efetivadas pelo órgão gestor mediante apresentação da respectiva autorização, por escrito, para desconto em folha de pagamento.

§2º Considera-se para fins de desconto em folha de pagamento como sendo consignações facultativas os descontos autorizados referentes a repasses as associações sindicais.

Art. 3º. A habilitação e o credenciamento dos consignatários serão feitos no departamento de Recursos Humanos e na Secretaria Municipal de Administração de Juscimeira/MT.

Art. 4º. Poderão ser consignatários, para os fins deste Decreto:

I – Os sindicatos de trabalhadores;

II – Bancos públicos ou privados;

III – As cooperativas, constituídas de acordo com a Lei nº. 5.764 de 16 de dezembro de1971;

IV – Pessoas jurídicas de Direito Privado especializadas em meios eletrônicos de pagamento ou administradora de cartões de crédito.

Art. 5º. Para os fins desta Lei, são obrigações da Administração Pública Municipal:

I - prestar ao servidor e à instituição consignatária, mediante solicitação formal do primeiro, as informações necessárias para a contratação da operação de crédito ou arrendamento mercantil;

II - tornar disponíveis aos servidores, as informações referentes a folha de pagamento.

III - efetuar os descontos autorizados pelo empregado, inclusive sobre as verbas rescisórias, e repassar o valor à instituição consignatária.

§ 1º A responsabilidade da Administração Pública deverá se limitar em informar, por meio de declaração de demonstrativo de rendimentos do servidor, de forma discriminada, o valor da remuneração e todos os consignados compulsórios e facultativos presentes até a data da solicitação, exclusivamente para fins de cálculo de margem para novos créditos consignados.

§2º Em hipótese alguma a Administração Pública fixará limites para a avaliação de viabilidade financeira de crédito consignado restando ao consignatário esta função.

§ 3º Os descontos autorizados pelos servidores na forma deste decreto responderão a ordem cronológica de apresentação tendo as consignações facultativas sindicais ou financeiras anteriores preferências sobre novos descontos caso venham a ser ultrapassado o limite de 30% (trinta por cento) autorizados posteriormente.

Art. 6º. A concessão de empréstimo ou financiamento será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e as demais condições objeto de livre negociação entre as partes, observadas as demais disposições deste decreto.

Parágrafo Único A administração será o responsável pelas informações prestadas, pelo desconto dos valores devidos e pelo seu repasse às instituições consignatárias, que deverá ser realizado até o décimo dia útil após a data de pagamento dos servidores de sua remuneração disponível.

Art. 7º. O recolhimento das consignações em folha de pagamento, devidas a cada entidade consignatária, será feito mediante crédito em instituição bancária indicada pela entidade consignatária, de acordo com o calendário de pagamento estipulado pelo Município de Juscimeira/MT.

Art. 8º. A consignação em folha de pagamento não implicará responsabilidades ao Município de Juscimeira/MT por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos servidores públicos, beneficiados pelas consignações na forma definida no presente Decreto.

Art. 9º. As consignações facultativas poderão ser canceladas:

I – mediante pedido escrito da consignatária definida no Art. 4º do presente Decreto;

II - mediante pedido escrito do servidor, o qual ficará condicionado à prévia e expressa anuência das instituições consignatárias, no caso das consignações facultativas previstas nos incisos IV do Art. 2º do presente Decreto.

Art. 10. Se a folha de pagamento de mês em que for formalizado o pedido já tiver sido processada, a cessação dos descontos somente será feita no mês subsequente, sem que, desse fato, decorra qualquer responsabilidade para o Município de Juscimeira/MT;

Art.11. Em caso de revogação total ou parcial desse Decreto, ou a introdução de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça registro de novas consignações referentes a empréstimos financeiras pessoais, inclusive realizados através de cartão de credito ou débito, as consignações já registradas junto ao Município de Juscimeira/MT serão mantidas e os recursos transferidos para os consignatários até a liquidação total dos referidos empréstimos financiamentos.

Art. 12. Compete ao Departamento de Recursos Humanos autorizar as inclusões ou exclusões de consignações, credenciar e revalidar entidades como consignatárias, aplicar sanções previstas neste Decreto, bem como apreciar e decidir os casos omissos.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Juscimeira, 11 de novembro de 2019.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001 - LUIZ CASTRILLON

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - LAMBARI D'OESTE - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 12 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
LUIZ CASTRILLON	008.689.061-15	0137/00001/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

12/11/2019

27/11/2019

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002 - LUIZ CASTRILLON

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - LAMBARI D'OESTE - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00002, de 12 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
LUIZ CASTRILLON	008.689.061-15	0137/00002/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

12/11/2019

27/11/2019

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003 - LUIZ CASTRILLON

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - LAMBARI D'OESTE - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, de 12 de Novembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
LUIZ CASTRILLON	008.689.061-15	0137/00003/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

12/11/2019

27/11/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 078/2019

SÚMULA: "Designa SERVIDORES para compor a equipe do Município de MARCELÂNDIA/MT responsável por licitação na modalidade Pregão"

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Designa os seguintes servidores, para compor a equipe do Município de Marcelândia-MT responsável por licitação, na modalidade pregão, no ano 2019, a partir desta data, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal

II – Pregoeira Oficial:

RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO

III – Equipe de Apoio:

RICARDO RONCOLATTO MENDES

CAMILA SIMPLÍCIO SALUSTIANO

Parágrafo Único – A pregoeira oficial será substituída, em suas ausências ou impedimentos eventuais, pelo servidor RICARDO RONCOLATTO MENDES.

Art. 2.º - Fica designado como suplente da Equipe de Apoio a servidora GABRIELLY ANGELI DE SOUZA FUSTINONI.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 072/2019 de 07/10/2019.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, 11 de novembro de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo da execução mencionado na Clausula Quarta e o prazo da vigência mencionado na Clausula Quinta do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 029/2019, que tem como o objeto o seguinte: **Contratação de empresa especializada para execução das obras de melhoria em iluminação pública em diversas ruas do município de Marcelândia-MT.**

CONTRATADA: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA-MT

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/03/2020

PRAZO DE EXECUÇÃO: 16/12/2019

DATA ASSINATURA: 11/11/2019

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que do julgamento do certame Licitatório sob Modalidade Pregão Presencial nº 024/2019 tendo comoRegistro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Mão de Obra de Manutenção Preventiva e Corretiva na Frota de Veículos e Máquinas de Diversas Secretarias do Município de Marcelândia/MT**,** deliberou-se pela ANULAÇÃO da sessão realizada no dia 14 de outubro de 2019, republicação inicial em todos os meios necessários e realização de nova sessão respeitando o prazo previsto em Lei, pela falta nos autos da Publicação de abertura do processo no Diário Oficial da União. Essa publicação faz-se necessária pela utilização de Recursos provenientes de repasses da União para pagamento das futuras despesas empenhadas. Nesta oportunidade deliberou pela **Repetição do procedimento licitatório** nos mesmos termos do publicado anteriormente, ficando o mesmo com data de abertura prevista para o dia **27 de novembro de 2019** as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso) no mesmo endereço. *O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente,* na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua Dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, 12 de novembro de 2019

Raphaella Espíndola Bneício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA 008/2019

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as treze horas os membros da Comissão Organizadora do Concurso Público nº001/2019 para deliberar a seguinte pauta: Documento enviado pelo SINFAR-MT-Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Mato Grosso, que trata da solicitação de alteração da remuneração apresentada para o cargo de Farmacêutico. Dando início a presidente da Comissão Senhora Alexandra Padovani David, agradeceu a presença de todos e apresentou o documento fazendo a leitura e uma breve explanação. A presidente explanou que a análise será realizada nos termos do edital. Em ato continuo após análise e deliberação os membros da Comissão do Concurso verificaram que na data do recebimento dia oito de novembro de dois mil e dezenove (08/11/2019) o período para alteração do Edital encontrava-se expirado, conforme ANEXO III do Edital, e que a solicitação de alteração do Edital ocorreu fora do prazo e que por tanto não procede. Não havendo nada mais a ser relatado, eu Cleide Ribeiro Alves lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelos demais.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 077/2019

SÚMULA: "Designa SERVIDORES para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL"

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados a Sra. RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO (presidente), o Sr. RICARDO RONCOLATTO MENDES (secretário) e a Sra. CAMILA SIMPLÍCIO SALUSTIANO (membro), sob a presidência da primeira acima designada, para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, durante o ano de 2019, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

Art. 2º - O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os seguintes servidores:

Adriana Pereira Gonçalves - 1º Suplente;

Gabrielly Angeli de Souza Fustinoni - 2º Suplente.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 071/2019 de 07/10/2019.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, em 11 de novembro de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL COMPLEMENTAR N°009 RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ – MT.

O Prefeito do Município de Matupá - MT, **Sr. Valter Miotto Ferreira**, através da **Nomeação da Comissão Organizadora** nomeada pelo **Decreto nº 3014/2019**, apresenta o **Resultado Final do Processo Seletivo N°001/2019.**

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 20) UBS UNIÃO

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 06, 07, 08, 09. AV. INTERPENINSULAR DA TURATI ATÉ O LAGO. RUA 21 ESQUINA (ZÉ DA LUZ) ATE O NÚMERO 22.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
034	PAULO RICARDO DA SILVA COSTA	28	APTO	APROVADO
023	IRAENE NEVES SILVA	24	APTO	APROVADO
030	LOANA LIMA DO NASCIMENTO	23	APTO	APROVADO
027	MYLLENY DOS SANTOS LUZ	22	APTO	APROVADO
016	ADRIANA TOLOTTI	21	APTO	APROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 14) UBS UNIÃO

RUA 01, 02, 05 EM TODA SUA EXTENSÃO. RUA 21 DA CASA 856 ATÉ A CASA DE Nº 36.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
002	MAIZA GOMES RIBEIRO	26	APTO	APROVADO
018	EDIANGELO PIRES FIGUEREDO DOS SANTOS	25	APTO	APROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 10) UBS UNIÃO

RUA 1,02,04,05 (ATRÁS DA REDE SUBESTAÇÃO E CARVOEIRA). RUA 09 EM TODA SUA EXTENSÃO, AV. B. OESTE DO BAIRRO INDUSTRIAL EM TODA SUA EXTENSÃO DO LADO ESQUERDO. PARALELA DA BR 163 ATÉ A CHÁCARA ESTRELA. AV. SEBASTIÃO ALVES JUNIOR COM INICIO NA CASA RURAL ATÉ CHÁCARA DO PETINI (LAGO). AV. I LADO ESQUERDO DA AV. B. OESTE ATÉ O FINAL.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
009	MARCIA APARECIDA DA SILVA	23	APTO	APROVADO
041	MAYARA ANDRELEVICIUS TRISTÃO	27	INAPTO	REPROVADO
046	RANGEL ALVES DA SILVA	21	INAPTO	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 03) UBS JARDIM DAS FLORES

TODA A EXTENSÃO DAS RUAS 08, 09, 10, 14, 15, 16, 17, 18 E 19 DO BAIRRO JARDIM DAS FLORES.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
050	WILAINE DUTRA DOS SANTOS	29	APTO	APROVADO
014	ANDREIA SELLER FERNADES DE SOUZA	23	APTO	APROVADO
015	SINARA MARIANO DE OLIVEIRA	22	APTO	APROVADO
028	FERNANDO PEREIRA KERBER	25	INAPTO	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 16) UBS CIDADE ALTA

TODA A EXTENSÃO DA LINHA DA PEDREIRA, LINHA BALSA, LINHA DA PAZ, LINHA DO TESOURO. COMUNIDADE FLOR DA SERRA, COMUNIDADE ALTO ALEGRE E LINHA GUARANTÃ ATÉ NA CURVA GOIANA

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
006	SIMONE PORTE CARVALHO BORRE	30	APTO	APROVADO
013	SILVANIA EVANGELISTA DA SILVA	24	INAPTO	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 41) UBS CIDADE ALTA

LINHA DO RANÁRIO 01, LINHA DO RANÁRIO 02, LINHA DO COQUERAL, LINHA DO CEMITÉRIO, ZONA INDUSTRIAL 05.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
037	EMERSON RODRIGUES DE ARAUJO	26	APTO	APROVADO
047	DALETE CAMARA DE ARAUJO	26	APTO	APROVADO
039	PATRICIA NUNES REINALDO	26	APTO	APROVADO
058	GABRIEL CARDOSO LIMA	21	APTO	APROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 11) UBS CENTRAL

LINHA PM, FILÃO VELHO, LINHA DO BRITADOR, LINHA MARAVILHA E CHACARAS DA MT-322, LINHA AEROPORTO, CLUBE DE LAÇO, LIMHA CONFINAMENTO, LINHA FRIALTO E LINHA DO SUCÃO.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
051	HELDER CARLOS ARAUJO DA SILVA	27	APTO	APROVADO
024	ANDREIA FELIX SANTOS RIBEIRO	24	APTO	APROVADO
012	WANDER CARLOS DE SOUZA	24	INAPTO	REPROVADO
057	PATRICIANA DE ALMEIDA BLASQUE NOGUEIRA	23	INAPTO	REPROVADO
019	DEBORA PATRICIA HOFFMANN	20	INAPTO	REPROVADO
011	ANA PINTO DE OLIVEIRA	20	INAPTO	REPROVADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA GEOGRÁFICA DE ATUAÇÃO 40) UBS CENTRAL

RUA 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 DO ZH1-001. RUA DA AVENIDA PERIFÉRICA. RESTAURANTE REFÚGIO A IGREJA MATRIZ E O POSTO SIMARELLI (ZC1-001). RUA 01, 02, 03, 04, 08 DO SERTOR REGIONAL; AVENIDA SEBASTIÃO ALVES JUNIOR (LADO DO COQUERAL ATÉ AGROBAGGIO). AVENIDA PERIFÉRICA ATÉ O POSTO TREVÃO.

N° INSCRIÇÃO	NOME	1ª Fase Curso Formação Inicial	2ª Fase Curso Formação Inicial	Classificação Final
056	ALDECIANA PAIXÃO DA SILVA	22	APTO	APROVADO
026	SABRINA BORGES DE SOUZA	21	APTO	APROVADO

Matupá - MT, em 12 de novembro de 2019.

Clarisse Maria Sala

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 110/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACORDO COM A MANUTENÇÃO PERIÓDICA DAS 1000 HORAS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO TRATOR D61 ADQUIRIDA NO PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2018 – EDITAL 031/2018, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**"**.,de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 023/2019.**

CONTRATADA:DYMAK MÁQUINAS RODOVIARIAS LTDA

Valor/Global: O preço global para os serviços/ aquisição dos produtos a serem realizados/adquiridos, será de **R$ 4.255,36 (Quatro mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos)**

Assinatura: 30/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 30.000 KMS RODA-

DOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO S-10 QCO 8426 ADQUIRIDO NA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013/2018 DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT CUJO OBJETIVO ERA ADQUIRIR UM VEÍCULO UTILITÁRIO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, onde contratou-se a Empresa BRESSAN, LAMONATTO & CIA. LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.512.021/0001-84 com um valor total de R$ 1.415,05. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de novembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O MUNICIPIO DE MATUPÁ - MT, inscrito no CNPJ nº 24.772.188/0001-54, torna público que requereu junto a SEMA-MT, a dispensa de licenciamento ambiental, para a construção do estacionamento em pisograma no Hospital Municipal de Matupá, localizado nas coordenadas geográficas: Lat.: 10°10'15.43"S e Long.: 54°55'54.14"O na área urbana.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 040/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 29 de novembro 2019 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO PEIXOTINHO I NA ESTRADA MUNICIPAL DIVISA NORTE NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 881579/2018/SUDECO.Maiores Informações através do Edital nº. 154/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de novembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2019 DO MUNICIPIO DE GUARANTA DO NORTE - MT

A Prefeitura Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que CANCELOU a adesão a Ata de Registro de Preços n° 188/2019 do Pregão Presencial SRP n° 064/2019, **DO MUNICIPIO DE GUARANTA DO NORTE – MT,** em razão de falta de recursos orçamentários. Matupá - MT, 11 de novembro de 2019. **CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 038/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 29 de novembro 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA QUADRA DE AREIA NO BAIRRO ZH3-001 CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES.Maiores Informações através do Edital nº. 152/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de novembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE DESERTA - TOMADA DE PREÇO Nº. 032/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 12 de novembro 2019 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO PEIXOTINHO I NA ESTRADA MUNICIPAL DIVISA NORTE NO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 881579/2018/SUDECO. **F**oi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de novembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 039/2019 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 29 de novembro 2019 às 09h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N° 851443/2017/MS/CAIXA.Maiores Informações através do Edital nº. 153/2019, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de novembro de 2019. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 016/2019 TERMO DE COOPERAÇÃO QUE CONFIRMA A LEI Nº. 1143/2019 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ E A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE TIA CELINA.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo de Cooperação Técnica, tendo como partes: de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr.VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20,

residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominada **CONCEDENTE;** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE TIA CELINA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 02.800.999/0001-89, com sede na Rua 14, nº 59, Bairro ZC1-003, na cidade de Matupá, Mato Grosso, neste ato representado por seu Presidente o Sr. ÍVO SILVEIRA, portadora do RG nº. 3147017-3 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº 308.192.531-20, doravante denominada **CONVENENTE**, resolvem de comum acordo firmar o presente Termo de Cooperação Técnica de acordo com as normas de direito aplicáveis ao presente Termo, e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem a finalidade de viabilizar e ratificar todos os dispositivos da **LEI MUNICIPAL Nº. 1143/2019 "Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para a Associação da Terceira Idade Tia Celina, e dá outras providências.".**

CLÁUSULA SEGUNDA – O repasse do Município de Matupá-MT será de ***R$45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS),*** dividido em 02 (duas) parcelas iguais de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil, quinhentos reais), sendo a primeira parcela repassada em 12/11/2019 e a segunda parcela em até 15 (quinze) dias após a prestação de contas da primeira parcela.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo máximo para prestação de contas final será de 90 dias a partir da realização do repasse financeiro da primeira parcela, devendo ser realizada nos termos do Decreto Nº 2910, de 08 de Março de 2019, sendo as exigências de caráter obrigatório, e seguindo o plano de ação previamente elaborado pela instituição e acordado com a Administração Pública.

CLÁUSULA QUARTA - O recurso da CONCEDENTE correrá à conta da dotação orçamentária consignada na Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo a seguinte classificação orçamentária:

09.001.08.122.0008.20065.3.3.90.41.00.00.0.1.00.000000 – CONTRIBUIÇÕES

CLÁUSULA QUINTA – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Cooperação, são responsabilidades das partes:

1- DO CONCEDENTE

I – Publicar o extrato do presente Termo de Cooperação em jornal AMM;

II – Receber e analisar a prestação de contas do presente Termo de Cooperação;

2- DO CONVENENTE

I – A utilizar os valores repassados única e exclusivamente para o fim previsto no Plano de Ação anexo a este termo;

II – Os pagamentos serão efetuados mediante transferência bancária. Os dados bancários para pagamento são: **Caixa Econômica Federal** – **Banco 104** - **Agência Nº 4459 Conta Nº 442-3.**

III – Utilizar-se do Decreto Municipal Nº 2.910/2019 para prestação de contas, cumprindo todas orientações;

IV - Prestar contas em até 90 dias a partir do repasse financeiro da primeira parcela, junto à Secretaria Municipal de Finanças, sob pena de não o fazendo, incorrer em falta grave e ter o Termo de Cooperação imediatamente suspenso e/ou cancelado.

V – Restituir eventual saldo de recursos a CONCEDENTE, conforme o caso, na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Cooperação.

VI – Restituir a CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável ao débito para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do contrato;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Termo de Cooperação;

VII – Assumir toda a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais e trabalhistas e a proibição de atribuição à CONCEDENTE de obrigações dessa natureza, na execução do presente Termo;

VIII – Fica sob a responsabilidade da Comissão Pró-Construção da Churrasqueira, criada pela Diretoria da Associação da Terceira Idade Tia Celina, conforme lavrado em ata, a função de pleitear, aprovar, acompanhar, executar e prestar contas junto a Prefeitura Municipal de Matupá.

CLÁUSULA SEXTA - A Secretaria Municipal de Assistência Social tem a prerrogativa de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA – O Termo somente poderá ser alterado, com a devida justificativa, apresentada a CONCEDENTE através de ofício, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do período da vigência.

CLÁUSULA OITAVA – Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Termo serão dirimidos pelas partes, mediante Termo Aditivo, se necessário.

CLÁUSULA NONA – O presente **termo** poderá, todavia, ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – Fica Eleito o Foro da Comarca de Matupá – MT, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente **termo**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste Termo de Cooperação.

Matupá/MT, 12 de Novembro de 2019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito de Matupá

Concedente

IVO SILVEIRA

Presidente da Associação da Terceira Idade Tia Celina

Convenente

Membros da Comissão Pró-Construção:

ROGÉRIO PERES DA SILVA AGENOR JOSÉ ZORZI PEDRO ANTONIO WERLANG

Presidente da Comissão Tesoureiro Secretário

CPF: 005.994.019-07 CPF: 627.155.699-04 CPF: 430.092.209-87

DIRCE BATISTI IVO SILVEIRA DEONIR LUIZ NERVIS

Fiscal Fiscal Fiscal

CPF: 622.075.391-72 CPF: 308.192.531-20 CPF: 141.367.409-72

Testemunhas:

IVAINE MOLINA LEONILDA JANDRA DE OLIVEIRA

CPF: 895.005.719-00 CPF: 018.298.569-52

PLANO DE TRABALHO – 1/3

1 – DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente: **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE TIA CELINA**				**CNPJ da Entidade:** **02.800.999/0001-89**
Endereço da Entidade: **Rua 14, nº 59, Bairro ZC1-003**				
Cidade: **Matupá**	**UF:** **MT**	**CEP:** **78.525-000**	**DDD/Telefone/Fax: (66) 9 9928-0694**	**Esfera Administrativa:** **Associação ligada a cultura e a arte**
Conta Corrente: **442-3**	**Banco:** **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**		**Agência:** **4459**	**Praça de Pagamento:** **Matupá - MT**
Nome do Responsável: **IVO SILVEIRA**				**CPF do Dirigente:** **308.192.531-20**
C.I. Órgão Expedidor: 3147017-3 SESP/MT	**Cargo:** **PRESIDENTE**		**Função:** **PRESIDENTE**	**Matrícula:**
Endereço: Rua 1, nº 113, Bairro ZH1				**CEP:** **78.525-000**

2 – OUTROS PARTÍCIPES/EXECUTOR

Nome:	**CNPJ/CPF:**		**Esfera Administrativa:**
Endereço:			**CEP:**
Nome do Responsável:			**CPF:**
C.I. Órgão Expedidor:	**Cargo:**	**Função:**	**Matrícula:**

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: AMPLIAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE TIA CELINA	**Período de Execução**	
	Início	**Término**
	12-11-2019	**12-02-2020**
Identificação do Objeto: Auxílio financeiro à Associação da Terceira Idade Tia Celina, sediada em Matupá, destinado à ampliação da sede da associação.		
Justificativa do Projeto: **Firmar termo com a Associação da Terceira Idade Tia Celina, para custear despesa na ampliação com construção de churrasqueira na sede da associação, a qual é uma entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública nos termos da Lei nº 457/2004, que presta serviço social, auxiliando o Estado no dever esculpido na Constituição Federal de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar.**		
PLANO DE TRABALHO – 2/3		

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (meta, etapas ou fases)

META	**ETAPA FASE**	**ESPECIFICAÇÃO**	**INDICADOR FÍSICO**		**DURAÇÃO**	
			UNID	**QUANT**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	1	**Auxílio financeiro à Associação da Terceira Idade Tia Celina, sediada em Matupá, destinado a custear despesa com ampliação da sede da associação.**			12-11-2019	12-02-2020

5 – PLANO DE APLICAÇÃO (R$)

NATUREZA DA DESPESA 1= (2+3)			**2**	**3**
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**TOTAL GERAL**	**Concedente**	**Proponente**
	Ampliação com construção na sede da associação	45.000,00	45.000,00	0,00
	TOTAL GERAL	45.000,00	45.000,00	0,00

PLANO DE TRABALHO – 3/3

6 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente

META	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1	R$ 22.500,00	R$ 22.500,00	-	-	-	-

META	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª
1	-	-	-	-	-	-

Proponente (Contrapartida)

META	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª

META	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª

7 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de proponente, DECLARO, para dos devidos fins e sob pena da Lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, que impeça a transferência de recursos na forma deste Plano de Trabalho.
Pede deferimento,
Matupá – MT, 12-11-2019 _____
Local/Data **Proponente**
IVO SILVEIRA
Presidente da Associação

8 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado
Matupá – MT, 12-11-2019 _____
Local/Data **Concedente**
VALTER MIOTTO FERREIRA
Prefeito de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n. 57/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E SOCIETY EM PARTIDAS DE EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICIPIO**, sendo vencedora a empresa: MARCELO FERNANDES SANTOS DE SOUZA o item 1, com o valor de R$ 33.750,00 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais); o item 2, com o valor de R$ 11.060,00 (onze mil e sessenta reais); o item 3, com o valor de R$ 11.060,00 (onze mil e sessenta reais). Perfazendo o valor total de R$ 55.870,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 55.870,00 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais). **Adjudicado e Homologado em 12/11/19**. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Mara Aparecida Amarante – Pregoeira. M. D' Oeste, 13/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO CONTRATO

CONTRATO N° 43/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **RENAN RONDON 04116279102**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.529.512/0001-57. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA COMPLEMENTAR DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA AVENIDA MARIO ABRAAO NASSARDEN NO BAIRRO SÃO JOSÉ EM NOBRES/MT, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N° 0266858-81/2008/MTUR/CAIXA**. Valor: R$ 171.119,65 (cento e setenta e um mil cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos). Prazo: 12 (doze) meses. Data: 07/11/2019. Assinam – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **RENAN RONDON 04116279102** – Contratado.

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT, Estado de Mato Grosso, com sede na Rua Ludgardes Hofmann Riedi, s/n, - Paço Municipal – Bairro Jardim Paraná – nesta Cidade de Nobres – MT, devidamente inscrita no CNPJ sob Nº: 03.424.272/0001-07 neste ato representado, através da Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão setor de Legislação e Normas da Prefeitura Municipal, torna público aos interessados a ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO da PORTARIA N.º 404/2019 - no jornal AMM, ANO XIV, Nº 3.354, PAGINA 242 , de 11 de novembro de 2019, jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

NOBRES – MT 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

DULCELINA MARIA DE ALMEIDA

AGENTE ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 404/2019

PORTARIA Nº. 404/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora ***Cleonice de Arruda,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade a servidora *Cleonice de Arruda,* portadora do RG nº. 1663717-8 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 008.705.501-52, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 01/11/2019 a 29/01/2020, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 29 de outubro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 396/2019

PORTARIA Nº. 396/2019

*"Dispõesobre a nomeação do Sr. **Mário Bueno Rocha,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Sr. ***Mário Bueno Rocha,*** portador do RG nº 0816952-07 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 654.184.091-1, para exercer o cargo em Comissão de Assessor Técnico de Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de outubro de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURIDICO
LEI Nº 522/2019, DE 12 DE NOVEMBRO 2019.

"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salários-PCCS, para os cargos de Contabilista e Advogado, inseridos na estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar José Fernandes, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Carreira dos Servidores lotados nos cargos de Contabilista e Advogado, no âmbito da estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Para o ingresso nos cargos estabelecido no Art. 1º, desta Lei, exigir-se-á aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único. Em se tratando de concurso público de provas e títulos, o julgamento dos títulos será efetuado de acordo com o critério estabelecido pelo edital de abertura do concurso.

Art. 3º Fica assegurada, para fins de acompanhamento e fiscalização, em todas as fases do certame, a participação de representantes dos correspondentes sindicatos profissionais.

Art. 4º Ao entrar em exercício, o servidor será enquadrado na Carreira dos Servidores na Classe e Nível iniciais do respectivo cargo, observando-se a titulação apresentada no Ato da Posse.

Art. 5º A progressão horizontal dos Servidores dar-se-á de uma Classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de Classe do cargo, mediante comparação da habilitação e/ou qualificação profissional exigida para a respectiva Classe, observando o cumprimento do intervalo mínimo de 05 (cinco) anos entre as Classes A, B, C, D e E.

Parágrafo Único. A progressão horizontal de que trata este artigo assegura ao servidor o direito de posicionar-se na mesma referência anteriormente ocupada.

Art. 6º O servidor terá direito a progressão vertical de um Nível para outro, subsequente da mesma Classe, desde que aprovada em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho e cumprido o intervalo de 03 (três) anos.

§ 1º. É obrigatória a realização, pelo Órgão equivalente da Administração, a Avaliação de Desempenho dos Servidores para fim de progressão vertical na Carreira, uma vez a cada ano.

§ 2º. Será assegurado ao servidor o direito de progredir verticalmente na Carreira, independente de Avaliação de Desempenho, caso haja omissão e/ou morosidade, por parte, da Administração Pública, na aplicação efetiva do referido processo de Avaliação.

Art. 7º O servidor em estágio probatório terá direito a progressão vertical de um Nível para outro, subsequente da mesma, desde que aprovada em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho.

Art. 8º Para a 1ª. progressão, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do servidor no cargo ou de seu enquadramento na Carreira.

Art. 9º O cargo de Contabilista será exercido por profissional de formação superior em Ciências Contábeis ou Técnico em Contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade-CRC, ao qual incube as seguintes atribuições: Promover os registros contábeis; Controlar a execução orçamentária; Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Participar na elaboração de propostas orçamentárias; Classificar receitas; Emitir empenhos de despesas; Relacionar notas de empenho, subempenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias; Efetuar balanços e balancetes; Registrar todos os valores de bens existentes no patrimônio municipal; Controlar os serviços orçamentários, inclusive a alteração orçamentária; Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; Elaborar registros contábeis da execução orçamentária; Manter atualizada as fichas de despesas e arquivos de registros contábeis; Conferir boletins de caixa; Relacionar restos a pagar; Relacionar e classificar a despesa e os empenhos de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; Analisar os

balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; Controlar as receitas, bem como conferir, diariamente extratos contábeis; Assinar balanços e balancetes; Realizar a remessa do sistema de auditoria pública informatizada de contas-APLICs, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT, referente as cargas dos envios mensais, especiais e de envio imediato - (tempestivas); Enviar dentro do prazo legal, informações eletrônicas junto à Receita Federal do Brasil-RFB, que compete à Câmara Municipal realizar, DIRF, RAIS, DCTFs, entre outras, bem como, enviar e validar relatórios do sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro-SICONFI, junto a Secretaria do Tesouro Nacional-STN; Desempenhar outras tarefas semelhantes.

Art. 10 O cargo de Advogado será exercido por profissional de formação superior em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, ao qual incube as seguintes atribuições: Executar intervenções judiciais e representar a Câmara Municipal em todas as instâncias judiciárias; Assistir o Presidente e vereadores em assuntos jurídicos; Representar e defender em juízo, ou fora dele por designação do Presidente, todo e qualquer processo de interesse do legislativo; Promover auxílio a pesquisas e estudos sobre doutrina, legislação e jurisprudência; Manifestar ou opinar por meio de pareceres escritos sobre a interpretação de textos legais e projetos de leis e demais atos normativos; Colaborar na elaboração de minutas de contratos, convênios, acordos e ajustes; Redigir petições iniciais, contestações e outros expedientes de ordem jurídica; Promover a revisão e a atualização da legislação municipal, em colaboração com outros órgãos municipais;

Zelar pela regularização dos arquivos e livros jurídicos do patrimônio municipal; Emitir pareceres sobre questões jurídicas e legais; Assessorar juridicamente o Presidente, a Mesa Diretora, as Comissões, os Servidores do Legislativo, inclusive o Sistema de Controle Interno, Comissão de Licitação ou responsável por processo específico; Redigir os Projetos de Leis e suas justificativas, opinando sobre os vetos quando necessário, redigir decretos, portarias, regulamentos, contratos e demais documentos de natureza jurídica; Orientar os responsáveis a participar, quando necessário, de processo administrativo de qualquer natureza e acompanhar a realização de processos licitatórios no âmbito do Legislativo Municipal com emissão de pareceres; Orientar e participar nos inquéritos e processos administrativos de qualquer natureza; Organizar e atualizar a coletânea de leis municipais, bem como das legislações estadual e federal de interesse do Legislativo.

Art. 11 Os cargos de Contabilista e Advogado que compõe a Carreira dos Profissionais do Poder Legislativo de Nortelândia estruturam-se em Classes cujo acesso em linha horizontal está disposto em conformidade com a respectiva referência de habilitação, perfil profissional e ocupacional identificadas por letras maiúsculas da seguinte forma:

I - CONTABILISTA

a) Classe A: habilitação em Nível Superior ou Técnico em Contabilidade; b) Classe B: requisito da Classe A, mais 200 horas de cursos de aperfeiçoamento, atualização e/ou qualificação profissional, na área da administração pública. c) Classe C: requisito da Classe B, mais 200 horas de cursos de aperfeiçoamento, atualização e/ou qualificação profissional, na área da administração pública. d) Classe D: requisito da Classe C, mais um curso de especialização/pós graduação com ênfase em Administração Pública/Gestão Pública; e) Classe E: requisito da Classe D, mais um curso de especialização/pós graduação com ênfase em Contabilidade Pública;

II – ADVOGADO

a) Classe A: habilitação em Nível Superior com formação em Direito; b) Classe B: requisito da Classe A, mais 200 horas de cursos de aperfeiçoamento, atualização e/ou qualificação profissional, na área da administração pública. c) Classe C: requisito da Classe B, mais 200 horas de cursos de aperfeiçoamento, atualização e/ou qualificação profissional, na área da administração pública. d) Classe D: requisito da Classe C, mais um curso de especialização/pós graduação com ênfase em Administração Pública/Gestão Pública; e) Classe E: requisito da Classe D, mais um curso de especialização/pós graduação com ênfase em Direito Administrativo; **Art. 12** Faz parte integrante desta Lei, os anexos I, II e II. **Art. 13** Os casos omissos nesta Lei, serão recepcionados nas Leis Municipais nº.s 021/2005 e 242/2012. **Art. 14** Revogam-se as disposições em contrários.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, ao 12º dia do mês de novembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 12.11.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

A N E X O – I

CARGOS DE PROVIMENTO DE CARREIRA - EFETIVO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nº. VAGAS	ESCOLARIDADE	VENCIMENTOS INICIAL R$	CARGA HORÁRIA	VAGAS DISPONÍVEIS
I – CONTABILISTA	01	**Superior ou Téc. em Contabilidade – Registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC**	R$ 3.900,00	30 HS. Semanal	01
II - ADVOGADO	01	**Superior com formação em Direito – Registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB**	R$ 3.900,00	30 HS. Semanal	01

ANEXO II					
TABELA SALARIAL - CARGO: CONTABILISTA 30 HS.					
C L A S S E S					
NIVEL	A	B	C	D	E
1	R$ 3.900,00	R$ 4.662,91	R$ 5.575,06	R$ 6.151,08	R$ 7.354,35
2	R$ 3.958,50	R$ 4.732,85	R$ 5.583,42	R$ 6.243,35	R$ 7.464,66
3	R$ 4.017,88	R$ 4.803,85	R$ 5.667,17	R$ 6.337,00	R$ 7.576,63
4	R$ 4.078,15	R$ 4.875,91	R$ 5.675,68	R$ 6.432,05	R$ 7.690,28
5	R$ 4.139,32	R$ 4.949,04	R$ 5.760,81	R$ 6.528,54	R$ 7.805,64
6	R$ 4.201,41	R$ 5.023,28	R$ 5.769,45	R$ 6.626,46	R$ 7.922,72
7	R$ 4.264,43	R$ 5.098,63	R$ 5.855,99	R$ 6.725,86	R$ 8.041,56

8	R$ 4.328,40	R$ 5.175,11	R$ 5.864,78	R$ 6.826,75	R$ 8.162,18
9	R$ 4.393,32	R$ 5.252,73	R$ 5.952,75	R$ 6.929,15	R$ 8.284,62
10	R$ 4.459,22	R$ 5.331,53	R$ 5.961,68	R$ 7.033,09	R$ 8.408,89
11	R$ 4.526,11	R$ 5.411,50	R$ 6.051,10	R$ 7.138,58	R$ 8.535,02
12	R$ 4.594,00	R$ 5.492,67	R$ 6.060,18	R$ 7.245,66	R$ 8.663,04

Obs: A variação do Valor do nível imediatamente subsequente, na escala progressiva, corresponde à 1,5% do valor apurado no nível antecedente.

ANEXO III					
TABELA SALARIAL - CARGO: ADVOGADO 30 HS.					
C L A S S E S					
NIVEL	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**
1	R$ 3.900,00	R$ 4.662,91	R$ 5.575,06	R$ 6.151,08	R$ 7.354,35
2	R$ 3.958,50	R$ 4.732,85	R$ 5.583,42	R$ 6.243,35	R$ 7.464,66
3	R$ 4.017,88	R$ 4.803,85	R$ 5.667,17	R$ 6.337,00	R$ 7.576,63
4	R$ 4.078,15	R$ 4.875,91	R$ 5.675,68	R$ 6.432,05	R$ 7.690,28
5	R$ 4.139,32	R$ 4.949,04	R$ 5.760,81	R$ 6.528,54	R$ 7.805,64
6	R$ 4.201,41	R$ 5.023,28	R$ 5.769,45	R$ 6.626,46	R$ 7.922,72
7	R$ 4.264,43	R$ 5.098,63	R$ 5.855,99	R$ 6.725,86	R$ 8.041,56
8	R$ 4.328,40	R$ 5.175,11	R$ 5.864,78	R$ 6.826,75	R$ 8.162,18
9	R$ 4.393,32	R$ 5.252,73	R$ 5.952,75	R$ 6.929,15	R$ 8.284,62
10	R$ 4.459,22	R$ 5.331,53	R$ 5.961,68	R$ 7.033,09	R$ 8.408,89
11	R$ 4.526,11	R$ 5.411,50	R$ 6.051,10	R$ 7.138,58	R$ 8.535,02
12	R$ 4.594,00	R$ 5.492,67	R$ 6.060,18	R$ 7.245,66	R$ 8.663,04

Obs: A variação do Valor do nível imediatamente subsequente, na escala progressiva, corresponde à 1,5% do valor apurado no nível antecedente.

JURIDICO
PORTARIA Nº 613/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, BIÊNIO 2019/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado e Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe confere o cargo, e de acordo com a Lei nº 057 de 11/03/91 e alterações através da Lei nº 053/93 de 14/12/93; e nos artigos 11, 19 e 25 através da Emenda Modificativa n.º 001/2005 de 03.03.2005;

R E S O L V E:

Art. 1º Recompor o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente** e nomear as pessoas abaixo, indicadas pelos Órgãos de origem, para comporem o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente,** para o biênio 2019/2020.

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Titular: Allison Vinicius Silva Lemes

b) Suplente: Elena Regina Campanholi

II - REPRESENTANTES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Titular:José da Silva dos Santos Junior

b) Suplente:Liz Mendes Ormond

III – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

a) Titular - Shirly Divina da Silva

b) Suplente – Maria Filomena Salvalaggio Oliveira

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) Titular: Eline Joyce Oliveira Cezar

b) Suplente: Juliane Sousa Alves de Oliveira

V - REPRESENTANTES DA AMSPN - ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NORTELÂNDIA:

a) Titular: Ellen Cristina Desidério de Oliveira Almeida

b) Suplente: Mara Flaviana de Almeida

VI - REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA:

a) Titular: Creuza Aparecida Ramos Batista

b) Suplente: Natália Maria da Silva

VII- REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:

a) Titular: Maria Tereza Lourenço Machado

b) Suplente: Maria Íris Lopes Mascarenhas

VIII-REPRESENTANTES DA CASA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES:

a) Titular: Brunna Portela Alves

b) Suplente: Adriana Sacchetto Altran

Art. 2º O Presidente do Conselho, será eleito entre os seus membros.

Art. 3º A função de membro do conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a Portaria nº 201/2017, de 05 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 12º dia do mês de novembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 12.11.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 009/2019 – GABARITO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2019

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal, de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no artigo 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais155/2010; 021/2005; 509/2019 e 513/2019, em conjunto com a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA – MATO GROSSO**, nomeada pela Portaria nº 593/2019, de 12 de setembro de 2019, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados, **A DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2019**, conforme discriminados no Anexo I, deste Edital:

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, sede do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de novembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. (11.11.2019).

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CONCURSO PÚBLICO - 001/2019

ORGANIZAÇÃO: MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

GABARITO PRELIMINAR (SUJEITO A ALTERAÇÃO APÓS OS RECURSOS) - CONCURSO 001/2019 - NORTELÂNDIA / MT.

001 - MERENDEIRA									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
002 - MOTORISTA DE VEÍCULO PEQUENO / MOTOCICLETAS									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
003 - MOTORISTA DE CAMINHÃO - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
004 - MOTORISTA DE VAN, AMBULÂNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
005 - MOTORISTA PARA TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
006 - GUARDA (VIGIA)									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
007 - OPERADOR DE MOTONIVELADORA									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
008 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
009 - SERVIÇOS GERAIS (DEPARTAMENTO DE OBRAS, TRANSPORTE E LIMPEZA PÚBLICA)									
01: B	02: B	03: A	04: B	05: A	06: C	07: A	08: C	09: A	10: C
11: C	12: A	13: A	14: D	15: B	16: B	17: D	18: D	19: A	20: A
21: C	22: C	23: C	24: B	25: D	26: C	27: B	28: D	29: B	30: A
010 - AGENTE FISCAL DE TRIBUTAÇÃO									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
011 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
012 - ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

GABARITO PRELIMINAR (SUJEITO A ALTERAÇÃO APÓS OS RECURSOS) - CONCURSO 001/2019 - NORTELÂNDIA / MT.

013 - AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
014 - AGENTE AMBIENTAL									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
015 - TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
31: C	32: B	33: A	34: A	35: D	36: C	37: D	38: D	39: C	40: A
016 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM									
01: A	02: A	03: B	04: C	05: D	06: B	07: D	08: A	09: C	10: A
11: D	12: D	13: C	14: B	15: A	16: D	17: C	18: D	19: D	20: A
21: D	22: A	23: B	24: A	25: C	26: B	27: D	28: C	29: B	30: D
31: C	32: B	33: B	34: C	35: D	36: A	37: B	38: D	39: A	40: D
017 - ENGENHEIRO CIVIL									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: A	22: D	23: B	24: Anulada	25: B	26: A	27: B	28: C	29: D	30: B
31: B	32: D	33: A	34: A	35: D	36: D	37: C	38: C	39: C	40: A
018 - PREGOEIRO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: B	22: C	23: A	24: D	25: C	26: B	27: C	28: A	29: A	30: B
31: C	32: C	33: D	34: A	35: A	36: B	37: C	38: B	39: B	40: D
019 - ASSISTENTE SOCIAL									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: B	22: B	23: C	24: B	25: A	26: D	27: C	28: D	29: D	30: A
31: A	32: B	33: A	34: C	35: D	36: C	37: A	38: B	39: A	40: D
020 - ADVOGADO - PREFEITURA MUNICIPAL									
01: B	02: D	03: C	04: B	05: B	06: D	07: B	08: D	09: C	10: D
11: B	12: A	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: D	20: A
21: A	22: D	23: B	24: D	25: D	26: D	27: C	28: A	29: D	30: A
31: A	32: B	33: D	34: C	35: B	36: B	37: D	38: D	39: A	40: B
41: B	42: C	43: C	44: C	45: C	46: D	47: C	48: A	49: D	50: C
51: C	52: A	53: A	54: A	55: D	56: D	57: C	58: B	59: D	60: B
61: C	62: A	63: B	64: C	65: C	66: D	67: C	68: A	69: C	70: D
71: C	72: C	73: A	74: A	75: A	76: D	77: B	78: D	79: A	80: C
021 - ZOOTECNISTA									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: B	22: D	23: D	24: C	25: A	26: D	27: A	28: D	29: C	30: C
31: B	32: D	33: C	34: A	35: D	36: B	37: B	38: C	39: A	40: C

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA
CONCURSO PÚBLICO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

GABARITO PRELIMINAR (SUJEITO A ALTERAÇÃO APÓS OS RECURSOS) - CONCURSO 001/2019 - NORTELÂNDIA / MT.

022 - MÉDICO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: C	22: B	23: A	24: C	25: B	26: A	27: C	28: B	29: D	30: C
31: D	32: A	33: C	34: B	35: A	36: C	37: C	38: B	39: C	40: D
023 - CONTADOR									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: A	22: C	23: D	24: A	25: A	26: A	27: B	28: C	29: B	30: B
31: D	32: B	33: B	34: A	35: C	36: A	37: D	38: A	39: C	40: B
024 - ODONTÓLOGO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: A	22: B	23: A	24: C	25: B	26: D	27: B	28: D	29: C	30: B
31: A	32: C	33: C	34: B	35: D	36: A	37: D	38: A	39: D	40: C
025 - PROFESSOR PEDAGOGO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: C	22: A	23: B	24: C	25: D	26: D	27: A	28: D	29: B	30: A
31: A	32: D	33: D	34: C	35: A	36: B	37: B	38: B	39: D	40: C
026 - PROFESSOR EDUCADOR FÍSICO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: C	22: A	23: B	24: C	25: D	26: D	27: A	28: D	29: B	30: A
31: A	32: D	33: D	34: C	35: A	36: B	37: B	38: B	39: D	40: C
027 - ENFERMEIRO									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: D	22: D	23: A	24: C	25: B	26: A	27: A	28: D	29: B	30: C
31: A	32: D	33: D	34: A	35: B	36: A	37: C	38: B	39: C	40: A
028 - CONTABILISTA - CÂMARA MUNICIPAL									
01: C	02: B	03: A	04: B	05: B	06: D	07: C	08: D	09: C	10: B
11: B	12: D	13: D	14: C	15: A	16: C	17: C	18: B	19: B	20: C
21: A	22: C	23: D	24: A	25: A	26: A	27: B	28: C	29: B	30: B
31: D	32: B	33: B	34: A	35: C	36: A	37: D	38: A	39: C	40: B
029 - ADVOGADO - CÂMARA MUNICIPAL									
01: B	02: D	03: C	04: B	05: B	06: D	07: B	08: D	09: C	10: D
11: B	12: A	13: D	14: A	15: B	16: D	17: C	18: A	19: D	20: A
21: A	22: D	23: B	24: D	25: D	26: D	27: C	28: A	29: D	30: A
31: A	32: B	33: D	34: C	35: B	36: B	37: D	38: D	39: A	40: B
41: B	42: C	43: C	44: C	45: C	46: D	47: C	48: A	49: D	50: C
51: C	52: A	53: A	54: A	55: D	56: D	57: C	58: B	59: D	60: B
61: C	62: A	63: B	64: C	65: C	66: D	67: C	68: A	69: C	70: D
71: C	72: C	73: A	74: A	75: A	76: D	77: B	78: D	79: A	80: C

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 089/2019 PROCESSO: 004475/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 089/2019

Processo: 004475/2019-1.

Assunto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Sondagem Geofísica com o método da eletrorresistividade, para identificar os melhores locais para perfuração de um poço para captação de água a ser distribuída no município*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento*

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Sondagem Geofísica com o método da eletrorresistividade, para identificar os melhores locais para perfuração de um poço para captação de água a ser distribuída no município, *conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.*TR **nº. 148. EMPRESA – PROMINAS CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA CNPJ: 26.504.759/0001-03,** No valor total contratado **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Termo de Referencia, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Sec. de Administração e Planejamento	Próprio	02060 - Manut do DAE	040026	33.90.39	100	**R$ 12.000,00**
TOTAL	**R$ 12.000,00**					

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)** Em favor da **EMPRESA – PROMINAS CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA CNPJ: 26.504.759/0001-03.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 148/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Novembro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

Resultado Final do Pregão Eletrônico nº 007/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 001/2019, publicada no Jornal da AMM 02/01/2019, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Eletrônico** Nº **007/2019, processo administrativo 000433/2019-1**, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de suprimentos de informática – cartuchos e toners, nas especificações constantes do Termo de Referência para atender todas as secretarias Municipais da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, teve como vencedoras as empresas: **A H DA S MORAES** inscrita no CNPJ **02.437.839/0001-17** , com o valor total de **R$ 25.777,00** (vinte cinco mil setecentos e setenta e sete reais); **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME** inscrita no CNPJ **28.372.398/0001-06** com o valor total **R$ 18.893,60 (dezoito mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta centavos); MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI inscrita no CNPJ** 26.148.070/0001-85 **com o valor total R$ 1.222,20** (hum mil duzentos e vinte e dois reais e vinte centavos); **MARCOS S BIUDES - ME** inscrita no CNPJ **08.257.279/0001-03**, com o valor total **R$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais).**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de novembro de 2019.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico** Nº **007/2019, processo administrativo 000433/2019-1**, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de suprimentos de informática – cartuchos e toners, nas especificações constantes do Termo de Referência para atender todas as secretarias Municipais da Prefeitura de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, teve como vencedoras as empresas: **A H DA S MORAES** inscrita no CNPJ **02.437.839/0001-17** , com o valor total de **R$ 25.777,00** (vinte cinco mil setecentos e setenta e sete reais); **COMPATIVEL COMERCIO MATERIAS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI ME** inscrita no CNPJ **28.372.398/0001-06** com o valor total **R$ 18.893,60 (dezoito mil oitocentos e noventa e três reais e sessenta centavos); MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI inscrita no CNPJ** 26.148.070/0001-85 **com o valor total R$ 1.222,20** (hum mil duzentos e vinte e dois reais e vinte centavos); **MARCOS S BIUDES - ME** inscrita no CNPJ **08.257.279/0001-03**, com o valor total **R$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais).**

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de novembro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.23.2019

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.23. 2019

A **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT**,através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada na **Portaria n 01/2019** do dia 02 de Janeiro de 2019, torna público que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sobre o **Nº 23/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, na forma de Execução direta, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de proposta mais vantajosa, conforme descrito neste Edital e seus

anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, com a Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações vigentes, bem como as disposições descritas na íntegra deste Edital e em seus anexos.

OBJETO: O objeto da presente licitação tem o objetivo à escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de equipamentos, móveis e instrumentos que compõem a sala de urgência e emergência, visando atender a necessidade de implementação deste espaço do Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Á Partir do dia 14/11/2019 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: Á partir do dia 28/11/2019 às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/11/2019 às 09:30 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 28/11/2019 às 10:30 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bll.org.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através da Pregoeira e Equipe de Apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico mencionado e site http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico mencionado.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio na sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, sito à Avenida Coronel Botelho n458 – CEP 78.178.000, Nossa Senhora do Livramento - MT, em dias úteis nos horários de 07h00min as 13h00min (Horário de Cuiabá/MT), telefone: (65) 3351-1200 site: http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ ou pelo e-mail: licitacao@livramento.mt.gov.br

Nossa Senhora do Livramento-MT., 31 de outubro de 2019.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeira 01/2019

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2019 PROCESSO: 004603/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 088/2019

Processo: 004603/2019-1.

Assunto: Contratação de empresa especializada em serviços de conserto e aquisição de peças para manutenção de carro tipo FIAT UNO MILLE ECONOMY – Placa: NJV 2755, que atende o Conselho Tutelar do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento*

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA Contratação de empresa especializada em serviços de conserto e aquisição de peças para manutenção de carro tipo FIAT UNO MILLE ECONOMY – Placa: NJV 2755, que atende o Conselho Tutelar do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento*.TR **nº. 050. PESSOA JURIDICA – DEJALMA JOSE MINIGUINI NETO – DS AUTO CENTER CNPJ: 23.510.963/0001-30,** No valor total contratado **R$ 8.870,00 (oito mil oitocentos e setenta reais)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Termo de Referencia, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Sec. de Assistência Social	Próprio	2022- Manut, da Secretaria de Ação Social	060006	33.90.30	100	**R$ 5.700,00**
Sec. de Assistência Social	Próprio	2022- Manut, da Secretaria de Ação Social	060008	33.90.39	100	**R$ 3.170,00**
TOTAL	**R$ 8.870,00**					

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 8.870,00 (oito mil oitocentos e setenta reais)** Em favor da **PESSOA JURIDICA – DEJALMA JOSE MINIGUINI NETO – DS AUTO CENTER CNPJ: 23.510.963/0001-30.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 050/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Novembro de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 – DAS ISENÇÕES DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE VAGAS NOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

A Senhora **Jucilene Frassetto Schmoller Buchmann**,Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pela Portaria nº 325 de 16 de outubro de 2019, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no que tange ao período de requerimento de isenção das inscrições conforme preceitua o item 6 do Edital de Abertura, e ainda...

Considerando que o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 003 está explícito que o prazo para o requerimento das isenções das inscrições vai de 05 de novembro de 2019 até as 23:30 horas do dia 08 de novembro de 2019, e deverá ser encaminhado conforme Anexo VII e documentação anexa ao pedido de isenção para avaliação dos requerimentos e da documentação encaminhada;

Considerando que o subitem 6.1. beneficia com a isenção os candidatos(as) doadores(as) regulares de sangue;

Diante da exposição acima,

Resolve, apresentar no quadro abaixo**,** deste Edital Complementar, a relação dos candidatos **CONTEMPLADOS** com a isenção da taxa de inscrição por terem apresentado corretamente a documentação requerida no Edital de Abertura.

Nº INSC	CANDIDATO	CARGO
1769599	Eunice Silveira Martello CPF nº 018.054.592-28	Professor Habilitação em Ciências
1770427	Rogerio Aparecido Ribeiro CPF nº 730.859.521-87	Engenheiro Florestal

Nova Bandeirantes MT, 12 de novembro de 2019.

Jucilene Frassetto Schmoller Buchmann

Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização

DECLARAÇÃO

Eu, **Jucilene Frassetto Schmoller Buchmann**,Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pela Portaria nº 325 de 16 de outubro de 2019, **DECLARO** que o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019, teve seu extrato publicado no Jornal Oficial dos Municípios AMM, edição nº 3.343 de 25 de outubro de 2019, página 209, também foi publicado no site oficial desta prefeitura em www.novabandeirantes.mt.gov.br e no site http://sosconsultoria.listaeditais.com.br/, empresa contratada, em sua íntegra, ainda nos murais de todas secretarias, em locais de fácil visibilidade do público.

DECLARO ainda que, o prazo para o requerimento de isenção da taxa de inscrição aos doadores regulares de sangue foi de 05 a 08 de novembro de 2019, e os únicos dois candidatos requerentes apresentaram a documentação corretamente e tiveram nesta data, através do Edital Complementar nº 001, suas inscrições DEFERIDAS com a isenção da referida taxa de inscrição.

Nova Bandeirantes MT, 12 de novembro de 2019.

Jucilene Frassetto Schmoller Buchmann

Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização

---

TRIBUTAÇÃO/CADASTRO
FICA COO NTRIBUINTE NOTIFICADO A COMPARECER NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DO MUNICIPIO, PARA TRATAR ASSUNTO DE SEUS INTERESSES

FICA COO NTRIBUINTE NOTIFICADO A COMPARECER NO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DO MUNICIPIO, PARA TRATAR ASSUNTO DE SEUS INTERESSES.

EZEQUIEL RAMOS

ELOI WERLANG – ME

INA CAETANO DA SILVA

JOSE MARIA DOS SANTOS

ZENAIDE WANDSCHEER CAMARGO

ROGERIO RODRIGUES DE SOUZA

CLEUZA GAMES DA SILVA

GILBERTO DE OLIVEIRA SANDES

IZAQUEO CARLOS FRAUZINO

WALQUIRIA OLIVEIRA CARVALHO

OZEIAS BELIRA TEIXEIRA

MARCOS CESAR DA SILVA

CRISTIANO CARVALHO DOS SANTOS

MARIA DAS GRAÇAS SILVA

ODAIR CARLOS FRANCINO

SEVERINO RODRIGUES MOREIRA

PAULO ALVES DA SILVA

MARCIO DOS SANTOS CARDOSO

ROSANGELA DO CARMO NASCIMENTO

JOAO LOPES DE MEIRA

MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

ANA CLAUDIA ROCHA DOS SANTOS

JOSE FAUTISNO

BEATRIZ JOB DA SILVA

VALMIR ALEXANDRE DOS SANTOS

JOEL TOBIS DE MORAES

ARLINDO DONIZETE DA SILVA

AGUINALDO FEREIRA DOS SANTOS

MARCOS BENEDITO DOS SANTOS

JOSE DE OLIVEIRA PINTO

APARECIDO DE OLIVEIRA PINTO

JAIME BATISTA DE MACEDO

SEBASTIAO DE OLIVEIRA ROCHA

SIDIO DA SILVA BANDEIRA

DJALMA BORGES DA SILVA

LUSBEL CARNEIRO DA SILVA

PAULO BENEDITO DE OLIVEIRA

FRANCISCO GONZAGA RIBEIRO

TEREZINHA BARBOSA

CLAUDIANA SIMAO SILVA

OSVALDO FERREIRA LEODORIO

GERALDO PAULO BATISTA AGUIAR

EDSON MARINHO NICOLA

CEZAR AMARAL CUNHA

EDSON EVANGELISTA

DEUSIMAR RODRIGUES DA SILVA

ARLINDO CAITANO DE ANDRADE

GERALDO ANGELO CORREA

MARIA APARECIDA DA ROCHA DE SOUZA

ROSA MARIA VALERO SIANI

OSIEL BISPO DA SILVA

VALTEIR PEDRO RODRIGUES

JOSE DOS SANTOS

HAMILTON GIGOSKI KUSS

MARIA MAXIMO DOS SANTOS

ANA PAULA SILVA CLAUDINO

OLIVIO GOMES

OLIRIO JESUS CARNEZELLA

ROBSON LUIZ AUGUSTO

ELEONE DE SOUZA

MARLENE AMANCIO DA SILVA

GILVANIA FEITOSA ROMAO

CLAUDIO JACINTO AUGUSTO

ANA PAULA DE CASTRO

SILENE DA SILVA

CRISTIANO DUARTE DOS SANTOS

JOSE PEREIRA DE SOUZA

EDNILSON CALDEIRA DE LIMA

EDSON DA SILVA MIRANDA

ADAO MARTINS DE JESUS

NILTON DE ARRUDA PICALHO

PAULO CESAR SILVA

JUREMA KALMBACK

PAULA KRZISCH

NELSON BERNARDES DA SILVA

ALTAIR TEODORO DA SILVA

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 075/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **O MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal o **Sr. VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**,brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 2412731-0 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 236.135.139-00, doravante denominado Contratante, e de outro lado à empresa **AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. **07.095.509/0001-04,** com sede na Av. Ciriaco Candia, Nº 242, Cidade Verde no município de Cuiabá – MT, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada neste ato, pelo Sr. *ALEXANDRO UECKER,* brasileiro, casado, portador da carteira de habilitação nº 04209317006/MT e CPF nº 020.231.180-50, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico o Sr. ***Mauri Fernando de Araujo Costa*** portador da carteira profissional N.º **MG089953-VD** visada em 03/12/2008 sob o nº 89953 pelo CREA – MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES E DO DISTRITO DE JAPURANÃ, SENDO:**

LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES.

LOTE 02 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO DISTRITO DE JAPURANÃ, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

1.2.Poreste ato de aditivo de Prorrogação de prazo, ajustam e acordam entre si o presente **TERMO ADITIVO**, mediantes as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93, na clausula 5ª, subitem 5.6 do contrato nº 075/2019.

2.2. A Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do município –(AMM-MT), conforme estabelece a Lei.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1.Prorrogação do prazo de execução da obra, por mais **120 (cento e vinte)** dias, passando a vigorar do dia **29/10/2019** até a data de **25/02/2020.**

3.2. Prorrogação do prazo de duração do Contrato original, com vigência ate **31/12/2020.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 25 de outubro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: **07.095.509/0001-04**

CONTRATADA

TESTEMUNHA:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

REFERENTE:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091/2019

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT,** com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n. º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,brasileira, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, especificado como ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037/2019, decorrente do **PREGAO PRESENCIAL Nº 037/2019**, e, de outro lado **FLORESTA TINTAS – ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 08.933.472/0001-09, com sede na Av. Ludovico da Riva Neto, 2056, Centro, CEP 78580-000, no município de Alta Floresta - MT, neste ato representado por ILMAR LUIZ KRAEMER, inscrito no CPF n.º 458.942.051-15, celebram o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

CLAUSULA I - DO FUNDAMENTO

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo nos Ofícios s/n.º apresentados pela empresa fornecedora na data *08/10/2019*; na Planilha de Média de Preços; na planilha de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro; no parecer jurídico, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037/2019, firmada entre as partes; no Edital de Pregão Presencial n.º 037/2019; Processo administrativo n.º 091/2019; na Lei n.º 10.520/02; na Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

Parágrafo primeiro

O presente Termo Aditivo tem por objetivo realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do preço da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 037/2019 em razão da demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, conforme solicitação e juntada de documentos comprobatórios por parte da fornecedora.

Parágrafo segundo

O reequilíbrio corresponde a um percentual de **11,25%.**

CLÁUSULA III - DO VALOR

Parágrafo primeiro

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do preço do item **13**, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado demonstrado na planilha de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo

O item **13** passará respectivamente de *R$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais)*, para *R$ 400,00 (quatrocentos reais).*

Parágrafo terceiro

Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se-ão os novos valores registrados acima.

N.º ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	VALOR ATUAL (R$)	VALOR A SER ACRESCIDO/ SUPRIMIDO (R$)	VALOR APÓS O REEQUILÍBRIO (R$)
13	LUMINARIA PUBLICA COM TOMADA PARA RELE FOTOELETRICO OU SISTEMA DE TELEGESTAO LED 60W COM VIDA UTIL MAIOR OU IGUAL A 50.000 HORAS, GRAU DE PROTECAO IP67, EFICACIA LUMINOSA MAIOR QUE 130 LM/W, GARANTIA ACIMA DE 3 ANOS.	R$ 355,00	R$ 45,00	R$ 400,00

CLÁUSULA IV - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas.

E por estarem às partes justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de novembro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FLORESTA TINTAS LTDA – ME

CNPJ:08.933.472/0001-09

CONTRATADO

TESTEMUNHA:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

DEPTO LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

REFERENTE:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2019

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT,** com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º 62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n. º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,brasileira, empresário, portador do R.G. n.º 24127310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 236.135.139-00, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, especificado como ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2019, decorrente do PREGAO PRESENCIAL Nº 004/2019, e, de outro lado **TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATO-GROSSENSES - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 14.421.118/0001-06, com sede na Av. Governador João Ponce de Arruda, s/n, Centro-norte, CEP 78110-900, no Município de Várzea Grande - MT, neste ato representado por LANDOALDO LUIZ FERNANDES DE LIMA, inscrito no CPF n.º 137.538.431-72, celebram o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

CLAUSULA I - DO FUNDAMENTO

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo nos Ofícios s/n.º apresentados pela empresa fornecedora na data *06/11/2019*; na Planilha de Média de Preços; na planilha de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro; no parecer jurídico, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2019, firmada entre as partes; no Edital de Pregão Presencial n.º 004/2019; Processo administrativo n.º 009/2019; na Lei n.º 10.520/02; na Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

Parágrafo primeiro

O presente Termo Aditivo tem por objetivo realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do preço da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º 008/2019 em razão da demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, conforme solicitação e juntada de documentos comprobatórios por parte da fornecedora.

Parágrafo segundo

O reequilíbrio corresponde a um percentual de **– 26,71%**.

CLÁUSULA III - DO VALOR

Parágrafo primeiro

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do preço dos itens abaixo, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado demonstrado na planilha de cálculo de reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo

Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se os novos valores registrados acima.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	VALOR ATUAL (R$)	VALOR A SER ACRESCIDO /SUPRIMIDO (R$)	VALOR APÓS O REEQUILÍBRIO (R$)
1	PASSAGEM ALTA FLORESTA X N. BAND	R$ 64,37	R$ 17,68	R$ 46,69
4	PASSAGEM CUIABA X ALTA FLORESTA	R$ 235,76	R$ 64,90	R$ 170,86

5	PASSAGEM CUIABA X N. BANDEIRANTES	R$ 315,00	R$ 97,45	R$ 217,55
6	PASSAGEM DE A. FLORESTA X CUIABA.	R$ 233,32	R$ 64,91	R$ 168,41
7	PASSAGEM DE COLIDER x N. BAND	R$ 112,03	R$ 30,57	R$ 81,46
8	PASSAGEM DE N. BAND. x N. M. VERDE	R$ 17,05	R$ 3,60	R$ 13,45
9	PASSAGEM DE N. BAND. x SORRISO	R$ 177,37	R$ 48,72	R$ 128,65
10	PASSAGEM DE N.BAND X COLIDER.	R$ 112,02	R$ 30,06	R$ 81,96
11	PASSAGEM DE N.MONTE VERDE X N. BAND	R$ 15,35	R$ 4,90	R$ 10,45
12	PASSAGEM DE NOVA BANDEIRANTES X SINOP	R$ 118,76	R$ 7,00	R$ 111,76
13	PASSAGEM DE SINOP x N. BAND.	R$ 155,39	R$ 41,73	R$ 113,66
14	PASSAGEM DE SORRISO x N. BAND..	R$ 178,19	R$ 49,04	R$ 129,15
15	PASSAGENS DE N. BAND. x A. FLORESTA	R$ 63,87	R$ 17,18	R$ 46,69
16	PASSAGENS DE N.BAND X CUIABA	R$ 297,20	R$ 82,10	R$ 215,10

CLÁUSULA IV - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas.

E por estarem às partes justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro.

Nova Bandeirantes - MT, 08 de Novembro de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

TIM – TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES EIRELI - EPP

CNPJ: 14.421.118/0001-06

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

_____ _____ Nome: Bruna Neiverth Nome: Daniela Teodoro Candido

CPF: 050.597.081-36 CPF: 043.433.271-24

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DECRETO N° 066/2019, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

DECRETO N° 066/2019, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BRASILÂNDIA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado do Mato Grosso, Sr.ª. MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal de Saúde do município de Nova Brasilândia/MT, com prazo de 02 (dois) anos – Biênio 2019/2021:

1 – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO EM SERVIÇO DE SAÚDE:

Edimar Rodrigues Silva Titular

Juliana Ritta de Souza Bassetto Suplente

2 – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EM SAÚDE:

- **EMPRESA – ARAÚJO ROCHA E CIA LTDA:**

Adailson Ferreira da Silva Titular

Kátia Stefani de Souza Silva Suplente

- **EMPRESA B.S. PARREIRA E CIA LTDA:**

Luiz Mauro Lima Parreira Titular

Luzanira Silveira da Silva Suplente

3 - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

- **CLASSE – MÉDICO E ODONTOLOGOS:**

Manoel de Araújo Rocha Titular

Priscilla de Barros Lira Suplente

- **CLASSE - ENFERMAGEM:**

Kattiuscia Soehn Lima Campos Titular

Selma Santos Suplente

- **CLASSE – TÉCNICOS VISA MUNICIPAL E AC'S:**

José Faustino Lobo Titular

Valéria Sodré Mascarenhas Suplente

4 – REPRESENTANTES DE USUÁRIOS:

- **ENTIDADE – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS:**

Paulo Afonso Ribeiro Titular

José Moreira Viegas Suplente

- **ENTIDADE - PARÓQUIA NOSSA SENHORA DAS DORES:**

Rosane Maria do Nascimento Titular

Carlos Branco das Neves Suplente

- **ENTIDADE - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAL:**

Vandeilson Batista das Neves Titular

Vera Lucia Alves Pinto Suplente

- **ENTIDADE - IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS:**

Vanderley Paulo Marques Titular

Clemilson Caldeira de Carvalho Suplente

- **ENTIDADE – CLUBE DE MÃES:**

Solange Alves de Campos Titular

Marli Teline Arruda Suplente

- **ENTIDADE – SINDICATO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO/SUBSEDE/ SINTEP:**

Maria Aparecida dos Santos Titular

Nalva Gonçalves Suplente

Art. 2° - O Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 15 de outubro de 2019

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECISÃO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 001/2019

DECISÃO

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR Nº 001/2019

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a servidor público municipal Sr. JAIR DUARTE CARVALHO, cargo Motorista, matrícula nº 3133, lotação: Secretaria Municipal de Infraestrutura, e considerando que:

O processo observou o rito determinado pela Lei Complementar Municipal nº 324/2007, assegurando ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa, portanto, verifica-se a regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formal e material;

Observa-se ainda, que o servidor não causou danos ou prejuízos ao erário público e nem a terceiros;

A autoridade competente que determinou a instauração do procedimento, no exercício de suas legais atribuições, exara o que adiante segue:

1. ACATO o relatório da Comissão da Sindicância Administrativa Disciplinar que recomendou a pena de advertência ao servidor, nos termos do art. 200, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 324/2007;

2. JULGO que o servidor público municipal, Sr. Jair Duarte Carvalho, por ter praticado conduta vedada, *faltando com ao dever de observar normas legais e regulamentares,* como dispõe o inciso IV do art. 152, da Lei Complementar Municipal nº 324/2007;

4. DECIDO, a vista dos fatos apurados pela Comissão de Sindicância Administrativa pela aplicação da penalidade de advertência ao servidor Sr. Jair Duarte Carvalho, prevista nos arts. 168, I e 170, todos da Lei Complementar Municipal nº 324/2007;

5. DETERMINO, em decorrência, a confecção de portaria para aplicação da penalidade de advertência ao servidor Sr. Jair Duarte Carvalho que deverá ser publicada, dando ciência ao infrator, e ao Departamento de Recursos Humanos para registro do fato e da penalidade nos assentamentos funcionais do servidor.

Nova Brasilândia/MT, 06 de Novembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 460/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SR. JAIR DUARTE CARVALHO, MOTORISTA, DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA /MT.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a pena de advertência ao servidor **Jair Duarte Carvalho,** Motorista, do município de Nova Brasilândia/MT, por faltar com o dever de observar normas legais e regulamentares, prevista no artigo 152, inciso IV e os artigos 168, inciso I e 170, da Lei Complementar Municipal nº 324/2007 (Regime Jurídico Único do Município de Nova Brasilândia/MT), conforme apurado no Processo de Sindicância Administrativa Disciplinar nº 001/2019.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 06 de novembro de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - RODRIGO CEZAR PEREIRA DOS SANTOS SERVIÇOS- ME

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ORGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA**: RODRIGO CEZAR PEREIRA DOS SANTOS SERVIÇOS- ME**

CNPJ:27.222.620/0001-21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO E PINTOR, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO, ficam registrados os seguintes preços, futuras prestação de serviços pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT.

VALOR: **334.740,00 (trezentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta reais)**

ASSINATURA: **11 de novembro de 2019.**

VIGENCIA: **11 de novembro de 2019 a 11 de novembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE PUBLICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 109/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2019 de 08/11/2019

De conformidade com o disposto no Inciso II, art. 24, da Lei nº 8.666/93 justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação paraAquisição de cadeiras de plástico, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

VALOR GLOBAL: R$ 5.880,00 (Cinco mil, oitocentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: SUELI DE FATIMA MARTINS DE ARAUJO - ME, CNPJ:37.476.207/0001-47

Nova Brasilândia - MT, 08 de novembro de 2019.

Ana Cristina Soares

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 055/19/SMA/PMNG.

PRAZO: 05/11/19 A 03/01/20

CONTRATADO: WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS ME**.**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019, PA-

RA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT, CONFORME LISTA DE VAGAS ANEXO 01.

VALOR: R$ 6.500,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.1077.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº. 055/19/SMA/PMNG.

PRAZO: 05/11/19 A 03/01/20

CONTRATADO: WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019, PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA - MT, CONFORME LISTA DE VAGAS ANEXO 01.

VALOR: R$ 6.500,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.39.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0001.1077.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019

A câmara municipal de nova Lacerda – MT, inscrita no CNPJ n° 01.617.459/0001-00, com sede à Avenida Dioguinho, n° 669, Bairro São José, cidade de Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr. **CLAUDINEY DA SILVA**, brasileiro, casado, autônomo, portador da Carteira de Identidade – RG sob o número 819702 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física – CPF sob o número 488.727.091-72, residente na Rua Uirapuru, número 1111, Centro, na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **PETROLUZ BANDEIRANTES AUTO POSTO LTDA,** situado na Avenida São Luiz S/Nº, Jardim São Luiz , na cidade de Cáceres , CEP: 78.200-000 inscrita no CNPJ sob o n° 19.791.528/0001-54, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob o n° 51201411735 em sessão de 24/02/2014, neste ato, representada pelos seus proprietários José Carlos da Silva, brasileiro, maior, empresário, nascido em 30/05/1959, portador da cédula de identidade RG n° 048.952-2/SESP/MT e inscrito do Cadastro de Pessoa Física sob n°172.661.731-91, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400 e senhora Lyete Adorno Silva, brasileira , maior, empresária, nascida em 30/10/1946, portadora da cédula de identidade nº 1134696-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de pessoa física nº 694.943.391-34, residente e domiciliado à Avenida São Sebastião, 2.105 Apto 2001 Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, na Cidade de Cuiabá, CEP: 172.045-400, doravante denominada **CONTRATADA** ajustam o presente TERMO ADITIVO, ao Contrato de aquisição de material de consumo (combustível tipo gasolina comum) de n° 08/2019, proveniente do processo licitatório 02/2019 – dispensa de licitação 02/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Termo Aditivo, as partes acima identificadas, de comum acordo, resolvem **ALTERAR A PRIMEIRA CLÁUSULA DO SETIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL DE N° 08/2019,** a qual institui o valor do produto do respectivo contrato. Desse modo, o valor instituído a ser pago pela contratante era R$ 4,42 (quatro reais e quarenta e dois centavos) **o litro de combustível (gasolina)**, agora, passa ser R$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos) cada litro.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente Termo Aditivo passa a ser parte integrante do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do Contrato de n° 08/2019 e do Sétimo Termo Aditivo do Contrato de Aquisição de Combustível de n° 08/2019**.**

E, por acharem justas e contratadas, mutuamente assinam o presente instrumento em 02 (duas) de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Lacerda – MT, 07 de novembro de 2019.

_____

Câmara Municipal de Nova Lacerda

Claudiney da Silva

Presidente da Câmara Municipal

Contratante

_____

Petroluz Bandeirantes Auto Posto LTDA

Empresa Contratada

_____

Sueli Lourenço Arantes de Oliveira

OAB/MT Nº 23736-B

Assessora Jurídica

TESTEMUNHAS

1 - Maria Selma de Oliveira

CPF: 288.633.802-87

2 - Rani Aparecida de Medeiros Teixeira

CPF: 957.289.101-49

FISCAL DE CONTRATO

Alana Maria Silva Souza

Portaria 08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 201/2019 DATA: 12/11/2019 EMENTA: CONCEDE (30) TRINTA DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SRº "VIVALDO OKADA MORAES". JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MAR

PORTARIA Nº. 201/2019

DATA: 12/11/2019

EMENTA: *CONCEDE (30) TRINTA DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Srº "**VIVALDO OKADA MORAES".***

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – ***Art. 1º***. – Conceder ao servidor público municipal Srº "***VIVALDO OKADA MORAES",*** ocupante do cargo de "MOTORISTA" lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, atendendo a requerimento 30 (trinta) dias de ***FÉRIAS,*** CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 11/11/2019 e termino no dia 10/12/2019, retornando as suas atividades no dia 11/12/2019.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE – 12/11/2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LOTEAMENTO AMEIDA PRADO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT

Torna público que concedeu, através do Departamento Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde, à empresa APUI INVESTIMENTOS ASMINISTRATIVOS LTDA, a LICENÇAS DE INTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO, com VALIDADE DE 03 (TRÊS) ANOS, para O LOTEAMENTO AMEIDA PRADO II, Localizado na Estrada Vicinal Maria Celeste, Chácara n°27, Núcleo Urbano.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

PROCESSO Nº. 6703/2019

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, FUNILARIA E PINTURA, Á FIM DE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES Á PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.*

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 007/2019/PMNMV/GAB de 21 de Janeiro de 2019, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 49/2019 sagraram-se vencedoras do Certame Licitatório realizado no dia 05 de Novembro de 2019, ás 08:00 horas ás seguintes:

EMPRESAS:
FARIA ROSSETO & ROSSETO LTDA, CNPJ: 08.694.422/0001-16, para um valor total de R$ 1.284.090,00 (um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil e noventa reais);
WITT & WITT LTDA - ME, CNPJ: 20.932.567/0001-03, para um valor total de R$ 749.210,00 (setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e dez reais);
Compromissos estes assumidos para um período de 12 meses, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Novembro de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 007/2019

Publique-se.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2019 - SERVIÇOS DE MECÂNICA FUNILARIA E PINTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6703/2019

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** *Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra.* **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços das empresas **FARIA ROSSETO & ROSSETO LTDA, CNPJ: 08.694.422/0001-16, WITT & WITT LTDA – ME, CNPJ: 20.932.567/0001-03,** nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 49/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, FUNILARIA E PINTURA, Á FIM DE ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES Á PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES*****,*** conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 49/2019.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais participantes desse processo licitatório, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: FARIA ROSSETO & ROSSETO LTDA

CNPJ: 08.694.422/0001-16

ENDEREÇO: Rodovia MT 208, Centro, Nova Monte Verde-MT

Seq.	Cod.		Unid
01	47730	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA DE SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESSE ULTIMO SOMENTE QUANDO SOLICITADO).	Horas

LOTES	EQUIPAMENTOS	PLACA	UNID	QUANT.	Valor Unit.	Valor Total
01	CAMINHÃO BASCULANTE VW 24220 2009/2010	NPM7037	HRS	100	R$ 242,00	R$ 24.200,00
04	CAMINHÃO COMPACTADOR VW 15.190 WORKER 2014/2015	QBB 5774	HRS	100	R$ 236,00	R$ 23.600,00
06	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENS 1519 1977	JTO 4123	HRS	100	R$ 243,00	R$ 24.300,00
07	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDS BENS L 2013 1982	JYZ 4761	HRS	100	R$ 236,00	R$ 23.600,00
09	CAMINHÃO BASCULANTE VW 26.280 CRM 6X4	QCH 1063	HRS	50	R$ 240,00	R$ 12.000,00
11	CAMINHÃO ATLON MB 2729	QBR 4304	HRS	100	R$ 244,00	R$ 24.400,00
12	PRANCHA DE CARREGAR MAQUINARIOS COM 02 EIXO	S/ PLACA	HRS	50	R$ 243,00	R$ 12.150,00

Seq.	Cod.	Unid.	
02	47731	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, FREIOS, EMBREAGEM, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESTE ULTIMO SOMENTE QUANDO SOLICITADO).	Horas

LOTES	EQUIPAMENTOS	UNID.	QUANT.	Valor Unit.	Valor Total
14	PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 180 2003	HRS	100	R$ 279,00	R$ 27.900,00
15	PA CARREGADEIRA ZL 35E 2015	HRS	100	R$ 279,00	R$ 27.900,00
18	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 160 2009	HRS	100	R$ 279,00	R$ 27.900,00
20	PA CARREGADEIRA XCMG ZL 30 BR	HRS	100	R$ 279,00	R$ 27.900,00
21	MOTONIVELADORA 120 K	HRS	100	R$ 279,00	R$ 27.900,00

Seq.	Cod.		Unid.
03	47732	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE DE ATE 05 OCUPANTES), SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS, TORNO MECANICO E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS.	Horas

LOTES	EQUIPAMENTOS	PLACA	UNID	QUANT.	Valor Unit.	Valor Total
25	FORD KÁ 1.0 2009/2010	ENJ 0451	HRS	100	R$ 229,00	R$ 22.900,00
27	VW GOL CLI (NACIONAL) 2.0 1995/1996	AGB 9239	HRS	100	R$ 215,00	R$ 21.500,00
30	TOYOTA BANDEIRANTES	GMF 1246	HRS	100	R$ 216,00	R$ 21.600,00
31	FIAT UNO 1.0 2016	QBR 4899	HRS	50	R$ 212,00	R$ 10.600,00
33	FIAT UNO MILLE WAY ECONOMY FLEX 1.0 ANO 2010/2011 C/AR E DIREÇÃO HID 5 PORTAS	NJV 6426	HRS	100	R$ 217,00	R$ 21.700,00
35	RENAULT MASTER 11M325 DCI	MHK 4660	HRS	100	R$ 226,00	R$ 22.600,00
37	KOMBI VW - 2011/2012 - FLEX	OFM 9279	HRS	100	R$ 217,00	R$ 21.700,00

39	AMBULANCIA GM S10 2.5 2015/2016 FLEX	QBD 0122	HRS	50	R$ 229,00	R$ 11. 450,00
40	AMBULANCIA GM S10 2014/2015 FLEX	QBL 8120	HRS	50	R$ 229,00	R$ 11. 450,00
43	FIAT UNO FIRE 1.0 2013/2013 FLEX	OBP 9106	HRS	50	R$ 211,00	R$ 10. 550,00
46	FIAT UNO FIRE ECONOMY 2010/2011 FLEX	NJV 6305	HRS	60	R$ 200,00	R$ 12. 000,00
47	CAMIONETE CHEVROLET S10 LT	QBZ 5035	HRS	50	R$ 200,00	R$ 10. 000,00
48	FIAT UNO DRIVE FLEX 2018	QCW 1275	HRS	60	R$ 200,00	R$ 12. 000,00

Seq.	**Cod.**		**Unid.**
04	45614	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO MECANICA PREVENTIVA, E CORRETIVA, ELETRICA, FUNILARIA E PINTURA, SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM E MOTOR EM MOTOS DA MARCA HONDA E YAMAHA.	Horas

LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID.**	**QUANT.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
49	MOTOCICLETA HONDA CG 125 TITAN 1987	JYN 9546	HRS	50	R$ 162,00	R$ 8. 100,00
51	MOTOCICLETA HONDA XLR 125 1998	S/ PLACA	HRS	50	R$ 160,00	R$ 8. 000,00
53	MOTOCICLETA HONDA POP 100 2009/2010	NPO 0798	HRS	30	R$ 176,00	R$ 5. 280,00
55	MOTOCICLETA HONDA BROS NXR 160 2018	QCR 2946	HRS	20	R$ 160,00	R$ 3. 200,00

Seq.	**Cod.**		**Unid**
05	47735	SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULO ONIBUS E MICRO ONIBUS, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESTE ULTIMO SOMENTE QUANDO FOR SOLICITADO).	Horas

LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID.**	**QUANT.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
57	MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC MWM 4X4 2011/2012 CV DIESEL	OAY 9198	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00
58	MICRO ONIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPJ 3211	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00
61	MICRO ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C16 F-1C TURBO 2011/2012 155 CV DIESEL	OBA 4551	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00
62	ONIBUS VW 15. 190 CAIO ORE 2 MOTOR MWM 2011/2012 185 CV DIESEL	OAT 8681	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00
64	ONIBUS VW 15. 190 ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	OBB 3162	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00
68	ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8 ON 2008/2009 DIESEL	HTV 6185	HRS	150	R$ 269,00	R$ 40. 350,00
70	ONIBUS MERCEDES BENS/INDUSCAR APACHE, ANO 2005/2006	GVQ 4091	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26. 900,00

LOTE 71 – SERVIÇO PARA TODAS AS SECRETARIAS

Seq.	**Cod.**	**Descrição**	**Unid**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
06	45611	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENÇÃO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS COM CAPACIDADE DE ATE 05 PASSAGEIROS. COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, QUANDO NECESSARIO.	hrs	1280	R$ 232,00	R$ 296. 960,00
07	45638	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENÇAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM (LINHA PESADA), COMPREENDE A RECUPERAÇAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO	hrs	700	R$ 255,00	R$ 178,500,00

		VEICULO COM SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS, QUANDO NECESSARIO - CAMINHOES E MAQUINAS DE TERRAPLANAGEM.				

LOTE 72 – SERVIÇO PARA TODAS AS SECRETARIAS

Seq.	Cod.	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
08	47733	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULO ONIBUS. COMPREENDE A RECUPARACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO COM SUBSTITUICAO DE PECAS, QUANDO NECESSARIO.	hrs	100	R$ 255,00	R$ 25.500,00

LOTE 73 – SERVIÇO PARA TODAS AS SECRETARIAS

Seq.	Cod.	Descrição	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
09	45642	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS RODOVIARIOS (LINHA PESADA) COMPREENDE A RECUPERAÇAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO COM SUBSTITUIÇAO DE PEÇAS, QUANDO NECESSARIO.	Hrs	250	R$ 252,00	R$ 63.000,00

FORNECEDOR: WITT & WITT LTDA - ME

CNPJ: 20.932.567/0001-03

ENDEREÇO: Rodovia MT 208, Setor Industrial, Nova Monte Verde-MT

Seq.	Cod.						Unid
01	47730	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA DE SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESSE ULTIMO SOMENTE QUANDO SOLICITADO).					Horas
LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID**	**QUANT.**	**Valor Unit.**		**Valor Total**
02	CAMINHÃO BASCULANTE VW 24220 2009/2010	NPM 7697	HRS	100	R$ 241,00		R$ 24.100,00
03	CAMINHÃO BASCULANTE FORD F 14.000 1989	S/PLACA	HRS	100	R$ 236,00		R$ 23.600,00
05	CAMINHÃO PIPA MERCEDES BENS 1982	JZN 5250	HRS	100	R$ 204,00		R$ 20.400,00
08	CAMINHÃO BASCULANTE VW 26.280 CRM 6X4	QCH 1103	HRS	50	R$ 240,00		R$ 12.000,00
10	CAMINHÃO AGRALE 8700 2012/2012	OAY 5664	HRS	100	R$ 244,00		R$ 24.400,00

Seq.	Cod.						Unid.
02	47731	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, FREIOS, EMBREAGEM, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESTE ULTIMO SOMENTE QUANDO SOLICITADO).					Horas
LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**UNID.**	**QUANT.**	**Valor Unit.**			**Valor Total**
13	PA CARREGADEIRA CASE W20 E 1998	HRS	100	R$ 279,00			R$ 27.900,00
16	MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555E 2009	HRS	100	R$ 277,00			R$ 27.700,00
17	MOTONIVELADORA KOMATSU GD 655 LC 2014	HRS	100	R$ 277,00			R$ 27.700,00
19	TRATOR AGRICOLA MF 283 1998	HRS	100	R$ 269,00			R$ 26.900,00
22	ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC 160 2014	HRS	100	R$ 279,00			R$ 27.900,00
23	RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD 406	HRS	100	R$ 279,00			R$ 27.900,00
24	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 75E 4X2 2006	HRS	100	R$ 270,00			R$ 27.000,00

Seq.	Cod.						Unid.
03	47732	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE DE ATE 05 OCUPANTES), SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS, TORNO MECANICO E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS.					Horas
LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID**	**QUANT.**	**Valor Unit.**		**Valor Total**

26	FIAT STRADA WORKING 1.5 76 CV 2001	JZL 5938	HRS	100	R$ 229,00	R$ 22.900,00
28	CAMINHONETA GM S10 2.8 TURBO	JZZ 4159	HRS	100	R$ 220,00	R$ 22.000,00
29	GM S10 ADVANTAGE 2.4 2010/2011	NPE 4385	HRS	100	R$ 220,00	R$ 22.000,00
32	VOLKSWAGEN GOL MOTOR 1.0 16V ANO 2001/2001 C/AR 5 PORTAS	HWG 6252	HRS	100	R$ 217,00	R$ 21.700,00
34	CAMINHONETE GM S-10 LT FD2 FLEX - 2014/2014	QBF 6406	HRS	100	R$ 225,00	R$ 22.500,00
36	KOMBI VW - 2011/2012 - FLEX	ATX 9704	HRS	100	R$ 217,00	R$ 21.700,00
38	AMBULANCIA CHEVROLET LS DS4 2016/2017 DIESEL	QBX 3534	HRS	100	R$ 229,00	R$ 22.900,00
41	AMBULANCIA SPRINTER MERCEDES BENS ANO 2017	QCB 2611	HRS	100	R$ 229,00	R$ 22.900,00
42	CAMIONETE MITSUBISHI L200 TRITON 2016/2017 DIESEL S-10	QBD 0292	HRS	100	R$ 217,00	R$ 21.700,00
44	CAMIONETE S-10 CHEVROLET 2016/2017 FLEX	QBV 3803	HRS	50	R$ 225,00	R$ 11.250,00
45	FIAT UNO MILLE 2013/2013 FLEX	OBL 3092	HRS	60	R$ 200,00	R$ 12.000,00

Seq.	**Cod.**		**Unid.**
04	45614	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENÇÃO MECANICA PREVENTIVA, E CORRETIVA, ELETRICA, FUNILARIA E PINTURA, SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM E MOTOR EM MOTOS DA MARCA HONDA E YAMAHA.	Horas

LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID.**	**QUANT.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
50	MOTOCICLETA HONDA XLR 125	JYJ 4272	HRS	50	R$ 160,00	R$ 8.000,00
52	MOTOCICLETA HONDA CG 160 START GASOLINA	QCR 2926	HRS	10	R$ 176,00	R$ 1.760,00
54	MOTOCICLETA HONDA NXR 160 BROS	QCR 2906	HRS	20	R$ 160,00	R$ 3.200,00

Seq.	**Cod.**		**Unid**
05	47735	SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULO ONIBUS E MICRO ONIBUS, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO, DIFERENCIAL, CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU OXIACETILENICAS E INSTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS (ESTE ULTIMO SOMENTE QUANDO FOR SOLICITADO).	Horas

LOTES	**EQUIPAMENTOS**	**PLACA**	**UNID.**	**QUANT.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
56	MICRO ONIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPH 1356	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
59	MICRO ONIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPL 6781	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
60	MICRO ONIBUS VW 8.120 OD EURO MASCA GRANMINIO 2010 115 CV DIESEL	NJW 3756	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
63	ONIBUS VW 15.190 ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	OBH 9023	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
65	ONIBUS VW 15.190 MAN ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	OBB 3112	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
66	ONIBUS VW 15.190 ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	QBD 3040	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00

67	ONIBUS FORD CARGO 1618 - MWM	AFJ 2570	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00
69	ONIBUS MB OF 1114 1987/1987 DIESEL	IDZ 2671	HRS	100	R$ 269,00	R$ 26.900,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal em Nova Monte Verde - MT, ou da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

5.17. Arcar com custo de deslocamento de veículos a serem concertados quando a CONTRATADA não for da sede do município da CONTRATANTE.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.4. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção do Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

389 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0061 – Manutenção dos Recursos do FETHAB

1 031 – Abertura, Reabertura e Conservação de Estradas

372 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

AGRICULTURA

06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

001 – Gabinete da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 036 – Manutenção do **Gabinete do Secretario de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento**

211 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretário de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

102 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

004 – Departamento de Apoio Educacional

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0024 – Recursos Vinculados do FNDE e SEDUC

2 013 – Manutenção do Transporte Escolar

145 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

EDUCAÇÃO

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

004 – Departamento de Apoio Educacional

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0024 – Recursos Vinculados do FNDE e SEDUC

2 017 – Manutenção do Salário Educação

147 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

PAB BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica

2 029 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

299 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

MAC BLOCO II

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033 – Bloco II – Atenção de Média e Alta Complexidade

2 030 – Manutenção do Bloco MAC

312 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SAÚDE 15%

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0062 – Prioridade Absoluta

2 095 – Manutenção dos Serviços de Saúde

365 – 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ASSISTÊNCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0058 – Gestão de Assistência Social

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência social

429 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

ADMINISTRAÇÃO

04 – Secretaria Municipal de Finanças

001 – Gabinete do Secretário de Finanças

04 – Administração

122 – Administração Geral

0004 – Gestão Eficiente dos Processos Administrativos

2 006 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Administração Planejamento

56 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 49/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

FARIA ROSSETO & ROSSETO LTDA

CNPJ: 08.694.422/0001-16

CONTRATADA

WITT & WITT LTDA – ME

CNPJ: 20.932.567/0001-03

CONTRATADA

CAMARA MUNICIPAL
MOÇÃO DE APLAUSOS Nº004/2019

AUTORIA: Vereador Presidente ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS – MDB., Vereador Vice-Presidente PEDRO LOPES FILHO - PP, Vereador 1º. Secretário FRANCISCO ANTONIO SEVALLO - MDB, Vereador 2º. Secretário JULIO CESAR PARANHOS DA SILVA - PSC.

E demais Vereadores: Eder Fernandes da Silva – PSB, Eliana Klitzke Lauvers – PSD, Gilberto Cassimiro – PSDB, Luiz Carlos Pasquini Ferro – MDB e Romilton Anacleto Noetzold – DEM.

À FUNCIONÁRIA PÚBLICA APARECIDA PICON FORNAZIERI

*"AGRADECE a Profissional da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT., senhora **APARECIDA PICON FORNAZIERI**, pelo trabalho sério, digno, eficiente e eficaz no exercício das funções no Poder Legislativo nesse Município ¨.*

Os Vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições e na forma do artigo 158º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, apresenta essa **MOÇÃO DE APLAUSOS** a funcionária **APARECIDA PICON FORNAZIERI** que iniciou seus trabalhos no Poder Legislativo de Nova Monte Verde-MT., e que neste ano de 2019 completa 25 ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO.

Receba carinhosamente o reconhecimento pelo exemplo de dignidade, honradez e espírito público, demonstrando através do seu belíssimo trabalho prestado, enriquecendo assim a história do Município de Nova Monte Verde-MT.

Por estes e tantos outros motivos é que parabenizamos **APARECIDA PICON FORNAZIERI** e a agraciamos com esta **MOÇÃO DE APLAUSOS**, pelo serviço prestado até este momento e por tudo o que ainda poderá fazer ao Município de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT., em 06 de Novembro 2019.

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2019. 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA:	Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, ao Senhor Promotor de Justiça **CLEUBER ALVES MONTEIRO JÚNIOR.**
	A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme Artigo 141, Parágrafo 1º, alínea ¨d¨ do regimento Interno, aprovou e **ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS**, Vereador Presidente sanciona o seguinte Decreto Legislativo:
ARTIGO 1º -	Fica concedido ao Senhor Promotor de Justiça **Cleuber Alves Monteiro Junior** o Titulo de Cidadão Honorário do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, pelos relevantes serviços prestados à população Novamonteverdense.
ARTIGO 2º-	Este Decreto entrará em vigor na data de sua aprovação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário. NOVA MONTE VERDE-MT., 12 DE NOVEMBRO DE 2019. **JUSTIFICATIVA** Cleuber Alves Monteiro Júnior, nasceu em 05/10/1982. Bacharel em Direito. Pós -Graduado em Direito Processual, Pós Graduando em Políticas Públicas e Sociais da Criança e do Adolescente. Pós Graduando em Direito anticorrupção e Compliance. - investigador da Polícia Civil de 2001/2015- MG; - Defensor Público no Maranhão 2015/2017; - Tomou posse no Cargo de Promotor de Justiça em 07/04/2017. Depois de atuar em Poconé-MT e Tapurah-MT iniciou o exercício da função ministerial na Comarca de Nova Monte Verde em 19/03/2018. Com o fortalecimento da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente promovida pelo Excelentíssimo Promotor de Justiça da Comarca de Nova Monte Verde Dr. Cleuber Alves Monteiro Junior, em meados de maio de 2019, passou-se a discutir com a Rede e o Sistema de Garantia a importância e as estratégias necessárias para implantar-se a Proteção Social Especial no município, além de outras ações preventivas, proativas e de superação de violências ou violação de direitos, a priori, para crianças e adolescentes, e consequentemente atingindo todo o contexto familiar e até educacional dos usuários infanto juvenil. Até então a demanda da Proteção Social Especial era atendida, dentro das condições dadas, nas dependências do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, onde necessariamente, deveriam ser executados apenas os serviços, benefícios e programas de Atenção Básica. Além dos serviços de Proteção Social Especial, acabavam sendo encaminhados para o CRAS demanda da saúde mental, educação, habitação, judiciário, ministério público, ministério público do trabalho, entre outros. Com as reuniões conjuntas entre a Rede, Gestão e Ministério Público, foi possível, (re)significar as ações, bem como estabelecer fluxos de atendimento e encaminhamentos adequados, integração das políticas públicas e melhorar a garantia dos direitos, tanto das crianças e adolescentes quanto de suas famílias. Implantou-se no município, na Estratégia de Saúde da Família o grupo de Saúde Mental pelo NASF; implantou-se o atendimento psicológico terapêutico na Unidade Mista de Saú-

	de visando atender a demanda reprimida de depressão, tentativas de suicídio, autolesão, abuso sexual, entre outras doenças e transtornos mentais que até então eram encaminhados para o atendimento em Alta Floresta ou para o NASF; por meio desta articulação entre Ministério Público e Prefeitura foi ofertado aos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, Saúde, Conselho Tutelar e Assistência Social uma Capacitação quanto a identificação e procedimentos diante dos casos ligados ao uso de drogas, bullyng, autolesão e doenças psiquiátricas e Capacitação as profissionais que iriam compor a Equipe Multidisciplinar de Proteção Social Especial com a equipe técnica da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso. Sendo assim, a partir de 12 de agosto de 2019 encontra-se em pleno funcionamento o Departamento de Proteção Social Especial na Assistência Social composto, inicialmente, por uma Assistente Social Senhora Janete Aparecida Soares e uma Psicóloga senhorita Bruna Rodrigues dos Santos, equipe Técnica vinculada à Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidade sob a responsabilidade da Senhora Neura Groch Campos, com o objetivo de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a superação de padrões de relacionamento violadores de direitos, a potencialização da função protetiva da família e sua inserção em uma rede de proteção que favoreça a superação vivenciada e a construção de novos projetos de vida. Vale destacar que, sem a visão humanitária da Prefeita Bia e a articulação do Ministério Público por meio do Dr Cleuber Alves Monteiro Junior, esses avanços demorariam um pouco mais para acontecer. Atualmente, o município conta com um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de família e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos de média e alta complexidade sendo os seguintes: • Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar para crianças e adolescentes em situação de risco e abandono em funcionamento; • Serviço de Acolhimento na Modalidade Família Acolhedora para crianças e adolescentes em situação de risco e abandono em implantação; • Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos em situação de violência ou de violação de direitos; • Abordagem Social; • Atendimento e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade com Plano Decenal elaborado e em execução; • Atendimento às pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; • Atendimento às pessoas em situação de rua.

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1029/2019

SÚMULA: Dispõe sobre a criação de cargos públicos e de vagas que especifica, altera os anexos III, VIII e IX da Lei 705/2014, PCCS da Administração e dá outras providências.

BEATRIZ DE F. SUECK LEMES, Prefeita do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Artigo 1º - Fica criada, na administração direta do Poder Executivo do Município de Nova Monte Verde/MT, a seguinte carreira da área estratégica, integrada por cargo de provimento efetivo de Analista de Compras e Licitação, e, Analista Fiscal de Tributos Municipais:

§ 1º. O cargo de Analista de Compras e Licitação, terá as seguintes atribuições:

a) - Realizar levantamento de preços e atualizar o respectivo cadastro, elaborar o processo licitatório e manter a guarda de toda documentação a eles referentes, realizar o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, da autoridade superior, visando à homologação e a contratação;

b) - Dirigir os atos que integram os processos licitatórios, nas diversas modalidades para aquisição de bens e contratação de serviços, supervisionando todas as etapas;

c) - Assessorar a comissão de licitações, com o objetivo do efetivo cumprimento da legislação pertinente, bem como os titulares das diversas Secretarias e Departamentos que compõem a Administração, na tomada de decisões sabre a aquisição de bens e serviços, bem como na escolha da modalidade de licitação;

d) - Elaborar pregões, processos licitatórios, leilões, processos de dispensas e inexigibilidades em conformidade com a legislação federal aplicável e normas de Economia, Controle interno e elaborar os contratos a eles relacionados;

e) - Executar as atividades de aquisições e contratações dentro dos limites de competência, e em observância às normas licitatórias, assegurando a correta execução dos procedimentos relativos ao cumprimento da Lei de Licitações, da legislação do pregão e demais legislações concernentes;

f) - Executar as atividades relacionadas com a gestão administrativa de todos os contratos, exceto aqueles das atividades fim (operações ativas, passivas e serviços prestados);

g) - Realizar as publicações legais e obrigatórias junto ao Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e outros jornais, quando for o caso;

h) - Analisar os contratos de aquisição de bens ou prestação de serviços (através de licitação ou pela dispensa dela), solicitando toda a documentação necessária ao fornecedor, fazendo a sua verificação e procedendo às correções, quando necessárias, das documentações exigidas;

i) - Elaborar demais tarefas relacionadas a compras e licitações.

j) - Indicar, proceder aos atos formais, capacitar, gerir e acompanhar fiscais de contratos e/ou Atas de registros de preços;

§ 2º. O cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais, terá as seguintes atribuições:

a) - Executar as tarefas de fiscalização, lançamento e arrecadação de tributos municipais, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, quanto à regularidade fiscal determinada na legislação vigente, examinando alvarás de localização e funcionamento, Faturas, Livros, Notas Fiscais e qualquer outro documento necessário a constituição do crédito tributário;

b) - Realizar operações especiais, em estabelecimentos industriais, comerciais e serviços na prevenção do cumprimento da legislação, visando à manutenção dos costumes e da ordem pública;

c) - Executar os procedimentos de fiscalização desde a abertura do processo fiscal até o encerramento, em conformidade com a legislação municipal prestando informações sobre os mesmos quando solicitado;

d) - Manter-se informado a respeito da política de fiscalização, adotadas pela área responsável pela Tributação e legislações pertinentes, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas;

e) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre as empresas e demais atividades com prioridade de fiscalização;

f) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata na determinação das ações fiscais de rotina, promovendo a identificação e o estabelecimento de metas fiscais visando o cumprimento das mesmas e o incremento da arrecadação;

g) - Analisar e emitir informação técnica no processo fiscal, após o seu encerramento e antes da ciência ao contribuinte;

h) - Analisar, informar e orientar nos procedimentos de: denúncia espontânea consulta impugnação, recursos e na concessão de incentivos fiscais;

i) - Emitir certidões e documentos de regularidade fiscal;

j) - Analisar e autorizar a confecção de documentos fiscais;

l) - Analisar e emitir autorização nos pedidos de inscrição no cadastro mobiliário e imobiliário;

m) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre o sistema de cadastro mobiliário e imobiliário, verificando e atualizando as informações;

n) - Analisar, informar e orientar na determinação das empresas que necessitam de regime especial de fiscalização, acompanhando o seu comportamento fiscal;

o) - Analisar, informar e promover a inscrição dos débitos na dívida ativa, após o prazo legal para pagamento;

p) - Efetuar os procedimentos para a arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa, classificando e orientando a chefia imediata sobre os contribuintes com prioridade de cobrança;

q) - Analisar, informar e emitir a certidão do executivo fiscal;

r) - Realizar a previsão da receita tributária para fins orçamentários;

s) - Subsidiar a justiça nos processos tributários;

t) - Realizar procedimentos e auditoria na rede arrecadadora, emitindo relatórios de acompanhamento das receitas;

u) - Promover a atualização anual da Planta Genérica de Valores Imobiliários;

v) - Analisar, lançar, notificar e promover a arrecadação dos valores de Contribuição de Melhoria e de Iluminação Pública;

x) - Analisar, informar e orientar na identificação dos contribuintes com parcelamento em atraso não permitindo o reparcelamento de contribuintes inadimplentes;

y) - Pesquisar e orientar na modernização da legislação tributária em vigor;

z) - Realizar diligências externas com a finalidade de coletar, ratificar, retificar ou adicionar informações relativas a dados cadastrais do contribuinte e dos bens imóveis visando ao aprimoramento do lançamento e da cobrança do IPTU e da Contribuição de Melhoria;

z - a) - Realizar diligências externas com a finalidade de identificar, cadastrar, notificar e autuar contribuintes sujeitos ao pagamento de ISS podendo, para dar efetividade à fiscalização, apreender livros e documentos;

z - b) - Participar ou realizar operações externas de fiscalização especial na modalidade de 'blitz' em atuação conjunta ou isolada com servidores públicos de outra(s) Secretaria(s) Municipal(is), sempre que designado pelo Secretário Municipal de Finanças;

z- c) - Desenvolver outras atribuições legais correlatas na implementação de ações, programas e projetos que visem ao aumento efetivo de arrecadação, atendido ao critério de conveniência e oportunidade, a ser exercido pelo Secretário Municipal de Finanças;

z - d) - Estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário inclusive em processo de consulta;

z - e) - Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de Lei referentes à matéria tributária;

z - f) - Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalhos, quando designado por autoridades superiores da secretaria municipal de finanças ou de outros órgãos da Administração Municipal e prestar-lhes assistência especializada, com vistas à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;

z - g) - Realizar análise de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município;

z - h) - Pode efetuar as demais atribuições previstas pelo Órgão de Classe da profissão;

z - i) - Cumprir as normas do Código Nacional de Trânsito;

§ 3º O cargo de Analista de Compras e Licitações, poderá ser ocupado por profissionais com graduação em; Ciências contábeis, Administração de Empresas, Ciências Econômicas e Direito, com conhecimentos complementares nas áreas de administração pública e direito.

§ 4º O cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais, poderá ser ocupado por profissionais com graduação em; Ciências contábeis, Administração de Empresas, Ciências econômicas e Direito, Gestão Tributária e Gestão Pública, com conhecimentos complementares nas áreas de administração pública e direito.

§ 5º O exercício dos cargos mencionados neste artigo, exigirá dos profissionais habilitados a dedicação exclusiva.

Artigo 2º - Fica incluído no Anexo III, símbolo TNS, Nível de referência 18, da Lei 705/2014, os respectivos cargos elencados, ainda no Anexo IX, sequência 18 com vencimento inicial R$ 4.131,70 (quatro mil, cento e trinta e um reais e setenta centavos).

Parágrafo único. O padrão mencionado no caput deste artigo, terá as mesmas classes e referências dos demais padrões existentes, conforme tabela anexa.

Artigo 3º - A carga horária dos cargos criados por esta lei, são as seguintes:

I – Analista de Compras e Licitações – jornada de trabalho semanal 40 horas;

II – Analista Fiscal de Tributos Municipais – jornada de trabalho semanal 40 horas.

Artigo 4º - Ficam criadas vagas para os cargos públicos de provimento efetivo, todas referentes ao Grupo Ocupacional – Técnico de Nível Superior, do Plano de Cargos Carreiras e Salários previstos na Lei Municipal nº 705/2014, abaixo relacionados, conforme segue:

I – Uma vaga para o cargo de Analista de Compras e Licitações;

II – Uma vaga para o cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 12 de novembro de 2019.

BEATRIZ DE F. SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO III

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Horas Semanais	Vagas
TNS	21	5.519,95	Contador	40	01
TNS	21	5.519,95	Controlador Geral	40	01
TNS	21	5.519,95	Procurador Municipal	40	01
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Civil	40	01
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Agrônomo	40	01
TNS	18	4.131,70	Assistente Social	30	02
TNS	18	4.131,70	Psicólogo	40	03
TNS	18	4.131,70	Médico Veterinário	40	01
TNS	12	2.445,51	Professor de Educação Física	30	05
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Ambiental	40	01
TNS	18	4.131,70	Analista de Compras e Licitação	40	01
TNS	18	4.131,70	Analista Fiscal de Tributos Municipais	40	01

ANEXO – VIII

QUADRO DOS NÍVEIS DE REFERÊNCIA

TABELA DE VENCIMENTO INICIAL

SEQUÊNCIA	SALÁRIO BASE
01	1.101,79
02	1.101,79
03	1.261,55
04	1.377,24
05	1.388,25
06	1.497,05
07	1.611,36
08	1.794,82
09	2.065,86
10	2.313,75
11	2.352,32
12	2.445,51
13	2.479,03
14	2.776,50
15	2.901,11
16	3.389,37
17	3.756,10
18	4.131,70
19	3.201,57
20	6.000,00
21	5.519,95
22	9.859,74

VENCIMENTO BASE – TNS - Disposto do Anexo III desta Lei - SEQUENCIA 18.				
ASSISTENTE SOCIAL; ENGENHEIRO AGRÔNOMO; ENGENHEIRO AMBIENTAL;				
ENGENHEIRO CIVIL; MÉDICO VETERINÁRIO; PSICÓLOGO; ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES; ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.				
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO	
PROGRESSÃO			A	B 10%
0 - 3 Anos	1	1,00	4.131,70	4.544,87
3,1 - 6 Anos	2	1,03	4.255,65	4.681,22
6,1 - 9 Anos	3	1,061	4.383,73	4.822,11
9,1 - 12 Anos	4	1,093	4.515,95	4.967,54
12,1 - 15 Anos	5	1,126	4.652,29	5.117,52
15,1 - 18 Anos	6	1,159	4.788,64	5.267,50

18,1 - 21 Anos	7	1,194	4.933,25	5.426,57
21,1 - 24 Anos	8	1,23	5.081,99	5.590,19
24,1 - 27 Anos	9	1,267	5.234,86	5.758,35
27,1 - 30 Anos	10	1,305	5.391,87	5.931,06
30,1 - 33 Anos	11	1,344	5.553,00	6.108,31
33,1 - 35 Anos	12	1,384	5.718,27	6.290,10

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI N.º 935/2019

SÚMULA: Dispõe sobre a criação de cargos públicos e de vagas que especifica, altera os anexos III, VIII e IX da Lei 705/2014, PCCS da Administração e dá outras providências.

BEATRIZ DE F. SUECK LEMES, Prefeita do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Artigo 1º - Fica criada, na administração direta do Poder Executivo do Município de Nova Monte Verde/MT, a seguinte carreira da área estratégica, integrada por cargo de provimento efetivo de Analista de Compras e Licitação, e, Analista Fiscal de Tributos Municipais:

§ 1º. O cargo de Analista de Compras e Licitação, terá as seguintes atribuições:

a) - Realizar levantamento de preços e atualizar o respectivo cadastro, elaborar o processo licitatório e manter a guarda de toda documentação a eles referentes, realizar o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, da autoridade superior, visando à homologação e a contratação;

b) - Dirigir os atos que integram os processos licitatórios, nas diversas modalidades para aquisição de bens e contratação de serviços, supervisionando todas as etapas;

c) - Assessorar a comissão de licitações, com o objetivo do efetivo cumprimento da legislação pertinente, bem como os titulares das diversas Secretarias e Departamentos que compõem a Administração, na tomada de decisões sabre a aquisição de bens e serviços, bem como na escolha da modalidade de licitação;

d) - Elaborar pregões, processos licitatórios, leilões, processos de dispensas e inexigibilidades em conformidade com a legislação federal aplicável e normas de Economia, Controle interno e elaborar os contratos a eles relacionados;

e) - Executar as atividades de aquisições e contratações dentro dos limites de competência, e em observância às normas licitatórias, assegurando a correta execução dos procedimentos relativos ao cumprimento da Lei de Licitações, da legislação do pregão e demais legislações concernentes;

f) - Executar as atividades relacionadas com a gestão administrativa de todos os contratos, exceto aqueles das atividades fim (operações ativas, passivas e serviços prestados);

g) - Realizar as publicações legais e obrigatórias junto ao Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e outros jornais, quando for o caso;

h) - Analisar os contratos de aquisição de bens ou prestação de serviços (através de licitação ou pela dispensa dela), solicitando toda a documentação necessária ao fornecedor, fazendo a sua verificação e procedendo às correções, quando necessárias, das documentações exigidas;

i) - Elaborar demais tarefas relacionadas a compras e licitações.

j) - Indicar, proceder aos atos formais, capacitar, gerir e acompanhar fiscais de contratos e/ou Atas de registros de preços;

§ 2º. O cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais, terá as seguintes atribuições:

a) - Executar as tarefas de fiscalização, lançamento e arrecadação de tributos municipais, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, quanto à regularidade fiscal determinada na legislação vigente, examinando alvarás de localização e funcionamento, Faturas, Livros, Notas Fiscais e qualquer outro documento necessário a constituição do crédito tributário;

b) - Realizar operações especiais, em estabelecimentos industriais, comerciais e serviços na prevenção do cumprimento da legislação, visando à manutenção dos costumes e da ordem pública;

c) - Executar os procedimentos de fiscalização desde a abertura do processo fiscal até o encerramento, em conformidade com a legislação municipal prestando informações sobre os mesmos quando solicitado;

d) - Manter-se informado a respeito da política de fiscalização, adotadas pela área responsável pela Tributação e legislações pertinentes, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas;

e) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre as empresas e demais atividades com prioridade de fiscalização;

f) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata na determinação das ações fiscais de rotina, promovendo a identificação e o estabelecimento de metas fiscais visando o cumprimento das mesmas e o incremento da arrecadação;

g) - Analisar e emitir informação técnica no processo fiscal, após o seu encerramento e antes da ciência ao contribuinte;

h) - Analisar, informar e orientar nos procedimentos de: denúncia espontânea consulta impugnação, recursos e na concessão de incentivos fiscais;

i) - Emitir certidões e documentos de regularidade fiscal;

j) - Analisar e autorizar a confecção de documentos fiscais;

l) - Analisar e emitir autorização nos pedidos de inscrição no cadastro mobiliário e imobiliário;

m) - Analisar, informar e orientar a chefia imediata sobre o sistema de cadastro mobiliário e imobiliário, verificando e atualizando as informações;

n) - Analisar, informar e orientar na determinação das empresas que necessitam de regime especial de fiscalização, acompanhando o seu comportamento fiscal;

o) - Analisar, informar e promover a inscrição dos débitos na dívida ativa, após o prazo legal para pagamento;

p) - Efetuar os procedimentos para a arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa, classificando e orientando a chefia imediata sobre os contribuintes com prioridade de cobrança;

q) - Analisar, informar e emitir a certidão do executivo fiscal;

r) - Realizar a previsão da receita tributária para fins orçamentários;

s) - Subsidiar a justiça nos processos tributários;

t) - Realizar procedimentos e auditoria na rede arrecadadora, emitindo relatórios de acompanhamento das receitas;

u) - Promover a atualização anual da Planta Genérica de Valores Imobiliários;

v) - Analisar, lançar, notificar e promover a arrecadação dos valores de Contribuição de Melhoria e de Iluminação Pública;

x) - Analisar, informar e orientar na identificação dos contribuintes com parcelamento em atraso não permitindo o reparcelamento de contribuintes inadimplentes;

y) - Pesquisar e orientar na modernização da legislação tributária em vigor;

z) - Realizar diligências externas com a finalidade de coletar, ratificar, retificar ou adicionar informações relativas a dados cadastrais do contribuinte e dos bens imóveis visando ao aprimoramento do lançamento e da cobrança do IPTU e da Contribuição de Melhoria;

z - a) - Realizar diligências externas com a finalidade de identificar, cadastrar, notificar e autuar contribuintes sujeitos ao pagamento de ISS podendo, para dar efetividade à fiscalização, apreender livros e documentos;

z - b) - Participar ou realizar operações externas de fiscalização especial na modalidade de 'blitz' em atuação conjunta ou isolada com servidores públicos de outra(s) Secretaria(s) Municipal(is), sempre que designado pelo Secretário Municipal de Finanças;

z- c) - Desenvolver outras atribuições legais correlatas na implementação de ações, programas e projetos que visem ao aumento efetivo de arrecadação, atendido ao critério de conveniência e oportunidade, a ser exercido pelo Secretário Municipal de Finanças;

z - d) - Estudar, pesquisar e emitir pareceres de caráter tributário inclusive em processo de consulta;

z - e) - Elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de Lei referentes à matéria tributária;

z - f) - Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalhos, quando designado por autoridades superiores da secretaria municipal de finanças ou de outros órgãos da Administração Municipal e prestar-lhes assistência especializada, com vistas à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento;

z - g) - Realizar análise de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município;

z - h) - Pode efetuar as demais atribuições previstas pelo Órgão de Classe da profissão;

z - i) - Cumprir as normas do Código Nacional de Trânsito;

§ 3º O cargo de Analista de Compras e Licitações, poderá ser ocupado por profissionais com graduação em; Ciências contábeis, Administração de Empresas, Ciências Econômicas e Direito, com conhecimentos complementares nas áreas de administração pública e direito.

§ 4º O cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais, poderá ser ocupado por profissionais com graduação em; Ciências contábeis, Administração de Empresas, Ciências econômicas e Direito, Gestão Tributária e Gestão Pública, com conhecimentos complementares nas áreas de administração pública e direito.

§ 5º O exercício dos cargos mencionados neste artigo, exigirá dos profissionais habilitados a dedicação exclusiva.

Artigo 2º - Fica incluído no Anexo III, símbolo TNS, Nível de referência 18, da Lei 705/2014, os respectivos cargos elencados, ainda no Anexo IX, sequência 18 com vencimento inicial R$ 4.131,70 (quatro mil, cento e trinta e um reais e setenta centavos).

Parágrafo único. O padrão mencionado no caput deste artigo, terá as mesmas classes e referências dos demais padrões existentes, conforme tabela anexa.

Artigo 3º - A carga horária dos cargos criados por esta lei, são as seguintes:

I – Analista de Compras e Licitações – jornada de trabalho semanal 40 horas;

II – Analista Fiscal de Tributos Municipais – jornada de trabalho semanal 40 horas.

Artigo 4º - Ficam criadas vagas para os cargos públicos de provimento efetivo, todas referentes ao Grupo Ocupacional – Técnico de Nível Superior, do Plano de Cargos Carreiras e Salários previstos na Lei Municipal nº 705/2014, abaixo relacionados, conforme segue:

I – Uma vaga para o cargo de Analista de Compras e Licitações;

II – Uma vaga para o cargo de Analista Fiscal de Tributos Municipais.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE F. SUECK LEMES

Prefeita Municipal

ANEXO III

Quadro do Grupo Funcional dos Cargos

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

Símbolo	Nível de Ref.	Vencimento Inicial	Cargo	Horas Semanais	Vagas
TNS	21	5.519,95	Contador	40	01
TNS	21	5.519,95	Controlador Geral	40	01
TNS	21	5.519,95	Procurador Municipal	40	01
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Civil	40	01
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Agrônomo	40	01
TNS	18	4.131,70	Assistente Social	30	02
TNS	18	4.131,70	Psicólogo	40	03
TNS	18	4.131,70	Médico Veterinário	40	01
TNS	12	2.445,51	Professor de Educação Física	30	05
TNS	18	4.131,70	Engenheiro Ambiental	40	01
TNS	18	4.131,70	Analista de Compras e Licitação	40	01
TNS	18	4.131,70	Analista Fiscal de Tributos Municipais	40	01

ANEXO – VIII

QUADRO DOS NÍVEIS DE REFERÊNCIA

TABELA DE VENCIMENTO INICIAL

SEQUÊNCIA	SALÁRIO BASE
01	1.101,79
02	1.101,79
03	1.261,55
04	1.377,24
05	1.388,25
06	1.497,05
07	1.611,36
08	1.794,82
09	2.065,86
10	2.313,75
11	2.352,32
12	2.445,51
13	2.479,03
14	2.776,50
15	2.901,11
16	3.389,37
17	3.756,10
18	4.131,70
19	3.201,57
20	6.000,00
21	5.519,95
22	9.859,74

VENCIMENTO BASE – TNS - Disposto do Anexo III desta Lei - SEQUENCIA 18.				
ASSISTENTE SOCIAL; ENGENHEIRO AGRÔNOMO; ENGENHEIRO AMBIENTAL;				
ENGENHEIRO CIVIL; MÉDICO VETERINÁRIO; PSICÓLOGO; ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES; ANALISTA FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.				
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO	
PROGRESSÃO			A	B 10%
0 - 3 Anos	1	1,00	4.131,70	4.544,87
3,1 - 6 Anos	2	1,03	4.255,65	4.681,22
6,1 - 9 Anos	3	1,061	4.383,73	4.822,11
9,1 - 12 Anos	4	1,093	4.515,95	4.967,54
12,1 - 15 Anos	5	1,126	4.652,29	5.117,52
15,1 - 18 Anos	6	1,159	4.788,64	5.267,50
18,1 - 21 Anos	7	1,194	4.933,25	5.426,57
21,1 - 24 Anos	8	1,23	5.081,99	5.590,19
24,1 - 27 Anos	9	1,267	5.234,86	5.758,35
27,1 - 30 Anos	10	1,305	5.391,87	5.931,06
30,1 - 33 Anos	11	1,344	5.553,00	6.108,31
33,1 - 35 Anos	12	1,384	5.718,27	6.290,10

J U S T I F I C A T I V A:

Senhores Vereadores:

O desígnio do presente projeto de lei, é a criação dos Cargos de provimento efetivo de Analista de Compras e Licitações e Analista Fiscal de Tributos Municipais.

Com a proposta, busca-se dar eficiência e efetividade em suas áreas de abrangência, quais sejam, nas aquisições realizadas pelo poder público, bem como na arrecadação dos tributos municipais.

Não é demais mencionar que com a Emenda 19/1988 inserindo o Princípio de Eficiência na Constituição Federal (art. 37[1]) como um dos mandamentos norteadores da atividade administrativa, traz para o ordenamento jurídico a acepção de que os serviços públicos devem ser executados com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Para que o Servidor Público possa realizar o trabalho a contento da população é necessário que a Administração Pública recrute pessoas capacitadas e com remuneração digna.

A eficiência pressupõe no que se refere a servidor público, segundo Hely Lopes Meireles[2], como sendo, "o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional." [...]

Completando este entendimento, Maria Sylvia Zanella di Pietro[3] afirma "que uma administração eficiente pressupõe qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo, em termos de administração pública, um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos".

O entendimento dos doutrinadores supracitados é o mesmo que a população espera do atendimento do servidor público. Quando o serviço público é apto, responsável, rápido, a relação administração pública–cidadão é gratificante, fortalecendo o compromisso em favor do bem público.

Em resumo, é o que busca com a presente proposta, selecionar e integrar ao serviço público pessoas capacitadas, de nível superior, para atuar em áreas estratégicas da administração pública, in casu, aquisição e arrecadação, mediante remuneração digna.

Os vencimentos sugeridos no presente PL estão de acordo com as qualificações exigidas, complexidade dos cargos, e, importância dos mesmos para o bom andamento da administração pública.

Os §§ 1º e 2º do artigo 1º, estabelecem as atribuições e responsabilidades exigida para cada cargo, motivo pelo qual, demonstrando as responsabilidades peculiares a cada função.

Ressaltamos ainda que para implementação da presente proposta, segue anexo estudo de impacto orçamentário e financeiro que demonstraram a adequação aos limites legais de comprometimento com folha.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Edis com a aprovação deste projeto de Lei.

Atenciosamente,

Nova monte Verde, MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

[1] Art. 37. "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** [...]"

[2] MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

[3] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1028/2019

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 5º da Lei nº 623/2013, (Redação dada pela Lei 718/2014 e posteriormente pela Lei 886/2017) que passará a conter a seguinte redação:

Art. 5º - O COMMEA será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, observando a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada da seguinte forma:

Poder Público:

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Sociedade Civil:

02 (dois) representantes de entidades do segmento Comercial e Industrial do Município;

02 (dois) representantes de Associação de Produtores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato Rural Patronal do Município

02 (dois) representantes do Lions Clube Internacional, sediado no Município.

Art. 2º - Fica alterado o Artigo 5º do Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMEA, aprovado Lei nº 717/2014, que passará a conter a seguinte redação:

Art. 5º - O COMMEA será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, observando a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada da seguinte forma:

Poder Público:

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Sociedade Civil:

02 (dois) representantes de entidades do segmento Comercial e Industrial do Município;

02 (dois) representantes de Associação de Produtores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato Rural Patronal do Município

02 (dois) representantes do Lions Clube Internacional, sediado no Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se especialmente as Leis 718/2014 e 886/2017, além de quaisquer outras disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 12 de novembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 934/2019

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 5º da Lei nº 623/2013, (Redação dada pela Lei 718/2014 e posteriormente pela Lei 886/2017) que passará a conter a seguinte redação:

Art. 5º - O COMMEA será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, observando a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada da seguinte forma:

Poder Público:

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Sociedade Civil:

02 (dois) representantes de entidades do segmento Comercial e Industrial do Município;

02 (dois) representantes de Associação de Produtores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato Rural Patronal do Município

02 (dois) representantes do Lions Clube Internacional, sediado no Município.

Art. 2º - Fica alterado o Artigo 5º do Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMEA, aprovado Lei nº 717/2014, que passará a conter a seguinte redação:

Art. 5º - O COMMEA será composto por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes, observando a representação paritária entre poder público e sociedade civil organizada da seguinte forma:

Poder Público:

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Sociedade Civil:

02 (dois) representantes de entidades do segmento Comercial e Industrial do Município;

02 (dois) representantes de Associação de Produtores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município;

02 (dois) representantes do Sindicato Rural Patronal do Município

02 (dois) representantes do Lions Clube Internacional, sediado no Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se especialmente as Leis 718/2014 e 886/2017, além de quaisquer outras disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 934/2019

DE: 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

Tem-se a honra de submeter ao exame dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº. 934/2019, que ""Altera dispositivo da Lei nº 623/2013, para definir a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMEA, e, dá outras providencias"".

A lei, no seu processo de formulação, passa por várias etapas estabelecidas na Constituição Federal. Neste processo temos a iniciativa da lei, discussão, votação, aprovação, sanção, promulgação, publicação e vigência da Lei.

Muito embora o trâmite ocorra de forma regular, é possível que ao tornar-se vigente, seja identificada necessidade de atualização, como in casu, devendo ser complementada/alterada, atribuindo à lei, uma de suas principais características - eficácia.

Inicialmente, vale ressaltar que os conselhos municipais de meio ambiente são órgãos colegiados inseridos no poder executivo municipal de natureza deliberativa ou consultiva integrados por diferentes atores sociais.

Trata-se de uma estrutura administrativa peculiar à gestão ambiental no Brasil, tendo seu fundamento jurídico no artigo 20[1] da resolução nº. 237/97 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e no princípio da participação popular integrante do direito ambiental.

Estes conselhos são uma representação em nível local do que ocorre a nível nacional como o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente).

O princípio da participação popular relativo ao direito ambiental, atribui a sociedade o poder de atuar diretamente na defesa do meio ambiente participando na formulação e na execução de políticas ambientais, por intermédio da atuação de representantes da sociedade civil em órgãos colegiados responsáveis pela formulação de diretrizes e pelo acompanhamento da execução de políticas públicas.

Assim, o envio e pedido de deliberação acerca do presente Projeto de Lei, para atualizar a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMEA, objetiva cumprir a representação paritária entre o poder público e sociedade civil organizada.

Registramos que conforme mencionado anteriormente, somente assim, estar-se-á atribuindo à lei, uma de suas principais características – eficácia, de forma que a aprovação do PL em questão é condição sine qua non para a satisfatória e efetiva atuação do COMMEA, portanto, espera-se veementemente por sua aprovação.

Nova Monte Verde - MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

[1] Art. 20 - Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

GABINETE DO PREFEITO
LOTEAMENTO AMEIDA PRADO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT

Torna público o requerimento da empresa APUI INVESTIMENTOS ADMINISTRATIVOS LTDA, da LICENÇA PRÉVIA, concomitante com AS LICENÇAS DE INTALAÇÃO E

LICENÇA DE OPERAÇÃO, junto ao Departamento Municipal de Meio Ambiente de Nova Monte Verde, para o LOTEAMENTO AMEIDA PRADO II, Localizado na Estrada Vicinal Maria Celeste, Chácara n°27, Núcleo Urbano.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1027/2019

SÚMULA: “Revoga lei que especifica e dá outras providências”.

Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 940/2018, de 08 de fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a correção e atualização monetária dos valores constantes nos incisos I e II do art. 23 e incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 12 de novembro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 933/2019

SÚMULA: “Revoga lei que especifica e dá outras providências”.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 940/2018, de 08 de fevereiro de 2018, a qual dispõe sobre a correção e atualização monetária dos valores constantes nos incisos I e II do art. 23 e incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 933/2019

DE: 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as),

Tem-se a honra de submeter ao exame dessa Egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº. 933/2019, que “Revoga lei que especifica e dá outras providências.”.

Em síntese, a lei que se pretende revogar, foi sancionada sob a égide do entendimento firmado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso na RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2014.

Em resumo, a Corte de Contas Estadual, nos autos da Consulta n.º 12.174-6/2014, proposta pelo Município de Campos de Júlio, atribuiu ao artigo 23 da Lei n.º 8.666/93 a natureza de norma específica, reconhecendo, desse modo, a competência dos entes municipais para estabelecerem novos valores para a definição das modalidades licitatórias, uma vez que a competência privativa da União, em se tratando de licitações e contratos, recaia somente sobre as normas gerais.

Não obstante, sobreveio o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 460/2016, proposta pelo então Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso em face do Município de Campo Verde e da sua Câmara Municipal, requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 2.053/2015, que estabeleceu novos valores para as licitações efetuadas por aquele ente.

Em julgamento, divergindo da Corte de Contas, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, concluiu que os referidos Municípios extrapolaram os limites de suas competências legislativas, adentrando indevidamente em matéria atribuída de forma privativa à União, nos termos do artigo 22, XXVII da Constituição Federal.

Desse modo, o posicionamento do TJ/MT, os Municípios incorreriam em usurpação de competência legislativa ao estabelecerem novos valores distintos daqueles previstos na Lei de Licitações.

Ao reconhecer que o entendimento do TCE/MT exerceu, ainda que indiretamente, influência na adoção das medidas que resultaram na atualização dos valores previstos na Lei n.º 8.666/93 pelos municípios, a Corte de Contas resolveu por unanimidade revogar as Resoluções de Consulta n.º 17/2014-TP e 09/2018-TP, tendo em vista que divergem do julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 460/2016.

No mesmo julgamento, em respeito ao princípio da segurança jurídica, a Corte de Contas resolveu MODULAR os efeitos da decisão, de forma que, para os municípios que não participaram da ADIn nº 460/2016, como é o caso de Nova Monte Verde, declarar válidas as licitações realizadas ou em andamento, desde que os editais tenham sido publicados até a data de publicação do acórdão. (22/10/2019).

Pelo exposto, necessário a revogação da presente lei.

Nova Monte Verde - MT, 24 de outubro de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA
DECRETO N.º 1986/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 1986/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar.

João Teodoro Filho, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Municipal nº. 764, de 14 de Dezembro de 2018;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de **R$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

0001 – FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS

0001 – DEP. DO FUNDO DE PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBL.

0009 – PREVIDENCIA SOCIAL

0272 – PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO

0014 – FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2007 – MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL – PREV-NAZARÉ

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.R$ 70.000,00

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DO SERVIDOR.R$ 50.000,00

2º - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0001 – FUNDO PREV. MUNICIPLA DOS SERV. PUBLICOS

0001 – DEP. DO FUNDO DE PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLIC.

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0014 – FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9999 – MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL – PREV-NAZARÉ

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA .....R$ 120.000,00

Artigo 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Nazaré - MT, em 12 de novembro de 2019.

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, no mural da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA
PORTARIA Nº 1444 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PORTARIA Nº 1444 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.019.

"Dispõe sobre a nomeação do cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Ouvidoria Municipal e dá outras providências."

O Sr. ***JOÃO TEODORO FILHO*** Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor ***JEFFERSON BATISTA SANTOS*****,** inscrita sob CPF n° **CPF 033.973.261-09**, ao cargo em Comissão de ***CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OUVIDOR MUNICIPAL***, junto a Secretaria Municipal de Administração, fazendo jus à remuneração inerente ao cargo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de novembro de 2.019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 219 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora pública deste município, **Senhora WILMA ALMEIDA DAMACENO ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICO,** lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 12 de Novembro de 2019 e término em 02 de Fevereiro de 2019**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Novembro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 218 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** o servidor público deste município, **Senhor LAERCIO APARECIDO MOREIRA DE LIMA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA,** lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA, TURISMO E LAZER.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 12 de Novembro de 2019 e término em 09 de Fevereiro de 2020**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 12 de Novembro de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO- N.º 053/2019/ PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 17/09/2019 **DATA DO TERMINO DA SESSAO:** 17/09/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT**.RESULTADO**: licitação fracassada por ausências de habilitados (§ 7º do art. 22 da Lei n. 8.666/93.)

Nova Olímpia/MT,12 DE NOVEMBRO de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇAO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº64/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 154/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que **RETIFICA** o edital de Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 64/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MEDICO–HOSPITALAR PARA ATENDER PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **28 de novembro de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 12 de novembro de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA 025/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2019

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PACOTES TURÍSTICOS PARA PASSEIOS RECREATIVO-EDUCACIONAIS E CULTURAIS, DESTINADOS ÀS CRIANÇAS, ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**

VALOR GLOBAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **EDVALDO GARCIA ME**

CNPJ: 05.958.303/0001-35

HOMOLOGO e ADJUDICO.

Nova Santa Helena – MT, 12 de Novembro de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005

DIVULGA INSCRIÇÕES HOMOLOGADaS, JULGAMENTO DE RECURSOS, LOCAL DE PROVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Senhora **Lilian da Rocha**, presidente da **Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público,** nomeada pela **Portaria nº 842 de 16 de julho de 2019**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2019, torna público o que segue:

1. FICA DIVULGADA A LISTA DE INSCRITOS HOMOLOGADOS PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR;

2. FICA DIVULGADO QUE, QUANTO À LISTA DE INSCRITOS INDEFERIDOS, CUJA PUBLICAÇÃO OCORREU DIA 06/11/2019, ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004, PERMANECE INALTERADA, CONSIDERANDO QUE NÃO HOUVE NENHUMA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PORTANTO, FICA AQUELA LISTA HOMOLOGADA PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS;

3. FICA DIVULGADO O LOCAL DA PROVA ESCRITA: A PROVA SERÁ REALIZADA NO DIA 24/11/2019 (DOMINGO), NO PERÍODO MATUTINO, A PARTIR DAS 08H00, HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO, NA Escola municipal Monteiro Lobato, LOCALIZADA na Rua ConstantinA, Nº 113, bairro novo horizonte, NOVA XAVANTINA-MT: a. **ATENÇÃO:** O Candidato deverá comparecer ao local de prova escrita, com antecedência de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do **documento de identidade original com foto e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta, conforme estabelece o subitem 9.7 do Edital de Abertura.** b. **DA ENTREGA DE TÍTULOS (SOMENTE PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR):** ao candidato é FACULTADA a entrega de título, que deverá ser feita somente no local e período de realização da prova escrita, conforme subitem 13.6. do Edital de Abertura.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina; no site oficial da Prefeitura - www.novaxavantinamt.com.br; e no site da empresa organizadora - ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso

Nova Xavantina/MT, 12 de novembro de 2019.

LILIAN DA ROCHA

Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento do Concurso Público

Cargo: 01 - Auxiliar de Serviços Gerais			
Insc.	**Nome**	**RG**	**Nascimento**
00113	ANTONIA LEIA DE SOUSA	2571514 SSP/PI	17/09/1982

00010	CLEONICE MENDES DA SILVA	04071497165 SSP/MT	20/03/1988
00102	CREUNICE TEIXEIRA LIMA	18603548 SSP/MT	11/01/1982
00091	CREUZILENE VIEIRA DA SILVA CABRAL	16613015 SSP/MT	11/09/1981
00076	CRISTIAN TEIXEIRA XAVIER	27231682 SSP/MT	27/06/2001
00101	FERNANDA BARBOSA VIEIRA	18561179 SSP/MT	25/09/1982
00027	GLAYDSON LOPES DA SILVA	26163233 SSP/MT	05/07/1995
00019	JOAO MENDES DE ABREU	04951174 SSP/MT	06/05/1966
00040	JOSIANE PEREIRA LEMOS	18913113 SSP/MT	24/06/1986
00098	JUCÉLIA DAS GRAÇAS PEREIRA	10997849 SJ/MT	23/12/1976
00095	LILIAN FRANCIANE DE SOUSA LIMA	816706 SSP/TO	09/02/1990
00125	MARIA CÉLIA ALVES DE CARVALHO	07872003 SSP/MT	13/07/1969
00049	MARIA FERNANDA DA SILVA PENA	14203162 SSP/MT	30/09/1999
00178	RAFAEL DE SOUZA ALMEIDA	24992828 SSP/MT	23/05/1998
00133	SHEILA NUNES DA SILVA COSTA	19484887 SSP/MT	26/11/1988
00013	YOKO ONO RODRIGUES DE JESUS	12956996 SSP/MT	09/08/1982

Inscritos: 16 - Vagas: 4 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 4.00

Cargo: 02 - Gari

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00016	JOAQUIM FELLIPPY DA SILVA VIANA GUERREIRO	25391224 SSP/MT	30/05/2001
00152	NAYDEL BISPO DE SOUZA RAMOS	22117261 SSP/MT	24/10/1992
00053	PEDRO PEDROSA MENDANHA	10603220 SSP/MT	16/09/1975
00092	VINICIUS VIEIRA DO NASCIMENTO	27231488 SSP/MT	04/12/2000

Inscritos: 4 - Vagas: 2 - Vagas PNE: 0 - Concorrência: 2.00

Cargo: 03 - Médico Pediatra - 20 horas

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00104	LEOPOLDO MOREIRA INES DE ALMEIDA	17076315 SSP/MT	25/11/1989
00120	NATÁLIA YUMI YAMAMOTO	13610414 SSP/MT	05/02/1985

Inscritos: 2 CR - CADASTRO DE RESERVA

Cargo: 04 - Odontólogo

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00086	ANDRESSA ADELINA BARROS CARVALHO	22147527 SSP/MT	15/02/1995
00068	BETHÂNIA MOREIRA FERNANDES	5495335 SSP/GO	21/10/1995
00002	BRUNA MENDES VILELA	04714439138 SSP/GO	18/01/1996
00059	DAIANA ROBERTI	10944990 SEJSP/MT	27/07/1989
00034	DOUGLAS DE FARIA DIAS	24793990 SSP/MT	17/07/1995
00154	EDGAR ICARO ALVES FELICIANO	5895555 SSP/GO	20/02/1994
00110	ENÉIAS DA SILVA	107338209 SSP/PR	25/08/1993
00155	ÉRICO VERÍSSIMO NUNES DA SILVA	18472630 SSP/MT	29/03/1987
00143	GABRIEL AVRELLA TURRA	13676768 SSP/MT	09/06/1995
00100	IARA PENA RIBEIRO	4949178 DGPC/GO	10/09/1991
00031	INGRID WILLERS GABE	22938702 SSP/MT	23/03/1994
00168	JÉSSICA LEANDRO LOPES	21027285 SSP/MT	08/07/1993
00012	JOSIANE ANGELA DE OLIVEIRA	14255898 SSP/MT	11/07/1982
00163	KAISO DIEGO ALVES FELICIANO	5923768 SSP/GO	05/06/1997
00087	KARLOS EDUARDO BARBOSA NUNES	23502657 SSP/MT	12/06/1993
00030	KEOOMA LAILLA GONÇALVES DRESCH	20614268 SSP/MT	08/11/1991
00037	LAIS AZEVEDO DOS REIS	24210323 SE-JUSP/MT	29/03/1994
00138	LIDIA DE CASTRO PINHEIRO	0488975920138 SSP/MA	17/07/1957
00137	LUCIANA FANTE CRUZ	207300447 SSP/MT	09/09/1992
00139	MARINNA APARECIDA PEREIRA	21114137 SSP/MT	03/10/1991
00174	MAURICIO MANFRIN	23087080 SSP/MT	13/12/1994
00150	MILENE TONSIS GONÇALVES	26593963 SSP/MT	19/04/1997
00007	NAYARA VIEIRA SALOIO	22483160 SSP/MT	20/12/1995
00032	PATRICIA FERREIRA DESSOTTI	21164762 SSP/MT	28/07/1992
00127	PRISCILLA MAGALHAES DE SOUZA	5437034 SPTC/GO	19/01/1988
00072	RAFAEL FEISTLER TOLOTTI	20285779 SSP/MT	03/08/1989
00140	RANNIELY FERNANDES ADORNO	6005636 SSP/GO	22/02/1995
00083	RAYLLA MICHELLI DE MELO SCHMIDT	23577134 SE-JUSP/MT	31/12/1997
00131	RENATO DEZONTINI	7347656 SSP/SC	15/08/1989
00176	ROOSEVELT HONAN LO YANG DELANO PIMENTEL	21548285 SSP/MT	29/04/1993
00069	VANESSA BERNARDES DE SOUSA	24671053 SSP/MT	17/07/1996
00124	VANESSA CELESTINO NASCIMENTO PAZETTO	19880308 SSP/MT	16/04/1995
00022	YANKHA DA SILVA SANTANA	5656458 SSP/GO	19/01/1996

Inscritos: 33 CR - CADASTRO DE RESERVA

Cargo: 05 - Professor - Educação Física

Insc.	Nome	RG	Nascimento
00001	ADÃO NOLETO COSTA	15877779 SSP/MT	16/10/1987
00065	ALEX COELHO DOS SANTOS MELO	24130494 SE-JUSP/MT	03/11/1994
00111	ALINE CAMERA	11439319 SJ/MT	05/11/1982
00172	APARECIDO DA SILVA CAMPOS	11325518 SSP/MT	01/09/1978
00161	BRUNO BARBOSA DE OLIVEIRA	17296110 SSP/MT	11/08/1986
00158	DAYANA SOARES DA SILVA	18755240 SESP/MT	17/10/1988
00014	DÉBORA FERNANDA ALVES SANTOS	23968915 SSP/MT	08/06/1993
00165	DIENEFER KAROLINE RIBEIRO BRAZ	6275125 SSP/GO	14/01/1998
00144	DIENYFFER RODRIGUES DA SILVA MEDRADO	5225849 SPTC/GO	04/01/1997
00135	EDUARDA OLIVEIRA NASCIMENTO	22178120 SSP/MT	09/03/1994
00116	ELAINE MARIA DE SOUZA	20079320 SSP/MT	18/08/1989
00169	FERNANDO DOS SANTOS GALVÃO	4633968 DGPC/GO	17/08/1984
00109	HANIELLY GOMES DA SILVA	20181328 SSP/MG	08/11/1994
00033	JACILENE BERNARDES LUSTOSA FERREIRA	3751364 SSP/GO	19/10/1978
00077	KAYO HENRIQUE COSTA CUNHA	23966734 SSP/MT	28/12/1995
00008	KELLY CRISTINA BARACHO SOUSA	17263000 SSP/MT	08/12/1986
00050	LAUDISENE APARECIDA GOMES SALES	14436574 SSP/MT	10/02/1982
00145	LAURA DAYANE GOMES FERREIRA	17739926 SSP/MT	10/08/1987
00118	LUSMAIA MARTINS NEGREIROS	711834 SSP/MT	22/10/1971
00160	MARCIA BORGES DA SILVA OLIVEIRA	14612550 SSP/MT	02/11/1983
00164	NATALIA DANIELA SANTOS RODRIGUES	23305096 SSP/MT	25/12/1992
00088	NÉLIO TIAGO LEAL	082138 SSP/MS	30/10/1962
00170	ODAIR ALBRECHET	18038883 SSP/MT	25/07/1987
00126	PATRICIA DA SILVA MANZANO	21738319 SSP/MT	26/07/1994
00074	PLATINI SIQUEIRA FERRAZ	12126071 SJ/MT	02/09/1982
00041	ROGERIO FERREIRA DA SILVA	14741377 SSP/MT	12/02/1986
00085	SEBASTIÃO SELINO PIRES DA SILVA	10785400 SSP/MT	30/08/1977
00079	SEBASTIÃO TOMÉ DE BRITO JUNIOR	22977350 SSP/MT	07/10/1992

00093	SILVANIO VICENTE DA SILVA	11502894 SJ/ MT	19/06/ 1979
00107	THASSYO HENRIQUE MARTINS RESENDE	22194410 SESP/MT	19/12/ 1992
00003	VALDEIZA RODRIGUES COELHO	6510406 SSP/ GO	11/09/ 1994
00105	VALDERINA PASCOAL DA COSTA	21224757 SSP/ MT	06/04/ 1988
00159	VALMIR MARTINS ROCHA	10577114 SSP/ MT	23/06/ 1976
00015	WASHINGTON ALVES DOS SANTOS	14650061 SEJSP/MT	13/01/ 1985
00166	WEBER BENTO MARQUES	13237365 SSP/ MT	15/04/ 1981
00156	WILIAN MARTINS RODRIGUES	21503940 SSP/ MT	19/08/ 1995
Inscritos: 36 CR - CADASTRO DE RESERVA			
Cargo: 06 - Técnico de Imobilização			
Insc.	**Nome**	**RG**	**Nascimento**
00009	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	21652244 SSP/ MT	26/11/ 1993
Inscritos: 1 CR - CADASTRO DE RESERVA			
Cargo: 07 - Técnico de Laboratório			
Insc.	**Nome**	**RG**	**Nascimento**
00021	DHYESSICA LIDIA THOME	6490406 SSP/ GO	24/02/ 1995
00029	ELAINE DA SILVA LOPES	19508069 SSP/ MT	09/01/ 1989
00020	GABRIEL RODRIGUES DA FONSECA	002935176 SSP/RN	05/12/ 1992
00129	RAYANA CRISTINA DOS SANTOS	19794576 SSP/ MT	26/10/ 1989
Inscritos: 4 CR - CADASTRO DE RESERVA			

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2019

O **Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro, Setor Xavantina, Nova Xavantina – MT, **N O T I F I C A** todos os contribuintes que estiverem em débito com a Fazenda Pública Municipal e inscritos em Dívida Ativa, relativos aos IPTU, ITU, ISS e Taxas dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, para, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data de publicação deste Edital, a regularizarem seus débitos, sob pena de cobrança judicial através de Execução Fiscal.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 12 de novembro de 2019.

Município de Nova Xavantina – MT João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2.019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 051/2.019, Processo Administrativo nº 082/2.019, o qual teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E REFORMA EM PONTES DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E FARDAMENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT, tendo sido declarado FRACASSADO por falha na documentação das empresas participantes.

Nova Xavantina – MT, 12 de novembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2019 PROCESSO N.º 022/2019

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria n° 209/2019, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte **Objeto: O presente Edital tem por objetivo a Contratação dos serviços técnicos especializados para planejamento, organização, divulgação e execução de Concurso Publico, incluindo todo material envolvido, para inscrições ilimitadas, para preenchimento de vagas existentes, no Município de Novo Horizonte do Norte Mato Grosso, conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital.**

O Credenciamento das Empresas participantes será realizado até **as 08h00 – Horário Local do dia 27 de novembro de 2019, quando terá início à sessão Pública de Pregão**, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação. O edital complementar poderá ser solicitado pelo telefone (66) 3559-1137, no portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, no endereço de e-mail: licitanovohorizontedonorte@gmail.com, e disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 12 de novembro de 2019.

Thainara Taisy de Souza

Pregoeira

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2019 PROCESSO N.º 024/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada através da Portaria 198/2019, de acordo com a Lei n° 8666/93, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO DE SUBLEITO, PAVIMENTAÇÃO COM BLOQUETES DE CONCRETO INTERTRAVADO DE (Paver 20 x 10 - 8 cm de Espessura), DRENAGEM COM GUIA MEIO FIO E SARJETAS CONJUGADAS NA AREA DE MANOBRAS, ENTRADA E SAIDA DE ONIBUS NA RODOVIARIA MUNICÍPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT,** conforme especificado no anexo I do edital. Inicio da sessão: **Dia 03/12/2019,** ás **08h00min, horário local, na sala de licitações desta prefeitura**. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão Solicitar informações no fone (66) 3559-1137 ou endereço de email licitanovohorizontedonorte@gmail.com, disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 14 de novembro de 2019.

ANDRÉ LUIZ GOMES RAZINE

Presidente CPL

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 007/2019 PROCESSO N.º 022/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada através da Portaria 198/2019, de acordo com a Lei n° 8666/93, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços. **Objeto: Contratação De Empresa Para Construção Da Casa De Velório No Lote 12, Quadra 25a, Rua Dom Vital Chitolina, No Município De Novo Horizonte Do Norte/Mt,** conforme especificado no anexo I do edital. Inicio da sessão: **Dia 29/11/2019,** ás **08h00min, horário local, na sala de licitações desta prefei-**

tura. Os interessados a adquirir cópia do edital, deverão Solicitar informações no fone (66) 3559-1137 ou endereço de email licitanovohorizontedonorte@gmail.com, disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 12 de novembro de 2019.

ANDRÉ LUIZ GOMES RAZINE

Presidente CPL

CÂMARA MUNICIPAL - EDITAL N.º 012/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 012/2.019

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. ***ADEMAR DE SOUZA PENA****, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar,* ***BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE OUTUBRO DE 2019,*** *em conformidade com o art. 52 da LRF.*

Novo Horizonte do Norte, Em 12 de Novembro de 2.019.

Ademar de Souza Pena

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 050/2019. DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO REGIME PROPRIO DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL - PREVIMUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor Antonio Mafini, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 454/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA:

Art. 1°. A suplementação Orçamentária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), em dotações do Órgão: Regime Próprio de Previdência Municipal PREVIMUNDO, em conformidade ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, por anulação parcial de dotações, nas seguintes funcionais programáticas:

12.001.09.272.0013.2100.3190-01 – Aposentadoria RPPS Pessoal Civil R$ 25.000,00 12.001.09.272.0013.2100.3390-39 – Outros Serv. Terceiros Pes. Jurídica R$ 5.000,00

Art. 2°. Para fazer frente a suplementação ora autorizada no artigo 1º deste Decreto, deduzir-se-á o mesmo montante da seguinte dotação:

12.001.09.272.0013.2100.3390-35 – Serviços de Consultoria R$ 25. 000,00

Art. 3°.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, 08 de Agosto de 2019.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Antonio Mafini Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 LEILÃO Nº 001/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Leiloeira designada pela Portaria nº. 317/2019 de 25 de outubro de 2019, torna público aos interessados que realizará leilão no **dia 29/11/2019,** às 08H00, para **LEILÃO PÚBLICO OBJETIVANDO À VENDA DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E SUCATAS, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO -MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 12 de novembro de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Leiloeira

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 060/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Classe/Nível aos Servidores Efetivos, abaixo relacionados, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
Angela Maria de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	B/04	B05	Art. 78
Claudinei Ferreira Domingues	Motorista	C/04	C/05	Art. 78
Ilizandra Liotto	Tecnica de Enfermagem	C/04	C/05	Art. 78
João Gentilini	Auxiliar de Serviços Gerais	C/04	C/05	Art. 78
Maria Anailda Ribeiro da Silva	Agente Administrativo	E/04	E/05	Art. 78
Maristela Fey Magalhaes	Auxiliar de Serviços Gerais	C/04	C/05	Art. 78
Taciane Salvi	Bioquimica	C/04	C/05	Art. 78

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 08 de outubro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 342 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES E USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA:

RESOLVE:

I- NOMEAR o servidor **Sr. RAFAEL DA SILVA FERREIRA,**inscrito no CPF/MF sob o n° 040.266.721-23 e portador do RG sob o nº 22739580 SEJESP/MT, como responsável técnico pela fiscalização das seguintes obras abaixo especificada:

- Objeto: Reforma da sede da Vigilância Sanitária do município de Paranatinga-MT.

II- A fiscalização deverá ser efetuada através de medições, relatórios e Termos de Ocorrência.

III- Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta municipalidade.

IV- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

V – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT. 12 de novembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1676/2019.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. **Josimar Marques Barbosa,** no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1818/2019, de 05 de novembro de 2019, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 215.276,60 (Duzentos e Quinze Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta Centavos) **no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT.** conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Especial.:

06.002.12.361.0005.1215.4490.51.00.00.

Fonte.:0.1.15.000000 - Transf. de Rec. do Fundo Nacional do Des. da Educações – FNDE.....R$ 215.276,60

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 215. 276,60

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

06.002.12.361.0005.2040.3390.30.00.00.

Fonte.:0.3.15.000000 - Transf. de Rec. do Fundo Nacional do Des. da Educações – FNDE...R$ 215.276,60

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 215.276,60

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 05 de novembro de 2019.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

05 / 11 / 2019.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 343 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I- PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a contar de 12 de novembro de 2019, o prazo para conclusão dos trabalhos do processo em desfavor do servidor Lorival Ferreira Pereira, referente ao Processo n° 005/2019 por meio desta COMISSÃO constituída pela Portaria n. 216/2019, de 01 de julho de 2019, publicada no dia 03 de julho de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios AMM.

II – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 12 de novembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 341 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I- SUSPENDER, por prazo DETERMINADO ATÉ FEVEREIRO DE 2020, o processo em desfavor do servidor LOURIVAL FERREIRA PEREIRA, referente ao Processo n° 004/2019, por meio desta COMISSÃO constituída pela Portaria n. 216/2019, de 01 de JULHO de 2019, publicada no dia 03 de JULHO de 2019, no Jornal Oficial dos Municípios AMM.

II – Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de novembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 338 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **Assumir interinamente,** sem acréscimo de vencimentos**, a Secretaria Municipal de Assistência Social,** pelo prazo de 30 diasno período de 23 de outubro de 2019 a 22 de novembro do corrente ano, nos termos do artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

II - Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 23 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 05 de novembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 337 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. SUIZA HELENA BRITO DE OLIVEIRA ROCHA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.558.091-66 ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2011/2016	14/10/2019 À 12/01/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 14 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 05 de novembro de 2019

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 336 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais e;

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do Art. 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora **Sra. ELIZETE STUCH**, Matrícula 2310, portadora do RG sob o nº 2020961-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 001.728.051-63, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE"**, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data de 01 de novembro de 2019.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 05 de novembro de 2019

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 335 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

"COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- NOMEAR os membros da Comissão de Acompanhamento da aplicação do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranatinga - MT, composta pelos seguintes membros:

Luciana Francisca da Silva Costa, inscrita no CPF nº 550.442.801-78, Daniel Schilo, inscrito no CPF nº 004.682.690-45, BRUNA REINDEL DIAS, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.832.681-60; Rosemar Antônio Rocha, inscrito no CPF nº, Devenilson da Silva, inscrito no CPF nº 627.850.421-15

II – Esta Portaria entra em vigor com data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 05 de novembro de 2019

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 334 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA O ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA OBRA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES E USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA:

RESOLVE:

I- NOMEAR o servidor **Sr. RAFAEL DA SILVA FERREIRA,**inscrito no CPF/MF sob o n° 040.266.721-23 e portador do RG sob o nº 22739580 SEJESP/MT, como responsável técnico pela fiscalização das seguintes obras abaixo especificada:

- Objeto: Construção de Recipiente para Resíduos Sólidos (lixeiras) do município de Paranatinga-MT.

II- A fiscalização deverá ser efetuada através de medições, relatórios e Termos de Ocorrência.

III- Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta municipalidade.

IV- Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 31 de outubro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

V – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT. 05 de novembro de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 074/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 074/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Materiais de Consumo e Materiais Permanentes para Odontologia** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS	03.652.030/0001-70	R$ 4.800,00
DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA ME	18.337.759/0001-20	R$ 103.367,76
GOLDENPLUS COM DE MEDICAMENTOS E	17.472.278/0001-64	R$ 47.320,00
OLMIR IORIS & CIA LTDA - EPP	70.429.956/0001-99	R$ 20.400,00
EXEMPLARMED COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA -	23.312.871/0001-46	R$ 2.248,50
DENTAL HIGIX PROD ODONTO MEDICOS HOSP	26.240.632/0001-16	R$ 50.150,80
DENTAL OESTE EIRELI - EPP	05.412.147/0001-02	R$ 54.989,40
HIPERDENTAL COM E REP DE PROD ODONT E MED	13.994.852/0001-93	R$ 83.423,12
DX INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E	02.228.938/0001-99	R$ 11.015,52
BHDENTAL COMERCIAL EIRELI - EPP	29.312.896/0001-26	R$ 89.900,00
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO	22.862.531/0001-26	R$ 54.392,40
TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	32.364.822/0001-48	R$ 2.448,00
F K PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI	12.655.741/0001-90	R$ 52.967,54
PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	29.700.587/0001-23	R$ 317.184,96
CIRURGICA PARMA LTDA ME	10.368.534/0001-29	R$ 229.761,00

Em 11 de novembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PARANATINGAPREV
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO

Contratante: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga – **PARANATINGAPREV. Contratado: Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV. CNPJ: 26.469.179/0001-14. Objeto:** O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os consorciados nos termos do art. 8° da Lei n° 11.107/05. **Fundamento Legal:** Lei Federal n° 11.107/05; Decreto 6.017/07; Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal n.º 8.666/93; Lei Municipal 1.772/2019. **Prazo:** Agosto a Dezembro/2019. **Valor Total:** R$1.560,00 (Um mil, quinhentos e sessenta reais). **Data de Assinatura:** 31/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 011/2019	**DATA: 12/11/2019**
CONTRATADO: MARCIONE ALVES PERROT – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.891.635/0001-29.	
OBJETO: "CONSTRUÇÃO DE FRIGORÍFICO PARA PESCADO NAS PROXIMIDADES DA BR 364, KM 178 NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT, CONFORME Nº 861685/2017 DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO – OESTE – SUDECO".	
R$ 963.878,05 (novecentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e oito reais e cinco centavos),	**VIGÊNCIA: 06/12/2020**
DOTAÇÃO: 06.001.11.03.44.90.51.00.00 06.001.2174. 44.90.51.00.00	

DECRETO N.º 167/2019 - PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL EFETIVADOS

DECRETO Nº 167/2019

12 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34ª do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO a efetivação correspondente ao mês de novembro/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional aos servidores:

PROGRESSÃO VERTICAL - NOVEMBRO/2019

MAT	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	CLASSE NIVEL/ATUAL	CLASSE NÍVEL A ELEVAR
5289	Daniel Teixeira Rodrigues	Enfermeiro(a)	07/11/2016	A-01	A-03
5290	Walter Ribeiro Filho - Motorista	Motorista	07/11/2016	A-01	A-03
5292	Wuly Caroline Silva Badoró	Odontólogo(a)	07/11/2016	A-01	A-03
5293	Vanessa Érika Pereira Silva Cardoso	Enfermeiro(a)	16/11/2016	A-01	A-03
5294	Jamal Costa Abdo	Médico Clínico Geral do Hospital/Sede	18/11/2016	A-01	A-03
5296	Caroline Schneider de Oliveira	Odontólogo(a)/Sede	22/11/2016	A-01	A-03
5297	Karine Lopes Alves	Enfermeiro(a)	29/11/2016	A-01	A-03
5298	Renata de Oliveira	Enfermeiro(a)	29/11/2016	A-01	A-03

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 054/2019

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL SRP – COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM EXCLUSIVIDADE PARA ME e EPP nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

Objeto:Registro de Preço para futura e eventual aquisições de Condicionadores de Ar, de acordo com a Demanda das Secretarias Municipais de Pedra Preta/MT, *conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.*

Data da Abertura: Dia 28/11/2019 às 09h30min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br ou telefone (66) 3486-4416.

Pedra Preta - MT, 12 de Novembro de 2019.

_____

LUCAS CALDEIRA DE ABREU

Pregoeiro

DECRETO Nº 166/2019 - EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES

11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre efetivação no serviço público municipal, os funcionários aprovados em Concurso Público nº 001/2016.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constatou a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

DECRETA*:*

ART. 1º - Ficam efetivados no Serviço Público Municipal, os funcionários concursados relacionados no anexo I, que passa fazer parte integrante e inseparável do presente Decreto.

ART. 2º - A efetivação dos funcionários constante do anexo I está sujeito ao cumprimento das normas e disciplinas exigidas por Lei em vigor, bem como aquelas que vierem a ser instituídas no que tangem direitos e deveres.

ART. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

ANEXO I

MAT	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO
5293	VANESSA ERIKA PEREIRA SILVA CARDOSO	ENFERMEIRA	16/11/2016
5294	JAMAL COSTA ABDO	MEDICO CLINICO GERAL DO HOSPITAL/SEDE	18/11/2016
5296	CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGA	22/11/2016
5297	KARINE LOPES ALVES	ENFERMEIRA	29/11/2016
5298	RENATA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA	29/11/2016

DECRETO N.º 166-2019 - EFETIVAÇAO DE SERVIDORES

DECRETO Nº 166/2019.

11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre efetivação no serviço público municipal, os funcionários aprovados em Concurso Público nº 001/2016.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constatou a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

DECRETA*:*

ART. 1º - Ficam efetivados no Serviço Público Municipal, os funcionários concursados relacionados no anexo I, que passa fazer parte integrante e inseparável do presente Decreto.

ART. 2º - A efetivação dos funcionários constante do anexo I está sujeito ao cumprimento das normas e disciplinas exigidas por Lei em vigor, bem como aquelas que vierem a ser instituídas no que tangem direitos e deveres.

ART. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

ANEXO I

MAT	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO
5293	VANESSA ERIKA PEREIRA SILVA CARDOSO	ENFERMEIRA	16/11/2016
5294	JAMAL COSTA ABDO	MEDICO CLINICO GERAL DO HOSPITAL/SEDE	18/11/2016
5296	CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGA	22/11/2016
5297	KARINE LOPES ALVES	ENFERMEIRA	29/11/2016
5298	RENATA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA	29/11/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 011/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Tomada de Preço **011/2019-TP.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 011/2019,** a escolha da proposta mais vantajosa para **"CONSTRUÇÃO DE FRIGORÍFICO PARA PESCADO NAS PROXIMIDADES DA BR 364, KM 178 NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT, CONFORME Nº 861685/2017 DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO – OESTE – SUDECO",** mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI para Serviços - ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital. O aviso de abertura de licitação da **Tomada de Preço nº 011/2019.**

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **MARCIONE ALVES PERROT – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.891.635/0001-29.**

Valor da Proposta desendo: **963.878,05 (novecentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e oito reais e cinco centavos).**

Proceda - se a contratação da empresa**: MARCIONE ALVES PERROT – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.891.635/0001-29.**

Pedra Preta - MT, 12 de Novembro de 2019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

ORDEM DE SERVIÇOS CONTRATO Nº 079/2019

OBJETO: "CONSTRUÇÃO DE FRIGORÍFICO PARA PESCADO NAS PROXIMIDADES DA BR 364, KM 178 NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT, CONFORME Nº 861685/2017 DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO – OESTE – SUDECO".

Prezado Senhor,

Fica a empresa **MARCIONE ALVES PERROT ME**,inscrita no **CNPJ nº 17.891.635/0001-29,** autorizada a partir da assinatura deste instrumento, a iniciar a prestação dos serviços de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSTRUÇÃO DE FRIGORÍFICO PARA PESCADO NAS PROXIMIDADES DA BR 364, KM 178 NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT, CONFORME Nº 861685/2017 DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO – OESTE – SUDECO,** conforme **Contrato nº 079/2019**, não comprimento do prazo dessa autorização poderá ocasionar o cancelamento do Contrato.

Forma de pagamento: O pagamento será efetuado parceladamente, de acordo as medições realizadas pelo Departamento de Engenharia o valor total da obra é de **R$ 963.878,05 (novecentos e sessenta e três mil oitocentos e setenta e oito reais e cinco centavos).** Para o recebimento do pagamento, o contratado, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, cópia das respectivas requisições de serviço e Certificado de Regularidade do FGTS e a CND do INSS...

Prazos: A vigência do presente Contrato **será de 390 (trezentos e noventa dias) dias**, sendo que o prazo para **execução da Obra será de 300 (trezentos) dias, os prazos serão contados a partir da aprovação do Processo Licitatório nos órgãos competentes pelo repasse do Convênio, após a aprovação a empresa supracitada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para iniciar a execução da obra, a mesma poderá ser antecipada mediante o cumprimento total do objeto contratado, se houver necessidades da Administração nesse sentido.**

A dotação utilizada:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1103 – Construir Frigorífico de Peixes

44905100000 – Obras e Instalações

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

2174 – Construir Tanques de Piscicultura

44905100000 – Obras e Instalações

Pedra Preta – MT, 12 de Novembro de 2019.

_____ **JUVENAL PEREIRA BRITO** **PREFEITO MUNICIPAL** **CONTRATANTE**	_____ **MARCIONE ALVES PERROT ME** **CNPJ: 17.891.635/0001-29** **CONTRATADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 097/2019

DECRETO Nº 097, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ALTERA O ARTIGO 11 DO DECRETO Nº 041, DE 15 DE MAIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 11 do Decreto nº 041, de 15 de Maio de 2019, qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - A Comissão de Avaliação deverá elaborar o Laudo de Avaliação do imóvel a ser regularizado com base nos valores constantes no Anexo I B – Tabela I, da Lei Complementar nº 40/2014, alterada pela Lei Complementar nº 71, de 28 de dezembro de 2018."

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 041, de 15 de Maio de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 08 dias de Novembro de 2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.959 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO RODEIO EM POCONÉ-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta lei institui o dia municipal do Rodeio.

Art. 2º Fica instituído o dia municipal do Rodeio, que será comemorado todo dia 04 de outubro de cada ano.

Art. 3º A data instituída por esta lei passará a constar do Calendário Oficial.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé/MT, 12 de novembro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.965 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Por força desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares ás dotações do Orçamento Municipal Vigente, Lei Municipal nº 1.916/2018 – Lei Orçamentária Anual 2019, que se tornarem insuficientes, no limite de 20%(vinte por cento) da despesa inicialmente orçada, tendo como fonte os recursos dispostos nos itens I, II e III, do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e nos moldes do artigo 167, VI da Constituição Federal realocar recursos orçamentários no âmbito da Administração Direta e Administração Indireta, a titulo de Transposição, Transferências e Remanejamento de Créditos Orçamentários desde que não haja prejuízos á execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2019, revogando – se as disposições em contrário.

Poconé / MT, 12 de novembro de 2019.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.967 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.733/2013 QUE TRATA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ E A LEI MUNICIPAL 1.688/2012 QUE TRATA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1o - Ficam inseridos os incisos VIII, IX, X no Art. 5o da Lei Municipal n° 1.733 de 02 de dezembro de 2013, passando a vigorará com a seguinte redação:

Artigo 5º - Ficam criados os cargos:

I - Secretario Municipal de Planejamento e Administração.

II – Secretário Municipal de Finanças

III – Secretário Adjunto de Finanças

IV - Superintendente de Compras e Almoxarifado

V - Diretor de Contratos e Convênios

VI - Diretor de Tecnologia da Informação

VII - Diretor de Patrimônio

VIII – Secretario Adjunto de Planejamento e Administração

IX – Gerente de Almoxarifado

X - Conciliador do PROCON

Artigo2º - Fica alterado o artigo 10 da Lei Municipal 1.733 de 02 de dezembro de 2013, passando a estrutura organizacional a vigorar com a seguinte redação:

III – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

1.1. Secretária Adjunta de Planejamento e Administração

1.2. Superintendência de Recursos Humanos

1.3. Superintendência de Compras e Almoxarifado

1.3.1. Gerente de Compras

1.3.2. **Gerente de Almoxarifado**

1.4. Departamento de Patrimônio

1.5. Departamento de Tecnologia da Informação

1.6. Departamento de Contratos e Convênios

1.7. **Conciliador do PROCON**

2. SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS

2.1. Secretária Adjunta de Finanças

2.1.1. Superintendência de Contabilidade

2.1.2. Gerência de Lançamentos Contábeis

2.2. Departamento de Finanças

2.3. Departamento de Tributos

Artigo 3° - Fica Alterado o Anexo I - Direção e Assessoramento Superior de Livre Nomeação e Exoneração da Lei 1.688/2012, conforme Anexo I desta Lei.

Artigo 4°–As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5° –As disposições desta Lei vinculam-se integralmente ao Regime Jurídico Único dos Servidores da Prefeitura Municipal de Poconé-MT.

Artigo 6° – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições contrárias á esta Lei.

Poconé/MT, 05 de novembro de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

ANEXO I

CÓDIGO	CARGO	QUANTIDADE	LOTAÇÃO	SUBSIDIO EXTERNO	GRATIFICAÇÃO INTERNA
DAS - 2	Secretário Adjunto de Planejamento e Administração	01	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	R$. 2. 800,00	Adicional de 50% sobre Vencimento da carreira.
CÓDIGO	**CARGO**	**QUANTIDADE**	**LOTAÇÃO**	**SUBSISDIO EXTERNO**	**GRATIFICAÇÃO INTERNA**
DAS - 3	Conciliador do PROCON	01	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	R$. 2. 200,00	Adicional de 40% sobre Vencimento da carreira.
CÓDIGO	**CARGO**	**QUANTIDADE**	**LOTAÇÃO**	**SUBSISDIO EXTERNO**	**GRATIFICAÇÃO INTERNA**
DAS -4	Gerente de lançamentos contábeis Gerente de Almoxarifado	03 01	Secretaria Municipal de finanças Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	R$: 1.700,00 R$: 1.700,00	Adicional de 40% sobre Vencimento da Carreira. Adicional de 40% sobre Vencimento da Carreira.

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.960 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO Á PRATICA DE FUTEBOL FEMININO, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Poconé, o “Programa de Incentivo á Pratica de Futebol Feminino”.

Parágrafo Único - Para os fins desta Lei, entende-se por futebol as diversas formas de pratica deste esporte, tais como futebol de campo, futebol de salão (futsal), futebol society e futebol de areia.

Art. 2º - Consiste o Programa na promoção de torneios, campeonatos e eventos, bem como na destinação de espac**?**os voltados á prática de futebol feminino.

Art. 3º - O Programa de que trata esta lei deverá ser desenvolvido nas escolas da Rede Municipal de Ensino, nos equipamentos esportivos da administração direta e indireta, nos parques e próprios municipais, ou em outros locais apropriados para este fim.

Art. 4º - Visando á implantação dos objetivos previstos nesta lei, faculta-se ao Executivo a celebração de convênios e demais ajustes permitidos pela legislação, inclusive a transferência de numerário e materiais, com entidades privadas, bem como com ligas e entidade de administração do desporto, na modalidade Futebol Feminino.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orc?amentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé / MT, 12 de novembro de 2019.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.966 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ-CISVARC QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE ACORIZAL, BARÃO DE MELGAÇO, CHAPADA DOS GUIMARÃES, CUIABÁ, JANGADA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, PLANALTO DA SERRA, POCONÉ, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, CÁCERES, NOBRES, VÁRZEA GRANDE E ROSÁRIO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Poconé - MT no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CUIABÁ-MT, denominado **CISVARC,** ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 24 de agosto de 2019que **entre si firmam os Municípios de ACORIZAL, BARÃO DE MELGAÇO, CHAPADA DOS GUIMARÃES, CUIABÁ, JANGADA, NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, NOVA BRASILÂNDIA, PLANALTO DA SERRA, SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, CÁCERES, NOBRES, VÁRZEA GRANDE e ROSÁRIO OESTE** com a finalidade de instituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CUIABÁ-MT-CISVARC para aquisição de medicamentos e serviços no âmbito do Estado de Mato Grosso, denominado "CISVARC", sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/2015, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13.019/2014 e 13. 204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui OBJETO de o Cisvarc promover a gestão associada de bens e serviços públicos de saúde da região denominada baixada cuiabana de forma sustentável e com equidade social, articulando ações públicas federais, estaduais e municipais, assim como apoio de organizações da sociedade civil e demais da iniciativa privada, com foco na melhoria das ações e serviços públicos de saúde..

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CISVARC" disporá sobre à organização e ao funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CISVARC" previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente conorciado que não consignar, nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos

adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do consócio público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do "CISVARC".

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Poconé / MT, 29 de outubro de 2019.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.964 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

TRANSFORMA TRECHO DA RUA PRESIDENTE MARQUES EM MÃO ÚNICA, CIDADE DE POCONE - MT.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Rua Presidente Marques trecho entre a Rua Antônio João e a Rua Barão de Poconé fica transformada em via mão única, no sentido Rua Antônio João, Rua Barão de Poconé.

Parágrafo único. O chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após a publicação desta Lei, determinará a instalação das placas de sinalização, orientando o uso do trecho da via publica considerada mão única.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º As disposições em contrário ficam revogadas.

Poconé / MT, 12 de novembro de 2019.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 225/GP/2019

PORTARIA 225/GP/2019 Em 12 de Novembro de 2019.

"Concede autorização de baixa de bens móveis inservíveis de órgãos da administração pública do município de Pontal do Araguaia-MT e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Conceder autorização de baixa de bens móveis inservíveis de órgãos da administração pública do município de Pontal do Araguaia-MT, abaixo especificados, conforme Processo nº 002/2019 de Baixa de Bens.

COD	PLAQUETA	DISCRIMINAÇÃO DO BEM	DATA	VALOR
4596	2097	APARELHO TELEFONICO	25/04/2005	13,49
21056	2429	GRAVADORA CD/DVDMARCA LG COR BRANCA	15/02/2006	91,85
20100	**2168**	CAMERA DIGITAL OLIMPUS 5.1	18/08/2005	527,00
1859	**1751**	KIT DURON 1 1 GHZ AMD 128 MB DIMM C/ UNID DISCO RIG 20	03/07/2003	947,06
785	**1397**	MESA PARA PROFESSOR COM GAVETAS	19/02/2002	125,63
269	**1327**	MESA REUNIAO REDONDA 110X110 CZ/CZ	29/08/2002	129,09
3514	**2069**	POLTRONA PRES. TECIDO INJ C/ COST. BASE A GAS C/ BRAÇO	30/03/2005	107,85
20980	2360	TELEFONE INTELBRAS PREMIUM	06/01/2006	20,97
28636	**3995**	CELULAR VIVO LG KP109 PRE COM SIM CARD PRE PAGO	24/02/2010	87,01
193	**1284**	IMPRESSORA CHEQUE BEMATECH	28/01/2002	1.204,21
20226	**2294**	IMPRESSORA DE CHEQUE DP 20 BEMATECH FAT DIRETO	20/09/2005	767,35
20966	**2346**	IMPRESSORA HP LASERJET 1160	03/01/2006	880,06
49	**1073**	ESTABILIZADOR DE ENERGIA	03/10/2001	51,12
57	**1081**	CADEIRA FIXA TECIDO	18/10/2001	43,32
22991	**2889**	ESTABILIZADOR MICRO MILENIUN TS PLUS	28/02/2007	31,61
20971	**2351**	GABINETE 4 B 450W COM CX SOM 320W, DRIVE DISQ.E 1.44	05/01/2006	509,96
20975	**2355**	GABINETE 4B IEMEX COM CX DE SOM 320W, DRIVE DISQ.	05/01/2006	550,12
3161	**1864**	HUB 24 PORTAS	15/03/2004	591,51
3294	**1995**	MESA DE 1.80x0.80	01/12/2004	167,90
1285	**957**	MESA DE FORMICA	06/07/1998	12,80
25206	**3220**	MESA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,93
23116	**2951**	MESA ESCRIVANIA 120 CM	09/05/2007	158,77
3156	**1859**	MONITOR 15 POL	13/01/2004	189,42
1953	**1845**	MONITOR 15 POLEGADAS	19/11/2003	258,53
1290	**962**	REFRIGERADOR PROSDOCIMO R26	06/07/1998	48,64
190	**159**	PERCIANA VERTICAL JUTA RESINADA	06/07/1998	129,96
10	**1**	PERSIANA VERTICAL JUTA RESINADA TIPO B	06/07/1998	194,94
128	**122**	PERCIANA VERTICAL JUTA RESINADA	06/07/1998	129,96
3533	**2088**	PURIFICADOR AGUA PURIMAX	12/04/2005	87,34
155	**1687**	ASSENTO/ENCOSTO TEC. RETO/BASE SEC./ENCOSTO L TUB	12/06/2002	77,11
231	**193**	CADEIRA FIXA NAPA	25/01/2000	32,06
1950	**1842**	KIT 810 ATHLON 1700256 UN DISCO RIG 20GB E DRIVE CD	19/11/2003	657,83
3155	**1858**	KIT ADM ATLHOM XP 2000 COM 128MB DISCO RIG IDE 20GB	13/01/2004	773,01
3157	**1860**	NOBREAK 650 VA SMS	13/01/2004	163,82
3302	**2003**	NOBREAK 650 VA SMS	13/01/2004	163,82
25850	3383	TELEFONE INTEL S/F LUMI 2.4 GHZ	04/09/2008	67,97
3284	1987	VENTILADOR DE PAREDE	14/07/2004	154,48
3285	1988	VENTILADOR DE PAREDE	14/07/2004	154,48
25223	3237	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25224	3238	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25225	3239	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25226	3240	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25227	3241	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25228	3242	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25229	3243	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
25230	3244	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	27/05/2008	43,92
913	678	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	25/01/2000	18,95
524	484	MESA COMP FORMICA	06/07/1998	72,59
23459	3045	PURIFICADOR DE AGUA SOFT	14/11/2007	340,41
774	1385	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA	16/01/2002	70,18
780	1391	CADEIRA FIXA AZUL	21/08/2002	30,33
919	684	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	25/01/2000	18,95
928	693	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	25/01/2000	18,95
1416	744	CADEIRA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
306	265	MESA DE MADEIRA SIMPLES	06/07/1998	86,64
24128	3092	CARRINHO DE MAO	17/01/2008	65,98
296	**255**	GELADEIRA ELETROLUX R310	06/07/1998	346,54
22948	2852	CAIXAS DE SOM 180 W	23/02/2007	17,59
22951	2855	CAIXAS DE SOM 180 W	23/02/2007	17,59
22952	2856	CAIXAS DE SOM 180 W	23/02/2007	17,59
22955	2859	CAIXAS DE SOM 180 W	23/02/2007	17,59
22958	2862	CAIXAS DE SOM 180 W	23/02/2007	17,59
20235	2303	FILTRO LINHA ADSL	05/10/2005	8,14
1384	1044	FOGAO 02 BOCAS DAKO INDUSTRIAL 02 BOTIJAO	06/07/1998	53,76
303	262	FOGAO DAKO SEMP IND 02 BOCAS C BOTIJAO	06/07/1998	56,32
304	263	FOGAO DAKO SEMP IND 02 BOCAS C BOTIJAO	06/07/1998	56,32
305	264	FOGAO DAKO SEMP IND 02 BOCAS C BOTIJAO	06/07/1998	56,32
1891	1783	KIT 810 DURON 1300128 UN DISCO RIG 20GB E CD 52X GB	14/10/2003	591,28
1892	1784	KIT 810 DURON 1300128 UN DISCO RIG 20GB E E CD 52X GB	14/10/2003	591,28
3276	1979	KIT AMD DURON 1.6 GB DISCO RIG 20GB COM DRIVE CD	15/03/2004	966,61
3277	1980	KIT AMD DURON 1.6 GB DISCO RIG 20GB COM DRIVE CD	15/03/2004	966,61

297	256	MIMEOGRAFO	06/07/1998	129,96
22903	2814	MODEM ADSL DLINK 1500 B	28/02/2007	140,07
816	1693	NO BREACK RAGTECK 0650 KVA	11/09/2002	285,90
503	462	OCILANTE DE PAREDE	17/09/1999	119,56
589	549	OCILANTE DE PAREDE	17/09/1999	119,56
536	596	OCILANTE DE PAREDE	17/09/1999	119,56
562	522	OCILANTE DE PAREDE	17/09/1999	142,95
563	523	OCILANTE DE PAREDE	17/09/1999	142,95
526	486	VENTILADOR ARNO 3 VEL. 50CM	06/07/1998	38,99
1196	1307	BEBEDOURO DE GARRAFAO	16/03/2002	127,99
8096	2131	MONITOR BRAVIEW 15 "	23/05/2005	135,80
1165	1241	ELETROESTIMULADOR COM CORRENTE GALVANICA	01/10/2001	285,51
1154	1230	ESCADA DE CANTO COM RAMPA E CORRIMAO	01/10/2001	722,08
1187	1263	ROLO TIPO FEIJAO 40 CM MARCA CARCI	01/10/2001	87,03
1164	1240	TABUA DE EQUILIBRIO RETANGULAR MARCA CARCI	01/10/2001	30,67
22085	**2699**	APARELHO TELEFONICO SIEMIES	03/05/2006	20,96
1193	**1303**	APR CELULAR SERIE 11503271793	21/03/2002	158,19
103	**84**	CADEIRA FIXA F-100 CADEIRADE	17/06/1999	10,40
1152	**1228**	ESFIGNOMANOMETRO	19/10/2001	39,42
1028	1192	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	04/09/2001	12,80
25877	3410	CADEIRA PLASTICA	08/09/2008	59,92
1462	1451	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1495	1484	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1572	1561	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1022	1186	MICRO COMPUTADOR AMD DORON 750 MHZ MONITOR 14’	01/11/2001	718,23
23377	3042	BANQUETA AZUL	05/11/2007	113,47
21058	2431	BIOMBO TRIPLO PRATA	20/02/2006	169,52
3	17	ESCRIVANINHA 06 GAVETAS COMPENSADO	06/07/1998	259,91
1451	1440	MESA EM PLASTICO	17/01/2002	33,28
979	755	MESA FORMICA P PROFESSOR	06/07/1998	61,44
1034	1206	MESA PARA REUNIAO- VELHA	08/11/2001	125,43
8095	2130	MONITOR BRAVIEW 15 "	23/05/2005	135,80
176	146	CADEIRA FIXA DE MADEIRA	06/07/1998	43,32
1123	872	MESA DE MADEIRA 01 GAVETA	06/07/1998	43,52
1147	1223	ESCADA DE FERRO DE 02 DEGRAUS	19/10/2001	26,61
1197	1308	VENTILADOR PEDESTAL 50CM	16/03/2002	71,67
20248	2316	TERMOMETRO CABO ESTENSOR	11/11/2005	23,40
20232	**2300**	AMBU REANIMADOR INFANTIL	22/09/2005	31,86
21452	**2680**	APARELHO DE PRESSAO COM ESTETO	19/04/2006	69,20
1003	**779**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
1030	**1194**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
1031	**1195**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
1032	**1196**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
1033	**1197**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	12,80
1035	**1207**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	13,31
1036	**1208**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	13,31
1037	**1209**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	06/07/1998	13,31
990	**766**	CAIXA INOX PARA SALA DE CURATIVO PEQUENA	06/07/1998	38,40
980	**756**	FERRO PASSAR ROUPA BLACK DECKER	06/07/1998	12,80
1023	**1187**	IMPRESSORA HP APOLO	01/11/2001	132,59
	778	MESA COMP 03 GAVETAS	06/07/1998	61,44
22438	**2735**	COLCHAO ORTOBOM D-33 78x18	17/08/2006	139,02
23143	2973	CAIXA DE SOM 200W PMPO	24/05/2007	34,74
21274	2581	CAMERA OLYMPUS TRIP 100 R	09/03/2006	81,53
1856	1748	GAZEBO PALACE 3X3 TENDA	03/04/2003	153,56
1857	1749	GAZEBO PALACE 3X3 TENDA	03/04/2003	153,56
1858	1750	GAZEBO PALACE 3X3 TENDA	03/04/2003	153,56
1463	1452	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1489	1478	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1497	1486	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1545	1534	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1548	1537	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1568	1557	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1584	1573	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1612	1601	CADEIRAS EM PLASTICO	17/01/2002	10,24
1029	**1193**	CADEIRA FIXA NAPA PRETA	04/09/2001	12,80
803	**1415**	TECLADO TRONI	28/01/2002	23,40

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia, 12 de Novembro de 2019.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2019

PREGÃO PRESENCIAL– SRP N.º 030/2019

A Prefeitura de Pontal do Araguaia estabelecida na Rua Padre Sebastião Teixeira, 23, Centro, na Cidade de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10. 520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 Decreto Federal n° 3.555/2000, bem como, o Decreto Municipal n.º 557/2007, estará realizando licitação na modalidade **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, ASSESSORIA EM PRESTAÇÕES DE CONTAS, NORMATIZAÇÕES E PLANEJAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES NO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA/MT**, **conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.** Através de sua Pregoeira, torna público a todos os interessados que o PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 030/2019, com abertura marcada para o dia 14/11/2019 às 13:00 horas, fica **PRORROGADA** para o dia **25 de novembro de 2019 às 11:00 horas.**

MOTIVO: Correção de Cláusulas Editalícias e adequações necessárias na planilha eletrônica atendendo assim o Interesse Público

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.pontaldoaraguaia.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** do EDITAL E **PROPOSTA ELETRONICA** para elaboração da Documentação e proposta de preço.

Pontal do Araguaia-MT, 12 de novembro de 2019.

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.85/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 50/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: AUTO POSTO TIGRÃO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ/MF nº. 20.499.184/0001-93

Valor total R$ 253.250,00 (Duzentos e cinqüenta e três mil Duzentos e Cinqüenta reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 01/11/2019.

OBJETO: Ata de Registro de Preço visa registrar os preços para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de Aquisição de Óleos Lubrificantes e Graxas, com entrega em Porto Alegre do Norte –MT.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 033/2019. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 887/2019

EDITAL Nº 033/2019.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 887/2019 – "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A LEI 887/2019, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 887/2019, - PPP - INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

LEI Nº 887/2019,

11 DE NOVEMBRO DE 2019.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Daniel Rosa do Lago, Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Parcerias Público Privadas, com função de disciplinar e promover a realização de parcerias público privadas no âmbito da Administração Pública, em áreas de atuação pública de interesse social ou econômico.

Art. 2º - As parcerias públicas privadas obedecem ao disposto na legislação em vigor, em especial ao disposto a respeito de licitações, de contratos públicos e de concessões, e na Lei Federal nº. 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e suas alterações.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

SEÇÃO I

DO CONCEITO E DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º - Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão nas modalidades patrocinada ou administrativa, assim conceituadas:

I - concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;

II - concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Parágrafo Único - Nos termos estabelecidos em cada caso, o particular pode participar da implantação, do desenvolvimento e assumir a condição de encarregado de serviços, de atividades, de obras ou de empreendimentos públicos, bem como da exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos e ser remunerado, segundo o seu desempenho, na execução das atividades contratadas, observadas as seguintes diretrizes:

I - indelegabilidade das funções reguladora, controladora e do exercício do poder de polícia do Município e outras atividades exclusivas de Estado, serviços de julgamento de recursos administrativos e serviços jurídicos;

II - eficiência na execução das políticas públicas e no emprego dos recursos públicos;

III - qualidade e continuidade na prestação dos serviços;

IV - respeito aos interesses e aos direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

V - repartição objetiva dos riscos entre as partes;

VI - garantia de sustentabilidade econômica da atividade;

VII - estímulo à competitividade na prestação de serviços;

VIII - responsabilidade fiscal na celebração e na execução de contratos;

IX - universalização do acesso a bens e a serviços essenciais;

X - publicidade e clareza na adoção de procedimentos e de decisões;

XI - remuneração do contratado vinculada ao seu desempenho;

XII - participação popular mediante audiência pública.

SEÇÃO II

DO OBJETO

Art. 4º - Pode ser objeto de parceria público-privada:

I - a delegação, total ou parcial, da prestação ou da exploração de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública;

II - o desempenho de atividade de competência da Administração Pública, precedido ou não da execução de obra pública;

III - a execução de obra para a Administração Pública;

IV - a execução de obra para sua alienação, para sua locação ou para seu arrendamento à Administração Pública;

V - a construção, a ampliação, a manutenção, a reforma e a gestão de instalações de uso público em geral, bem como de vias públicas e de terminais municipais, incluídas as recebidas em delegação.

§ 1º - As modalidades contratuais previstas nesta Lei, bem como as demais modalidades de contratos previstas na legislação em vigor, poderão ser utilizadas, individual, conjunta ou concomitantemente, em um mesmo projeto de parceria público-privada, podendo submeter-se a um ou mais processos de licitação.

§ 2º - Nas concessões e nas permissões de serviço público, a Administração Pública poderá oferecer ao parceiro privado contraprestação adicional à tarifa cobrada do usuário, ou, em casos justificados, arcar integralmente com sua remuneração, na forma prevista no art. 2º da Lei Federal nº. 11. 079, de 2004 e suas alterações.

§ 3º - Nas hipóteses em que a concessão inclua a execução de obra, ao término da parceria público privada, a propriedade do bem móvel ou imóvel caberá à Administração Pública, independentemente de indenização, salvo disposição contratual em contrário.

Art. 5º - Na celebração de parceria público privada, é vedada a delegação ao ente privado, sem prejuízo de outras vedações previstas em lei, das seguintes competências:

I - edição de atos jurídicos com fundamento em poder de autoridade de natureza pública;

II - as competências de natureza política, normativa, regulatória ou que envolvam poder de polícia;

III - direção superior de órgãos e de entidades públicos;

IV - as demais competências municipais cuja delegação seja vedada por lei.

§ 1º - É vedado ao ente privado o acesso a banco de dados que contenha informações de natureza sigilosa.

§ 2º - Quando a parceria envolver a totalidade das atribuições delegáveis da entidade ou do órgão público, a celebração do contrato dependerá de prévia autorização legal para a extinção do órgão ou da entidade.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar concessões, inclusive por meio de projetos de parceria público privada, envolvendo os serviços públicos municipais de sua competência; exceto a concessão relativa ao sistema de abastecimento de água, que deverá ser regido por lei especifica.

SEÇÃO III DOS INSTRUMENTOS E DAS REGRAS ESPECÍFICAS

Art. 7º - São instrumentos para a realização das parcerias público privadas:

I - a concessão de serviço público, precedida ou não de obra pública;

II - a concessão de obra pública;

III - a permissão de serviço público;

IV - outros contratos ou ajustes administrativos.

Art. 8º - Os instrumentos de parceria público-privada previstos no art. 7º desta Lei reger-se-ão pelas normas gerais do regime de concessão e de permissão de serviços públicos e de licitações e contratos e atenderão às seguintes exigências:

I - estabelecimento de prazo vinculado à amortização dos investimentos, quando for o caso, e remuneração do contratado pelos serviços oferecidos;

II - indicação das metas e dos resultados a serem atingidos pelo contratado e do cronograma de execução, definidos os prazos estimados para seu alcance;

III - definição de critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir a qualidade do serviço;

IV - apresentação, pelo contratado, de estudo do impacto financeiro-orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor, e nos subsequentes, abrangendo a execução integral do contrato;

V - o compartilhamento com a Administração Pública, nos termos previstos no contrato, dos ganhos econômicos decorrentes da alteração das condições de financiamento;

VI - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado, na hipótese de inadimplemento das obrigações contratuais;

VII - as hipóteses de extinção antes do advento do prazo contratual, bem como os critérios para o cálculo e para o pagamento das indenizações devidas.

Parágrafo Único - A minuta de edital e de contrato de parceria público privada será submetida à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (Trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo se dará pelo menos 07 (Sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital.

Art. 9º - Os instrumentos de parceria pública privada prevista no art. 7º desta Lei poderão prever mecanismos amigáveis de solução de divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem.

§ 1º - Na hipótese de arbitragem, os árbitros serão escolhidos entre pessoas naturais de reconhecida idoneidade e conhecimento de matéria, devendo o procedimento ser realizado em conformidade com regras de arbitragem de órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

§ 2º - A arbitragem terá lugar no Município de Porto Alegre do Norte, em cujo foro serão ajuizadas, se for o caso, as ações necessárias para assegurar a sua realização e a execução de sentença arbitral.

Art. 10 - Os projetos de parceria público privada, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos nos regulamentos e nos editais, deverão conter estudos técnicos que demonstrem, em relação ao serviço, à obra ou ao empreendimento a ser contratado:

I - a vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;

II - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função da sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

III - a viabilidade de obtenção pelo ente privado, na exploração de serviços, de ganhos econômicos suficientes para cobrir seus custos;

IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;

V - a necessidade, a importância e o valor do serviço em relação ao objeto a ser executado.

Art. 11 - Compete ao Poder Público declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato e à implementação de projeto associado, bem como promover a sua desapropriação diretamente.

SEÇÃO IV DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Art. 12 - São obrigações do contratado na parceria público privada:

I - demonstrar capacidade econômica e financeira para a execução do contrato;

II - assumir compromisso de resultado definido pela Administração, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;

III - submeter-se a controle permanente dos resultados pelo Município;

IV - submeter-se à fiscalização da Administração, sendo livre o acesso dos agentes públicos às instalações, às informações e aos documentos relativos ao contrato, incluídos os registros contábeis;

V - sujeitar-se aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressos no contrato;

VI - incumbir-se de desapropriação, quando prevista no contrato e mediante outorga de poderes pelo Poder Público, caso em que será do contratado a responsabilidade pelo pagamento das indenizações cabíveis.

SEÇÃO V

DA REMUNERAÇÃO

Art. 13 - A obrigação contratual da Administração Pública nos contratos de parceria público privada poderá ser feita por meio de uma ou mais das seguintes formas:

I - tarifa cobrada aos usuários;

II - recursos do Tesouro Municipal ou de entidade da Administração Municipal;

III - cessão de créditos do Município e de entidade da Administração Municipal, excetuados os relacionados a impostos;

IV - transferência de bens móveis e imóveis, na forma da lei;

V - títulos da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável;

VI - cessão do direito de exploração comercial de bens públicos e outros bens de natureza imaterial, tais como marcas, patentes e bancos de dados;

VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

§ 1º - A remuneração do contrato dar-se-á a partir do momento em que o serviço, a obra ou o empreendimento contratado estiver disponível para utilização.

§ 2º - Os ganhos econômicos decorrentes da modernização, da expansão ou da racionalização de atividade desenvolvida pelo contrato e da repactuação das condições de financiamento serão compartilhados com o contratante.

§ 3º - A remuneração do parceiro privado poderá sofrer atualização periódica com base em fórmulas paramétricas, conforme previsto no edital de licitação.

§ 4º - Os contratos previstos nesta Lei poderão prever o pagamento, ao parceiro privado, de remuneração variável vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos.

SEÇÃO VI

DAS GARANTIAS

Art. 14 - Observadas a legislação pertinente e a responsabilidade fiscal, em particular, quando for o caso, o art. 40 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações, os créditos do contratado poderão ser protegidos por meio de:

I - garantias reais, pessoais e fidejussórias, estabelecidas pelo Município;

II - atribuição ao contratado do encargo de faturamento e de cobrança de créditos do contratante em relação a terceiros, salvo os relativos a impostos, prevista a forma de compensação dos créditos recíprocos de contratante e de contratado;

III - vinculação de recursos do Município, inclusive por meio de fundos específicos, ressalvados os impostos;

IV - outros mecanismos admitidos em lei.

Art. 15 - O contrato de parceria público privada poderá prever que os empenhos relativos às contraprestações devidas pelo Município possam ser liquidados em favor da instituição que financiou o projeto de parceria, como garantia do cumprimento das condições do financiamento.

Parágrafo Único - O direito da instituição financeira limita-se à habilitação para receber diretamente o valor verificado pela Administração Pública, na fase de liquidação, excluída sua legitimidade para impugná-lo.

Art. 16 - Para o cumprimento das condições de pagamento originárias dos contratos administrativos decorrentes de parceria público privada será admitida a vinculação de receitas e a instituição ou a utilização de fundos especiais, desde que previsto em lei específica.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.87/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 52/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: CLAUDECY DUTRA DA SILVA 78450772320, inscrita no CNPJ/MF nº. 13.015.168/0001-12.

Valor total R$ 54.615,00 (Cinqüenta e quatro mil e seiscentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 01/11/2019.

OBJETO: Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Sef-Service, Prato Feito, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT - zona urbana.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.87/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 52/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: CLAUDIO ALVES DA SILVA 86964453172, inscrita no CNPJ/MF nº.30.302.283/0001-97.

Valor total R$ 106.230,00 (Cento e seis mil e duzentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 01/11/2019.

OBJETO: Ata de Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Refeição Preparada – Refeição do Tipo Marmitex, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT - zona urbana.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 79/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 79/2018

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO DE PRAZO, que se regula pelos preceitos da lei geral de licitações 8.666/93 em seu Art. 57 Inciso II. Direito Público, aplicando-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, as partes adiante identificadas têm entre si, justo e contratado o conforme segue:

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.238.904/0001-48, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, centro, Porto Esperidião-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do RG N.º 377790-SSP/MT e CPF: 299.631.761.00,residente e domiciliado-nesta cidade de Porto Esperidião/MT. Doravante denominado CONTRATANTE, ea empresa: L. BRUM DA SILVA-ME CNPJ: 10.947.845/0001-42 endereço: Rua Marechal Rondon – 1115 – Centro Cep: 78200.00, Cáceres - MT. Neste ato representado pela senhora LUCIANA BRUM DA SILVA, portadora da RG: 131.07259 SSP/MT e CPF: 894.830.221-34, doravante denominada de CONTRATADA. Denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar entre si o presente Termo ao contrato 79/2018, oriundo **do Pregão Presencial de Registro de Preço 07/2018 e Processo Administrativo nº. 19/20018, realizado pelo município de SALTO DO CÉU-MT, que reger-se-á pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para de locação de estrutura e materiais e serviços para promoção de eventos, destinados aos eventos a serem realizados pelo Poder Executivo do Município de Porto Esperidião-MT. Conforme especificações do anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO.

O presente termo aditivo terá por finalidade PRORROGAR O PRAZO, pelo período de doze meses a contar do dia apartir do dia 19 e Outubro de 2019, com **Validade até 19 de Outubro de 2020,** conforme o que prevê **os termos do Art. 57. Inciso IIda lei 8.666/93.** E suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO

Todas as demais cláusulas do Contrato original, serão mantidas integralmente e inalteradas.

CLÁUSULA QUARTA DA PUBLICIDADE

O departamento de Licitaçãofica incumbido de fazer a publicação deste Termo em diário oficial para que surta seus efeitos legais, conforme previsto em lei.

CLÁUSULA QUINTA DO FORO

E, por estarem assim, em pleno acordo as partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso para dirimir todas as questões deste processo Licitatório que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do código civil.

Firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si os seus sucessores legais, todas as cláusulas contratuais, tudo na presença de duas testemunhas que também assinam.

Porto Esperidião - MT, 17 de setembro de 2019.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

L. BRUM DA SILVA-ME

CNPJ: 10.947.845/0001-42

CONTRATADA

Testemunhas

VITOR HUGO DE SOUZA MORAES E CASTRO

CPF: 062.388.981-19

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF: 883.928.801-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS PARA A EXECUÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 013/2019.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual contratação de ônibus para a execução do transporte escolar, menor preço por quilometro rodado, incluindo motorista e combustível, para a tender a secretaria municipal de educação, **acontecerá no dia 28 de novembro de 2019, as 09:00h**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs.

Porto Estrela – MT, 12 de novembro de 2019.

Vinícius Ignacio de Borja Santos

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

TRIBUTOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Gerência de Fiscalização e Tributos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O **GERENTE MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS**, no uso das suas atribuições legais, especialmente o contido no inciso IV, do artigo 218, do Código Tributário Municipal [Lei Municipal n.º 1.738/2014], após tentativa frustrada de notificação pessoal, vem, por meio deste, **NOTIFICAR** o contribuinte abaixo identificado para que efetue o pagamento dos débitos ora apresentados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste documento no Jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT [AMM], devendo, para tanto, procurar o Setor de Fiscalização e Tributos deste Município, de segunda a sexta-feira, entre as 13:00 e 17:00 horas.

Contribuinte	CPF	Notificação nº.	Inscrição Municipal	Valor em 12/11/2019
José de Lima Fernandes	021.680.491-49	6832.826/2019	01020240210001	R$ 415,56
Genildo Francisco da Silva	015.909.271-09	6832.723/2019	01020110089001	R$ 585,42
Aprígio José Rabelo	204.570.141-72	6832.726-2019	01020110183001	R$ 447,06
Aprígio José Rabelo	204.570.141-72	6832.727/2019	01020110183002	R$ 167,65
Josina Flavia G. de Souza	667.000.601-25	6832.731/2019	01020110367001	R$ 286,95
José Wilson Dantas Dias	740.608.801-91	6832.733/2019	01020120030001	R$ 884,50
Joaquim Alves Rosa	109.306.551-68	6832.738/2019	01020120314001	R$ 226,18
Maria Ciolina N. dos Santos	002.661.261-54	6832.741/2019	01020130015001	R$ 658,81
Maria Ciolina N. dos Santos	002.661.261-54	6832.742/2019	01020130030001	R$ 800,59
Geni Dutra	592.957.591-68	6832.752/2019	01020130275001	R$ 350,16
Raimunda Antônia Sirqueira	303.916.601-87	6832.753/2019	01020130284001	R$ 297,09
Maria Emilia Martins Carrasqueira	043.255.141-71	6832.711/2019	01020100013001	R$ 373,51
Raimunda Gomes dos Santos	304.501.101-25	6832.713/2019	01020100069001	R$ 198,13
Maria Leticia N. Gomes	627.772.541-68	6832.718/2019	01020100260001	R$ 153,22
Lauro Silva Moreira	952.417.281-04	6832.737/2019	01020120247001	R$ 1.015, 41
Lauro Silva Moreira	952.417.281-04	6832.732/2019	01020120015001	R$ 902,93
Lucilene Pereira Domingos Silva	929.508.841-72	6832.734/2019	01020120044001	R$ 374,03
Nilson Neves Galvão	621.169.401-68	6832.744/2019	0102013006001	R$ 344,80
Nilson Neves Galvão	621.169.401-68	621.169.401-68	01020130075001	R$ 367,46
Osmar Fontana	418.376.650-87	6832.844/2019	01020270014001	R$ 819,92
Jonas Fontana	027.827.611-37	6832.845/2019	01020270020001	R$ 1.197,18
José Ferreira Gil	074.719.121-20	6832.1051/2019	01020690368001	R$ 258,31
João Nogueira Luna	104.462.731-04	6832.1049/2019	01020690304001	R$ 478,24
Maria Ferreira dos Santos	749.385.331-20	6832.1048/2019	01020690292001	R$ 2.453,78
Fernando Nogueira R. Filho	705.070.668-04	6832.1047/2019	01020690268001	R$ 624,91
Flavia Mirene Soares	204.501.068-15	6832.1046/2019	01020690256001	R$ 658,45
José Eronias Silva da Conceição	001.727.731-05	6832.4977/2019	01040310379001	R$ 328,21
José Alves de Oliveira	345.542.381-72	6832.1745/2019	01040310042001	R$ 349,28
Arli Rocha de Macedo	496.594.801-72	6832.1746/2019	01040310058001	R$ 2.050,88
Caio Júlio César Nunes de Figueiredo	452.625.861-04	6832.4907/2019	01040110085001	R$ 313,72
José do Carmo Rodrigues	172.208.741-20	6832.262/2019	01010320027001	R$ 443,13
Joverci Bento da Silva	205.2201.901-30	6832.196/2019	01010250048001	R$ 561,93
Neuza de Jesus Ferreira	378.658.031-68	6832.195/2019	01010250024001	R$ 160,10
Anaides Gomes da Luz	104.493.101-91	6832.203/2019	01010250130001	R$ 782,43
Nair Souza Tunes	043.820.991-53	6832.58/2019	01010080073001	R$ 109,82
Elizabete Candido dos Santos	983.936.501-00	6832.202/2019	01010250108001	R$ 491,16
João Alves de Souza	064.730.401-53	6832.53/2018	01010070186001	R$ 172,94
João Alves de Souza	064.730.401-53	6832.55/2019	0101007019801	R$ 152.49
Paulo Soares da Silva	091.457.101-04	6832.54/2019	01010670194001	R$ 129,03
Èrico Pereira Pinto	104.846.391-53	6832.56/2019	01010070204001	R$ 43,09
Valdemar Ferreira da Costa	514.100.101-63	6832.1222/2019	01030100295001	R$ 511,72
Odinéia Rodrigues dos Anjos Vieira	764.791.371-91	6832.4939/2019	01020480372001	R$ 727.77
Osmar Martins de Souza	924.911.111-87	6832.4972/2019	01040310349001	R$ 385,35
Cristiane Ambrosio Belline	009.419.111-52	6832.4973/2019	01040310359001	R$ 391,34
Joarez de Almeida Leite	327.744.601-82	6832-1165/2019	01030030284001	R$ 293,13
Deusdedit Vieira de Oliveira	205.003.001-00	6832.927/2019	01020490060001	R$ 540,56
João Batista de Souza Lima	078.701.591/15	6832.926/2019	01020490012001	R$ 838,36
João Batista Vieira	064.742.091-00	6832.1159/2019	01030030026001	R$ 965,12
Dilma Dias Pereira	226.729.498-24	6832.1158/2019	01030030013001	R$ 343,03
Nilza Souza Pires	204.667.491-04	6832.1164/2019	01030030272001	R$ 640,84
Rodrigo José Marasca	005.862.620-40	6832.920/2019	01020480060001	R$ 788,99
Jeremias Vasconcelos Batista	356.656.531-87	6832.91/2019	01020480094001	R$ 1.396,00
Nivaldo de Souza Brito	204.479.651-15	6832.68/2019	01010090111001	R$ 156,11

Informamos, ainda, que o não pagamento da dívida acima descrita, no prazo estabelecido, ensejará o encaminhamento da mesma ao Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Poxoréu que procederá à cobrança judicial e/ou extrajudicial da dívida, o que aumentará o valor devido, em virtude de honorários advocatícios sucumbenciais e eventuais custas judiciais.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 12 de novembro de 2019.

_____

ILDEBRANDE ALVES BARCELO

Gerente Municipal de Fiscalização e Tributos

Portaria n.º 1202/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 066/2019

REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2019

Em virtude de ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS no Termo de referência da Licitação acima referenciada, que por determinação do Srª. Secretária de Administração comunicamos a SUSPENSÃO da licitação supracitada, marcada para o dia 13/11/2019 as 7h:30min. Tão Logo a Administração decida acerca das alterações que ocorrerão, nova data será divulgada para o certame através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, (AMM); DOC-TCE/MT e site da Prefeitura Municipal de Poxoreu - www.poxoreu.mt.gov.br, ícone Publicações -Licitações.

Poxoréu- MT, 12 de novembro de 2019

Maria Luiza Pio dos Reis Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 061/2019

REGISTRO DE PREÇOS 057/2019

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 061/2019, Registro de Preço n° 057/2019**, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MAQUINA AGRICOLA (TRATOR) NOVO**,cuja a abertura ocorreu as sete horas e trinta minutos do dia 12 de novembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – MAQUIPARTS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. , inscrita no CNPJ n° 12.753.213/0003-35, com Valor global de **R$ 235.760,00** (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 12 de novembro de 2019.

MARIA LUÍZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 059/2019

REGISTRO DE PREÇOS 055/2019

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que no PREGÃO PRESENCIAL 059/2019, Registro de Preço n° 055/2019, tendo como Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Casa de Apoio na cidade de Cuiabá/MT,para atender pacientes em tratamento fora do município de Poxoréu-MT**,** cuja a abertura ocorreu as sete horas e trinta minutos do dia 06 de novembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – M A BARBOSA DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ n° 22.820.685/0001-55, com Valor global de **R$ 21.700,00** (vinte e um mil e setecentos reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 12 de novembro de 2019.

MARIA LUÍZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

TRIBUTOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Gerência de Fiscalização e Tributos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

O **GERENTE MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS**, no uso das suas atribuições legais, especialmente o contido no inciso IV, do artigo 218, do Código Tributário Municipal [Lei Municipal n.º 1.738/2014], após tentativa frustrada de notificação pessoal, vem, por meio deste, **NOTIFICAR** o contribuinte abaixo identificado para que efetue o pagamento dos débitos ora apresentados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste documento no Jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT [AMM], devendo, para tanto, procurar o Setor de Fiscalização e Tributos deste Município, de segunda a sexta-feira, entre as 13:00 e 17:00 horas.

Contribuinte	CPF	Notificação nº.	Inscrição Municipal	Valor em 12/11/2019
Wagner Camargo	074.841.001-53	6832.60/2019	01010080152001	R$ 1.073,04
Valério Ramos Varanda	174.762.081-53	6832.3424/2019	01050050076001	R$ 1.102,06
Nayara Santos de Moraes	969.778.411-68	6832.935/2019	01020520257001	R$ 354,33
Dilmar Isabel de Paula Gênero	991.306.961-00	6832.933/2019	01020520013001	R$ 816,64
Maria das Graças Lopes	023.937.696-09	6832.4951/2019	01050050024002	R$ 172,20
João Lopes Galvão	318.333.731-20	6832.1883/2019	01040420098001	R$ 459,73
Eurípedes	252.319.601-87	6832.1875/2019	01040400216001	R$ 484,29
Marli França de Amorim	967.829.861-91	6832.1874/2019	01040400204001	R$ 411,49
Adriano Freires de Siqueira	886.396.651-68	6832.1884/2019	01040420108001	R$ 212,86
Terezinha Gregório	405.191.791-15	6832.1866/2019	01040400060001	R$ 469,06
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2079/2019	01040630264001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2081/2019	01040630312001	R$ 345,65
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2080/2019	01040630276001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2074/2019	01040630180001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2078/2019	01040630252001	R$ 345,65
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2077/2019	01040630216001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2076/2019	01040630204001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2075/2019	01040630192001	R$ 335,97
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2067/2019	01040630048001	R$ 341,54
Benedito de Assis Meira	022.787.231-20	6832.2064/2019	01040630012001	R$ 341,54
Juraci Lino de Araújo	482.178.401/72	6832.2059/2019	01040620207001	R$ 182,88
Aparecida Alves da Silva	627.822.821-15	6832.2055/2019	01040620015001	R$ 381,42
Raimunda Rodrigues dos Santos	273.895.531-20	6832.1742/2019	01040300041001	R$ 992,05
Ademilson Francisco Chagas	172.236.521-87	6832.2085/2019	01040640048001	R$ 321,88
Ademilson Francisco Chagas	172.236.521-87	6832.2088/2019	01040640108001	R$ 335,97
Osmar Florentino de Araújo	020.242.151-14	6832.620/2019	01010760182001	R$ 249,26
Danilo Ferreira da Silva	009.992.001-86	6832.617/2019	01010760121001	R$ 404,35
Luzineide Rodrigues Araújo	016.018.741-97	6832.616/2019	01010760053001	R$ 384,57
Simone Maria do Valle B. Anjos	062.116.901-34	6832.529/2019	01010590278001	R$ 348,59
Renata Jesus Dias	018.656.031-12	6832.594/2019	01010740268001	R$ 108,51
Vilma Pereira da Silva	880.224.801-00	6832.589/2019	01010740186001	R$ 351,68

Vespasiano Candido da Silva	**006.726. 611-87**	**6832.540/ 2019**	**0101640063001**	**R$ 130,26**
Sandra Nery Silva	**172.233. 261-15**	**6832.530/ 2019**	**01010590292001**	**R$ 1.458,55**
Avorisvaldo Gonçalves de Almeida	**109.307. 441-87**	**6832.2572/ 2019**	**01041230141001**	**R$ 324,64**
Rosenilda Silva dos Santos	**014.419. 401-54**	**6832.599/ 2019**	**01010750025001**	**R$ 27,50**
Barbara Maria de Souza	**427.811. 401-04**	**6832.600/ 2019**	**01010750034001**	**R$ 215,41**
Lenivaldo Bernadoda Silva	**378.641. 491-20**	**6832.610/ 2019**	**01010750308001**	**R$ 321,06**
Gervázio Otaviano dos Santos	**327.741. 841-34**	**6832.475/ 2019**	**01010510226001**	**R$ 222,43**
Laurindo Alves Tremura	**022.793. 121-15**	**6832.541/ 2019**	**01010640131001**	**R$ 219,44**
Mario Marcio Yanez Pereira	**924.818. 531-04**	**6832.489/ 2019**	**01010530311001**	**R$ 139,51**
Manoel Fernandes Sobrinho	**041.042. 501-04**	**6832.488/ 2019**	**01010530281001**	**R$ 127,39**
Eldima Rosa de Araújo Oliveira	**378.671. 801-68**	**6832.910/ 2019**	**01020470225001**	**R$ 271,81**
Izabel Pimentel Bastos	**767.217. 791-53**	**6832.2319/ 2019**	**01040920236001**	**R$ 111,89**
Nilda Teodoro	**208.159. 801-91**	**6832.2319/ 2019**	**01040920269001**	**R$ 454,66**
Josefa Carmo dos Santos	**012.038. 641-08**	**6832.2322/ 2019**	**01040920289001**	**R$ 403,63**

Informamos, ainda, que o não pagamento da dívida acima descrita, no prazo estabelecido, ensejará o encaminhamento da mesma ao Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Poxoréu que procederá à cobrança judicial e/ou extrajudicial da dívida, o que aumentará o valor devido, em virtude de honorários advocatícios sucumbenciais e eventuais custas judiciais.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 12 de novembro de 2019.

_____

ILDEBRANDE ALVES BARCELO

Gerente Municipal de Fiscalização e Tributos

Portaria n.º 1202/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ATA DE REGISTRO 20/2019

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRA___

Processo Nº.: 48/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2019

No dia 24 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRA___ , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.772.113/0001-73, com sede administrativa localizada na Av. Padre João Bosco 2067, bairro CENTRO, CEP nº. 78675-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, representado pelo(a) PREFEITA INTERINA, o Sr(a). LUZIA NUNES BRANDÃO, inscrito no CPF sob o nº. 904.195.101-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2019, Processo Licitatório nº. 48/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER NAS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA INLUMINAÇÃO PUBLICA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
212583	3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQU	2, 7, 22, 24, 30, 33, 38, 39, 41, 43, 45, 46, 49, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71
212910	ANDRESSA FERREIRA DE MELO	1, 5, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 67
212722	DELVALLE MATERIAIS_ELETRONICOS_LTDA- ME	4, 10, 13, 16, 19, 35, 37, 40, 47, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 62
213579	MARISTELA S B MENDONCA EIRELI	3, 6, 18, 20, 29, 32, 34, 36, 42, 44, 48, 52, 55, 59, 68

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E	04.347.124/0001-07	GEDY POMPEO DE ALBUQUERQUE	708.709.931-00
ANDRESSA FERREIRA DE MELO	24.083.641/0001-15	FABRICIO CANDIDO DE MELO	800.351.831-87
DELVALLE_MATERIAIS_ELETRONICOS_LTDA- ME	37.227.550/0001-58	MARCOS BORGES LEAL	395.702.151-00
MARISTELA S B MENDONCA EIRELI	33.440.338/0001-13	ELDER PAULO DE ALMEIDA	014.327.441-43

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER NAS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA INLUMINAÇÃO PUBLICA.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:_212583_-_3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQU

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ARRUELAS_DE FERRO QUADRADA, MEDINDO 16mm	UN	OLIVO	200,000	0,6000	120,00
7	CABO ELETRICO - DO TIPO QUADRUPLEX 35mm	ML	NEO	500,000	10,0000	5.000,00
22	CONECTOR PERFURANTE DE PLASTICO, DE 10MM	UN	INTELLI	100,000	5,4900	549,00
24	* DISJUNTOR - SIMPLES (UNIPOLAR), DE 50 A	UN	SOPRANO	30,000	8,4900	254,70
30	DISJUNTOR BIPOLAR 50 AMP	UN	SOPRANO	30,000	22,8900	686,70
33	DISJUNTOR SIMPLES (UNIPOLAR), DE 40 A	UN	SCHAK	40,000	8,8900	355,60

Fornecedor:_ 212583_ -_ 3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQU

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
38	ESCADA - DE FIBRA, COM COMPRIMENTO DE 7 METROS	UN	SINTESE	2,000	960,0000	1.920,00
39	FITA ISOLANTE_19MMX20M	UN	ADELBRAS	100,000	4,9900	499,00
41	* LAMPADA DE LED 12W BIVOLT	UN	AVANT	200,000	10,5000	2.100,00
43	* LAMPADA LED A 60 6,5 W	UN	AVANT	200,000	5,0000	1.000,00
45	LAMPADA VAPOR METALICO 150W - 220V E27 TIPO TUBULAR	UN	AVANT	1.000,000	30,0000	30.000,00
46	LAMPADA VAPOR METALICO 250W - 220V E40 TIPO TUBULAR	UN	AVANT	100,000	34,9900	3.499,00
49	LAMPADA VAPOR SODIO 150W - 220V E40 TIPO TUBULAR	UN	AVANT	150,000	33,9000	5.085,00
61	REATOR INTERNO VAPOR SODIO 400W 220V E 40	UN	INDUWOLT	300,000	76,0000	22.800,00
63	REFLETOR DE LED 50W	UN	AVANT	40,000	64,0000	2.560,00
64	REFLETOR GRANDE E27	UN	OLIVO	40,000	33,0000	1.320,00
65	REFLETOR GRANDE E40	UN	OLIVO	30,000	39,0000	1.170,00
66	REFLETOR MEDIO E27	UN	OLIVO	40,000	34,0000	1.360,00
69	* SOQUETE C /RABICHO E27	UN	DECORLUX	300,000	2,2300	669,00
70	SOQUETE PORCELANA E27	UN	DECORLUX	200,000	1,9700	394,00
71	SOQUETE PORCELANA E40	UN	G-20	100,000	7,4700	747,00

Fornecedor:_ 212722_ -_ DELVALLE_ MATERIAIS_ ELETRONICOS_ LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BRAÇO PARA LUMINARIA 1 MT P/LUMINAÇAO PUBLICA	UN	JRC	200,000	17,0000	3.400,00
10	CABO ELETRICO - DO TIPO TRIPLEX 35 MM	ML	LAMESA	500,000	8,4000	4.200,00
13	CABO ELETRICO FLEXIVEL DE COBRE,50 MM	ML	ENERGY	500,000	19,4000	9.700,00
16	CABO PP 2 X 10MM	ML	ENERGY	500,000	9,8000	4.900,00
19	CABO PP 3 X 4MM	ML	ENERGY	500,000	5,9000	2.950,00
35	DISJUNTOR TRIPOLAR 150 AMP	UN	SOPRANOSC	10,000	244,0000	2.440,00
37	DISJUNTOR TRIPOLAR 250 AMP	UN	SOPRANO	10,000	285,0000	2.850,00
40	* FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 10 mt	UN	DECORLUX	100,000	13,0000	1.300,00
47	LAMPADA VAPOR METALICO 400W - 220V E40 TIPO TUBULAR	UN	KIAN	800,000	30,0000	24.000,00
50	LAMPADA VAPOR SODIO 70W - 220V E27 TIPO TUBULAR	UN	GLIGHT	800,000	23,7000	18.960,00
51	LUMINARIA_ X 21 ABERTA	UN	JRC	300,000	20,9000	6.270,00
53	REATOR EXTERNO VAPOR METALICO 150 W	UN	JRC	1.000,000	37,0000	37.000,00
54	REATOR EXTERNO VAPOR METALICO 250 W 220V	UN	JRC	100,000	66,0000	6.600,00
56	REATOR EXTERNO VAPOR SODIO 100 W 220V	UN	JRC	200,000	44,8000	8.960,00
57	REATOR EXTERNO VAPOR SODIO 70 W 220V	UN	JRC	800,000	40,0000	32.000,00
58	REATOR INTERNO VAPOR METALICO 150W	UN	JRC	400,000	33,0000	13.200,00
60	REATOR INTERNO VAPOR SODIO 150W 220V E 40	UN	JRC	300,000	40,0000	12.000,00
62	REATOR PARA LAMPADA VAPOR METALICO_ 100W_ 220V	UN	JRC	1.000,000	33,0000	33.000,00

Fornecedor:_ 212910_ -_ ANDRESSA FERREIRA DE MELO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADAPTADOR E 27 PARA E 40 PORCELANA	UN	GERMER	300,000	5,0000	1.500,00
5	CABO ELETRICO - DO TIPO QUADRUPLEX 16mm	ML	COBRECOM	800,000	6,3000	5.040,00
8	CABO ELETRICO - DO TIPO QUADRUPLEX 50mm	ML	COBRECOM	500,000	12,5000	6.250,00
9	CABO ELETRICO - DO TIPO TRIPLEX 25 MM	ML	COBRECOM	500,000	5,0000	2.500,00
11	CABO ELETRICO FLEXIVEL DE COBRE,16 MM	UN	COBRECOM	250,000	7,2000	1.800,00
12	CABO ELETRICO FLEXIVEL DE COBRE,35 MM	ML	COBRECOM	500,000	14,0000	7.000,00
14	CABO ELETRICO RIGIDO DE COBRE,35 MM	ML	COBRECOM	500,000	19,6000	9.800,00
15	CABO ELETRICO RIGIDO DE COBRE,50 MM	UN	COBRECOM	500,000	17,0000	8.500,00
17	CABO PP 2 X 6MM	ML	COBRECOM	600,000	5,5000	3.300,00
21	CONECTOR DE METAL PARALELO,PARA EMENDAS DE CABOS ELETRICOS,COM PRESSAO,DE 120 X 25MM2	UN	BETEL	250,000	2,5000	625,00
23	DISJUNTOR - SIMPLES (TRIPOLAR), DE 30 A	UN	SIBRATEC	20,000	22,9000	458,00
25	DISJUNTOR - TRIPOLAR 70 A	UN	SIBRATEC	30,000	26,0000	780,00
26	DISJUNTOR - TRIPOLAR DE 100 A	UN	SIBRATEC	50,000	45,0000	2.250,00

Fornecedor: 212910 - ANDRESSA FERREIRA DE MELO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	DISJUNTOR - TRIPOLAR DE 40 AMP'S	UN	SIBRATEC	30,000	23,8000	714,00
28	* DISJUNTOR - TRIPOLAR DE 60 A	UN	SIBRATEC	100,000	23,8000	2.380,00
31	DISJUNTOR BIPOLAR 70 AMP	UN	SIBRATEC	30,000	23,0000	690,00
67	RELE FOTOELÉTRICO 1000W 220V	UN	MARGIRIUS	1.000,000	10,0000	10.000,00

Fornecedor: 213579 - MARISTELA S B MENDONCA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BASE P/ RELE FOTOELETRICO	UN	MAPRETRON	1.000,000	6,8000	6.800,00
6	CABO ELETRICO - DO TIPO QUADRUPLEX 25mm	ML	BOREAL	500,000	8,5000	4.250,00
18	CABO PP 3 X 10MM	ML	TECNOFIOS	600,000	17,0000	10.200,00
20	CABO PP 3 X 6MM	UN	TECNOFIOS	500,000	5,5000	2.750,00
29	* DISJUNTOR - TRIPOLAR DE 90 A	UN	ELETROMAR	30,000	76,0000	2.280,00
32	DISJUNTOR SIMPLES (UNIPOLAR), DE 30 A	UN	ELETROMAR	60,000	8,0000	480,00
34	DISJUNTOR TRIPOLAR 125 AMP	UN	SOPRANO	10,000	104,5000	1.045,00
36	DISJUNTOR TRIPOLAR 200 AMP	UN	SOPRANO	10,000	264,0000	2.640,00
42	* LAMPADA LED 40W COM BULBO	UN	KIAN	250,000	36,0000	9.000,00
44	LAMPADA VAPOR METALICO 100W - 220V E27 TIPO TUBULAR	UN	KIAN	1.000,000	23,5000	23.500,00
48	LAMPADA VAPOR SODIO 100W - 220V E27 TIPO TUBULAR	UN	KIAN	250,000	22,0000	5.500,00
52	PARAFUSO - CABECA QUADRADA, 16 X 250 MM	UN	SANTA FE	100,000	5,5000	550,00
55	REATOR EXTERNO VAPOR METALICO 400 W	UN	INDUWOLT	500,000	75,0000	37.500,00
59	REATOR INTERNO VAPOR METALICO 400W	UN	INDUWOLT	500,000	70,0000	35.000,00
68	RELE FOTOELÉTRICO 2000W 220V	UN	MAPRETRON	400,000	19,5000	7.800,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

_ a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

_ b) cancelamento do preço registrado;

_ c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

__ a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

__ b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

__ a) advertência, por escrito, nas falta leves;

__ b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

__ c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

__ d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de_ Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ribeirão Cascalheira,24_ de Outubro de 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO
PREFEITA INTERINA

Empresas Participantes:

3M COMERCIO DE MATERIAS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E E	CNPJ:_ 04.347.124/0001-07
ANDRESSA FERREIRA DE MELO	CNPJ:_ 24.083.641/0001-15
DELVALLE_ MATERIAIS_ ELETRONICOS_ LTDA- ME	CNPJ:_ 37.227.550/0001-58
MARISTELA S B MENDONCA EIRELI	CNPJ:_ 33.440.338/0001-13

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA

E REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL 24/2019

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, através da Pregoeira nomeada pela Portaria n. 004/2019, vem a público informar o resultado do Pregão Presencial n. 24/2019, realizado dia 01 de novembro de 2019 às 08h:00min, foi considerada deserta. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 29 de novembro de 2019, às 08h00min; Local: sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira MT na Av. Padre João Bosco, n. 2. 067 -Centro. Informamos a alteração dos itens 4.1 e 8.3 alínea b) do Edital. O Edital completo continuará à disposição dos interessados no Site: www. ribeiraocascalheira.mt.gov.br ou no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com ou pelo fone 3489-1838.

PUBLIQUE-SE

Ribeirão Cascalheira/MT, 11 de novembro de 2019.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

GABINETE
EDITAL Nº 005/2019/SME A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

EDITAL Nº 005/2019/SME

A Secretária Municipal de Educação do Município de Ribeirão Cascalheira – MT, no uso de suas atribuições legais torna público o processo de escolha para Coordenação Pedagógica das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, nos termos da Lei nº 446, de 07 de Junho de 2006 e Lei Complementar 604/2011.

I – DAS INSCRIÇÕES:

1. As inscrições estarão abertas na Secretaria Municipal de Educação na data de **12 de dezembro de 2019,** no período das 07h as 11h e das 13h as 17h.

2. No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar documentos originais juntamente com as cópias:

a) Preencher uma ficha padrão: identificando a escola para qual está se candidatando.

b) Assinar o Termo de Compromisso de dedicação exclusiva e declarar estar de acordo com as condições desta Portaria, apresentando cópias dos seguintes documentos, relacionados abaixo por meio de ofício:

Certidão de Nascimentos/Casamento;

Carteira de identidade;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

PIS/PASEP;

Título de Eleitor – Comprovante de votação da última eleição;

Documentos de Escolaridade (Diploma/Certificado ou Histórico/Declaração de Conclusão);

Cópia de certificados na área específica de Educação;

Atestado Funcional dos períodos trabalhados na Rede Municipal;

Curriculum Vitae;

Proposta de trabalho.

II – DAS ETAPAS

A escolha de Coordenador(a) Pedagógico(a) das Escolas Públicas Municipais de Ribeirão Cascalheira – MT será efetivada em 03 (três) etapas:

1ª Etapa – Análise das inscrições pela SME, de acordo com Portaria n° 011/2019/SME, se as mesmas preenchem os requisitos estabelecidos, **no dia 13 de Dezembro de 2019**, devendo a SME encaminhar a lista de Candidatos as Unidades Escolares. **2ª Etapa –** Apresentação da proposta de trabalho pelos(as) candidatos(as) à Comunidade Escolar será no **dia 18**

de Dezembro de 2019. Devendo a Gestão Escolar encaminhar à SME o dia e o horário estabelecido para a apresentação das propostas de trabalho nas Escolas;

3ª Etapa – A escolha direta do(a) candidatos(a) pela Comunidade Escolar por meio de votação, na própria Unidade Escolar será no dia **18 de dezembro de 2019**, horário a ser marcado e a divulgado pela Unidade Escolar.

III – DOS CRITÉRIOS

1 – Os critérios e demais normas da Escolha para Coordenador(a) Pedagógico(a) das Escolas Públicas Municipais, estão contidos do título III da Lei 446, de 07 de Junho de 2006 e Lei Complementar 604/2011, Art. 2º, Incisos I .

V – DA POSSE

A posse dar-se-á através da convocação da SMEC.

VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A confirmação da inscrição dos Candidatos a Coordenação das Unidades Escolares se dará por meio de Ofício pela Secretaria Municipal de Educação, **no dia 13 de Dezembro de 2019** a todas as Unidades de Ensino. 2. É vedado ao(a) candidato(a) a inscrição por correspondência. 3. As inscrições que não atenderem aos requisitos para o cargo de Coordenação Pedagógica serão indeferidas. 4. Em hipótese alguma haverá prorrogação do prazo de inscrições. 5. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento da presente instrução. 6. Esgotando as possibilidades, o CDCE da unidade escolar reunir-se-á com os(as) professores(as) dos ciclos e enviará uma lista tríplice para o Conselho Municipal de Educação que escolherá e indicará um nome. 7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ribeirão Cascalheira – MT, 07 de Novembro de 2019.

Osmarina Vieira dos Santos Luzia Nunes Brandão

Secretária Municipal de Educação Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 011/2019/SME

Dispõe sobre os critérios para escolha e atuação do Coordenador/a Pedagógico/a das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO a Lei de "Gestão Democrática da Educação Básica" de Ribeirão Cascalheira - MT nº 446/2006;

CONSIDERANDO, a Lei nº. 604 de 20 de setembro de 2011, Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Ribeirão Cascalheira - MT;

CONSIDERANDO a escolha para a Coordenação Pedagógica das Escolas para o Biênio de 2020/2021, nas unidades de ensino da rede municipal.

CONSIDERANDO que a Coordenação Pedagógica deve ser exercida por um profissional comprometido com a Proposta Curricular da Escola Ciclada;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para escolha, atuação do Profissional que exerce a função de Coordenador/a Pedagógico das Unidades Escolares.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios para eleição de coordenadores pedagógicos tendo com referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança na perspectiva de assegurar o compromisso com o Projeto Político Pedagógico Escolar.

Art. 2º - A inscrição para a Coordenação Pedagógica será no dia 12 de dezembro de 2019 no período matutino das 07h as 11h e das 13h as 17h, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único – no ato da inscrição o Professor deverá apresentar:

Preencher uma ficha padrão: identificando a escola para qual está se candidatando.

Assinar o Termo de Compromisso de dedicação exclusiva e declarar estar de acordo com as condições desta Portaria, apresentando cópias dos seguintes documentos, relacionados abaixo por meio de ofício:

Certidão de Nascimentos/Casamento;

Carteira de identidade;

Cadastro de Pessoa Física (CPF);

PIS/PASEP;

Título de Eleitor – Comprovante de votação da última eleição;

Documentos de Escolaridade (Diploma/Certificado ou Histórico/Declaração de Conclusão);

Cópia de certificados na área específica de Educação;

Atestado Funcional dos períodos trabalhados na Rede Municipal;

Curriculum Vitae;

Proposta de trabalho.

Art. 3º- Para participar do processo de escolha de Coordenador pedagógico das unidades escolares de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ciclo a 3ª fase do 3º ciclo, o candidato deve:

I - Ser professor efetivo com licenciatura plena em Pedagogia em Educação Infantil;

II – Ser professor efetivo com licenciatura plena em Pedagogia, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

Parágrafo Único – As Unidades Escolares que oferecem a 3ª fase do 2º ciclo e o 3º ciclo, poderão candidatar- se o/a professor (a) nas diversas áreas de habilitação.

III – Ter no mínimo, dois anos de experiência em docência na rede municipal de educação de Ribeirão Cascalheira MT, ter e no mínimo, um ano de efetivo exercício na Unidade Escolar na data da inscrição onde pretende exercer a função;

§ 1º - Caso não haja candidatos/as efetivos com licenciatura plena ou em nível magistério candidatar – se – á o/a professor/a interino;

§ 2º - Esgotando – se as possibilidades, o CDCE da Unidade Escolar reunir –se - á com os/as professores/as dos ciclos e enviará uma lista tríplice para o CME que escolherá e indicará um nome.

Art. 4º - A escolha para coordenação pedagógica será feita por todos/as os/as professores/as lotados/as na unidade escolar de acordo com sua modalidade.

§ - 1º - A eleição da coordenação da unidade escolar realizar-se-á dia **18/12/2019**. A posse dar-se-á através da convocação da SMEC.

Art. 5º - A eleição da coordenação pedagógica nas escolas públicas municipais realizar-se-á por meio de votação entre seus pares na unidade escolar, levando-se em consideração a proposta pedagógica apresentada no dia 18 de dezembro de 2019, horário a ser marcado e a divulgado pela Unidade Escolar.

Parágrafo Único: O tempo destinado a apresentação de cada proposta será no máximo de 15 (quinze) minutos, com acréscimo de 10 (dez) minutos para a participação dos Professores da Educação da Unidade Escolar, e ao termino da apresentação será realizada a eleição do Coordenador Pedagógico.

Art. 6º - Considerar-se-á aprovado o candidato/a que obtiver o maior numero de votos válidos.

Art. 7º - Em caso de empate entre os /as candidatos /as, os critérios para desempate serão:

I – Maior titulação;

II – Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;

III – Maior idade.

Art. 8º - É vedada a participação no processo de escolha o(a) professor(a) com licenças contínuas.

§ 1º - As licenças contínuas referem-se ao afastamento para: tratar de interesse particular; disponibilidade em outro órgão ou setor fora da educação e fora da unidade escolar; licença para mandato classista, licenças médicas acima de 60 dias, nos últimos 02 (dois) anos, exceto cirurgias e acidentes.

Art. 9º - A coordenação pedagógica escolhida exercerá função por um período de dois (02) anos, permitida uma recondução.

§ 1º - É vedada a coordenação pedagógica da escola, gozar de licença prêmio no decorrer do mandato.

§ 2º - A função de coordenador/a pedagógico/a é cargo de dedicação exclusiva, portanto fica vetado o exercício de qualquer função ou atividade em estabelecimento público ou privado.

§ 3º - As férias do/a coordenador/a pedagógico/a dar-se-á no mesmo período dos professores.

Art.10º - A vacância da função de coordenador ocorre por renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

§ 1º - O afastamento do/a coordenador/a pedagógico/a por período superior a dois (02) meses, excetuando-se os casos de licença saúde, licença gestante e licença saúde familiar, implicará a vacância da função.

Art.11º - Ocorrendo a vacância, procederá a escolha conforme previsto nesta instrução normativa.

Parágrafo único – Caso havendo a vacância ou destituição do cargo de Coordenador(a) Pedagógico(a), 6 meses antes do findo do mandato, assumirá o Diretor Escolar.

Art.12º - A avaliação do trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica deve ser realizada pelo conjunto dos professores semestralmente, ou quando se fizer necessário, observando os seguintes pontos;

I – As condições necessárias para o desenvolvimento do projeto de trabalho;

II – O tempo mínimo necessário para desenvolvimento do projeto de trabalho;

III – Envolvimento do conjunto dos profissionais da educação.

§ 1º - Optando pela não continuidade, far-se-á nova escolha do coordenador/a pedagógico/a da unidade escolar, observando esta legislação.

§ 2º - Os critérios da avaliação serão definidos por uma comissão paritária da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Sintep.

§ 3º - As atribuições dos professores da educação básica na função de coordenador/a pedagógico/a da unidade escolar deverão abranger as seguintes ações:

I – Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na unidade escolar;

II – Articular e elaboração participativa do projeto político pedagógico da escola;

III – Coordenar, acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico na unidade escolar;

IV – Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativa á avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

V – Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

VI – Desenvolver e coordenar sessões de estudos na unidade escolar;

VII – Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando a melhoria de desempenho profissional;

VIII – Divulgar e analisar, junto a comunidade escolar, documentos e projetos do órgão central;

IX – Manter atualizado o fluxo de informações entre a Unidade Escolar e a SMEC;

X – Coordenar a utilização plena dos recursos tecnológicos;

XI – Promover e incentivar a realização de encontros e palestras com os alunos, pais, professores sobre temas relevantes para a educação;

XII – Propor de forma articulada com a Direção, projetos que visem a melhoria da qualidade de ensino e o recurso escolar dos alunos;

XIII – Promover a articulação entre pais, alunos e professores para que todos trabalhem juntos, buscando cada vez mais o progresso do aluno.

XIV – Realizar ciclos de estudos com os profissionais da escola das leis que regem a educação.

Art. 13º - Aplicar – se – á esta Instrução Normativa em todas as Unidades Escolares publicas de Ensino Municipal.

Art. 14º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam –se as disposições em contrário.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Ribeirão Cascalheira, 07 de Novembro de 2019.

Osmarina Vieira dos Santos Luzia Nunes Brandão

Secretária Municipal de Educação Prefeita Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO 14/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO Nº.14 /2019

Objeto: Adesão à ata de registro de preços n. 002/2019 Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia/MT, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de apoio técnico e assessoria voltada para o desenvolvimento e auxilio na elaboração de defesas aos órgãos de controle externo .

Valor Global: R$ 66.000,00(sessenta e seis mil reais).

FAVORECIDO: JACOBSEN ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME

Rua Palermo, n. 80, Bairro Jardim Itália – Cuiabá/MT.

Fundamento Legal: Decreto 7.892/2013, Decreto nº 1212/2011 “Pregão”, Leis n. 8.666/93 e n.10.520/2002.

Justificativa: anexa nos autos do processo de Adesão n. 14/2019.

Publique-se conforme o disposto na Lei Orgânica do Município para eficácia do ato.

Ribeirão Cascalheira, 12 de novembro de 2019.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA 005/2019

Processo Administrativo: 037/2019

Dispensa: 05/2019. O Objeto da presente dispensa destina – se a Contratação de empresa para Prestação de Serviço com Escavadeira Hidráulica para Secretaria Municipal de Obras. Base legal: art. 24, II, da Lei 8.666/93. Contratada: ***MARCIA RODRIGUES DE SOUSA CNPJ: 35.322.837/0001-31 Valor R$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais)***

Ribeirãozinho – MT, 11 de Novembro de 2019.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA Nº 03/2019 DE 07 DE JANEIRO DE 2019

PORTARIA Nº 03/2019

De 07 de Janeiro de 2019

"Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI e dá outras providencias".

O Senhor **Ronivon Parreira das Neves,** Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, e,

RESOLVE:

Art 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do município de Ribeirãozinho – MT.

Presidente da Jari

Representante do Poder Publico

-Wanderson Marques Sousa – CI RG.Nº 15739422 SSP/MT E CPF Nº 005.620.511-20, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT, Rua Brasília, nº 13, parque Araguaia.

Representante do Poder Publico

- Ailton Moura – Titular – CI RG. nº 787887-SSP/MT e CPF nº 545.787.441-91, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT, Rua Dom Bosco, Centro.

Representante do Poder Publico

-Vagna Carrigio Ferreira – Suplente – CI RG. nº 1056636-8-SSP/MT e CPF nº 652.185.661-87, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT À Rua Couto Magalhães, Centro.

Representante do Poder Publico

- Flavia Aparecida dos Santos – Titular – CI RG. nº 14119877-SSP/MG e CPF nº 072.802.106-43, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT à Rua Pres. Getúlio Vargas s/n – Centro

Representante do Poder Publico

Josiane Andrade Lopes Nunes – Suplente – CI. RG Nº 11294337 SSP/MT E CPF nº 977.944.901.97, Residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT, Rua Pres. Getúlio Vargas s/n, - Jardim das Flores.

Representante do Poder Publico

- Eliane Santana da Silva Borges – Titular – CI RG. nº 1466759-2- SJ/MT e CPF nº 005.011.771-83, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT Couto Magalhães, Centro.

Representante do Poder Publico

- Carlos Augusto da Rosa Soller - Suplente – CI RG. nº 1031114604-SSP/RS e CPF nº 464.762.100-68, residente e domiciliado em Ribeirãozinho – MT, Rua Dom Pedro I, 53 – Centro.

Art. 2º O mandato dos membros terá vigência de 02(Dois) anos.

Art. 3º - A presidência da JARI será escolhida pela Junta, dentre seus membros.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 07 de Janeiro de 2019.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
ATO DE CESSÃO 02/2019

ATO DE CESSÃO

02/2019

O prefeito Ronivon Parreira das Neves, no uso de suas atribuições legais, cede o servidor Balduino Lopes Neto, para prestação de serviço no Instituto de Defesa Agropecuária, no período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, conforme Ato de Cessão número 02/2019.

Sem mais para o momento e certo de poder contar com a vossa atenção, despedimo-nos.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

PREVIRB
DECRETO Nº 86 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR". O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO , ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFE

DECRETO Nº 86 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO , Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 750, de 03 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 322.174,00 (Trezentos e vinte e dois mil e cento e setenta e quatro reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0005 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0002 – PREVIRB

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2010 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 322.174,00

TOTAL .....R$ 322.174,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0005 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0002 – PREVIRB

0099 – RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2012 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 –RESERVA DE CONTINGÊNCIA .....R$ 150.000,00

TOTAL.....R$ 150.000,00

0005 – PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

0002 – PREVIRB

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2009 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB

3.1.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 10.000,00

3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 9.174,00

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA.....R$ 40.000,00

4.4.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO.....R$ 10.000,00

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 8.000,00

TOTAL .....R$ 77.174,00

2011 – ENCARGOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

3.1.90.05.00.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR.....R$ 91.000,00

TOTAL .....R$ 91.000,00

2094 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.90.98.00.00 – COMPENSAÇÃO AO RGPS.....R$ 4.000,00

TOTAL .....R$ 4.000,00

TOTAL .....R$ 322.174,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, em 28 de outubro de 2019.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

O Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Antônio Xavier de Araújo, FAZ SABER que nesta data através de documentos do processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **REVOGOU** o Processo de Licitação nº 014/2019, cujo objeto é: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERRALHERIA COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A MANUTENÇÃO E REPARO DOS IMÓVEIS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT"**. Tendo em vista que foi realizado certame no dia 04 de julho de 2019.

Rio Branco – MT, em 01 de novembro de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 042/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 042/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 123/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos da Farmácia Básica, Uso Hospitalar e Material Penso de Uso Hospitalar e Medicamentos de Auto Custo do Componente Especializado, para atender as necessidades dos Pacientes que são atendidos na UBS do Município de Rondolândia/MT".**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados *ou transferidos para o aplicativo,* constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br;

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 28/11/2019 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF);

Data de abertura das propostas: 28/11/2019, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Início da disputa: 28/11/2019, às 09:20 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; http://rondolandia.mt.gov.br/ em portal transparência: www.e-gov.betha.com.br, licitações ou através do endereço de e-mail pregoeiro@rondoandia.mt.gov.br, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 12 de Novembro de 2019.

Liliane Guedes Santos Souza Pregoeira Substituta

Decret. Nº 1.594/GAB/PMR/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATO Nº: 101, 102, 103, 104,105, 106, 107 E 108 DE 2019.

Extrato de Contrato nº101/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como Professor (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ª MALBA TAHANA DE MORAES GOMES, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 6.896,40

MALBA TAHANA DE MORAES GOMES

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 01 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº102/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como Enfermeiro (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ªALINE MAMEDE AGUIAR, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 26, 705.40

ALINE MAMEDE AGUIAR

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 01 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº103/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como Enfermeiro (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ª PATRICIA CAROLINE ANTUNES DE ARRUDA, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 26.705,40

PATRICIA CAROLINE ANTUNES DE ARRUDA

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 01 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº104/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ª REGIANE CAVALCANTE DA SILVA, para os fins que o especifica.

Valor (mensal) R$ 1.250,00

REGIANE CAVALCANTE DA SILVA

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 04 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº105/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como TÉCNICO ADMINISTRATIVO (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ª THAISE SILVA PEREIRA LEITE, para os fins que o especifica.

Valor (mensal) R$ 1.568,40

THAISE SILVA PEREIRA LEITE

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 09 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº106/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como GUARDA MUNICIPAL DE PATRIMONIO (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e o Sr. CHRISTYAN GLEYBER DE MORAES, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 6.825,72

CHRISTYAN GLEYBER DE MORAES

Contratado

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 12 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº107/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como MÉDICO (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e o Sr. VITOR HIROSHI NUNES MOTIZUKI, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 75.283,20

VITOR HIROSHI NUNES MOTIZUKI

Contratado

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 15 JULHO de 2019.

Extrato de Contrato nº108/2019.

Objeto: Prestação de Serviços como MÉDICA (a), firmado entre a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste - MT e a Sr.ª POLIANA PELISSARI, para os fins que o especifica.

06 meses

Valor R$ 75.283,20

POLIANA PELISSARI

Contratada

João Antônio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 15 JULHO de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RESCISÃO DOS CONTRATOS Nº 33/2018, 22/2019, 63/2019.

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 33/2018

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MÉDICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTINENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

MICHEL KASSIO DE CARVALHO MILANEZI

CONTRATADO

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE, 01 DE JULHO DE 2019.

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 22/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MONITOR (A), PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTINENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ANEZIA DE OLIVEIRA

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE, 01 DE JULHO DE 2019.

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 63/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR (A), PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTINENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

MEIRY CONCEIÇÃO DA SILVA

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE, 01 DE JULHO DE 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°040/2019

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 040/2019, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS EVENTOS NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 12/11/2019 após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – **JB EVENTOS COMUNICAÇÕES E PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA**, inscrita no CNPJ n. 06.085.304/0001-85, representada neste ato pelo proprietário o Sr. **JOSIAS BENEDITO DE ALMEIDA**, portador do CPF n. 568.005.411-68;

02 – JOZIMAR SANTOS BATISTA MENSAGENS E SONORIZAÇÃO – ME, inscrita no CNPJ n. 11.168.213/0001-43, representada neste ato pelo procurador o Sr. **ÉRTILE PEREIRA RODRIGUES**, portador do CPF n. 017.768.641-31;

Rosário Oeste/MT, 12 de novembro de 2019

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO Nº 030/2019 – O presente tem por objeto celebrar a Rescisão Amigável ao Contrato nº 030/2019, cujo objeto é a Contratação temporária de **Dentista**, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Saúde (PSF II) com jornada de 40 (quarenta) horas semanais pelo período de 180 (cento e oitenta) dias; podendo o respectivo contrato ser rescindido amigavelmente a qualquer momento após a realização e homologação do CONCURSO PÚBLICO/2019. Fica Extinto em todos os seus termos e condições a partir do dia 01 de Novembro de 2019. DOS FUNDAMENTOS: art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. ASSINAM**:** ROBSON MACHADO MONTEIRO CPF: 020.822.651-61 CRO-MT-CD-8055 – Distratado e WEMERSON ADÃO PRATA – Prefeito de Salto do Céu-MT.

Maria Inês Pereira da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 009/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Homologação da Licitação

Tomada de Preços n° 009/2019

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da Licitação Supracitada. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIRO DUPLO DE CONCRETO ARMADO, COM 1,2 X 10M, NA ESTRADA DE ACESSO AO PA BRASIPAIVA, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU**. VENCEDOR: LEA VIEIRA DA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 27.301.318/0001-69. Valor Global de R$ 46.909,60.

Wilson Pereira da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 008/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Homologação da Licitação

Tomada de Preços n° 008/2019

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, vem á público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da Licitação Supracitada. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE MÚLTIPLO USO NO ASSENTAMENTO SANTA CLARA, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU**. VENCEDOR: LEA VIEIRA DA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 27.301.318/0001-69. Valor Global de R$ 106.994,13.

Wilson Pereira da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT.

RESOLUÇÃO Nº. 004/ 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 017/2001 e de acordo com a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do dia 09 de Outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o **Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Estadual de Mato Grosso (FEAS) de 2019**.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Registra-se e cumpre-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 09 de Outubro de 2019.

Thiago Zarzenon Silva

Pres. do Conselho Mun. de Assistência Social

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2019

PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO E CONFECÇÃO DE CABOS E SENSORES EM EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, junto à empresa **ELISEU SOARES 51527456820,** inscrita no CNPJ nº 13.754. 766/0001-03,no valor de **R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais),** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de novembro de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0451/2019, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA SUELI MIRANDA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias à servidora SUELI MIRANDA, portadora do RG nº 1.265.037-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 008.337.981-97, no período de 13/11/2019 a 02/12/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Novembro de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 029/2019 – ADM

DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público municipal e dá outras providencias"

MÁGNO ANTONIO GONÇALVES, Secretário Municipal de Administração do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder com base no Artigo 128 da Lei 093/90, 30 (trinta) dias de férias, ao Servidor Público Municipal, Sr. ***CICERO MARTINS DE SOUZA***, CPF nº 288.808.201-25 e RG nº 3346868 SSP/MT, matricula funcional nº 004, Cargo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito.

Artigo 2º - As férias de que trata o artigo 1º é referente ao período aquisitivo 2018/2019, e serão gozadas no período de 18/11/2019 a 17/12/2019.

Parágrafo Único: Durante o período de férias mencionado no artigo 2º, ficarão suspensas as atividades do Posto do Serviço Eleitoral neste município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Cumpra-se.

Publique-se.

Santa Terezinha MT, 12 de Novembro de 2.019.

MAGNO ANTONIO GONÇALVES

Secretário de Administração

Portaria nº 115/2017-GP

MAT. 15.252

PORTARIA 037/GP/2019

PORTARIA N° 037/GP/2019

DE 08 de Novembro de 2019

O prefeito do **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, ESTADO DE MATO-GROSSO**, **EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°- Nomear os Servidores abaixo relacionados nos respectivos cargos para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde, conforme delegação pela Lei Municipal nº 508/2009, sendo os seguintes:

- Edvan Venâncio Oliveira – Gestor

- Odirley Silva Pereira – Tesoureiro

Art. 2°. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 08 de Novembro de 2019.

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2019

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA - MT

CNPJ 15.031.669/0001-18

PREGAO PRESENCIAL PRESENCIAL Nº30/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº30/2019

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 09:00 horas do dia 01/11/2019 estiveram reunidos na PREFEITURA DE SANTA TEREZINHA - MT, Rua 25 Nº: 0-

Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. (ª)EUCLESIO JOSE FERRETTO, assistido pelo

Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação

apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL PRESENCIAL Nº30/2019, do tipo Menor Preço

por Item, em decorrência do objeto: AQUISICAO CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO MINIMO 14300 KG, DISTANCIA

MINIMA ENTRE EIXO 3,56 M, POTENCIA MINIMA DE 185 CV, COM CACAMBA METALICA BASCULANTE COM

CAPACIDADE MINIMA DE 8M³., para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s)

Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais

legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da

licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo.

1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

5494 M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA CNPJ: **07.811.058/0001-64**

LOTE: 1 AQUISICAO DE UM CAMINHAO CACAMBA

Seq. Código Decrição Unidade Valor Unit. Qtde Total

1 24816 CAMINHÃO BASCULANTE TOCO PESO BRUTO MINIMO DE UNIDADE 240.000,00 1,00 R$ 240.000,00

14300 KG.

TOTAL DO LOTE: 1

TOTAL DO VENCEDOR: R$ 240.000,00

M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

Participante Participante

1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL, devidamente quantificados e

especificados na proposta comercial de preços apresentada no

1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento

deste instrumento.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado

a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas

aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade contados da data de sua assinatura podendo ser renovada por mais 12 (doze)

meses, a critério das partes, permanecendo em vigor os mesmos preços e condições observados neste Pregão.

2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a

Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os serviços constantes no "Quadro Resumo",

podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do

registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final apresentada, que integra a presente.

3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que à

"PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A entrega dos produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 24 (vinte

e quatro) horas após o recebimento do pedido.

4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, no prazo de 10 D.D.E. (dez dias da data da entrega) dos produtos licitados, mediante a

apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões:

a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União;

b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social;

c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT.

4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará suspenso até que estas sejam

cumpridas.

4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos produtos.

4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8. 666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-

financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de

custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços

em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto

nº 3.931 de 19 de setembro de 2001.

4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à

época da realização deste certame licitatório.

4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada

interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 1.6 do Edital deste Pregão.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de

fornecimento do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor

da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 – Cabe à Prefeitura:

6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos produtos licitados, de que não será permitida a entrega dos mesmos sem que a

Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho.

6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital.

6.2 – Das Obrigações da Detentora

6.2.1 - O fornecimento deverá ser realizado, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.2 – Informar com antecedência de 48 horas, quando da impossibilidade na entrega do material.

6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital;

6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente

licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

6.2.5 – Manter-se, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e

qualificação exigidas na Licitação;

6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a

responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da

mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda,

por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado

pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais

fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia defesa, a aplicação das

sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Ata de Registro de Preços e demais normas

pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes

penalidades:

8.1.1 – Advertência escrita;

8.1.2 – Multa;

8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto;

8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do

direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar

com a Administração Pública, a critério da PMJ;

8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a Detentora não

retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos produtos.

8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual.

8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso, serem inscritas para constituir

dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo.

8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor

como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e

impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

com a Administração Pública, contados da intimação.

8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua

cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a

Detentora tenha, junto à contratante, no montante da penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa.

8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, será aplicada

multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar ou contratar

com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL PRESENCIAL Nº30/2019 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE

CONTRATADO.

9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas as disposições legais

vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro

de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

GUSTAVO KOVALSKI EUCLESIO JOSE FERRETTO

Pregoeiro Prefeito Municipal

M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

Participante

Endereço: Rua 25 Nº: 0- Bairro: Centro CEP: 78.650-000 FONE: (

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 488/2019.

DE: 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA o Sr. **ERIKS MATOS DA SILVA**, para responder pelo cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE DO PREFEITO desta Prefeitura.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE NOVEMBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

DECISÃO DE RECURSO Á FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2019

PROCESSO LICITATÓRIO DE TOMADA DE PREÇOS 010/2019

DECISÃO DE RECURSO Á FASE DE HABILITAÇÃO aO EDITAL Nº. **010/2019**

Às 15:00 horas do dia 12 de novembro de 2019, na sala de Licitações, junto à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Estado de Mato Grosso, localizada à Av. Goiás, 367, Jardim Santa Inês, reuniram-se a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, constituída dos seguintes servidores: Eriks Matos da Silva – presidente da comissão; Vilmar de Souza e Cilsa Aparecida de Sousa Crecencio - Membros, nomeados pela Portaria n° 456/2019 de 03 de outubro de 2019**,** também participou o Sr. Joao Paulo Camargo – Engenheiro Civil designado para acompanhar as licitações relacionadas a obras desta prefeitura municipal, nomeado pela portaria 328/2019 de 08 de julho de 2019, especialmente incumbidos de apreciar e decidir sobre recurso interposto na fase de habilitação da tomada de preços 010/2019, com o objeto "**contratação de empresa especializada na execução de obras de urbanização e iluminação dos canteiros centrais das avenidas Goiás, Brasil localizadas neste município, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo"** pela empresa **A S CONTRUTORA LTDA – ME, CNPJ: 22.618.893/0001-76**. Com a juntada das razões da recorrente, o presidente da comissão de licitação encaminhou tais documentos, juntamente com a Ata de julgamento da fase de habilitação da Licitação para a Assessoria Jurídica para emissão de PARECER JURÍDICO o qual servirá de orientação para tomada de decisão da Comissão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

II. DOS FATOS

Não concordando com o resultado da fase de julgamento da habilitação, a recorrente ***A S CONTRUTORA LTDA – ME, CNPJ: 22.618.893/0001-76***. Apresentou as razões do recurso, cujos pontos principais seguem abaixo:

1º Ressalta que no tocante a certidão de falência e concordata apresentada com mais de 30 (trinta) dias de emissão, destaca que junto a mesma seguida no processo a certidão de falência e concordata emitida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT sob o nº 2019.GTD.8WHI.UL53.ZYPI.UA8E.WY36 em plena validade

2º Quanto a questão do quadro técnico no tocante ao engenheiro eletricista, informa que a empresa está concorrendo somente ao lote nº 02 do processo em epigrafe, o qual a empresa tem todo o quadro técnico.

III. DO PEDIDO DA RECORRENTE

Requer a recorrente ***A S CONTRUTORA LTDA – ME, CNPJ: 22.618.893/0001-76***, que seja dado provimento ao recurso, habilitando a mesma para fase da abertura da proposta de preços.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Não foram apresentadas contrarrazões.

V. DA ANÁLISE DO RECURSO

1º DA CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA:

Embora a certidão apresentada pela empresa encontrar-se vencida, tal irregularidade pode ser sanada se averiguada a validade à época da habilitação, podendo, esta ser acrescida ao presente procedimento licitatório, conforme o artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93. Sendo enviado pela empresa, via e-mail, aos 30/10/2019, certidão de mesmo teor vigente à época da habilitação, sendo esta emitida aos 14/10/2019

Ademais, insta consignar que a certidão apresentada não trata-se de inclusão de documento que deveria conter originariamente nos documentos de habilitação, e, sim, inclusão de documento em caráter de complementação aos já apresentados anteriormente.

2º DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Durante a abertura dos documentos de habilitação verifica-se que a empresa recorrente não apresentou a existência de Engenheiro Eletricista no quadro técnico, não estando em conformidade com o previsto na cláusula 7.6.1, alínea "b" do edital, bem como os atestados de capacidade técnica profissional e operacional, sendo, portanto, inabilitada.

Durante o recurso apresentado pela empresa A S CONSTRUTORA LTDA – ME, esta alegou que a ausência do profissional supracitado no quadro técnico desta empresa se deu pelo fato de que a empresa estaria concorrendo tão somente ao Lote nº 02, qual seja: urbanização do canteiro central da Av. Brasil.

Pois bem, analisando o critério de julgamento estabelecido pelo edital da Tomada de Preços nº 010/2019, verifica-se que seria observado o critério "menor preço global", ou seja pela proposta que englobasse os dois lotes constantes.

Cumpre anotar que o estabelecimento do critério de julgamento fora realizado de forma clara e objetiva no edital do procedimento licitatório em epígrafe, estando, portanto, em conformidade com o disposto no artigo 40, VII, da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos

Assim, ante o critério escolhido por esta Administração, temos que se faz necessária a apresentação do quadro técnico apto a realizar os objetos dos dois lotes, não sendo possível a concorrência a um só destes.

Portanto, a empresa deverá apresentar habilitação e propostas equivalentes aos dois lotes, uma vez que o edital, o qual é vinculativo, havia previsto inicialmente que o critério para o julgamento seria o "menor preço global", devendo, portanto, obrigatoriamente, a empresa apresentar proposta e documentação apta para ambos os lotes.

Vale ressaltar que a Comissão de Licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital, estando vinculado, portanto, a tal, conforme dispõe o artigo 44 da Lei nº 8.666/93:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Ademais, insta consignar que o recurso quanto aos termos do edital do certame licitatório *in casu* é intempestivo, como observado no artigo 41 da Lei nº 8.666/93, *in verbis:*

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1o Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 3o A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4o A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

VI. DA DECISÃO

Ante o exposto, temos que quanto ao pedido de habilitação referente à Certidão de Falência e Concordata este deve ser concedido, haja vista a apresentação de certidão válida à época da apresentação dos documentos de habilitação, estando tal irregularidade sanada.

Quanto à ausência de Engenheiro Eletricista no Quadro Técnico da referida empresa, bem como do atestado de capacidade técnica profissional e operacional, temos que tal era essencial, haja vista que o procedimento licitatório possui como critério de julgamento "menor preço global", obrigando-se a empresa licitante apresentar documentação e proposta referente a todos os lotes, devendo, portanto, manter a inabilitação referente às ausências de Engenheiro Eletricista no Quadro Técnico e atestado de capacidade técnica profissional e operacional da empresa A S CONSTRUTORA LTDA – ME.

VII. DA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Diante dos fatos o Presidente da Comissão convoca as empresas habilitadas **SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ: 07. 103.838/0001-50 e WN CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 19.699.306/ 0001-06,** para prosseguimento da abertura dos envelopes contendo a proposta de preços no dia 21 de novembro de 2019 ás 08:00 horas horário Oficial de Mato Grosso.

Nada mais havendo a tratar o presidente declarou Encerrada a reunião, e eu, Eriks Matos da Silva, Presidente, lavrei a presente Ata a qual, após lida, será assinada por todos, sendo as 16:25 hs.

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE

VILMAR DE SOUZA

MEMBRO

CILSA APARECIDA DE SOUSA CRECENCIO

MEMBRO

JOAO PAULO CAMARGO

Engenheiro Civil

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 486/2019.

DE: 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA o Sr. **WELVYS THIERS SANTOS**, para responder pelo cargo de COORDENADOR DE PLANEJAMENTO desta Prefeitura.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE NOVEMBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 487/2019.

DE: 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA o Sr. **TONY FERNANDO BARRETO DE OLIVEIRA**, para responder pelo cargo de CHEFE DE GABINETE desta Prefeitura.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE NOVEMBRO DE 2019

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
IPASFA - TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00815/2019)

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00815/2019)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	São Félix do Araguaia/MT	**CNPJ:**	03.918.869/0001-08
Endereço:	AVENIDA ARAGUAIA N° 248		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	78678-000
Telefone:	(066) 3522-1223	**Fax:**	(066) 3522-1223
E-mail:	pmfsa@amm.org.br		
Representante legal:	JANAILZA TAVEIRA LEITE		
CPF:	049.351.084-28		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	
E-mail:	prefeiturasfa2017@gmail.com	**Data início da gestão:**	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS	**CNPJ:**	01.559.870/0001-68
Endereço:	AVENIDA ARAGUAIA Nº 248		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	78670-000
Telefone:	(066) 3522-1606	**Fax:**	(066) 3522-1606
E-mail:	ipasfa@hotmail.com.br		
Representante legal:	WEMES PEREIRA LEITE		
CPF:	694.117.941-49		
Cargo:	Secretário	**Complemento:**	ADMINISTRAÇÃO E
E-mail:	prefeituraasfa2017@gmail.com	**Data início da gestão:**	01/02/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° LEI ORDINÁRIA Nº. 896, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019. e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FELIX é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Félix do Araguaia da quantia de R$ 1.373.719,92 (hum milhão e trezentos e setenta e três mil e setecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2018 a 08/2019, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Félix do Araguaia confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 1.373.719,92 (hum milhão e trezentos e setenta e três mil e setecentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), será pago em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas de R$ 28.619,17 (vinte e oito mil e seiscentos e dezenove reais e dezessete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 28.619,17 (vinte e oito mil e seiscentos e dezenove reais e dezessete centavos), vencerá em 20/11/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei n° LEI ORDINÁRIA Nº. 896, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019..

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00815/2019)

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Félix do Araguaia - MT / 30/10/2019

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia
JANAILZA TAVEIRA LEITE

IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FELIX
WEMES PEREIRA LEITE

Testemunhas:

LINDALVA RODRIGUES DE MORAES VIEIRA
TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
CPF: 091.368.351-53
RG: 1199746

PAULO ROBERTO GOMES LUZ
AGENTE ADMINISTRATIVO
CPF: 009.655.261-19
RG: 16497716

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00815/2019)

DECLARAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00815/2019, firmado entre o/a São Félix do Araguaia e o IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FELIX em 30/10/2019, foi publicado em ____/____/_____ no

( ) mural
( ) jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____
( ) Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

São Félix do Araguaia, ____/____/_____

JANAILZA TAVEIRA LEITE
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	00815/2019		Data		30/10/2019
Valor consolidado	1.373.719,92		Valor da prestação inicial		28.619,17
Número prestações	48		Vencimento 1ª prestação		20/11/2019
DEVEDOR					
Ente Federativo	São Félix do Araguaia/MT			CNPJ	03.918.869/0001-08
Representante Legal	JANAILZA TAVEIRA LEITE			CPF	049.351.084-28
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1135-5	Conta nº	6017-8
CREDOR					
Unidade Gestora	IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FELIX			CNPJ	01.559.870/0001-68
Representante Legal	WEMES PEREIRA LEITE			CPF	694.117.941-49
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1135-5	Conta nº	22065-5

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

São Félix do Araguaia/MT - 30/10/2019

ASSINATURAS	
ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019

OBJETO: **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/PNAE, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NO TERMO DE REFERENCIA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019, O QUAL FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE**

DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO, REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA 01/2019. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015 e Edital da Chamada Pública nº 01/2019. FAVORECIDA: **ROSANIA DA SILVA SIQUEIRA** CPF nº 545.908.171-87. Valor **R$ 19.730,00 (dezenove mil setecentos e trinta reais). VIGÊNCIA: 13/09/2019 à 13/09/2020.**

São Félix do Araguaia - MT, 13 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 896, DE 30/10/2019 - PARCELAMENTO DE DÉBITOS DA PREFEITURA COM O IPASFA

LEI ORDINÁRIA Nº 896, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao IPASFA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia/MT, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento dos débitos referentes às contribuições previdenciárias do Município de São Félix do Araguaia com o IPASFA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia, relativas às competências de novembro/2018 até agosto/2019, observado o disposto no art. 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação dada pela Portaria MF nº 333/2017, com as devidas atualizações:

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, relativas ao período de novembro/2018 a agosto/2019 em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º Fica o IPASFA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de São Félix do Araguaia/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA acrescido de juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 20 de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Parágrafo único. Para efeito da eficácia do débito automático que alude o caput, devera obrigatoriamente a administração municipal enviar documento de autorização de débito a instituição bancária detentora da carteira municipal, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de publicação da presente Lei, sob pena de responder por crime de responsabilidade.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago de acordo com o Art. 1º, em parcelas mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo primeiro.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês do vencimento da respectiva parcela.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo), mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 20/11/2019, e as demais parcelas na mesma data dos meses subsequentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento).

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao IPASFA.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município.

São Félix do Araguaia (MT), 30 de outubro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
IPASFA - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO (DCP)

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Secretaria de Políticas de Previdência Social

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 03.918.869/0001-08 **Número do acordo:** 00815/2019 **Data de consolidação do Termo:** 30/10/2019
Ente: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia / MT **Data de assinatura do Termo:** 30/10/2019
Título: TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITO PARTE PATRONAL **Data de vencimento da 1ª** 20/11/2019
Lei autorizativa do parcelamento: LEI ORDINÁRIA Nº. 896, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal
Competência: **Inicial:** 11/2018 **Final:** 08/2019 **Quantidade de Parcelas:** 48
Diferença apurada: 1.330.524,46 **Diferença apurada atualizada:** 1.373.719,92
Valor da parcela na data de consolidação: 28.619,17

Critérios de atualização para consolidação do débito:
Índice: IPCA **Taxa de juros:** 0,50 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:**

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
Índice: IPCA **Taxa de juros:** 0,50 am **Tipo de juros:** Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
Índice: IPCA **Taxa de juros:** 0,50 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:** 1,00 %

06/11/19 10:22 v1.1

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Secretaria de Políticas de Previdência Social

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2018	0,00	-0,21	2,65	0,00	5,00	0,00		0,00
12/2018	105.298,52	0,15	2,49	2.621,93	4,50	4.856,42		112.776,87
13/2018	0,00		2,49	0,00	4,50	0,00		0,00
01/2019	142.349,25	0,32	2,17	3.088,98	4,00	5.817,53		151.255,76
02/2019	141.685,88	0,43	1,73	2.451,17	3,50	5.044,80		149.181,85
03/2019	146.703,01	0,75	0,97	1.423,02	3,00	4.443,78		152.569,81
04/2019	154.083,79	0,57	0,40	616,34	2,50	3.867,50		158.567,63
05/2019	159.186,30	0,13	0,27	429,80	2,00	3.192,32		162.808,42
06/2019	161.239,49	0,01	0,26	419,22	1,50	2.424,88		164.083,59
07/2019	168.033,78	0,19	0,07	117,62	1,00	1.681,51		169.832,91
08/2019	151.944,44	0,11	-0,04	-60,78	0,50	759,42		152.643,08
TOTAL:	1.330.524,46			11.107,30		32.088,16		1.373.719,92

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Secretaria de Políticas de Previdência Social

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia / MT - 03.918.869/0001-08
Representante Legal: 049.351.084-28 - JANAILZA TAVEIRA LEITE **Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____

UNIDADE GESTORA: IPASFA FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FELIX - 01.559.870/0001-68
Representante Legal: 694.117.941-49 - WEMES PEREIRA LEITE **Data:** __/__/____ **Assinatura:** _____

TESTEMUNHAS:

Nome: LINDALVA RODRIGUES DE MORAES VIEIRA
Cargo: TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
CPF: 091.368.351-53

Nome: PAULO ROBERTO GOMES LUZ
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO
CPF: 009.655.261-19

06/11/19 10:22 v1.1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019

OBJETO: **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/ PNAE, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NO TERMO DE REFERENCIA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019, O QUAL FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO, REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA 01/2019**. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015 e Edital da Chamada Pública nº 01/2019. FAVORECIDA: **OCEDÁLIA PEREIRA DA ROCHA** CPF nº 038.342.721-59. Valor R$**9.350,00 (nove mil trezentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 13/09/2019 à 13/09/2020.**

São Félix do Araguaia - MT, 13 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2019

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019

OBJETO: **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, VERBA FNDE/ PNAE, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NO TERMO DE REFERENCIA, TODOS DE ACORDO COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019, O QUAL FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE ANEXAÇÃO OU TRANSCRIÇÃO, REFERENTE A CHAMADA PÚBLICA 01/2019**. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE nº 26/2013 e 04/2015 e Edital da Chamada Pública nº 01/2019. FAVORECIDA: **ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA CASADÃO – AFC -** CNPJ sob n.º 07.530.605/0001-33. Valor R$**54.400,00 (cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: 13/09/2019 à 13/09/2020.**

São Félix do Araguaia - MT, 13 de setembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 004/2019 P.A.I (COMITÊ DE INVESTIMENTO) FUNPREV

Ata nº 004/2019 CONSELHO CURADOR/FUNPREV

Reunião extraordinária realizada aos sete (07) do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (2019), às 17 horas, no gabinete do Prefeito – Na Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT, nesta cidade. Com participação dos membros do Comitê de Investimento: Gestora do Fundo e integrante do Comitê de Investimento do FUNPREV Sra. Mirian Vieira Freire, Luciana Aparecida Trindade e Érica Dias de Souza, Contamos também

com a presença do Economista Francisco Gardez da Agenda Assessoria. Pauta: Definição e Aprovação da P.A.I – Politica Anual de Investimento dos recursos do RPPS, para o exercício de 2020. Francisco nos apresentou a P.A.I, explanou o que será feito em 2020 do ponto de vista econômico, as sugestões de investimento, a importância que cada Titulo de investimento traz para o Fundo, grau de risco e rendimento, mostrou como está o cenário econômico atual, como foi o progresso de rendimentos e quais as sugestões para 2020, tirou algumas dúvidas dos conselheiros. Após comentários e entendimentos a mesma foi aprovada por unanimidade. Sem mais para o momento, eu Érica Dias de Souza Santos, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e os demais presentes.

Érica Dias de Souza

Miriam Vieira Freire

Luciana Aparecida Trindade

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 001/2019 P.A.I - FUNPREV

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 07 de novembro de 2019

O Conselho Curador/Previdenciário do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 563, de 11 de NOVEMBRO de 2013, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 07 de novembro de 2019;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Povo/MT, 17 de outubro de 2018.

Milton Da Silva Cordeiro

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

Ana Claudia dos Santos Almeida Ivanildo Vilela da Silva

Unilson João da Costa Arnaldo Francisco Duarte

José Elson Valeriano Júnior Maltilia de Fátima Porfirio Alves

Aristóteles Alves Arlene de Souza Oliveira

Jany Maria Barbosa Lopes

Mirian Vieira Freire

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 001/2019 - CONSELHO CURADOR

Ata 001/2019 – Conselho Curador / FUNPREV

Aos (06) seis dias do mês de novembro do ano de (2019) dois mil e dezenove, às 15h, na Câmara Municipal – cito Rua João Francisco Duarte, 715 de São José do Povo/MT. Reuniram se os servidores municipais para uma reunião com pauta: - Renovação dos membros do Conselho Curador do FUNPREV- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo. Em seguida a Gestora/ Secretaria de Administração Sra. Mirian Vieira Freire, explanou aos servidores que o Conselho Curador de acordo com a Lei 563/2013, Art. 70 §2, precisa ser renovado, pois o mesmo tem mandato de 2 anos, sendo que alguns conselheiros vêm de dois mandatos consecutivos, não podendo ser renovado, por esse motivo foi convocado os servidores, aposentados e pensionistas, para estar integrando ao Conselho Curador, houve alguns debates e foram nomeados para fazer parte do Conselho os seguintes servidores: Para o Poder Executivo José Élson Valeriano Júnior e Anna Cláudia dos Santos Almeida, para o Legislativo foram nomeados Unilson João da Costa e Ivanildo Vilela da Silva, representantes dos servidores municipais ficaram, Aristóteles Alves, Milton da Silva Cordeiro, Maltilia de Fátima Porfirio Alves, Arlene de Souza Oliveira, Arnaldo Francisco Duarte e como Gestora continuou Mirian Vieira Freire. Eleitos por unanimidade. Com a palavra a Sra. Mirian Vieira Freire, declarou empossados os novos conselheiros para compor o Conselho Curador. Não havendo nada mais a tratar encerra-se a reunião, que vai assinada por mim, que lavrei a presente Ata e os demais presentes.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 23/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **52/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: TUNA CONSTRUCOES RURAIS LTDA - ME, CNPJ nº 23.288.416/0001-52, no valor GLOBAL de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais.)**.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 12 de Novembro de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 003/2019 P.A.I (FUNPREV)

Ata nº 003/2019 CONSELHO CURADOR/FUNPREV

Reunião extraordinária realizada aos sete (07) do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove (2019), às 16 horas, no gabinete do Prefeito – Na Prefeitura Municipal de São José do Povo/MT, nesta cidade. Com participação dos membros do Conselho Curador: Sra. Anna Cláudia dos Santos almeida, José Élson Valeriano Júnior sendo esses representantes do poder executivo. Sr. Unilson João da Costa, Sr. Ivanildo Vilela da Silva, representantes do poder legislativo, Sra. Arlene de Souza Oliveira, Sra. Maltilia de Fátima Porfírio Alves; Sr. Arnaldo Francisco Duarte, Sr. Aristóteles Alves, Sr. Milton da Silva Cordeiro, Jany Maria Barbosa Lopes representantes do funcionalismo público. Com a presença do Gestora do FUNPREV Sra. Mirian Vieira Freire, Contamos com também com a presença do Economista Francisco Gardez da Agenda Assessoria. A ordem do dia: Definição e Aprovação da P.A.I – Politica Anual de Investimento dos recursos do RPPS, para o exercício de 2020. Usando a palavra a o Economista Francisco, fez a leitura do modelo da Politica Anual de Investimento, explanando o que será aprovado para os Fundos de Investimento em 2020, mostrou como está o cenário econômico atual, como foi o progresso de rendimentos e quais as sugestões para 2020, tirou algumas dúvidas dos conselheiros. Após comentários e entendimentos a mesma foi aprovada por unanimidade. Sem mais para o momento, eu Érica Dias de Souza Santos, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e os demais presentes.

Érica Dias de Souza Miriam Vieira Freire

Unilson João da Costa Ivanildo Vilela da Silva

José Élson Valeriano Júnior Aristóteles Alves

Jany Maria Barbosa Lopes Arlene de Souza Oliveira

Anna Cláudia dos Santos Almeida Maltilia de Fátima Porfírio Alves

Arnaldo Francisco Duarte Milton da Silva Cordeiro

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 002/2019 - CONSELHO CURADOR

ATA 002/2019 – Conselho Curador/ FUNPREV

Aos dias (06) seis de novembro de (2019) dois mil e dezenove, as 16h30, na Câmara Municipal, cito a Rua João Francisco Duarte, 715 de São José do Povo/MT. Reuniram se os Conselheiros, que foram eleitos e empossados anteriormente, para a Eleição e posse do Presidente do Conselho Curador do FUNPREV- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo. Reunidos os conselheiros: Sra. Ana Cláudia dos Santos Almeida, Sr. José Élson Valeriano Junior, Sr. Aristóteles Alves, Sr. Ivanildo Vilela da Silva, Sr. Unilson João da Costa, Sr. Milton da Silva Cordeiro, Sra. Maltilia de Fátima Porfírio Alves, Sra. Arlene da Silva Oliveira, Sr. Arnaldo Francisco Duarte, Sra. Mirian Vieira Freire. Com a Palavra a Gestora Mirian Vieira Freire, declarou aberta a votação para a Presidência do Conselho, de acordo com 3º do Art. 70 da Lei 563/2013. Após uma breve discussão deu inicio a votação e foi eleito o Sr. Milton da Silva Cordeiro. A Sra. Mirian Vieira Freire, declara empossado o Sr. Milton da Silva Cordeiro, para Presidente do Conselho Curador com mandato de um ano a partir desta data. Não havendo nada mais a tratar encerra-se a reunião, que vai assinada por mim, Érica Dias de Souza Santos, que o lavrei a presente ata e os demais presentes. _____

_____

Mirian Vieira Freire

CPF:003.017.861-43

_____

Milton da Silva Cordeiro

CPF: 487.057.801-87

_____

Ivanildo Vilela da Silva

CPF: 491.256.216-53

_____

Anna Cláudia dos Santos Almeida

CPF: 017.498.911-31

_____

Arnaldo Francisco Duarte

CPF: 109.975.631-68

_____

José Elson Valeriano Júnior

CPF: 017.629.771-50

_____

Maltilia de Fátima Porfirio Alves

CPF: 522.645.481-34

_____

Aristóteles Alves

CPF: 046.180.671-10

_____

Arlene de Souza Oliveira

CPF: 840.814.141-49

_____

Unilson João da Costa

CPF: 298.819.271-53

_____

Jany Maria Barbosa Lopes

CPF: 002.858.055-92

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 68/19 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Curador do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do povo/MT, e dá outras providências."

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que confere A Lei orgânica Municipal e considerando o disposto do Art, 1º e VI da Lei 9. 717 de 27 de novembro de 1998 e nos Art. 66 § 1º da Lei Municipal 316 de 16 de junho de 2005, Art. 69,70 da Lei Municipal 563 de 11 de novembro de 2013.

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 2(dois) anos conforme o cargo para qual formam designados ou eleitos.

Representantes do Poder Executivo

* Anna Cláudia dos Santos Almeida CPF. 017.498.911-31

* José Elson Valeriano Júnior CPF.017.629.771-50

Representantes do Poder Legislativo

* Unilson João da Costa CPF. 298.819.271-53

* Ivanildo Vilela da Silva CPF: 491.256.216-53

Representantes dos Servidores Públicos Municipais- Efetivos

* Aristóteles Alves CPF. 046.180.671-10

* Arlene de Souza Oliveira CPF. 840.814.141-49

* Milton da Silva Cordeiro CPF. 487.057.801-87

* Maltilia de Fátima Porfirio Alves CPF. 522.645.481-34

* Arnaldo Francisco Duarte CPF: 109.975.631-68

*Jany Maria Barbosa Lopes CPF: 002.858.055-92

Ar. 2º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei 563 de 11 de novembro de 2013, e seu Regimento Interno.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo 12 DE NOVEMBRO DE 2019

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT torna público a todos os interessados que **RETIFICOU** a publicação do **Contrato nº 050/2019**, referente ao Extrato dos contratos do mês de outubro publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 08 de novembro de 2019, pág. 456, **ONDE SE LÊ**: Valor: R$ 471.250,00 **LEIA-SE:** Valor: R$ 348.250,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: MARIA DAS M.M BATISTA - ME

VALOR GLOBAL: R$ 143.250,00 (CENTO E QUARENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 04/11/2019 a 31/12/2019

OBJETO: Aquisição de manilhas de concreto para drenagem de águas pluviais no Distrito de Santo Antônio do Fontoura, para a contratante dentro do prazo constante da Cláusula Sexta, conforme discriminação.

DATA: 12/11/2019

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 233/2019

PORTARIA Nº. 233/2019

DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com artigo 88 do Estatuto dos Servidores Municipais e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Conceder Licença Maternidade, prevista no artigo 88,89, 90 e 91 da Lei complementar Municipal nº 007/2004, pelo prazo de 180 dias (cento e oitenta dias) a Servidora abaixo relacionada:

SERVIDORA	MATRICULA	CARGO	SECRETARIA	PERIODO DE GOZO
Elenice Jardim Soares Rodrigues	1002	Auxiliar de Serviços Gerais	Sec. Municipal de Educação	07/11/2019 A 05/05/2020

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 07 de novembro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 765/2019

LEI MUNICIPAL Nº 765/2019 São José do Xingu – MT, 11 de novembro de 2019.

"Dispõe sobre a concessão de percentual de suplementação no orçamento do exercício de 2019 e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Senhor Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o poder Executivo municipal autorizado, durante os meses outubro, novembro e dezembro de 2019, a realizar as seguintes ações:

I – Abrir créditos adicional suplementar até o limite de 20% (vinte) por cento da total da previsão de arrecadação para os meses outubro, novembro e dezembro de 2019, fixada no art. 1º da lei municipal nº 745/2018, lei orçamentária, LOA-2019, observado o disposto no parágrafo 1º incisos, I, II, III e IV, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

Art. 2º - Fica autorizado o poder executivo a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite estabelecido no art. 1º desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal em, 11 de novembro de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Publique – se Registre – se Cumpre –se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
DECRETO Nº 119, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o horário de atendimento ao público nas Secretarias Municipais e demais Departamentos/Unidades da Prefeitura Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o funcionamento das atividades de atendimento ao público da Prefeitura Municipal, nas respectivas Secretarias Municipais e Departamentos/Unidades, em conformidade com o exposto no quadro a seguir:

ÓRGÃOS	HORÁRIO
Sede da Prefeitura Municipal (Secretaria de Administração, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Gabinete; Departamento de Recursos Humanos; Setor de Tributação e demais setores) e Departamento de Água e Esgoto-DAE	7h às 13h
Secretaria de Assistência Social	7h às 13h
Secretaria de Educação	7h às 13h
Secretaria de Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio	7h às 13h
Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde (Básica e Especializada)	7h às 13h
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	7h às 11h / 13h às 17h

Art. 2º Fica determinado que o Departamento de Água e Esgoto-DAE, o Pronto Atendimento-PA, a coleta de lixo e demais serviços essenciais ocorrerão de forma contínua e ininterrupta.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação; revogando-se o disposto no Decreto Municipal nº 003/2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 318 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de MOTORISTA I por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição o servidor JOSÉ DOS SANTOS, nomeado através da PORTARIA Nº 109 DE 1º DE MARÇO DE 1995.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 12 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS PERÍODO 1º A 10 DE NOVEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 307 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - FG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CANCELAR o pagamento de FUNÇÃO GRATIFICADA – FG-03 a servidora LILIAN CRISTINA TOSTI DOS SANTOS, concedido através da PORTARIA Nº 020 DE 21 DE JANEIRO DE 2019, por não ser mais responsável pelo Setor de Conciliação Bancária.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 308 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Serviços Gerais / Planejamento, o Senhor ALMIR IZIDÓRIO PEREIRA portador do RG nº 1558705-3 – SSP/MT, CPF nº 734.508.981-91, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 309 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora LILIAN CRISTINA TOSTI DOS SANTOS, portadora do RG nº 932947 – SSP/MT e do CPF nº 836.042.941-34, para exercer o cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Orçamento, fazendo jus aos vencimentos do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 310 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor ELAINE APAREECIDA MARTINEZ, no período de 01/11 a 30/11/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL

PORTARIA Nº 311 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER** Licença Especial ao servidor JUCEMAR DA SILVA MOTA, conforme Art. 100, I, da Lei Complementar nº005/2003.

Artigo 2º - O período de gozo da licença concedida, referente ao **quinquênio 2014/2019**, será de 90 (noventa) dias, de 1º de novembro a 29 de janeiro de 2020.

Artigo 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EM 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 312 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor NILSON MIRANDA DE ANDRADE, no período de 04/11 a 03/12/2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL

PORTARIA Nº 313 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor WELINTON OLIVEIRA CAVALCANTE, no período de 04/11 a 03/12/2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL

PORTARIA Nº 314 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de ESCRITURARIO/AUXILIAR ADMINISTRATIVO por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora MARIA DO CARMO SILVA, nomeada através da PORTARIA DRH Nº 006 DE 08 DE ABRIL DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 315 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL/CLASSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER elevação de nível/classe de acordo com Artigos 39 e 40 da Lei Municipal 755/98, referente ao mês de novembro de 2019, dos servidores relacionados no ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 316 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor NILSON MIRANDA DE ANDRADE, no período de 04/11 a 03/12/2019, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL

PORTARIA Nº 317 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO E MERECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER promoção por tempo de serviço e ou merecimento, conforme Parágrafo Único do Artigo 25 e Parágrafo I do Artigo 40 da Lei complementar 004/2003 para o mês de novembro de 2019, conforme ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 08 DE NOVEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
LEI MUNICIPAL Nº 1193, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019.

Sumula: "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal de Tabaporã/MT a alienar 1 (uma) gleba urbana, a ser desmembrada em 49 (quarenta e nove lotes urbanos)**,** destinado a Programa Habitacional do Governo Federal – Minha Casa Minha Vida realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil/SA e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1° Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar através de chamamento público a gleba urbana registrada no Cartório de Registro de Imóveis – CRI desta Comarca sob as matrículas nº. 1.228 e 1.229, para ser transformados em empreendimento imobiliário, exclusivamente para a construção de 49 (quarenta e nove) unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, ou outro que vier a substitui-lo, em projeto a ser aprovado por este município.

§ 1º O empreendimento poderá ser edificado no âmbito do Programa Habitacional Associativo Imóvel na planta ou Apoio à produção, ou outro que vier a substituí-los, operacionalizado pelas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil S/A.

§ 2º Os adquirentes dos imóveis a serem construídos, poderão se enquadrar nos limites do Programa Minha Casa Minha Vida nos termos das Leis Federais n°. 11.977 de 08 de julho de 2009 e n°. 12.424 de 16 de junho de 2011, ou na carta de crédito do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em conformidade com as resoluções emitidas pelo respectivo Conselho Curador, ou ainda em outros programas do SFH - Sistema Financeiro Habitacional.

Art. 2º O imóveis urbanos descritos no Art. 1º serão doadoa à vencedora do chamamento público ou a agente operador do programa, pelo município de Tabaporã/MT.

Art. 3º Fica, portanto, o Município de Tabaporã/MT, autorizado a celebrar contrato com a vencedora do Chamamento Público.

Art. 4º Os lotes urbanos, após desmembrados, objeto desta Lei, terão destinação exclusivamente para moradias populares.

Art. 5º A empresa vencedora do chamamento público deverá enviar os projetos para análise do Município de Tabaporã em um prazo máximo de 30 dias. O início das obras decorrentes do presente programa deverá ocorrer num prazo máximo de 90 (noventa) dias após a emissão do alvará de obras e comprovação da demanda mínima necessária para a efetiva contratação dos futuros mutuários junto à Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A, caso não seja cumprido os prazos deste artigo os imóveis reverterão a patrimônio do Município.

Art. 6º Fica ressalvada a hipótese de hipoteca ou alienação fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A, agentes financeiros que operam com os Programas Habitacionais Federais e/ou Estaduais e com o Sistema Financeiro Habitacional, garantia exigida para a efetivação do Programa Habitacional MCMV (minha casa minha vida).

Art. 7º Ao empreendimento habitacional de que trata a presente lei, a título de incentivo ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida, conceder-se-á:

I - Isenção temporária do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a construção de edificações de obras de construção civil, previstos na Lei Complementar Municipal, referente aos serviços prestados no próprio local da obra ou relacionados com ele de forma direta; **II** Isenção do ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – incidente sobre a transmissão do imóvel à Adquirente, bem como para a primeira transmissão aos compradores dos imóveis, que fizerem a aquisição na planta ou quando o imóvel estiver pronto, com base na presente lei; **III** Isenção temporária do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano – sobre o(s) imóvel(is) onde o empreendimento habitacional será implantado; **IV** Isenção de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-se e de certidões para o empreendimento habitacional, com base na presente lei;

§ 1º As isenções temporárias previstas nos incisos I à IV abrangem o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do habite-se da última unidade, válidas somente para atender ao Programa especificado na presente lei.

§ 2º O valor do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza –, objeto da isenção de que trata o inciso I deste artigo, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Art. 8 Fica autorizado ao Poder Público realizar obras de terraplanagem, de abertura de vias, de escavação e fornecer aterro, bem como o asfaltamento do loteamento, como forma de contrapartida e fomento à construção das moradias populares financiadas pelos programas indicados no parágrafo primeiro do Art. 2º desta lei, nas áreas destinadas à construção das casas, entretanto os serviços realizados não poderão ser incluídos no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

Art. 9 Os lotes urbanos destinados pelo Município para realização do empreendimento, serão precedidos de avalição prévia realizada pelo Município. Os valores venais atribuídos aos lotes entrarão como contrapartida do município ao empreendimento e consequentemente serão descontados dos valores finais das residências a serem financiados pelos mutuários.

Art. 10 No momento da distribuição das unidades habitacionais do programa minha casa minha vida, serão utilizados prioritariamente os cadastros já realizados e contemplados pelo Município.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Tabaporã – MT, 11 de Novembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 629/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – **CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL COM ELEVAÇÃO DE CLASSE** à Senhora **JANETE TEREZINHA GWIAZDECKI**, servidora efetiva, admitida em 15/06/2007, nocargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Saúde Bucal,** com matricula no RH nº. 1024, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, **da Classe B – Nível 12 para perceber na Classe C – Nível 12, correspondente ao valor de R$: 3.109,19 (Três Mil, Cento e Nove Reais e Dezenove Centavos),**por preencher os requisitos da Classe **"C"** e apresentar mais de 240 horas de certificados de cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional na área de atuação, nos termos do Art. 12, Inciso II, alínea "c", c/c Art. 14, § 1º. *da Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Novembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - OBRAS - 006/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 006/2019

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 006/2019 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por meio da Portaria de nº 535/2019, publicada no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019:

Divulgação da Relação dos Títulos/Experiência Profissional do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019, conforme segue: **I - MOTORISTA - CARTEIRA LETRA - C Localidade: SEDE – Tabaporã**

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	122	ARNALDO FERREIRA DA CRUZ	SIM
02	131	NELSON FRANCESCHETTO	SIM
03	115	NEOCLIDES DE MELO	SIM
04	109	PAULO HENRIQUE BRESIANNI	SIM
05	114	TIAGO RODRIGO DINIZ BONFIM	SIM

II - MOTORISTA - CARTEIRA LETRA - C Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	55	FABIANO GUIAZDECKI	SIM

III - MOTORISTA - CARTEIRA LETRA - C Localidade: AMERCIANA DO NORTE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	001	MARCELO APARECIDO FERREIRA	SIM
02	004	MOISES BRIGO	NÃO

IV - MOTORISTA – CARTEIRA LETRA - D Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	59	ANDRESSA MARCIANO	NÃO
02	52	CARLOS EDUARDO DE MELO PERES	NÃO
03	61	CLAUDINEI APARECIDA DA SILVA	NÃO
04	60	DOUGLAS ARENHART	NÃO
05	57	JADY ERICK DE OLIVEIRA	SIM
06	54	NILSON PEREIRA OLIVEIRA	NÃO

V - MOTORISTA - CARTEIRA LETRA - D Localidade: AMERICANA DO NORTE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	002	FLAVIO ALVES DUARTE	SIM
03	003	VANDERLEI DE OLIVEIRA	SIM

VI - MOTORISTA - CARTEIRA LETRA - D Localidade: SEDE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	127	ACASSIO ROQUE DA SILVA	NÃO
02	106	ADRIANO MARANGONI DOS SANTOS	SIM
03	101	ALEX TANIO COIMBRA DOS SANTOS	SIM
04	128	CLEBER JOSÉ DE OLIVEIRA	NÃO
05	107	DANIEL FRANCISCO DA SILVA	NÃO
06	102	FELIPE PEREIRA DE ALMEIDA	NÃO
07	116	HELIO ALMEIDA DA SILVA	SIM
08	111	JULIO BENEDITO DA SILVA NETO	NÃO
09	135	JULIO CESAR CEOLIN	SIM
10	117	MARCIANO FERREIRA DE SOUZA	NÃO
11	112	MARCOS ANTONIO DA SILVA	NÃO
12	126	PAULA PATRICIA GOMES DA SILVA RIBEIRO	NÃO
13	118	PAULO SERGIO LOURENÇO	NÃO
14	108	RAFAEL GONZAGA DE MELO	NÃO
15	119	VALDIR ROVARI	SIM

VII – OPERADOR DE MOTONIVELADORA – CARTEIRA LETRA - C Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	58	IVAN CARLOS WOLFART	SIM

VIII – OPERADOR DE MOTONIVELADORA – CARTEIRA LETRA - C Localidade: SEDE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01	105	ALEXANDRO ALVES DOS REIS	SIM
02	113	RONALDO DE SOUZA PRADO	SIM

IX – OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA - CARTEIRA LETRA - C Localidade: SEDE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	123	ANDERSON COSTA DA SILVA	SIM
02	110	DIEGO DENIS DOS SANTOS	NÃO
03	130	EDIO DE PAULA FARIAS	NÃO

X – OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA - CARTEIRA LETRA - C Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	056	JORGE CLAIR DE MELLO	NÃO
02	053	VALDECIR ALVES BONFIM	NÃO

XI - MECÂNICO Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	51	CRISTIANO STOCKMANN	NÃO
02	125	EDIMILSON RENGEL	NÃO
03	121	LUCIANO JOSE NEVES	SIM

XII – ELETRECISTA DE MANUTENÇÃO Localidade: SEDE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS/ EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
01	104	DANIEL DE ASSIS DIAS	SIM
02	103	MARLON BRUNO RODRIGUES	SIM
03	120	RICARDO HENRIQUE DE ALENCAR	SIM

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Prefeitura de Tabaporã, em 13 de Novembro de 2019.

Ilson Ferreira Costa

Presidente da Comissão

Portaria nº 535/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 631/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 02/12/2019 com término em 31/12/2019**, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016****, sem prejuízo de sua remuneração*** ao Senhor ***GILBERTO REIS CALADO DA SILVA*****,** servidor efetivo, admitido em 19/07/1999, com matricula no RH nº. 46, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, **lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura,** de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (trinta) dias de direito a Licença premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 13 de Novembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 630/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 02/12/2019, com término em 31/12/2019**, referente ao período aquisitivo de 18/06/2018 à 17/06/2019, ao*** senhor ***FLAVIO APARECIDO DIAS*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1403, no cargo de **Especialista da Saúde I – Educador Físico**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 13 de Novembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDUCAÇÃO - 005/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002

DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 005/2019

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 005/2019 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por meio da Portaria de nº 534/2019, publicada no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019:

Divulgação da Relação de Títulos dos Candidatos do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019, conforme segue:

I - PROFESSOR

Localidade: AMERCIANA DO NORTE – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS	SITUAÇÃO
01	115	ANA MARIA DA SILVA CARDOSO MAXIMIANO	SIM	APTO
02	123	IRADILSA LIMA DE SOUSA	SIM	APTO
03	001	ELENILDA AZEVEDO SILVA	SIM	APTO
04	005	ELENILDE NASCIMENTO SANTOS	SIM	APTO
05	132	NATIELLY PEREIRA DE SOUZA	SIM	APTO
06	130	ELISANGELA FRANÇA DOS REIS	SIM	APTO
07	003	ELIENE DOS SANTOS ALVES	SIM	APTO
08	006	DARA BARBOSA CARVALHO	SIM	APTO

09	007	JESSICA NAIARA GOMES FERREIRA	SIM	APTO

II - PROFESSOR

Localidade: NOVA FRONTEIRA – Tabaporã

ORD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME	TÍTULOS	SITUAÇÃO
01	109	LAIZE MARQUES DA PAIXÃO MELO	SIM	APTO
02	121	CLAUDINEIA GOUVÊA NOGUEIRA MORETTI	SIM	APTO
03	058	SANDRA MARIA SEHN ROSA	SIM	APTO
04	059	DAYSE KELLY ARAGÃO BECOSKI	NÃO	APTO
05	064	FERNANDA FERREIRA MARTINS	SIM	APTO
06	068	ELIANE ALVES BARBOZA BELINI	SIM	APTO

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Prefeitura de Tabaporã, em 13 de Novembro de 2019.

Ilson Ferreira Costa

Presidente da Comissão

Portaria nº 534/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 1108 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 1108 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar Ordinário nº 001/PADORD/2018, a Portaria nº 007/SAD/UPSPA/2018, a Decisão nº 008/GP/2019 de 01/11/2019 protocolado sob o nº 32530/2019, o Memorando nº 271/2019-SAD/UPSPA de 04/11/2019 protocolado sob o nº 34606/2019 e o Memorando 1325/SAD/2019 de 05/11/2019;

RESOLVE

Art. 1º APLICAR a Penalidade de Demissão,**a** Senhora **JOSIANE DE LIMA SOUZA,** portadora do RG nº 11556781 SSP/MT,servidoraefetiva no cargo de Técnico de Apoio Infantil, admitida em 11/06/2015, lotada na Secretaria Municipal de Educação, registrada sob o nº. 104460, conforme as disposições do art. 214, inciso XIII, da Lei Complementar nº 006/1994 de 21 de junho de 1994.

Art. 2º Esta Portaria possui efeito retroativo a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove 43º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

GILMAR UTZIG

Secretário Municipal de Educação

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019.

AVISO DE RESULTADO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA VILA GOIÂNIA**, nesta municipalidade, conforme Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária em anexo, consoante às disposições da Lei n.º 8.666/93. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 753/GP/2019 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, conforme segue: Empresa vencedora: **URUGUAI - ESTRUTURAS, CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, no valor de: **R$** 752.189,91 (Setecentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e nove reais e noventa e um centavos). Tangará da Serra-MT, 12 de Novembro de 2019. Márcio de Oliveira Lopes - Presidente da CPL.

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 1118 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 1118 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

O Senhor Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento e de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **JULIO CESAR GOMES DA SILVA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 019 de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 020 de 22 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO a Liminar concedida no processo nº 1002136-38.2019.8.11.0055, o Memorando da Secretaria Municipal de Administração nº 1233/SAD/2019 de 11/10/2019 e o Despacho do Senhor Prefeito Municipal Prof. Fábio Martins Junqueira;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidadede 03 (três) meses, a servidora **ILUSKA FLÁVIA DE CARVALHO DIAS**,efetiva no cargo de Arquiteta, admitida em 22/06/2012, registrada sob o nº 102247, lotada na Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento,correspondente ao quinquênio de **22/06/2012 à 21/06/2017**, nos termos dos artigos 102-105 da Lei Complementar n° 006/1994 de 21 de junho de 1994, a ser usufruída, nos seguintes períodos: **01/12/2019 a 31/12/2019**; **01/07/2020 à 31/07/2020 e 01/07/2021 à 31/07/2021**, conforme requerimento da servidora protocolado sob o nº 33760/2019.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

JULIO CESAR GOMES DA SILVA

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 019/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR 019/2019 - PROCESSO SELETIVO N.º 001/2019

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Professor **Fabio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e/ou classificados mediante** o resultado final Homologado através do Edital Complementar nº. 011/2019, referente ao Processo Seletivo nº 001/2019, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde.

1) Para que compareçam na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados.

797 – MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 4334/2014						
Nº	**INSC.**	**NOME**	**DATA. NASC.**	**ACERTOS**	**PONTOS**	**RESULTADO**
13	1236	RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA CRUZ	04/09/1976	26	65	CLASSIFICADO

2. Para entrega de documentos: Dia 12/11/2019 e 13/11/2019 das 08:00 às 11h00 e 13h00 às 16h00

2.1 Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração no Departamento de Pessoal situada à Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, nos dias relacionados no Item 2 para entrega de documentos, munidos com ORIGINAIS E CÓPIAS dos documentos abaixo relacionados:

2.2 No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Atestado Pré-admissional (APTIDÃO FÍSICA, MENTAL E PSICOLÓGICA). Agendado e Feito após a entrega dos documentos aqui mesmo na Prefeitura Municipal de Tangara da Serra – MT.

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 7.8 do edital.

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Os candidatos para o cargo de Motorista deveram apresentar:

h.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

h.2) ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

h.3) Certificado de Curso para condução de veículos de emergência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pelo Ministério do Trabalho);

j) Comprovante de residência;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos (se dependente);

l) Atestado de Vacinação do Candidato e dos filhos menores de 05 anos;

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo à existência ou inexistência de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

r) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangarada-serra.mt.gov.br;

s) Declaração de Imposto de Renda Detalhada (Exercício 2019/Ano - Calendário 2018 ou mais recente);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

v) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

x) Cartão SUS;

y) Foto 3x4

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 1 e 02 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Art. 5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 11 de novembro de 2019

Prof. Fabio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Dienefer Jaqueline Magalhães Feix

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.522/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender despesas vinculadas ao FUNDEB, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação no valor de **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, atinente a seguinte rubrica de Receita Orçamentária:

17.58.01.11.0-00 – Transferências de Rec. FUNDEB

Fonte: 0.1.18.00.00 – Transferências do FUNDEB 60% **R$ 240.000,00**

Fonte: 0.1.19.00.00 – Transferências do FUNDEB 40% **R$ 160.000,00**

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Depto de Trans. Escolar

04.004.12.361.0010.2.125.3.1.90.04 (0190) R$ 30.000,00

04.004.12.361.0010.2.125.3.1.90.11 (0191) R$ 210.000,00

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Depto de Trans. Escolar

04.005.12.361.0010.2.128.3.1.90.04 (0202) R$ 90.000,00

04.005.12.361.0010.2.128.3.3.90.30 (0208) R$ 70.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.515/2019

SÚMULA: "Revoga a Lei Municipal nº 1.450/2019 que autorizou a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender Obras de Pavimentação Asfáltica, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica revogado a Lei Municipal nº 1.450 de 02 de abril de 2019, a qual autoriza o Poder Executivo Municipal Suplementar a Rubrica de Receita Orçamentária 2.4.1.8.10.7.1.00 - Transferências de Convênios da União destinadas a Infra Estrutura e Transportes (Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares), o valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), no Orçamento Programa 2019, pela não arrecadação específica.**

Art. 2º. Fica revogado a autorização de abertura do Crédito Suplementar por excesso de arrecadação conforme estabelece o Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, na funcional programática: 05.003.15.451.0008.1.067.4.4.90-51 e detalhamento como segue:

05. Secretaria Municipal de Infraestrutura

003. Departamento de Infraestrutura e Urbanismo

15. Urbanismo

451. Infraestrutura Urbana

0008. Cidade Atrativa

1.067. Pavimentação e Obras Complementares

4.4.90.51. Obras e instalações R$ 500.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Especial para atender a captação de recursos financeiros para Investimentos na Infraestrutura Urbana, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado a abertura do Crédito Especial em atendimento ao estabelecido no Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, por anulação de dotações, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

05. Secretaria Municipal de Infraestrutura

003. Divisão de Infraestrutura e Urbanismo

15. Urbanismo

451. Infraestrutura Urbana

0008. Cidade Atrativa

1.123. Pavimentação Asfáltica Urbana

4.4.90.51. Obras e Instalações R$ 200,00

Fonte de Recursos: 01.90.00 – Recursos de Operações de Crédito Interna

Metas Físicas: Pavimentação Asfáltica no centro urbano de Terra Nova do Norte

Metas Financeiras: R$ 200,00

05. Secretaria Municipal de Infraestrutura

003. Divisão de Infraestrutura e Urbanismo

25. Energia

752. Energia Elétrica

0008. Cidade Atrativa

1.124. Instalação de Usina de Energia Fotovoltaica

4.4.90.51. Obras e Instalações R$ 200,00

4.4.90.52. Equipamentos e Material Permanente R$ 200,00

Fonte de Recursos: 01.90.00 – Recursos de Operações de Crédito Interna

Metas Físicas: Instalação de Usina geradora de Energia Fotovoltaica

Metas Financeiras: R$ 400,00

05. Secretaria Municipal de Infraestrutura

003. Divisão de Infraestrutura e Urbanismo

25. Energia

752. Energia Elétrica

0008. Cidade Atrativa

1.125. Implantação de LED na Iluminação Pública

3.3.90.30. Material de Consumo R$ 200,00

4.4.90.52. Equipamentos e Material Permanente R$ 200,00

Fonte de Recursos: 01.90.00 – Recursos de Operações de Crédito Interna

Metas Físicas: Substituição das instalações por lâmpadas LED

Metas Financeiras: R$ 400,00

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, será anulado em R$ 1.000,00 (um mil reais), nas seguintes funcionais programáticas:

Código Geral: 05.003.15.451.0008.1.067.4.4.90-51 (299) R$ 1.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.517/2019

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação de recursos do FEX, para atender despesas de manutenção da Secretaria de Infraestrutura, e dá outras providências.

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação, receitas atinentes ao FEX nas seguintes Rubricas de Receita Orçamentárias:

17.28.99.11.99-03 – Demais Transferências dos Estados FEX

Fonte: 0.1.0.00.00 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Secretaria Municipal de Infraestrutura – Departamento de Infraestrutura:

05.001.15.451.0008.2.099.3.1.90.04 (0263) R$ 16.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.1.90.11 (0264) R$ 185.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.1.90.13 (0265) R$ 5.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.1.91.13 (0266) R$ 16.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.3.90.30 (0269) R$ 158.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.3.90.39 (0272) R$ 120.000,00

SOMA R$ 500.000,00

Fonte: 0.1.0.00.00 – Recursos Ordinários

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.518/2019

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender despesas com pessoal e encargos, e dá outras providências.

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação no valor de **R$ 660. 000,00 (seiscentos e sessenta mil reais)**, atinentes as seguintes rubricas de Receitas Orçamentárias:

16.10.01.11.01-00 – Arrec. Sistema de Água /Esgoto SAAE R$ 510. 000,00

17.18.02.21.00-00 – Cota Parte Comp. Finan. Rec. Nat. CFEM R$ 110. 000,00

17.18.02.61.00-00 – Cota Parte Fundo Especial do Petróleo R$ 40. 000,00

Fonte: 0.1.0.00.00 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito:

02.001.04.122.0002.2.095.3.1.90.11 (0017) R$ 55.000,00

02.001.04.122.0002.2.095.3.1.90.13 (0018) R$ 18.000,00

Gabinete do Prefeito – Controle Interno:

02.002.04.124.0014.2.060.3.1.90.11 (0038) R$ 25.000,00

02.001.04.124.0014.2.060.3.1.91.13 (0039) R$ 5.500,00

Gabinete do Prefeito – Procuradoria Jurídica:

02.003.02.062.0015.2.005.3.1.90.11 (0046) R$ 32.000,00

02.003.02.062.0015.2.005.3.1.91.13 (0047) R$ 5.000,00

Gabinete do Prefeito – Departamento de Comunicação Social:

02.004.04.131.0017.2.049.3.1.90.11 (0056) R$ 24.000,00

Gabinete do Prefeito – Outras Esferas de Governo:

02.005.04.332.0017.2.168.3.1.90.11 (0060) R$ 34.000,00

Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Finanças:

03.001.04.121.0003.2.096.3.1.90.11 (0066) R$ 60.000,00

Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Contabilidade:

03.002.04.122.0003.2.166.3.1.90.11 (0089) R$ 40.000,00

03.002.04.122.0003.2.166.3.1.91.13 (0091) R$ 5.500,00

Secretaria Municipal de Fazenda – Departamento de Fiscalização e Cobrança:

03.002.04.125.0003.2.094.3.1.90.11 (0096) R$ 50.000,00

03.002.04.125.0003.2.094.3.1.91.13 (0098) R$ 10.000,00

Secretaria Municipal de Educação – Departamento de Cultura:

04.006.13.392.0012.2.098.3.1.90.11 (0222) R$ 5.000,00

Secretaria Municipal de Educação – Departamento de Desporto:

04.007.27.812.0011.2.097.3.1.90.11 (0248) R$ 19.000,00

04.007.27.812.0011.2.097.3.1.90.13 (0249) R$ 3.000,00

Secretaria Municipal de Infraestrutura – Departamento de Saneamento:

05.004.17.512.0013.2.040.3.1.90.11 (0323) R$118.000,00

05.004.17.512.0013.2.040.3.1.90.13 (0324) R$ 5.000,00

05.004.17.512.0013.2.040.3.1.91.13 (0325) R$ 5.000,00

Secretaria Municipal de Desenv. Ec. – Departamento de Agricultura e Pecuária:

06.001.20.606.0005.2.100.3.1.90.11 (0340) R$ 50.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.1.90.13 (0341) R$ 4.000,00

Secretaria Municipal de Desenv. Ec. – Departamento de Industria e Comércio:

06.003.23.691.0019.2.101.3.1.90.11 (0392) R$ 16.000,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – Coord. Plan. Estratégico:

09.001.04.122.0003.2.105.3.1.90.11 (0587) R$ 30.000,00

09.001.04.122.0003.2.105.3.1.90.13 (0588) R$ 10.000,00

09.001.04.122.0003.2.105.3.1.91.13 (0589) R$ 25.000,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – Depto de Licitação e Compras:

09.003.04.122.0003.2.106.3.1.90.04 (0609) R$ 6.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

PREVITER
PORTARIA Nº 082/2019

"Dispõe sobre a retificação dos termos da Portaria nº 003/20018 de 26.02. 2018 que verza sobre a nomeação do Conselho Fiscal e da outras providencias."

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte/MT – PREVITER, Sra. Marcilene Guariente, nomeada pela Portaria nº 076/2019, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o pedido de renuncia devidamente fundamentado por parte do presidente e membro do Conselho Fiscal Sr. Leonel Arbo Spinelli;

Considerando que com a renuncia do presidente e membro do Conselho Fiscal, a Sra. Ilda Maria Voinaroski, antes membro suplente passa a ser membro titular;

Considerando todo o teor da ata nº 006/2019 de 11.11.2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte/MT – PREVITER. As atribuições do referido conselho são definidas pela Lei Municipal nº 876/2009 de 31/03/2009 em seu Art. 73, incisos I a III.

Art. 2º - Os conselheiros aqui nomeados exercerão mandato de 02 (dois) anos. O Presidente do Conselho Fiscal será escolhido entre seus membros, e exercerá o mandato por um ano, vedado a reeleição.

Representantes do Poder Executivo

Francisco de Carli Filho (titular) – CPF: 391.855.919-04

Raquel Aparecida Zdepski (suplente) – CPF: 020.610.331-05

Representantes do Poder Legislativo

Carlos Eduardo de Oliveira Vicente (titular) - CPF: 040.360.608-05

Edezio Ferreira dos Reis (suplente) – CPF: 362.317.461-00

Representantes dos Segurados

Ilda Maria Augusto Voinaroski (titular) – CPF: 040.976.059-50

Representante dos Inativos

Evilasio Oliveira da Silva – CPF: 325.256.641-91

Art. 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Terra Nova do Norte – MT, 11 de Novembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Direitora Executiva

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.519/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender despesas vinculadas ao Transporte Escolar advindos de recursos da SEDUC, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação no valor de **R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, atinente a seguinte rubrica de Receita Orçamentária:

17.28.10.21.01-00 – Transf. Convênio Transporte Escola R$ 220.000,00

Fonte: 0.1.25.00.00 – Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Depto de Trans. Escolar

04.003.12.361.0010.2.132.3.3.90.30 (0185) R$ 130.000,00

04.003.12.361.0010.2.132.3.3.90.39 (0186) R$ 90.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.520/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender despesas vinculadas ao Transporte Escolar advindos de recursos da FETHAB, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação no valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, atinente a seguinte rubrica de Receita Orçamentária:

17.28.99.11.01-00 –Fethab Transporte Escolar R$ 120.000,00

Fonte: 0.1.30.00.00 – Recursos prov. do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Depto de Trans. Escolar

04.003.12.361.0010.2.179.3.3.90.30 (0187) R$ 100.000,00

04.003.12.361.0010.2.179.3.3.90.39 (0188) R$ 20.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.521/2019

SÚMULA: "Autoriza a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, para atender despesas com pessoal e encargos, com recursos próprios, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal Suplementar o Orçamento Programa do exercício de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.428/2018, pelo excesso de arrecadação no valor de **R$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais)**, atinente a seguinte rubrica de Receita Orçamentária e deduzido o montante de **R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)** relativo a contribuição do FUNDEB:

17.18.01.21.00-00 – Fundo de Participação dos Municípios FPM

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 360.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Educ.) R$ 22.500,00

Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Saúde) R$ 67.500,00

97.18.01.21.00-00 – (-) Ded. do Fundo de Partic. FUNDEB R$ 90.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 90.000,00

17.18.01.51.00-00 – Cota Parte Imposto s/ Propriedade Rural ITR

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 120.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Educ.) R$ 7.500,00

Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Saúde) R$ 22.500,00

97.18.01.21.00-00 – (-) Ded. do Fundo de Partic. FUNDEB R$ 30.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 30.000,00

17.28.01.11.00-00 – Cota Parte Imposto s/ Circulação ICMS

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 464.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Educ.) R$ 29.000,00

Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Saúde) R$ 87.000,00

97.18.01.11.00-00 – (-) Ded. s/ Circulação ICMS. FUNDEB R$ 116. 000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 116.000,00

17.28.01.21.00-00 – Cota Parte Imposto s/ Veículos IPVA

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 336.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Educ.) R$ 21.000,00

Fonte: 0.1.02.00.00 – Rec. de Transf. de Impostos (Saúde) R$ 63.000,00

97.28.01.21.00-00 – (-) Ded. s/ IPVA FUNDEB R$ 84.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R$ 84.000,00

SALDO A SUPLEMENTAR R$1.280.000,00

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa do exercício de 2019, pelo excesso de arrecadação, conforme estabelece o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, o valor de **R$ 1.280.000,00 (hum milhão duzentos e oitenta mil reais)**, nas seguintes funcionais programáticas:

Secretaria Municipal de Fazenda R$ 350.000,00

03.001.11.331.0003.2.109.3.3.90.47 (0081) R$ 90.000,00

03.001.28.843.0003.2.089.4.6.90.71 (0083) R$ 180.000,00

03.001.28.843.0003.2.165.4.6.90.71 (0648) R$ 35.000,00

03.001.28.843.0003.2.111.4.6.90.71 (0087) R$ 45.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Educação e Cultura R$ 80.000,00

04.001.12.361.0010.2.122.3.1.90.11 (0126) R$ 50.000,00

04.001.12.361.0010.2.180.3.1.90.04 (0153) R$ 10.000,00

04.001.12.361.0010.2.180.3.1.90.13 (0155) R$ 20.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00 – Recursos de Transf. de Impostos (Educação)

Secretaria Municipal de Infraestrutura R$ 304.000,00

05.001.15.451.0008.2.099.3.3.90.34 (0672) R$ 124.000,00

05.004.17.512.0013.2.040.3.3.90.39 (0328) R$ 180.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Desenv. Econômico R$ 100.000,00

06.001.20.606.0005.2.100.3.3.90.30 (0344) R$ 100.000,00

Secretaria Municipal de Saúde R$ 240.000,00

07.001.10.122.0004.2.182.3.1.90.11 (0412) R$ 8.000,00

07.002.10.301.0004.2.138.3.1.90.04 (0428) R$ 29.500,00

07.002.10.301.0004.2.138.3.1.90.11 (0429) R$ 150.000,00

07.002.10.301.0004.2.138.3.1.90.13 (0430) R$ 22.500,00

07.003.10.302.0004.2.161.3.3.90.34 (0674) R$ 30.000,00

Fonte: 0.1.02.00.00 – Recursos de Transf. de Impostos (Saúde)

Secretaria Municipal de Assistência Social R$ 96.000,00

08.001.08.243.0009.2.044.3.1.90.11 (0501) R$ 18.000,00

08.001.08.243.0009.2.115.3.1.90.11 (0509) R$ 12.000,00

08.001.08.243.0009.2.115.3.1.90.13 (0510) R$ 3.000,00

08.001.08.244.0009.2.102.3.1.90.04 (0518) R$ 1.000,00

08.001.08.244.0009.2.102.3.1.90.11 (0519) R$ 49.000,00

08.001.08.244.0009.2.102.3.1.90.13 (0520) R$ 4.000,00

08.001.08.244.0009.2.102.3.1.91.13 (0521) R$ 9.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão R$ 110.000,00

09.001.04.122.0003.2.105.3.3.90.39 (0595) R$ 60.000,00

09.001.04.122.0003.2.105.3.3.90.34 (0678) R$ 50.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, 12 de novembro de 2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 001/2019 SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA.

COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRO – FAMÍLIA.

Maria Giovana Rodrigues Kuhn Gestora Municipal de Assistência Social e Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Pró-Família, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº. 0218, de 01 de junho de 2017, que Instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família e dá outras providências e,

Considerando a Lei nº 10.523 de 17 de Março de 2017, que cria o Programa Pró-Família no âmbito do Estado do Mato Grosso, destinado a ações de transferência de renda com condicionalidades, e dá outras providências, a ser instituído nos termos do § 1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993,

Considerando que o Pró-Família baseia-se em um modelo de gestão compartilhada, no qual se propõem o enfrentamento de aspectos multidimensionais da pobreza, garantindo, respectivamente, o acesso à renda, aos serviços sociais básicos e a ações de desenvolvimento das capacidades, para superação da condição de vulnerabilidade, através da articulação da Rede de Proteção, Vigilância, e de Direitos (RPVD) local, conforme preceitos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando que o Programa Pró-Família segue as determinações do SUAS-Sistema Único de Assistência Social e apresenta a finalidade de reduzir as desigualdades sociais, mediante ações de promoção da cidadania, bem como inclusão social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrentes de situações de pobreza e risco social, auxiliando as mesmas na superação de tais fatores.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a composição do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família no Município de Terra Nova do Norte;

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supra mencionada, os seguintes integrantes:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a)Secretaria De Assistência Social Titular: Cleodete Pinto De Carvalho Suplente: Nilson Gomes Da Silva b)Secretário De Educação

Titular: Reginaldo Marcolam

Suplente: Ricardo Martins Dos Santos

c)Secretario De Saúde Titular: Pascoal Alberton Suplente: Andreia Estelai

II – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS;

a)Secretaria De Assistência Social:

Titular: Clarinda Gastaldi

Suplente: Ilda Maria Augusto Voinaroski

b)Secretaria De Saúde:

Titular: Eliseu Venceslau De Brito

Suplente: Odete Bianchet

c)Secretaria De Educação:

Titular: Jeferson Henkes Marcolino

Suplente: Lucimar Lisboa Dos Santos

d)Suplente: Secretaria De Planejamento E Fazenda:

Titular: Luciano De Abreu

Suplente: Edvan Lazaroto

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL;

a)Associação De Mulheres Amudar:

Titular: Nair Aparecida De Lima

Suplente: Rosangela Maria Da Costa Silveira

b)Representantes Dos Usuários:

Titular: Elza Fernanda Rodrigues Melo

Suplente: Sandra Regina Camargo

c)Representantes Dos Profissionais Da Área:

Titular: Vanessa Dos Reis

Suplente: Leandro Ricardo Marilhano

d)Representantes Da APAE - Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais:

Titular: Sheila Daghetti

Suplente: Luiz Henrique Antunes

III – REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) PASTORAL DA CRIANÇA Titular – Marina De Almeda Suplente – Odela Dela Giustina b) AMAR TERRA Titular – Miraci R. Vieira Suplente – Felipe Weber c) ROTARY Titular –Pérsio F. Pires Suplente – Elias Pruineli d) MAÇONARIA Titular –Osvaldo Henrique Sanches Suplente – Samer Polita e) CASA DA AMIZADE Titular – Aline Katiuscia Da Silva Suplente – Patricia Da Silva f) ACITER Titular – Sonia Maria De Paiva Miguel Suplente – Anita Terezinha Fedato g) Associação Terranovense De Aposentados E Pensionistas - ATAP:

Titular: Cecília Trevisol Sassi

Suplente: Lourdes Travessini

H) Albergue – Casa Nossa Senhora Do Amparo:

Titular: Ana Bianchete Frigueto Suplente: Vilma Felipeto

IV-PARCEIROS

a) Representantes da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual, Super Mercado Macre Atacadão.

Patrícia Pruineli.

Art. 3º. As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Terra Nova do Norte, 29 de julho de 2019

MARIA GIOVANA RODRIGUES KUHN

PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA PRO-FAMÍLIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.523/2019

SÚMULA: "Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal permutar área desmembrada para a instalação da Estação de Tratamento de Água – ETA do Município de Terra Nova do Norte/MT, e dá outras providências".

***VALTER KUHN**, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em permuta, área de terra de propriedade da Sra. Thamara Alves Reis, medindo 2.000,90 m², denominado Lote nº 07-D, no Bairro Jardim América, localizado no município de Terra Nova do Norte/MT, possuindo os seguintes limites e confrontações: Frente – Com a avenida E com 6,90 metros e Lote 07B com 35,10 metros; Fundo – Com o Lote 07B com 40,00 metros; Lado esquerdo – Com o Lote 07B com 120,96 metros; Lado direito – Com o Lote 07B com 125,35 metros.

§1º. A área acima descrita tem por finalidade a instalação da Estação de Tratamento de Água – ETA, para a distribuição e abastecimento do perímetro urbano.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desmembrar imóvel de sua propriedade, denominado de Lote nº 09 e posteriormente permuta-los pelo imóvel de particular descrito no artigo 1º desta lei, cujos valores de avaliação comercial são equivalentes.

§1º. O Lote nº 09 a ser desmembrado e permutado, possui as seguintes confrontações:

a) Lote nº 09, quadra nº 04C: Terreno Urbano, com área de 354,25 m², de formato retangular, com 14,17x25,00 metros de medidas, denominado Lote nº 09, da Quadra nº 04C, localizado no Loteamento Central II, município e comarca de Terra Nova do Norte/MT, possuindo as seguintes confrontações: Frente – Para a Rua 01, onde mede 14,17 metros; Fundo – Confronta com o Lote nº 10 da quadra nº 04C e mede 14,17 metros; Lado esquerdo – mede 25,00 metros e confronta com a Rua 02; Lado direito – mede 25,00 e confronta com o Lote nº 08 da quadra nº 04C.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT, 12/11/2019.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EDITAL DE RESULTADO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 07/2019

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2019.

A CPL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 209/2019 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 116/2019

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 07/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE / MT

OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS URBANO, COM LOCALIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA FAZENDÁRIA DE TERRA NOVA DO NORTE- MT E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VENCEDORES: GENICE VIERO; EDELMIRO PEDROSO GOULART

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PRESIDENTE DA CPL

PREVITER
PORTARIA Nº 083/2019

“Dispõe sobre a revogação dos termos da portaria nº 042/2018”.

A Senhora Marcilene Guariente, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte – MT – PREVITER, nomeada pela Portaria nº 076/2019, torna público que:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado em inteiro teor os termos da Portaria nº 042/2018 de 10.07.2018, a qual designa o Sr. Leonel Arbo Spinelli, inscrito no CPF nº 812.866.271-68, para movimentar as contas bancarias do PREVITER conjuntamente com a Diretora Executiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Terra Nova do Norte – MT, 11 de Novembro 2019.

Marcilene Guariente

Diretora Executiva PREVITER

PREVITER
PORTARIA Nº 084/2019

“Dispõe sobre a revogação dos termos da portaria nº 003/2019”.

A Senhora Marcilene Guariente, Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte – MT – PREVITER, nomeada através da Portaria nº 076/2019 e no uso de suas atribuições legais, torna público que:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado em inteiro teor os termos da Portaria nº 003/2019 de 22.01.2019, a qual designava o Sr. Francisco de Carli Filho, inscrito no CPF nº 391.855.919-04, como fiscal de contratos do PREVITER.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Terra Nova do Norte – MT, 11 de Novembro de 2019.

Marcilene Guariente

Diretora Executiva PREVITER

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO 02/2019

AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇO 02/2019

O Município de Tesouro - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n. º 03.543.303/0001-49, com sede à Rua Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – através da sua Comissão Permanente de Licitação nomeada através da portaria nº 30/2019 de 01/08/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que após a análise e julgamento do Processo licitatório modalidade Tomada de Preço nº. 02/2019, sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa **K C CARDOSO CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI. CNPJ 07. 782.022/0001-90**, com o valor da proposta, com valor para Item 01: R$ 79. 046,17 (Setenta e nove mil quarenta e seis reais e dezessete centavos). Item 02: R$ 273.740,52 (Duzentos e setenta e três mil setecentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos.) Contratação de Empresa paras serviços de engenharia do tipo obra de Reforma de Prédios Públicos conforme Projeto Executivo, Contratação por item, Preço Global

Tesouro – MT, 12 de Novembro 2019.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PRESIDENTE DA COMISSÃO

_____

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

EDITAL PREGAO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2019.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 025/2019

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2019

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 27/11/2019 ÀS 08:00 hs (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.prefeituratorixoreu.com.br

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro nº 16 – Setor Aeroporto – Torixoréu – MT

1 – INTRODUÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas nº 03.503.646/0001-80, com endereço situado a na Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu – MT, por meio da Comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº. 068/2019, torna público que fará realizar no dia 27 de Novembro de 2019, às 08:00 horas (horário de Brasília) na sala de licitações – na sede da Prefeitura Municipal no endereço acima nominado, acontecerá uma licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que se regerá pela Lei

n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e o Decreto Estadual sob n.º 4.733, de 02 de agosto de 2002, pelo Decreto Municipal nº 026 de 20 de julho de 2007 e ainda o Decreto de n° 024 de 03 de agosto de 2015, **sob o sistema de Registro de Preços.** ***Art.15 inciso V parágrafo 4º - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. REGISTRO DE PREÇOS, Lei Federal n° 8.666/93*** além das disposições legais pertinentes a matéria e do disposto no presente edital.

1.2 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Placar da Prefeitura e divulgadas por meio eletrônico na Internet, sendo comunicadas aos requerentes do edital, e-mail, telegrama, entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 01 (um) dia útil anterior à data do início da licitação junto à Comissão de Licitação e a Pregoeiro, no seguinte endereço com sede na Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu – MT, ou por meio do telefone 0XX (66)3406-1021 e ainda no endereço:www.prefeituratorixoreu.com.br ou pelo endereço de e-mail: licitacaotxu@gmail.com.

1.4 Caberá a Comissão de Licitação, juntamente com a Pregoeiro e o Assessor Jurídico responderem as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por qualquer das formas previstas no item 1.2 deste edital.

1.5 Neste Edital, toda a referência dada a empresas participantes ou vencedoras também caberá à pessoas físicas as quais poderão participar desta licitação.

2 – DO OBJETO

2.1 – Constituem objeto da presente licitação, na modalidade de Pregão Presencial pelo Sistema de **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em disponibilização de Internet banda larga via rádio e fibra óptica, e serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e periféricos, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Torixoréu - MT,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e Termo de Referência em anexo.

3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Conforme disposição do art. 7º, §2º do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamento o Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no art. 15 da Lei de Licitações (Lei nº 8666/1993), a informação da dotação orçamentária e impactação financeira será exigida para a formalização do contrato ou instrumento hábil, quando da efetiva aquisição dos materiais, sabendo-se tratar de aquisição eventual e futura.

3.2. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Torixoréu especificado na dotação orçamentária relacionada abaixo:

336	10001082436080206433903900000
237	06001103026030203733903900000
210	06001103016010203933903900000
203	06001103016010203833903900000
189	06001103016010203533903900000
150	05001175124050201033903900000
104	04002123655020202633903900000
84	04002123615010202333903900000
81	04002123615010202033903900000
71	04001121225040201933903900000
46	03001041223010200433903900000

4 – TIPO DE LICITAÇÃO

4.1. O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS REGE-SE PELO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

4.2 – DO REGISTRO DE PREÇOS

4.3 – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras da Administração Pública.

4.4. Órgão Gerenciador: Comissão Permanente de Licitação, órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

4.5. Órgão Participante: é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da licitação.

4.6. Órgão não participante: é o órgão ou entidade que não está participando da Ata de Registro de Preços, portanto não tem demanda prevista no processo. Contudo poderá participar através de manifestação obedecendo às normas vigentes.

4.7. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a Comissão Permanente de Licitação e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame, será até **12 meses**, a partir da data de sua assinatura.

4.8. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Pública não ficará obrigada a contratar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

4.9. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Comissão Permanente de Licitação, optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

4.10. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Comissão Permanente de Licitação.

4.11. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

4.12. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.13. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Somente Poderão participar do presente pregão pessoas jurídicas interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação requerida neste edital e ainda, que contiverem no seu ramo de atividade, inseridos na Ata de Registro de Preço em vigor devidamente registrado na junta comercial, a faculdade para comercialização e ou/execução do objeto constante do termo de referência – Anexo I deste edital.

5.2. Não serão admitidas na licitação pessoas punidas, no âmbito da Administração Pública Municipal, com as sanções estabelecidas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

5.3. Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.4. Não será permitida participação de pessoas, que tenha em seu contrato social acionistas, sócios, gerentes, ou exerçam qualquer função de diretoria/comando e sejam servidores públicos municipais, bem como, a participação de servidor público do órgão licitante (art. 9, III, Lei 8.666/93).

5.5. Os licitantes deverão solicitar pelo endereço licitacaotxu@gmail.com, a planilha eletrônica de propostas para preenchimento, necessária para o processamento das propostas no Sistema Informatizado da Comissão de Licitação. A planilha eletrônica será apresentada em mídia digital formato EXCEL (PENDRIVE) em sessão no ato do credenciamento. O arquivo (planilha eletrônica) deverá ser preenchido apenas nas colunas “marca”, “valor unitário” e informar o CNPJ, sem qualquer outra alteração, para que haja compatibilização no momento da importação dos dados. (A planilha eletrônica não dispensa a apresentação da proposta impressa, conforme modelo do anexo VI).

6. CREDENCIAMENTO

6.1. O documento de credenciamento deverá ser apresentado conjuntamente com os documentos abaixo, sendo apresentados ao Pregoeiro **fora dos envelopes de “Proposta e Habilitação”.**

6.2. Para o credenciamento deverá ser apresentado documento de identidade dos representantes das empresas participantes em cópias autenticadas, ou acompanhadas dos originais para autenticação do Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, os quais serão devolvidos os originais, permanecendo às cópias.

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, do qual se extraia a representatividade da empresa, acompanhado da cópia do documento de identidade e do NIT ou PIS/PASEP; do representante;

b) tratando – se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

6.3. As pessoas participantes como empresas deverão apresentar no Credenciamento a Declaração (Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte) e o documento comprovante do Enquadramento como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, devidamente autenticado;). A referida Declaração deve vir assinada pelo sócio gerente, pelo contador responsável da empresa, ou pela Junta Comercial respectiva, indicando, sob as penas da Lei, que a empresa participante enquadra-se na categoria de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, e que não está incursa nos impedimentos tratados no seu § 4º, estando apta a usufruir da prerrogativa e dos direitos de preferência de que tratam os art. 42 e 45 da citada lei complementar.

6.4. A não entrega da Declaração de Enquadramento de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigidos no item 6.2 deste edital implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/2006, mesmo que o representante declare que os documentos comprobatórios constem do envelope de Habilitação.

6.5. O credenciamento para representante far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, **com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**, em nome do proponente, além do documento de identidade.

6.6. A não apresentação da declaração do Anexo IV (**DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO)** prevista no item 7.3 implicará na desclassificação imediata do licitante.

7 – A FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. No local, data e hora fixados no item 1.1, apresentarão os licitantes suas propostas e documentação em 2 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

I – ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N.º ___/2019

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

II – ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS N.º ___/2019

NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE

7.2. O licitante **deverá entregar**, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas **de forma avulsa**, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, as declarações (Anexos II, III e IV) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002; de enquadramento no regime de ME ou EPP e declaração da inexistência de fato impeditivo à participação no certame.

7.3. A não apresentação da declaração do Anexo IV prevista no item 7. 2 implicará na desclassificação imediata do licitante.

7.4. Os documentos dos envelopes **“A” – PROPOSTA DE PREÇOS e “B” DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

7.5. Os documentos do ENVELOPE “A” – **PROPOSTA DE PREÇOS** serão apresentados em uma via, conforme modelo fornecido pela administração (Anexo VI), em papel timbrado e com carimbo, os quais deverão ser preenchidos por processo mecânico pelo licitante e devidamente rubricado pelo representante legal. As ofertas não poderão conter emendas ou rasuras.

7.6. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, seguros, fretes, entregas, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

7.7. Os documentos exigidos no envelope “B” – Documentação de Habilitação deverão ser em cópia reprográfica autenticada, na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, rubricados e carimbados pelo representante legal da empresa em todas as folhas, facultado a Pregoeiro ou membro da comissão de apoio, **autenticar as cópias reprográficas à luz dos documentos originais.** No caso de documentos emitidos por meio eletrônico, o Pregoeiro confirmará o teor do documento na rede de comunicação.

7.8. O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

7.9. O ENVELOPE “B” conterá os documentos especificados no item 9.

8 – PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os documentos para credenciamento e com os envelopes “A” e “B”, apresentados na forma anteriormente definida.

8.2. Em nenhuma hipótese serão recebidas documentações e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.3. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes deverão apresentar, primeiramente, o credenciamento, e, posteriormente, a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos, podendo ser utilizado o modelo em anexo, e se for o caso a Declaração de Micro ou Empresa de Pequeno Porte. As empresas que decidirem pelo envio do envelope sem a participação na fase de lances deverão encaminhar as declarações de que trata este subitem em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações.

8.4. A documentação jurídica (contrato social) utilizada no credenciamento poderá ser utilizada posteriormente na fase de habilitação.

8.5. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

8.6. No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. **Dos lances ofertados não caberá retratação, salvo se acolhido pelo Pregoeiro.**

8.7. Caso pelo menos três licitantes não sejam classificados, em virtude dos 10% (dez por cento), serão excepcionalmente convidados a participarem das ofertas de lances até três empresas, contados de forma subsequente àqueles já classificados.

8.8. Poderá, ainda, não ser utilizada a supra classificação, ficando ao arbítrio do Pregoeiro o seu emprego ou não.

8.9. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances. Caso duas ou mais propostas apresentem o mesmo preço serão consideradas como apenas uma, desde que não sejam as propostas iniciais (mais baixas), tudo isso em virtude da classificação dos 10% (dez por cento) disciplinada nos itens 8.6 a 8.7.

8.10. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.11. É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

8.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais do item e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

8.13. Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

8.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo Pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.15. É legítima a oferta de lance verbal com vista à melhor classificação.

8.16. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer o lance de menor preço, ressalvados os casos dos lances das MICROEMPRESAS e/ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que considerarão empatados mesmo que superior 5% (cinco por cento), tendo como critério de desempate a preferência de contratação, conforme § 2º, art. 44 da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.17. Caso a empresa que ofertou o lance final de menor preço seja uma empresa de grande porte, será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme item **8.16**.

8.18. O empate fictício citado no item anterior será considerado aquela situação em que o lance final apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço final.

8.19. Para efeito do disposto nos itens 8.17 e 8.18, ocorrendo o empate fictício, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.20. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 8.19, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no citado empate fictício, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.21. Na hipótese da não-contratação nos termos disciplinados para o empate fictício, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.22. A regra do empate fictício ou ficto somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.23. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.24. Sendo aceitável o preço ofertado, a Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

8.25. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, **SALVO EXCEÇÕES**, conforme estabelecido no Item 9 deste Edital, podendo, inclusive, ser a empresa penalizada conforme os ditames da lei.

8.26. No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

8.27. Só participarão do chamamento disciplinado no item anterior as empresas classificadas dentro dos 10% (dez por cento) do item 8.6, excepcionalmente serão convidadas as empresas que estiverem fora do referida classificação, desde que estas aceitem a execução do serviço e/ou entrega do material no valor equivalente ao preço ofertado pela empresa melhor classificada.

8.28. Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela Pregoeiro.

8.29. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, posteriormente sendo está publicada através do sitio oficial do Município de Torixoréu – MT.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

9.1.1. Regularidade Fiscal Pessoa Jurídica

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão negativa com a Fazenda Federal ou (conjunta de tributos e contribuições previdenciárias);

c) Certidão negativa com a Fazenda Estadual;

d) Prova de inexistência de débitos trabalhistas, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho.

e) Certidão Negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

f) – Prova de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) – A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

h) Extrato do Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização ou de documento(s) equivalente(s) na forma da Lei, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dentro do prazo de validade, publicado no Diário Oficial da União, atestando que a mesma está autorizada a prestar serviços de comunicação multimídia (SCM) pelo menos nos locais definidos no ITEM ao qual ofertou proposta.

9.1.2 Declaração do licitante (Anexo V) de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, na forma do artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal, só é obrigatória para os licitantes que atuem como pessoa jurídica.

9.1.3. **A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:**

a) Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, que deve ter sido emitida a no máximo **90 (noventa)** dias;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS -DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, registrado na Junta Comercial;

Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1º) Sociedades regidas pela Lei n. 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial ou;

- publicados em jornal de grande circulação ou;

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

2º) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)

- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou;

- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

3º) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):

- Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;

- declaração simplificada do último imposto de renda.

4º) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes nos casos de sociedades anônimas;

5º) o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;

As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanço patrimonial não registrado na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD (Escrituração Contábil Digital) com a apresentação do Recibo.

6º) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor. Para este caso o Balanço Patrimonial será substituído pela DEFIS/DASN ou até mesmo o SPED fiscal, conforme o Artigo 27 da Lei Complementar LC 123/2006.

9.1.5. A licitante que apresentar Certidão de Registro Cadastral - CRC, expedida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou pelo Município de Torixoréu, fica dispensada a apresentação dos documentos referidos no item **11.8 Documentos Relativos à Habilitação Jurídica**, letras '**a**' a '**f'**, item **11.9. Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista**, letras '**a**' a '**h**', e item **11.10. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira**, letras **'a'**, do presente Edital. O referido **CRC** deverá conter a data de emissão e vencimento dos referidos documentos**.** Se vencidos será necessária a apresentação de novos documentos;

9.1.6. As certidões de regularidade fiscal emitidas por meios eletrônicos com prazo de validade vencido ensejará verificação pela Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento;

9.1.7.. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;

9.1.8.. Não serão aceitos "*protocolos de entrega*" ou *"solicitação de documento"* em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos;

9.1.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa, estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, deverá o (a) Pregoeiro (a) considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da LC nº 123/06;

9.1.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.11. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e viceversa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

9.1.12. Os documentos solicitados poderão ser autenticados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio a partir do original, observando-se que:

a) somente serão aceitas cópias legíveis;

b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

c) deverão ser apresentadas as cópias para autenticação, com os respectivos originais, preferencialmente com pelo menos um dia de antecedência da data marcada para a abertura do certame;

9.1.13. A empresa vencedora obriga-se a fornecer, no prazo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento das ordens, nova proposta de preços, com

a redução proporcional dos mesmos, sob pena de incidir nas penalidades da cláusula 15;

9.1.14. O ramo de atividade da licitante deve ser pertinente ao objeto desta licitação e deverá constar, obrigatoriamente, no rol de atividades do seu Contrato Social;

Observação: todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

9.1.15. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME's, EPP's e MEI, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.1.15.1. Poderá haver prorrogação do prazo para a regularização fiscal desde que a interessada apresente requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a(o) Pregoeira(o);

9.1.15.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.1.16. A comprovação de regularidade fiscal daqueles que atuaram como microempresas e empresas de pequeno porte será exigida mesmo que apresente alguma restrição (certidões positivas e vencidas).

9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado á micro ou pequena empresa o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis prorrogável por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 9.2, implicará decadência do direito à contratação, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES previstas na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.4. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

Nota: Para melhor definição e análise da documentação apresentada, sugere-se ao licitante formular a Carta de apresentação (folha de rosto) contendo índice dos documentos apresentados, que deverão preferencialmente ser relacionados e separados na ordem estabelecida no item 9 deste edital.

9.5. Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada a Pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

9.6. Não serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados no item **6.1.** A ausência desta documentação implicará de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões da Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

9.7 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES:

9.7.1 Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá ser emitido preferencialmente em papel timbrado do emitente e deverá constar o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração;

9.7.2 Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações da presente licitação. A não apresentação desta declaração será entendida pela comissão como concordância com o teor do presente Edital;

10. DOS RECURSOS

10.1. Ao final da sessão e declarado o licitante vencedor pela Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração, com poderes específicos para tal. Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese das razões orais.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro do Município de Torixoréu – MT. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Torixoréu – MT, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

10.6. A Proponente vencedora terá prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a sua classificação como vencedora do processo licitatório, para apresentar nova proposta com a recomposição dos preços apresentados na fase de lance.

11 – DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Município de Torixoréu – MT, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para assinar a Ata de Registro de Preços e providenciar entrega do objeto licitado, conforme a demanda apresentada;

11.2. O prazo de início das atividades, na forma estabelecida na minuta contratual, a partir da data de retirada da nota de empenho, sendo que a referida entrega ocorrerá conforme a demanda apresentada por cada Secretaria.

11.3. Deixando o adjudicatário de responder a convocação poderá a Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta bancária, exclusivamente em nome do vencedor, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta.

12.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento; o documento isento de erros será entregue, na repartição competente, considerando-se adimplemento o cumprimento da prestação, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s).

12.3. Caso se faça necessário à reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, fica suspensa a contagem do prazo de que trata o item 12.2, até a data de reapresentação da fatura no Departamento de

Compras do Município, isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem.

12.4. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso sofrerão a incidência de compensação financeira pelo IPCA-IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

12.5. A forma de pagamento será contra-empenho; conforme consta da Ata Contratual (Anexo VII).

13 – DAS PENALIDADES

13.1. Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações sujeitará o contratado à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor da nota de empenho, ou do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação inicialmente citada. No caso de inexecução total ou parcial do contrato o Departamento de Compras do Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar multa de até 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

14 – ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

14.1. Retirada a nota de empenho pela (s) proponente (s) vencedora (s), o seu objeto será recebido na forma prevista no inciso II do art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

14.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela entrega do material.

14.3. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo ato adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

15. DA CONTRATAÇÃO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. – Após homologado o resultado desta licitação, o Município de Torixoréu – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará o(s) interessado(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.2. – Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou instrumento similar, conforme disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

15.3. – As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

15.4. – O registro de preços terá vigência pelo período de 12 meses, contados da data de assinatura da respectiva ata a partir da data de sua assinatura.

15.5. – A Adjudicatária que se recusar a entregar o objeto, não aceitar no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades cabíveis de acordo com o Edital.

15.6. – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

15.7. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

15.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.9. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

16. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

16.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

16.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

16.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

16.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Comissão Permanente de Licitação (órgão gerenciador) poderá:

16.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e.

16.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

17.1.1. Pela Comissão Permanente de Licitação, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

17.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

17.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);

17.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no Art. 78, Inc.I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

17.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

17.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

17.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

17.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar(em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV e XVI, da lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

17.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Comissão Permanente de Licitação, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

17.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

17.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município e Jornal de grande circulação, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

17.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente à Comissão Permanente de Licitação, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É facultada a Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.

18.2. Cópia do Edital do Pregão Presencial e seus anexos serão disponibilizados no seguinte endereço www.prefeituratorixoreu.com.br.

18.3. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8. 666/93.

18.4 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65 § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

18.5. A Pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscite a presente licitação, desde que arguidas antes e por escrito, até 01 (um) dia útil, contado da data fixada para abertura dos envelopes.

18.6. Utiliza-se, para finalidade deste edital, como sendo microempresa e empresa de pequeno porte a mesma denominação dada pela Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006.

18.7. Não será considerado atraso aquele que exceder a, no máximo, dez minutos (10 min) dos horários estabelecidos no preâmbulo deste ato convocatório.

18.8. Não será igualmente considerado atraso aquele que correr por conta exclusiva da Pregoeiro, por caso fortuito ou força maior, mediante informações.

18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.10. Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III – Declaração de enquadramento de MEs e EPPs;

Anexo IV – Declaração da inexistência de fato impeditivo à participação no certame;

Anexo V – Declaração de Cumprimento do Disposto Constitucional;

Anexo VI – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo VII – Minuta de Ata Contratual;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

18.11. No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda da Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

18.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeiro, com auxílio da Comissão de Apoio e Procurador do Município, à luz da legislação vigente.

18.14. O foro da Comarca de Barra do Garças – MT é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Torixoréu/MT, aos 06 de Novembro de 2019.

LUIZ ALBERTO SOUZA VERA

Pregoeiro

Aprovo o presente Edital de acordo com as normas gerais da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/2002.

ANTONIO NUNES DE SOUZA FILHO

PROCURADOR

OAB/MT Nº 15027-A

OAB/GO Nº 2756

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1.Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada na prestação deserviços em disponibilização de Internet banda larga via rádio e fibra óptica, e serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e periféricos, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Torixoréu - MT.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços, visam atender a demanda por serviços de disponibilização de sinal de internet banda larga via rádio e internet de fibra óptica para as escolas, Unidades de Saúde Secretarias Municipais, Departamentos, Paço Municipal, Cartório Eleitoral, SEFAZ, CRAS e Conselho Tutelar, consiste na implantação de infraestrutura de comunicação rápida do município e Distrito Pouso Alto, baseada em tecnologias livres consolidadas e padronizadas, com conexões com e sem fio, e que apresentem, características de flexibilidade, simplicidade e mobilidade, proporcionando rapidez na troca de informação e envio de documento digital, solicitações dentre outros que possibilitara um bom desempenho aos trabalhos deste município.

2.2. Com o crescimento natural do rol de serviços online utilizados pelas unidades do Poder Executivo fez com que houvesse a necessidade de melhorar os serviços de disponibilização internet, optando disponibilização a

internet por fibra óptica nas unidades governamentais do perímetro urbano do munícipio, sendo esses imprescindíveis ao aprimoramento da prestação de serviços à sociedade e ao uso dos sistemas de informação necessários às rotinas operacionais do Poder Executivo, para que se alcance um novo patamar de qualidade nos serviços prestados.

2.3. Com o grande volume de computadores, impressoras e periféricos em diversas secretárias e departamentos, se faz necessária uma manutenção preventiva e corretiva, sendo que a melhor opção é a contratação mensal de uma empresa para tal responsabilidade.

3. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

3.1. O serviço a ser prestado pela licitante contratada é o de acesso à Internet via rádio e fibra óptica nos locais previstos neste termo.

3.2. O serviço de manutenção preventiva e corretiva deverá ocorrer em todas as Secretarias Municipais do Município de Torixoréu, incluindo os departamentos e coordenadorias que fazem parte do Poder Executivo.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

4.1. O serviço de infra-estrutura de transmissão de dados compreende o fornecimento de todos os equipamentos e insumos (hardware e software) necessários ao provimento dos enlaces de acesso à Internet.

4.2. As tecnologias para os enlaces de acesso, desde que estejam devidamente regulamentadas e homologadas pela ANATEL e atendam aos requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência poderão ser: XDSL, Soluções sem fio e outras soluções via cabo (óptico, metálico, PLC etc.)

4.3. Os serviços de manutenção de equipamentos de informática e periféricos, compreendem na realização de serviços de reparo, exceto o fornecimento de peças para reposição, que será arcado, quando necessário pela Contratante.

4.4. A CONTRATADA deverá garantir a disponibilidade, o desempenho e a qualidade do serviço prestado, dentro dos limiares estabelecidos neste Termo de Referência.

4.5. A CONTRATADA devera dimensionar instalar, disponibilizar, configurar e manter os equipamentos e recursos que forem necessários para o provimento dos pontos de acesso, conforme solicitados neste Termo de Referência.

4.6. Após a emissão da ordem de serviço, a CONTRATADA terá um prazo de 01 (um) dia útil para a implantação dos serviços.

4.7. Dos locais para implantação dos serviços de Internet:

Descrição	Quantidade (Meses)	Local do Fornecimento
Internet Fibra Óptica 40 MBps	12	Prefeitura Municipal
Internet Fibra Óptica 10 MBps	12	Cartório Eleitoral
Internet Fibra Óptica 16 MBps	12	SEFAZ
Internet Fibra Óptica 40 MBps	12	Secretaria de Saúde – UBS
Internet Fibra Óptica 10 MBps	12	Academia da Saúde
Internet Via Rádio 3 MBps	12	Unidade Básica de Saúde (Pouso Alto)
Internet Fibra Óptica 40 MBps	12	Secretaria Municipal de Educação
Internet Fibra Óptica 10 MBps	12	Escola Municipal São José
Internet Fibra Óptica 10 MBps	12	Escola Municipal São José – Telecentro
Internet Fibra Óptica 5 MBps	12	Biblioteca Municipal
Internet Fibra Óptica 5 MBps	12	Creche Municipal Bendita Bento – Mãe Ditinha
Internet Via Rádio 3 MBps	12	Escola Municipal Raquel Arbués – Distrito de Pouso Alto
Internet Fibra Óptica 40 MBps	12	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
Internet Fibra Óptica 5 MBps	12	Conselho Tutelar
Internet Fibra Óptica 10 MBps	12	SAET

4.8. Os serviços de manutenção de equipamentos (microcomputadores, servidores, impressoras, notebook, monitores) serão de: reparos, substituição de peças, testes nos equipamentos, serviço de desmontagem e montagem, limpezas interna, instalações e configurações de rede, configurações e reinstalações de softwares e sistemas operacionais, instalações de equipamentos novos quando necessário, substituição, manutenção e configuração de internet, fibra ótica e comunicação via rádio, e-mails e outras tarefas afins, sempre que solicitado pelo município.

5. SUPORTE TÉCNICO

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico relativo a todos os serviços contratados de duas formas:

a) Remota através de serviço telefônico local devendo operar ininterruptamente, no mínimo, das 08:00h as 17:00 h em dias úteis (horário comercial).

b) Presencial, caso o suporte telefônico não seja capaz de anular a falha.

5.2. O suporte técnico de forma remota constitui-se de procedimentos de suporte, capazes de eliminar grande parte das falhas do serviço. O atendimento telefônico deverá dispor da quantidade de postos de atendimento em quantidades compatíveis com a demanda. O subdimensionamento dos postos de atendimento a demanda configuram a não resolutividade do suporte técnico telefônico e portanto sendo necessário o suporte presencial no local do ponto de acesso.

5.3. O serviço da central de atendimento terá a função de receber e dar o devido tratamento a solicitação e reclamação recebidas por telefone, mediante registro de ocorrência identificado individualmente por meio de um numero (abertura de chamado técnico). O solicitante deverá receber a resposta de sua solicitação no prazo máximo de 4 horas e a solução do problema devendo ser notificado sobre o correspondente fechamento do registro da ocorrência.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT:

336	10001082436080206433900390000000
237	06001103026030203733900390000000
210	06001103016010203933900390000000
203	06001103016010203833900390000000
189	06001103016010203533900390000000
150	05001175124050201033900390000000
104	04002123655020202633900390000000
84	04002123615010202333900390000000
81	04002123615010202033900390000000
71	04001121225040201933900390000000
46	03001041223010200433900390000000

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. A estimativa de preços foi feita com base em pesquisa realizada junto às empresas do ramo compatível ao objeto licitado, conforme orçamentos e pesquisa de mercado em anexo; tendo o valor médio total de estimado em **R$ 52.410,37** (**CINQUENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vl. Médio Unitário	Vl. Médio Total
40554	SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE LINK DEDICADO A IN-	MES	60	107,22	6.433,50

	TERNET,LINK DE FIBRA OPTICA, 5MBPS				
40555	FORNECIMENTO DE INTERNET DE 10MBps (MBps-Mega bits por segundo),FIBRA OPTICA.	MES	60	108,27	6. 496,32
40571	SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE LINK DEDICADO A INTERNET,LINK DE FIBRA OPTICA, 16MBPS	MES	12	98,38	1. 180,56
40574	SERVICO DE MANUTENCO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMµTICA (COMPUTADORES, NOTEBOOKS, EQUIPAMENTOS DE REDE LAN, IMPRESSORAS, SEM FORNECIMENTO DE PE€AS E PERIF?RICOS - MENSAL, PARA TODAS AS SECRETARIAS.	MES	12	2. 351,66	28. 219,99
40575	FORNECIMENTO DE INTERENET DE 03 MBps (MBps-MEGA bits POR SEGUNDO), VIA RADIO, PARA O POSTO DE ATENDIMENTO DA SEFAZ NESTE MUNICIPIO.	MES	12	92,5	1. 110,00
40576	SERVI€O DE FORNECIMENTO DE 40 MBps (MBps-MEGA bits,POR SEGUNDO), FIBRA OPTICA	MES	60	149,5	8. 970,00

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) trinta dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, mediante controle emitido pelo fornecedor.

10. DA CONTRATAÇÃO:

10.1 Forma de Pagamento: Considerando que a modalidade do pregão visa o registro de preços, a contratação será entabulada de acordo com a necessidade do Município. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com a Nota de Empenho.

10.1.1. Os preços dos serviços ofertados deverão ser fixos, somente podendo ser reajustados quando houver majoração oficial dos valores, comprovados nos autos e após o vencimento da validade da proposta apresentada pela Contratada, mediante requerimento formalizado, protocolado e instruído de documentos fiscais que comprovem os preços vigentes antes e depois da majoração.

10.2 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Executar os serviços relacionados na forma solicitada conforme especificado;

b) Permitir a fiscalização por parte do Município;

c) Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo município de Torixoréu, de acordo com as especificações, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Torixoréu – MT, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

11.3 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

b) Comunicar à CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços, para imediata correção;

c) Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas;

d) Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

11.4 – DA RESCISÃO E PENALIDADES

11.4.1. A inexecução total ou parcial do contrato acarreta em sua rescisão, implicando as consequências legais previstas nos arts. 77 a 80 da Lei Federal 8.666/1993.

11.4.2. A inexecução total ou parcial sujeitará ainda a contratada nas penalidades previstas nos arts 86 a 99 da Lei Federal 8.666/1993, sem prejuízo de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total registrado, bem como na implicação de suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização das especificações dos materiais será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado pela Prefeitura Municipal de Torixoréu - MT, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários à ratificação da qualidade dos serviços prestados.

Odoni Mesquita Coelho Sec. Mun. de Administração e Finanças	Luzia Bento Carneiro Sec. Mun. de Saúde
Rosiley Alves Borges Sec. Mun. de Educação, Desporto e Lazer	Paula Fernanda Martins de Sousa Sec. Mun. de Assistência Social e Direitos Humanos

Petrônio Rodrigues de Oliveira

Sec. Mun. de Viação e Obras

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Modelo)

Ao

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

Rua XV de Novembro, nº 16 – Setor Aeroporto.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Assunto: Credenciamento

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº_____ credenciamos o(a) Sr(a)._____, portador(a) da carteira de identidade nº____ e do CPF (MF) nº _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Torixoréu – MT, ___ de ____ de 2019.

(Carimbo do CNPJ, nome e assinatura do responsável legal)
OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

(Esta declaração deve vir fora dos envelopes A e B)

ANEXO III

DECLARAÇÃO – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(Modelo)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede _____, (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, para fins do **PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

b) Tem conhecimento dos Artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação e que não incide nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Torixoréu – MT, ____ de _____ de 2019.

Carimbo do CNPJ, Nome e assinatura do representante legal

Nome ou carimbo do declarante:_____

Cargo ou carimbo do declarante:_____

Nº da cédula de identidade:_____

Telefone, fax e e-mail para contato:_____.
OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

(Esta declaração deve vir fora dos envelopes A e B)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

(modelo)

Ao

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

Rua XV de Novembro, nº 16–Setor Aeroporto.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019– SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO:.

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;

b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;

c) Impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do art. 55, inc. XIII da Lei n. 8.666/93 e suas alterações comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

Torixoréu – MT, ____ de _____ de 2019.

Carimbo do CNPJ, Nome e assinatura do representante legal

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

(Esta declaração deve vir fora dos envelopes A e B)

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Modelo)

(Exigida pelo art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal).

Em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Torixoréu – MT, ____ de _____ de 2019.

Carimbo do CNPJ, Nome e assinatura do representante legal

OBS: Esta declaração deverá ser feita em papel timbrado da empresa.

ANEXO VI

MODELO – PROPOSTA COMERCIAL AO PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

Rua XV de Novembro, nº 16, Setor Aeroporto.

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob n.º _____, sediada á _____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o fornecimento do objeto de conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusas todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

PROPONENTE:		
Endereço		
CEP	**FONE**	**FAX**
E-mail:	**CNPJ**	

OBJETO:.

Conforme especificações contidas no ANEXO I.

ITEM	**Quant.**	**Objeto**	**Unit. R$**	**Total R$**

a) Prazo para Execução dos serviço será de acordo com as necessidades do Município, no período 01 (um) ano, conforme os preceitos solicitados, e a prestação dar-se-á imediatamente, mediante ordem de compra pela autoridade superior.

b) Os itens licitados deverão ser entregues após determinação do superior hierárquico competente, dentro do Município de Torixoréu – MT.

c) A presente proposta é válida pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

Declaramos, sob as penas da lei, estar de acordo com todos os termos deste Pregão e que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Edital nº **___/2019 do referido Pregão.**

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos e encargos sociais.

LOCAL:	**DATA:**
NOME DA EMPRESA:	
CNPJ DA EMPRESA:	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:	
RG:	**CPF:**

Carimbo do CNPJ, Nome e assinatura do representante legal.

OBS: Esta Proposta deverá ser feita em papel timbrado da empresa

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP N°: ___/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº: ___/2019

VALIDADE: 12 MESES

Às _____ horas(horário de Brasília) do dia ____ de _____ de 2019, **O MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no cadastro de pessoas jurídicas nº 03.503.646/0001-80, com endereço situado a na Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu – MT, por sua Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/1993 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao Registro de Preços, referente ao Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº ___/2019, tipo menor preço por item, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação e homologada pelo (s) GESTOR (es), do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os Preços para Futura e Eventual Contratação

de empresa especializada na prestação de serviços em disponibilização de Internet banda larga via rádio e fibra óptica, e serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e periféricos, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Torixoréu – MT, tendo sido o (s) referido (s) preço (s) oferecido (s) pela (s) empresa (s) cujas propostas foram (foi) classificada (s) e declarada (s) vencedora (s) no certame acima numerado, como segue:

FORNECEDOR REGISTRADO:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIT R$	TOTAL R$

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto citado é a _____**Município de Torixoréu – MT,** nos termos do art. 15, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de 12 (doze) meses, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, conforme necessidade da Administração.

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n. º 8. 666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n. º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo Município de Torixoréu – MT, para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

3.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência, nos casos de menor gravidade;

b) Multa:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no da recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 05(cinco) dias contados da data de sua convocação;

b.2) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do fornecimento não realizado;

b.3) 0,7% (sete décimos por cento), por cada dia de atraso subsequente ao 30º(trigésimo), sobre o valor da parte do fornecimento não realizado.

c) As multas previstas na letra "a" deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau de infração cometida pelo adjudicatário;

d)Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente;

e)Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

g) Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT e, no que couber às demais penalidades referidas na Lei 8.666/93.

h)Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceitos pela Administração do Órgão, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

i) As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE TORIXORÉU poderá ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. º 8.666/1993, Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto de n° 052-A/2009 e Decreto Municipal nº 38-09/2014 e do, bem como deverão ser observadas às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do procedimento administrativo nº. ___/2019 que culminou com o edital de n° ___/2019.

4.6. Edital n.º ___/2019, Modalidade Pregão Presencial, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.7. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E O PRAZO

5.1. Os serviços objeto desta licitação deverão ser realizados nos prazos e preços estipulados, conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento referente ao fornecimento dos produtos será efetuado em até 30 (trinta) dias, após protocolo e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pela comissão competente. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e previdenciária, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

6.2. Na ocorrência de rejeição da (s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou à compensação financeira.

6.4. O MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT reserva-se o direito de recusar ao pagamento se, no ato da atestação, os materiais não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DO EMPENHO

7.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo GESTOR responsável, conforme a necessidade de acordo com a ordem de fornecimento e empenho.

7.2. A emissão do empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizado pelo GESTOR responsável.

7.3. As adesões à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo GESTOR solicitante, desde que observadas às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o procedimento administrativo n° ___/2019 e o Edital de Licitação n.º ___/2019, Modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços e seus anexos, a (s) proposta (s) da (s) empresa (s): _____, classificadas no certame supranumerado.

8.2. Fica eleito o foro de Barra do Garças – MT, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Torixoréu – MT, _____ de ____de 2019.

PREFEITA MUNICIPAL

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

PREFEITA

CONTRATADA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

1: _____

CPF:_____

2:_____

CPF:_____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Modelo)

(Exigida pelo inciso VII, Art. 4º da Lei federal nº 10.520 de 17/07/02).

Ao

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

Rua XV Novembro, nº16 – Setor Aeroporto

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob n.º _____, sediada na _____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para o fornecimento do(s) objetos(s), de conformidade com o Edital mencionado, declaramos junto à Pregoeiro do Município, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope “B” – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, para participação **PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que realizar-se-á no dia __/__/2019, às _____ (horário de Brasília). Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos.

Torixoréu/MT, ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DO CNPJ, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

(Esta declaração deve vir fora dos envelopes A e B)

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019

A Prefeitura Municipal de Torixoréu – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em disponibilização de Internet banda larga via rádio e fibra óptica, e serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática e periféricos, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Torixoréu – MT**.As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua XV de Novembro, nº16, setor aeroporto, no **dia 27/11/2019, às 08h00min horário de Brasília,** sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal das 07:00hrs ás 11:00hrs - 13:00hrs ás 17:00hrs. Informações, pelo telefone (66) 3406- 1021, via e-mail: licitacaotxu@gmail.com ou através do site: http://prefeituratorixoreu.com.br

Torixoréu - MT, 12 de Novembro de 2019.

Luiz Alberto Souza Vera

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - ATA DE Nº 12

Aos 27 dias do mês de outubro de 2019 às 16 horas, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, os membros titulares do Conselho Municipal de Habitação para deliberar sobre questões de organização dos conjuntos habitacionais com fins sociais, bem como para fazer a aprovação dos beneficiários que foram substituídos do conjunto habitacional Morada do Sol, ficando aprovado as seguintes famílias:

LOTE Nº	CPF	NOME
01	808.753. 949-49	SÉLJO ANTONIO ROSA DA SILVA

02	003.301.013-74	VANDERLUCIA DOS REIS ALMEIDA
03	318.494.402-63	FRANCISCO DE AQUINO SILVA
04	015.409.851-56	VERIDIANE APARECIDA DE JESUS TAVARES
05	020.935.641-30	CRISTIANE DO LIVRAMENTO SILVA
06	020.646.821-04	FRANCISCA DAS CHAGAS VIEIRA DE SOUSA
07	062.879.341-31	JOSÉ RICARDO SILVA VIEIRA
08	041.210.893-32	CHISLENE PEREIRA DE SOUSA
09	009.469.301-39	MARIA ALDENY DA CONCEIÇÃO
10	604.292.599-72	MARIA LURDES DE SOUZA
11	027.339.171-29	NILCE MARIA GRISA
12	048.269.611-70	CLEIDIANA APARECIDA PEREIRA
13	281.144.422-04	MARIA MOREIRA FERREIRA
14	001.857.588-94	ALCEU DIAS DE MATTOS
15	030.403.701-03	DHONATAS FERREIRA MAGALHÃES
16	029.325.891-05	JÉSSICA BRANDÃO XAVIER
17	039.315.621-40	DÉBORA CRISTINA HELFENSTEIN DA CRUZ
18	985.378.221-91	ROSANA DA COSTA
19	875.385.041-68	NAILDE SANSIGOLO
20	877.481.931-34	CLAUDIO PEREIRA
21	069.928.411-22	DHEISSE FELICIANO DIOGO
22	062.879.071-69	LEANDRO HENRIQUE DA SILVA
23	008.829.341-63	NILZANEIDE NUNES TEIXEIRA
24	019.942.811-54	GUSTAVO JOSE TIRONI SARINHO GUERGOLETI
25	866.815.321-87	LUCILENE PEREIRA DA SILVA
26	010.098.871-73	ELAINE APARECIDA MAGALHÃES
27	762.440.751-53	MILTON JOSÉ DA SILVA
28	021.416.901-45	CRISTIANA ANTUNES DOS SANTOS
29	630.323.841-68	DIVANIR DE FATIMA MORESCO DA SILVA
30	391.377.169-72	ERALDO DOS SANTOS
31	014.029.561-50	MEIRILENE ROSA DE JESUS
32	018.876.491-74	JOSEANE LUSTOSA
33	020.588.651-54	MARIA APARECIDA DE FRANÇA
34	430.050.981-68	EDITE ANTUNES DOS SANTOS
35	176.211.942-00	JOSÉ CARLOS DA SILVA FEITOSA
36	957.360.181-87	ROSIMARA DE SOUZA
37	021.389.499-82	ANDRÉIA FATIMA DE SOUZA NEPONUCENA
38	178.661.112-00	WALDEMIRO NOLETO ROCHA
39	941.261.431-49	MARIA JOSE SANTOS DA SILVA BARBOSA
40	567.713.631-04	GALDINO JOSE DA SILVA
41	010.727.081-16	ROSE GONÇALVES DA SILVA
42	000.350.979-65	ROSELI MARTINS MACHADO
43	644.208.509-06	ODETES MARTINS MACHADO
44	949.532.951-53	ELISEU LOPES DE SOUZA
45	895.421.000-78	JOANA CATARINA FERNANDES
46	502.969.220-72	LEOPOLDO CORREA
47	871.998.603-68	FRANCISCA MARIA FELICIANO
48	522.765.111-68	CLARICE FREITAS
49	020.212.011-20	ALDRI APARECIDA DE SOUZA
50	621.933.501-59	SEMILDA RAISNER RODRIGUES

Esta Ata vai assinada por mim, Adriana Neves Braun, secretária do Conselho Municipal de Habitação e demais conselheiros presentes.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - APOSTILAMENTO Nº 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018

ÓRGÃO COMPRADOR: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94, centro - União do Sul - MT.

CONTRATADA: MÔNICA MARIANO (03454370124), Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.133.976/0001-14, estabelecida à Rua Vereador Geraldo Kedroski nº 67, bairro Jardim Bedim, Cidade de União do Sul/MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, POR PARTE DA MICROEMPREENDEDORA INDIVIDUAL ACIMA IDENTIFICADA, DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, OBSERVADAS AS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E RESPECTIVOS PREÇOS, ESTABELECIDOS NO DEMONSTRATIVO ABAIXO, VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS PELO ÓRGÃO RELACIONADO NO ANEXO II DO EDITAL DO PREGÃO Nº 023/2018.

DATA DO APOSTILAMENTO: 12 DE NOVEMBRO DE 2019.

MOTIVO: READEQUAÇÃO DA QUANTIDADE DE ITENS LICITADOS, COM BASE NO PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 023/2018, OBSERVADO O DISPOSTO NO § 1º, DO ART. 65, DA LEI 8666/93, NA FORMA DO ITEM CONSTANTE NA TABELA ABAIXO:

Ord.	Cód.	Descrição	Quantidade Inicial	Quantidade Readequação	Quantidade Atual
01	16742	SERVIÇO ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COMPREENDENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	130	32	162

RATIFICAÇÃO:Permanecem inalterados os preços e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 021/2018, que não foram objeto de alteração por este instrumento.

União do Sul – MT, 12 de Novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

MÔNICA MARIANO (03454370124)

Mônica Mariano – Microempreendedora Individual

Testemunhas:

Nome:

CPF nº:

Nome:

CPF nº:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 44/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 44/2019, com objetivo "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MOVEIS PLANEJADOS, CONFORME PROJETO BÁSICO, PARA EQUIPAR O UBS RITA BEZERRA DA SILVA DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS, TODAS AS SALAS ANEXAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, (EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE) CONFORME TERMO DE REFERENCIA.". Teve como "VENCEDOR", a empresa NACIONAL MOVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 19.165.753/0001-85, vencedor de do item no valor global de R$ 39.900,00. Vale de São Domingos – MT, 12 de Novembro de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 1116/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 622857/2019,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **JOÃO VICTOR CAMPOS GOMES RONDON,** matrícula 137487, exercendo o cargo de Médico – Perfil Ortopedista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **05 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias de Licença para Qualificação Profissional sem ônus**, conforme Artigo 102 a 104 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar no período compreendido entre **20/09/2019 a 14/03/2020,** devendo o servidor, ao término da licença ora concedida, prestar seus ofícios no órgão de lotação, no mínimo por igual período.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de novembro de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 67/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo nº 629894/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, câmaras e protetores de pneus para manutenção e conservação dos veículos e motocicletas que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. **A** realização está prevista para o dia **29** de **novembro** de **2019**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). **O** Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site:www.bllcompras.org.br / www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 12 de novembro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira** - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 204/2019

"Dispõe sobre a nomeação de forma INTERINA como Procuradora Chefe junto ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT"

O Sr. **Juarez Toledo Pizza** presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-MT Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que:

Considerando a necessidade da Instituição nomear um representante legal para acompanhamento dos processos administrativos e judiciais junto a este Instituto.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GIULIANE BENEDITA CORREA DE ALMEIDA**, Advogada, para responder forma INTERINA a chefia da PROCURADORIA deste Instituto Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande-PREVIVAG, ficando como Procuradora Chefe;

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2019.

Várzea Grande, 12 de Novembro de 2019.

JUAREZ TOLEDO PIZZA

Presidente - Previvag

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 088/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa JRM CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 11.922.125/0001-95. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentação no art. 65, I, a), §1º da Lei nº. 8.666/1993, na justificativa da Secretaria Gestora, no Termo de Contrato nº. 088/2019, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n° 624303/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

E DAS MEDIÇÕES, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Recuperação e Proteção da Nascente do Córrego Aeroporto e a Revitalização da Praça do Ginásio Poliesportivo "Fiotão", localizado na Avenida Castelo Branco, esquina com Rua Capitão Costa, bairro Centro no município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. VALOR: Fica aditado o valor de R$ 162.820,52 (Cento e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), referente ao acréscimo de 9,65% dos serviços contratados, passando o Contrato ao valor estimado global de R$ 2.066.866,16 (Dois milhões sessenta e seis mil oitocentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO: 35.02.27.812.0033. P/A: 1.586. ND: 4.4.90. 51.00.00.00. OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0100. FISCAL DE CONTRATO: O acompanhamento e a Fiscalização deste Termo, ficará a cargo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que designa para este ato, a servidora KARINA CRISTINA DE ARRUDA.

DATA DE ASSINATURA: 30.10.2019

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

JRM CONSTRUÇÕES EIRELI – ME

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO Nº. 36/2019-CMDCA/VG/MT

Dispõe sobre a Notificação dos candidatos a Conselheiros Tutelar para apresentação de Defesa Prévia a Comissão Eleitoral responsável pelo processo de escolha do Conselho Tutelar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990; na Lei Municipal nº. 4.095 de 03 de setembro de 2015.

Considerando o Processo para escolha de membros do Conselho Tutelar 2019;

Considerandoas Deliberações desta Comissão Eleitoral em sua reunião nº. 006/2019, realizada no dia 07(sete) de novembro de 2019;

Resolve:

Art.1º – Notificar para comparecerem a esta Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Rua Castelo Branco, nº 2500, Bairro Centro Sul, Várzea Grande – MT, os candidatos abaixo relacionados:

1. Edson Freire;

2. Laura Joseane de Almeida;

3. Marizete Marques da Silva.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 08 de novembro de 2019.

Katlin Oliveira Calmon

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DELIBERAÇÃO Nº 04/2.019 CONCIDADE

Dispõe sobre decisão plenária do Conselho da Cidade de Várzea Grande – MT, acerca da designação de Relator e Membros da Comissão Técnica, e dá outras providências.

O CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE - CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais, dispostas na Lei Municipal n.º 4.151/2.016; e

CONSIDERANDO a construção do Edifício Comercial Atacadista – **STOKY Comércio e Distribuidorade Materiais para Construção Ltda**., de propriedade do senhor David Willian Correa Pintor, localizado na Rodovia dos Imigrantes S/Nº, no Bairro do Distrito Gaioso, em Várzea Grande/MT.

DELIBERA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para análise do empreendimento:

I. Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG; II. Wilma Felfili – ONG Nossa Terra Nossa Gente; III. Carlos Alberto Ziliani – Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT - ACIMT; IV.Vanor Oliveira Arantes; V. Fernando da Silva Sé – Secretaria Mun. Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo; VI.Domingos Sávio Bruno da Silva – CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; e VII. Waldisney Moreno Costa – Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Parágrafo único: a Relatoria será exercida pela Conselheira Vanor Oliveira Arantes e a Presidência será exercida pelo Conselheiro Fernando da Silva Sé.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande - MT, 12 de novembro de 2.019.

EDSON ROBERTO SILVA

Presidente do Conselho

OSMAR MILAN CAPILÉ

Vice-Presidente do Conselho

THIAGO COELHO DA CUNHA

Procuradoria Geral do Município

JOSÉ ROBERTO AMARAL CASTRO PINTO

Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

WALDISNEY MORENO COSTA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

PAULO ROBERTO FERREIRA

Departamento de Água e Esgoto - DAE

JOÃO GUMERCINDO CASSIM

Conselho Central de Várzea Grande - SSVP

CARLOS ALBERTO ZILIANI

Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT – ACIMT

WILMA FELFILI

ONG – Nossa Terra Nossa Gente

RAQUEL DE OLIVEIRA CORRÊA

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

VANOR OLIVEIRA ARANTES

Associação Brasileira Engenheiros Civis – ABENC

CINTIA DA SILVA SERRANO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS

MARCOS PAULO DA COSTA SILVA

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

JOELMA DE JESUS PEREIRA

IMUNE Instituto de Mulheres Negras

SIMONE APARECIDA RIBEIRO LIMA

IMUNE Instituto de Mulheres Negras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2.019, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR EDSON ROBERTO SILVA.

DATA 08 de outubro de 2.019, às 08:00h.

LOCAL Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande-MT.

PAUTA DA REUNIÃO

1. Análise técnica dos seguintes empreendimentos: a) Construção da NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS de Justiça da Comarca de Várzea Grande – Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPE, a ser instalada na Avenida Projetada, Bairro Sesmaria Chapéu do Céu; e b) Construção do Condomínio Residencial Vertical, CHAPADA DOS PINHEIROS, com 480 unidades, de propriedade da MRV Prime Projeto MT C2 Incorporações SPE Ltda., no Bairro Mapim, Região Norte, em Várzea Grande/MT.
2. Entre outros assuntos correlatos ao Colegiado.

CONSELHEIROS PRESENTES

DO PODER EXECUTIVO

1. Edson Roberto Silva (Presidente do Conselho);

2. Thiago Coelho da Cunha (Procuradoria Geral do Município);

3. Waldisnei Moreno Costa (Secretaria Municipal de Viação e Obras);

4. José Roberto A. C. Pinto (Secretaria Mun. Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo);

5. Yasmin Hevelin Lara de Araújo Guanaes - (Departamento de Água e Esgoto – DAE);

AUSÊNCIA JUSTIFICADA

6. Helen Farias Ferreira (Secretaria Mun. Meio Ambiente e Desenvolv. Rural Sustentável);

7. Jean de Oliveira Celestino Batista – (Sec. Munic. Serviços Públicos e Mobilidade Urbana);

DO PODER LEGISLATIVO

8. Carlos Garcia de Almeida - Câmara Municipal de Várzea Grande.

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG;

2. Vanor Oliveira Arantes - Associação Brasileira de Engenheiros Civis - ABENC;

3. Carlos Alberto Ziliani – Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT - ACIMT;

4. Kleison K. Soares Santos – AFEV – Associação dos Feirantes de Várzea Grande;

5. Osmar Milan Capilé - ONG Nossa Terra Nossa Gente;

6. David Willian C. Pintor – ACIVAG;

7. Eliziário Ramos Conceição - ARCREI Associação de Rádio Comunitária do Cristo Rei;

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

8. João Gumercindo Cassim - SSVP Sociedade de São Vicente de Paulo;

9. Domingos Sávio Bruno da Silva - CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;

10. Edilson Cardoso Salles – SINTRAMVG;

11. Eden Anderson Garcia - IHGAAC Instituto Histórico Geográfico Ambiental;

12. Joelma de Jesus Pereira – IMUNE Instituto de Mulheres Negras;

13. Manoel Gomes Coelho – SECOVI;

CONVIDADO

Jaderson Diego Figueiredo – Secretaria Municipal de Saúde.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONCIDADE:

Thiago Coelho da Cunha - Procuradoria Geral do Município;

Claudia do Bom Despacho Ferraz – Secretaria Municipal de Planejamento;

Jackeline Alves de Azevedo Brandão - Secretaria Municipal de Planejamento.

ABERTURA: Aos oito dias do mês de outubro, do ano de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 08:00horas, o Presidente do Conselho da Cidade, Senhor Edson Roberto Silva, conferiu o quórum e, após lida a pauta, deu início às atividades declarando aberta a sessão. O Presidente ao agradecer a Deus e saudar a todos os presentes, passou a palavra à Secretaria Executiva do Conselho para realizar a leitura da ata da Reunião Ordinária ocorrida em 04/09/2019, sendo aprovada por unanimidade do Pleno. Partindo para análise da Ordem do dia, o Presidente passou a deliberar sobre os projetos de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV, referentes aos seguintes empreendimentos: **Construção da NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS** de Justiça da Comarca de Várzea Grande – Ministério Público do Estado de Mato Grosso – MPE, a ser instalada na Avenida Projetada, Bairro Sesmaria Chapéu do Céu; e **Construção do Condomínio Residencial Vertical CHAPADA DOS PINHEIROS**, com o total de 480 apartamentos, de propriedade da MRV Prime Projeto MT C2 Incorporações SPE Ltda., no Bairro Mapim, Região Norte, em Várzea Grande/MT. Foi dado início aos trabalhos pela análise do projeto EIV/RIV pertinente ao Condomínio Residencial Vertical **CHAPADA DOS PINHEIROS**. Após as análises dos pareceres técnicos emitidos pelas Secretarias de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo - SMDUET e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS, **foi passada a palavra ao Relator do processo, senhor Vanor Arantes. O Conselheiro informou que os membros da Comissão Técnica visitaram o local da obra e constataram a necessidade de melhorias em determinados pontos da construção. Sendo assim, relacionou os seguintes apontamentos: o empreendedor deve mensurar no texto do projeto EIV o volume de lixo produzido pela implantação do empreendimento; deve também registrar as medidas adotadas para a destinação final dos resíduos sólidos e como serão transportados (em centrais ou galpões de triagem de resíduos); apontou também que deve ser definido o local onde serão separados os resíduos de acordo com a sua composição. Continuando com as observações, argumentou a respeito da mobilidade urbana no entorno do empreendimento. Ressaltou que seja verificado quanto ao acesso dos veículos ao condomínio, pois encontra-se muito estreito para comportar as movimentações. Quanto à inclinação para trás da superfície do terreno, o Conselheiro Waldisney Moreno realizou as seguintes observações: como ficará o direcionamento das águas de chuvas e como será o processo de escoamento das águas pluviais do condomínio, considerando que os encanamentos são específicos para cada situação como galerias de águas, de esgoto, caixas de gordura, sistema de calhas, etc. Em seguida, o Conselheiro José Roberto lembrou a todos que o Alvará de Construção só é liberado**

após análise e aprovação por parte dos seguintes Setores da Prefeitura: Meio Ambiente, Obras, Serviços Públicos e de Água e Esgoto (DAE). Por sua vez, o Presidente informou que todas as desconformidades apresentadas pelos nobres conselheiros serão direcionadas aos cuidados da SMDUET, para as devidas providências. Diante dos apontamentos, o senhor Presidente submeteu o assunto à plenária e registrou que as deliberações pertinentes ao Condomínio Chapada dos Pinheiros ficarão transferidas para a próxima reunião Ordinária do Concidade. Em continuidade aos trabalhos, o Presidente passou para análise do próximo tema que trata da Construção da **NOVA SEDE DAS PROMOTORIAS** de Justiça da Comarca de Várzea Grande. Foi entregue o uso da palavra ao Conselheiro Relator, Vanor Arantes, para apresentação do relatório técnico do Conselho da Cidade. O Conselheiro informou que a Câmara Técnica realizou visita "*in loco*" e, após as verificações necessárias, foi confirmado que o Projeto EIV encontra-se de acordo com o Termo de Referência emitido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo e em cumprimento às formalidades legais, e ressaltou a todos que não há nenhum impedimento para início da construção da edificação. Lembrou, ainda, que no período de execução dos serviços da obra civil, o empreendedor deverá adotar medidas preventivas de proteção das cinco árvores de pequi (pequizeiros) existentes no local. Diante do exposto e mediante os termos do Parecer Técnico nº 02/2. 019/CONCIDADE, o Relator finalizou sua apresentação dizendo que a Câmara Técnica manifesta-se favorável à implantação do empreendimento. Após análises e discussões, os Conselheiros presentes externaram votos favoráveis à construção da nova sede das Promotoriasem Várzea Grande, ficando APROVADO o Empreendimento pela **RESOLUÇÃO Nº 02/2. 019**, cujo dispositivo aconselha que tal aprovação esteja condicionada ao cumprimento integral das recomendações dos Pareceres Técnicos emitidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 11:10 e lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada pelo Pleno do Conselho da Cidade, será assinada por todos os presentes. Várzea Grande-MT, 08 de outubro de 2019.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO (ÁREAS RELACIONADAS À POLÍTICA URBANA)		CONSELHEIROS	ASSINATURAS
1. PLANEJAMENTO	**Titular**	Edson Roberto da Silva	
	Suplente	Claudia do Bom Despacho Ferraz	
2. PROCURADORIA	**Titular**	Thiago Coelho da Cunha	
	Suplente	Edivaldo Lima de Melo	
3. OBRAS	**Titular**	**Waldisney Moreno Costa**	
	Suplente	**Maria Lucia Medeiros L. Oliveira**	
4. SERVIÇOS PUBLICOS	**Titular**	Jean de Oliveira Celestino Batista	
	Suplente	Solange Christine Arruda Fava	
5. DAE	**Titular**	**Paulo Roberto Ferreira**	
	Suplente	Yasmin Hevelin Lara de Araujo Guanaes	
6. SEMMADRS	**Titular**	**Helen Farias Ferreira**	
	Suplente	**Cintia da Silva Serrano**	
7. SMDUET	**Titular**	**José Roberto Amaral Castro Pinto**	
	Suplente	**Fernando da Silva Sé**	
8. PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE	**Titular**	**Carlos Garcia de Almeida**	
	Suplente	**Edilei Roque de Cezário**	

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ÓRGÃO/ENTIDADE	SEGMENTO		CONSELHEIRO	ASSINATURAS
1. SINTRAMVG - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Várzea Grande	Classe dos Trabalhadores	Titular	Edilson Cardoso Salles	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Desdede Gomes Fonseca	
2. SECOVI - Sindicato das Empresas Compra-Venda-Locação de Imóveis	Classe dos Trabalhadores	Titular	Manoel Gomes Coelho	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Guido Grando Junior	
3. ACIVAG - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande	Classe Empresarial	Titular	David Willian C. Pintor	
	Classe Empresarial	Suplente	João Avelino Bulhões	
4. ACIMT - Associação das Construtoras e Incorporadoras de Mato Grosso	Classe Empresarial	Titular	Carlos Alberto Ziliani	
	Classe Empresarial	Suplente	Marcleide Rocha de Souza	
5. ONG Nossa Terra Nossa Gente	ONG	Titular	Osmar Milan Capilé	
	ONG	Suplente	Wilma Felfili	
6. OAB	Profissionais Acadêmicos	Titular	Raquel de Oliveira Corrêa	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Vitor Lima de Arruda	
7. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Profissionais Acadêmicos	Titular	Domingos Sávio B. Silva	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	João Francisco Albuquerque	
8. ABENC Associ. Brasileira Engenheiros Civis	Profissionais Acadêmicos	Titular	João Nobres Neto	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Vanor Oliveira Arantes	
9. ARCREI - Associação de Rádio Comunitária do Cristo Rei	Movimento Social	Titular	Eliziário Ramos Conceição	
	Movimento Social	Suplente	Aberides Alves da Silva	
10. AFEV - Associação dos Feirantes de Várzea Grande	Movimento Social	Titular	Carlindo Bastos da Silva	
	Movimento Social	Suplente	Kleison K. Soares Santos	
11. IHGAAC - Instituto Histórico Geográfico Ambiental	Movimento Social	Titular	Eden Anderson Garcia	
	Movimento Social	Suplente	Ney Mussa de Moraes	
12. SSVP Sociedade de São Vicente de Paulo	Movimento Social	Titular	João Gumercindo Cassim	
	Movimento Social	Suplente	Agostinho Santana Santos	
13. IMUNE Instituto de Mulheres Negras	Movimento Social	Titular	Joelma de Jesus Pereira	
	Movimento Social	Suplente	Simone Aparecida Ribeiro Lima	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 1.126/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder **15** (quinze) **dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2016/2017**, a vigorar a partir de **15.11.2019 à 29.11. 2019,** ao servidor **CLAUDIO PEIXOTO DA SILVA**, matrícula n° 8433, Efetivo, exercendo o cargo de Guarda Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Defesa Social.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Novembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA 205/2019

"Substitui a Portaria n. 45/2019, a qual nomeia o Comitê de Investimentos, órgão auxiliar nos processos decisórios, com competência de analisar e sugerir políticas e estratégias de investimento do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG".

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 72, Inciso V da Lei n. 2.719/2004;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a servidora **PAULINA COSTA MARQUES MEDEIROS,** para compor o Comitê de Investimentos do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Várzea Grande – PREVIVAG nos termos do artigo 65, I, "d" e 66-A da Lei Municipal n. 2.719/2004 com redação dada pela Lei n. 3956/2013:

I- Presidente: Leonel Silvério

II- Membro: Isabel Valdevino Teixeira

III- Membro: Paulina Costa Marques Medeiros

Art. 2º - Os membros do Comitê de Investimentos são vinculados ao Município, possuem cargos efetivos com escolaridade de nível superior e sendo a maioria certificados por entidade autônoma reconhecida pelo CMN;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas s disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 11 de novembro de 2019.

***Juarez Toledo Pizza* Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 1.127/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Novembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
26883	LEANDRO LUIZ DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	18.11.19 a 02.12.19 (15 dias)
27191	LENIR DE SOUZA BRITO	Efetivo	**2017/2018**	30.10.19 a 28.11.19 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Novembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO CONVÊNIO N. 02/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa ECONOMY BRASIL PROTEÇÃO FAMILIAR EIRELI, inscrita no CNPJ n. 23.109.438/0001-08. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado na Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, aplicando aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 621093/2019. OBJETO: objeto a operacionalização para disponibilização aos servidores municipais do Convenente ao Programa de benefícios ofertados pela Conveniada para assistência médico-hospitalar, ambulatorial, exames complementares, serviços auxiliares, odontológicos, seguro funeral. VIGÊNCIA: O presente vigência deste termo será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do futuro Termo de Acordo ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato, o servidor Marcos Rodrigues da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 662.136-8 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 473.949.191-53, matrícula nº 31375.

DATA DE ASSINATURA: 16.10.2019.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração

ECONOMY BRASIL PROTEÇÃO FAMILIAR EIRELI

Conveniada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2019.

Processada: Juliane Fátima de Souza Pinto

Fatos Investigados: Abandono de Cargo

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, na data de 14 de maio de 2019, página 231/232, tendo em vista o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande) **CITA**, pelo presente edital, a servidora J**ULIANE FÁTIMA DE SOUZA PINTO** para que tome ciência da acusação que lhe é imputada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação deste, comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sito à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal Couto Magalhães, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, Fone 8443-7150, de segunda a sexta-feira, das 12:00 horas às 18:00 horas, a fim de apresentar **DEFESA ESCRITA, no prazo de 15 (quinze) dias**, no processo disciplinar que responde, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

Várzea Grande, 07 de novembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão de Sindicância

Matrícula nº 31375

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 1.123/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2017/2018, a vigorar a partir de **11.11.2019 a 20.11.2019,** a servidora **MARIANA CRISTINA DE BARROS COSTA MARQUES**, matrícula n° 116941, exercendo o cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 06, lotada na Secretaria Municipal de Governo.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Novembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 52/2019.

Processo n. 610913/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de material gráfico, publicidade e correlatos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. O certame foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **07/11/2019**, sagrando vencedora as empresas: **PONTES COMERCIO E LOCAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ 33.031.535/0001-89, vencedora dos itens **01,24,42,47,54,83,87,102,117,118,121,135,150,153,159,203,204,205,206,210,213,229,231,232,233,234,236,246,262,264,268,269,272,273,275e286** com o valor total de **R$ 189.950,40** (Cento e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta reais e quarenta centavos); **OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ 04858637/000174, vencedora dos itens **02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,29,31,33,35,50,51,53,61,62,66,73,74,78,79,81,82,84,90,93,94,97,98101,103,104,105,112,143,144,146,147,148,149,152,156,171,172,173,176,177,180,185,187,214,215,220,221,222,224,227,228,250,251,252,253,254,261,281,282,283e284** com o valor total de **R$ 355.696,88** (Trezentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos); **FABRI GRAFICA E CONFECÇÕES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 23.736.487/0001-70, vencedora dos itens **13,14,15,16,17,107,109,110,113,114,122,123,124,125,126,127,128,129,130,133,134,139,142,160,161,162,164,165,166,167,167,169,170,174,181,183,188,189,190,191,192,194,196,199,242,243,244,247,248,255,257,259e260** com o valor total de **R$ 259.054,20** (Duzentos e cinquenta e nove mil cinquenta e quatro reais e vinte centavos); **VTPRINT OUTDOOR E GRAFICA EIRELI**, inscrita no CNPJ 04.135.560/0001-04, vencedora dos itens **18,27,34,49,56,57,59,67,69,70,77,85,86,88,89,96,108,119,120,137,141,157,157,175,178,179,195,200,218,219,226,249e288** com o valor total de **R$60.375,30(Sessenta mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos); C. P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRAFICA - ME**, inscrita no CNPJ 12.299.606/0001-59, vencedora dos itens **19,20,21,22,25,26,28,30,32,36,37,39,41,44,46,52,55,58,60,64,65,71,193,197,201,202,207,208,263,278,279,280,290,291e292** com o valor total de **R$ 56.706,75** (Cinquenta e seis mil setecentos e seis reais e setenta e cinco centavos); **PROMO GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL,** inscrita no CNPJ 14.034.336/0001-80, vencedora dos itens **23,45,68e211** com o valor total de **R$ 22.064,80** (Vinte e dois mil sessenta e quatro reais e oitenta centavos); **L. BARBOSA DE OLIVEIRA GRAFICA ME,** inscrita no CNPJ 21.271.565/0001-83, vencedora dos itens **38,40,43,72,75,76,95,99,116,136,209,212,216,217,223,237,239,240,265,266,267,271,276,277,285e287** com o valor total de **R$ 345.348,40** (Trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos); **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ 13.278.238/0001-25, vencedora dos itens **48,63,80,91,92,100,106,111,115,131,132,138,140,145,151,154,155,163,182,184,186,198,225,230,235,138,241,245,256,258,274e289** com o valor total de **R$ 361.287,10** (Trezentos e sessenta e um mil duzentos e oitenta e sete reais e dez centavos); **IDPROMO COMERCIAL EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ 17.791.755/0001-54, vencedora do item **270** com o valor total de **R$ 32.000,00** (Trinta e dois mil reais);O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 12, de novembro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira -** Secretario Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 1.124/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente aos meses de Outubro/Novembro**/2019,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
34336	MARINEIA FATIMA DE QUEIROZ	Efetivo	**2013/2014**	25.11.19 a 09.12.19 (15 dias)
36657	NELSON MENDES MARTINS	Efetivo	**2012/2013**	01.10.19 a 30.10.19 (30 dias)
36657	NELSON MENDES MARTINS	Efetivo	**2013/2014**	01.11.19 a 30.11.19 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de Novembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº. 1122 /2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer da **COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**,

RESOLVE

READAPTAR em Caráter Permanente, os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as), conforme órgão de Lotação de acordo com **Decreto nº. 28/2010,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios de 18/05/2010, que regulamenta **o Artigo 30 da Lei nº. 1.164/1991**, de 20 de novembro de 1991 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande),

ANA MARIA DE ARRUDA ALMEIDA, Processo Nº. 603164/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. **2976**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **02.04.2019**. **ANGELA MARIA DA COSTA,** Processo Nº. 013048/10, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. **3641**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24.02.2013**. **ANTONIA MONARI DE LIMA,** Processo Nº. 238567/14, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. **3925**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Edu-

cação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **05.10.2016**. **BERNARDINA MARTA DA SILVA,** Processo Nº. 634864/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. **82343**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24.10.2019**. **CATARINA LINDINALVA DE SOUZA AMARAL,** Processo Nº. 603447/19, Professora, Matrícula Nº. **7205**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.01.2018**. **CELI CAMARGO DA SILVA NERY,** Processo Nº. 634872/19, Professora, Matrícula Nº. 7334, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **14.08.2019**. **CINDA MARA LOUZADA DE ASSIS,** Processo Nº. 603307/19, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Matrícula Nº. 7839, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.02.2019**. **EDIL LINA DA SILVA LONDON,** Processo Nº. 589176/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 11627, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.05.2017**. **EVA AUXILIADORA DA SILVA,** Processo Nº 371370/16, Auxiliar de Serviços Gerais, Matricula Nº 15484, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente, a partir de **12.04.2017. FATIMA CONCEIÇÃO DE CERQUEIRA,** Processo Nº. 68468/11, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 16208, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.08.2013**. **GONÇALINA LEMES DA CUNHA LIMA,** Processo Nº. 634842/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 18397, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **17.10.2017**. **HIRENILCE PATRICIO DE ANDRADE PEREIRA,** Processo Nº. 602424/19, Merendeira, Matrícula Nº. 82175, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **15.07.2019**. **JOVITA ANACLETO DE PAULA LENKE,** Processo Nº. 634863/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 84387, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **10.09.2019**. **JULIA HELENA MACIEL,** Processo Nº. 603766/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 25334, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.03.2019**. **KELMA KAROLINE VIEIRA LIMA,** Processo Nº. 575771/19, TDI – Técnico de Desenvolvimento Infantil, Matrícula Nº. 82218, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **23.10.2018**. **LENIL JOANA LOPES,** Processo Nº. 607060/19, Professor (a), Matrículas Nº. 27130 e Nº 86682, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **14.05.2019**. **LUSINIL YOLANDA NUNES DA SILVA ,** Processo Nº. 238621/14, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 29789, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **20.08.2019**. **MARIA JOSE DE ALENCAR MIRANDA,** Processo Nº. 634835/19, Professor (a), Matrículas Nº. **84091**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.10.2019**. **MARIA NATALINA DE FREITAS,** Processo Nº. 606582/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 33391, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **02.07.2019**. **MARILEIDE TRINDADE DE FONSECA,** Processo Nº. 634874/19, Professora, Matrícula Nº. 33942, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **03.10.2019**. **MARILENE DO ESPIRITO SANTO,** Processo Nº. 634856/19, Professora , Matrículas Nº. 34001 e Nº 34002, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.07.2019**. **MARILENE PATRICIO DE MATOS,** Processo Nº. 634871/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 34028, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **14.08.2019. MARIZE GUIA DA SILVA CAMPOS**, Processo Nº. 371369/16, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 34236, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **22.03.2017**. **NEIDE PAULO DE SOUZA MORAES,** Processo Nº. 603757/19, Professora, Matrícula Nº. 82007, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **19.03.2019**. **ROBERTO OLIVEIRA SOUZA,** Processo Nº. 634862/19, Professor, Matrícula Nº. 40168, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.08.2019**. **ROSANGELA APARECIDA PEREIRA,** Processo Nº. 634858/19, Professora, Matrícula Nº. 41003, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.08.2019**. **ROSICLE RODRIGUES BENEVIDES,** Processo Nº. 606565/19, Professora, Matrícula Nº. 41451, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **04.06.2019**. **SANDRA ADRIANI DE LIMA,** Processo Nº. 634825/19, Professora, Matrícula Nº. 42288, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **21.08.2019**. **SANDRA OLIVEIRA SANTOS,** Processo Nº. 634869/19, Merendeira, Matrícula Nº. 42460, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **14.08.2019**. **SELMA SILVA MORAES,** Processo Nº. 603749/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 42991, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **04.09.2019**. **TANIA APARECIDA CRISPIM DOS SANTOS,** Processo Nº. 634832/19, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 44570, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.11.2019**.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande - MT, 12 Novembro de 2019.

Pablo Gustavo Moraes Pereira Marcos Rodrigues da Silva

Secretária Municipal de Administração Superintendente de Gestão de Pessoas

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 08/2019

Processo n.599754/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção de escola com 10 (dez) salas de aula, constituída de uma área de aproximadamente 2.137,25m², com capacidade para atender até 300 alunos em dois turnos (matutino e vespertino),denominada Escola Municipal de Educação Básica Alino Ferreira Magalhães, Localizada na Av. Verdão, esq. com Rua B, Bairro Alto da Boa Vista – Cristo Rei, no município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. Após analise a CPL também **ACATA** o parecer da Equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista que são os responsáveis pelo Projeto Básico e detentores do conhecimento técnico da área, e **DECLARA: HABILITADAS** as empresas: **CTO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP** CNPJ: 30.177.399/0001-29, **EDIFICADORA CATARINENSE DE OBRAS LTDA - EPP** CNPJ: 02.534.169/0001-57, **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – EPP** CNPJ: 18046.443/0001-89, **BC CONSTRUTORA BR CENTRAL EIRELI – EPP** CNPJ: 00.817.101/0001-50, **GM ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP** CNPJ: 01.000.050/0001-31, **ENGEDIX SOLUÇOES DE ENGENHARIA EIRELI** CNPJ: 81.546.988/0001-90, **TL ENGENHARIA EIRELI - EPP** CNPJ: 06.122.117/0001-24, **R M ENGENHARIA EIRELI - ME** CNPJ: 30.195.839/0001-93 e **WN CONSTRUCOES LTDA - EPP** CNPJ: 19.699.306/0001-06. **INABILITADAS** as licitantes **ESTEIO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP** CNPJ: 00.6407.752/0001-71 e **EXPECTA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** CNPJ: 19.985.034/0001-00 por desatendimentos ao Instrumento Convocatório. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com o Item 11 do Edital e Art. 109 da Lei 8.666/93. A ata da presente sessão está disponível no site: **www.varzeagrande.mt.gov.br.** Várzea Grande, 12 de novembro de 2019. **Aline Arantes Correa -** Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 68/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo nº 628941/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços de Buffet, fornecimento de lanches e refrigerantes e de eventos em geral, compreendendo, logística, planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de materiais para atender as necessidades da prefeitura municipal de Várzea Grande/MT. **A** realização está prevista para o **dia 02 de dezembro de 2019, às 10h00min (horário Brasília - DF)**. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site:www.bllcompras.org.br / www.varzeagrande.mt.gov.br; Várzea Grande-MT, 12 de novembro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira** - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RESOLUÇÃO Nº 03/2.019 CONCIDADE

Dispõe sobre a recomendação do Conselho da Cidade pela aprovação do Condomínio Residencial Vertical **CHAPADA DOS PINHEIROS**, e dá outras providências.

O CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE - CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Municipal n.º 4.151/2.016; e

CONSIDERANDO o parecer técnico apresentado pelos Senhores Conselheiros Raquel de Oliveira Corrêa – OABVG; Wilma Felfili – ONG Nossa Terra Nossa Gente; Carlos Alberto Ziliani – Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT - ACIMT; Vanor Oliveira Arantes - ABENC; Fernando da Silva Sé – Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano Econômico e Turismo; Domingos Sávio Bruno da Silva – CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia A Relatoria e a Presidência da Comissão serão exercidas pelos Conselheiros Wilma Felfili e Vanor Oliveira Arantes, respectivamente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica recomendado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo – SMDUET, que **APROVE** a construção do Condomínio Residencial Vertical CHAPADA DOS PINHEIROS, de propriedade da MRV PRIME Incorporações Ltda., constituído por 480 unidades habitacionais, com localização na Rua do DNER, Região Norte do Bairro Mapim, em Várzea Grande/MT. A obra atende aos termos dos instrumentos de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança EIV/RIV apresentados, bem como, às recomendações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo - SMDUET e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS.

Parágrafo único: A recomendação pela aprovação fica condicionada ao cumprimento integral das observações contidas nos pareceres técnicos da SMDUET e SEMMADRS, além das recomendações do Parecer Técnico da CONCIDADE.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande - MT, 12 de novembro de 2.019.

EDSON ROBERTO SILVA

Presidente do Conselho

OSMAR MILAN CAPILÉ

Vice-Presidente do Conselho

THIAGO COELHO DA CUNHA

Procuradoria Geral do Município

JOSÉ ROBERTO AMARAL CASTRO PINTO

Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

WALDISNEY MORENO COSTA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

PAULO ROBERTO FERREIRA

Departamento de Água e Esgoto - DAE

DAVID WILLIAN C. PINTOR

Associação Comercial e Empresarial – ACIVAG

CARLOS ALBERTO ZILIANI

Associação das Construtoras e Incorporadoras de MT – ACIMT

WILMA FELFILI

ONG – Nossa Terra Nossa Gente

RAQUEL DE OLIVEIRA CORRÊA

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

VANOR OLIVEIRA ARANTES

Associação Brasileira Engenheiros Civis – ABENC

CINTIA DA SILVA SERRANO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS

MARCOS PAULO DA COSTA SILVA

Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

JOELMA DE JESUS PEREIRA

IMUNE Instituto de Mulheres Negras

SIMONE APARECIDA RIBEIRO LIMA

IMUNE Instituto de Mulheres Negras

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 377/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ALENIR CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo efetivo de zeladora**,** lotada na Secretaria Municipal de "Educação", portadora do **RG: 169.3552-7 SSP/MT e CPF: 013.360. 311-31, Licença-Prêmio,** por um período de 03 (três) meses, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **16/05/2010 a 15/05/2015.** Ficando o período de gozo da seguinte forma:

01/11/2019 a 30/11/2019;

01/06/2020 a 30/06/2020;

01/11/2020 a 30/11/2020.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 146/2018

TOMADA DE PREÇOS N. 007/2018, **PROCESSO N. 176/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original, bem como prorrogar o prazo de execução da 1ª e 2ª etapa da construção do terminal rodoviário **no município de Vila Bela da Ss. Trindade**, ocorrendo às respectivas despesas à conta do **Contrato de Repasses n. 856964 e 846982/2017, ambos do Ministério do Turismo/Caixa**, com base na Cláusula quarta, com **inicio em 13 de novembro de 2019 a 13 de maio de 2020**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de novembro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: n. 00.948.380/0001-90

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 091/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 091/2019**, tendo por objeto o registro de preços para futura e/ou eventual aquisição de mobiliários escolares constituídos de conjunto aluno (CJA-04 e CJA-05B) e conjunto professor (CJP-01) para atender as escolas e creches municipal, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **MILAN MOVEIS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA,** com proposta no valor global de **R$ 262.873,00** (duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e setenta e três reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de novembro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 091/2019

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 091/2019**, tendo por objeto o **registro de preços para futura e/ou eventual aquisição de mobiliários escolares constituídos de conjunto aluno (CJA-04 e CJA-05B) e conjunto professor (CJP-01) para atender as escolas e creches municipal**, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação a empresa: **MILAN MOVEIS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA,** com proposta no valor global de **R$ 262.873,00** (duzentos e sessenta e dois mil oitocentos e setenta e três reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de novembro de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 070/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 091-2019

PROCESSO: 169/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUÍDOS DE CONJUNTO ALUNO (CJA-04 E CJA-05B) E CONJUNTO PROFESSOR

(CJP-01) PARA ATENDER AS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADOS:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR TOTAL
MILAN MOVEIS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	00.300.400/0001-12	R$ 262.873,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de novembro de 2019.

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2019

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 101/2019, Publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso.

ENCLUIR:

No Item: 2. – Das Condições para Participação:

Letra:

i) ***O veículo deverá ser entregue devidamente emplacado em nome do Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT e sem restrições.***

Ficando os demais itens alterados conforme sua sequência.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de novembro de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**741.227,55**	**16,66**	**3.594.434,11**	**80,80**	**854.135,89**
RECEITAS CORRENTES	**4.448.570,00**	**4.448.570,00**	**741.227,55**	**16,66**	**3.594.434,11**	**80,80**	**854.135,89**
CONTRIBUIÇÕES	1.679.930,00	1.679.930,00	319.458,50	19,02	1.234.001,09	73,46	445.928,91
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.679.930,00	1.679.930,00	319.458,50	19,02	1.234.001,09	73,46	445.928,91
RECEITA PATRIMONIAL	2.678.000,00	2.678.000,00	412.094,35	15,39	2.322.533,20	86,73	355.466,80
VALORES MOBILIÁRIOS	2.678.000,00	2.678.000,00	412.094,35	15,39	2.322.533,20	86,73	355.466,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.640,00	90.640,00	9.674,70	10,67	37.899,82	41,81	52.740,18
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	83.430,00	83.430,00	6.764,90	8,11	18.280,82	21,91	65.149,18
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	7.210,00	7.210,00	2.909,80	40,36	19.619,00	272,11	-12.409,00
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**592.535,67**	**26,15**	**2.265.313,23**	**99,97**	**686,77**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.333.763,22**	**19,86**	**5.859.747,34**	**87,27**	**854.822,66**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**1.333.763,22**	**19,86**	**5.859.747,34**	**87,27**	**854.822,66**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	6.714.570,00	6.714.570,00	1.333.763,22	19,86	5.859.747,34	87,27	854.822,66
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**3.468.070,00**	**5.096.070,00**	**839.886,12**	**3.101.864,03**	**1.994.205,97**	**782.034,94**	**2.989.320,30**	**2.106.749,70**	**2.665.723,67**
DESPESAS CORRENTES	**3.459.830,00**	**5.087.830,00**	**839.486,13**	**3.101.186,04**	**1.986.643,96**	**781.634,95**	**2.988.642,31**	**2.099.187,69**	**2.665.045,68**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.123.900,00	4.751.900,00	750.366,35	2.893.848,61	1.858.051,39	750.366,35	2.893.848,61	1.858.051,39	2.570.251,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	335.930,00	335.930,00	89.119,78	207.337,43	128.592,57	31.268,60	94.793,70	241.136,30	94.793,70
DESPESAS DE CAPITAL	**8.240,00**	**8.240,00**	**399,99**	**677,99**	**7.562,01**	**399,99**	**677,99**	**7.562,01**	**677,99**
INVESTIMENTOS	8.240,00	8.240,00	399,99	677,99	7.562,01	399,99	677,99	7.562,01	677,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**2.000,00**	**9.000,00**	**1.733,66**	**5.829,42**	**3.170,58**	**1.733,66**	**5.829,42**	**3.170,58**	**5.829,42**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**3.470.070,00**	**5.105.070,00**	**841.619,78**	**3.107.693,45**	**1.997.376,55**	**783.768,60**	**2.995.149,72**	**2.109.920,28**	**2.671.553,09**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**3.470.070,00**	**5.105.070,00**	**841.619,78**	**3.107.693,45**	**1.997.376,55**	**783.768,60**	**2.995.149,72**	**2.109.920,28**	**2.671.553,09**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.752.053,89	—	—	2.864.597,62	—	3.188.194,25
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.470.070,00	5.105.070,00	841.619,78	5.859.747,34	—	783.768,60	5.859.747,34	—	5.859.747,34
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**592.535,67**	**26,15**	**2.265.313,23**	**99,97**	**686,77**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**592.535,67**	**26,15**	**2.265.313,23**	**99,97**	**686,77**
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.266.000,00	2.266.000,00	592.535,67	26,15	2.265.313,23	99,97	686,77

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	**2.266.000,00**	**2.266.000,00**	**592.535,67**	**26,15**	**2.265.313,23**	**99,97**	**686,77**
Contribuições Sociais	2.266.000,00	2.266.000,00	592.535,67	26,15	2.265.313,23	99,97	686,77

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS FAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	**2.000,00**	**9.000,00**	**1.733,66**	**5.829,42**	**3.170,58**	**1.733,66**	**5.829,42**	**3.170,58**	**5.829,42**
DESPESAS CORRENTES	2.000,00	9.000,00	1.733,66	5.829,42	3.170,58	1.733,66	5.829,42	3.170,58	5.829,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.000,00	9.000,00	1.733,66	5.829,42	3.170,58	1.733,66	5.829,42	3.170,58	5.829,42
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 5.853.917,92

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	4.448.570,00	3.594.434,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	1.679.930,00	1.234.001,09
Receita Patrimonial	2.678.000,00	2.322.533,20
Aplicações Financeiras(II)	2.678.000,00	2.322.533,20
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	37.899,82
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	90.640,00	37.899,82
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	1.770.570,00	1.271.900,91
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	**1.770.570,00**	**1.271.900,91**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	5.087.830,00	3.101.186,04	2.988.642,31	2.665.045,68	5.797,03	22.202,57	22.202,57
Pessoal e Encargos Sociais	4.751.900,00	2.893.848,61	2.893.848,61	2.570.251,98	5.797,03	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	335.930,00	207.337,43	94.793,70	94.793,70	0,00	22.202,57	22.202,57
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	335.930,00	207.337,43	94.793,70	94.793,70	0,00	22.202,57	22.202,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	5.087.830,00	3.101.186,04	2.988.642,31	2.665.045,68	5.797,03	22.202,57	22.202,57
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
Investimentos	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.240,00	677,99	677,99	677,99	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.609.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	**6.705.570,00**	**3.101.864,03**	**2.989.320,30**	**2.665.723,67**	**5.797,03**	**22.202,57**	**22.202,57**

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	**-1.421.822,36**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2019
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	2.322.533,20
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**900.710,84**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	**0,00**	

Continua 3/4

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 4/4

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	**-2.322.533,20**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

IMPREV
RREO - ANEXO IX (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.240,00	677,99	7.562,01
__ Investimentos	8.240,00	677,99	7.562,01
__ Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
__ Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**8.240,00**	**677,99**	**7.562,01**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**8.240,00**	**677,99**	**7.562,01**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.712.570,00	6.705.570,00	839.886,12	3.101.864,03	99,81	3.603.705,97	782.034,94	2.989.320,30	99,81	3.716.249,70
Previdência Social	6.712.570,00	6.705.570,00	839.886,12	3.101.864,03	99,81	3.603.705,97	782.034,94	2.989.320,30	99,81	3.716.249,70
Previdência do Regime Estatutário	6.712.570,00	6.705.570,00	839.886,12	3.101.864,03	99,81	3.603.705,97	782.034,94	2.989.320,30	99,81	3.716.249,70
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.000,00	9.000,00	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58
Previdência Social	2.000,00	9.000,00	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58
Previdência do Regime Estatutário	2.000,00	9.000,00	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58	1.733,66	5.829,42	0,19	3.170,58
TOTAL **(III) = (I + II)**	6.714.570,00	6.714.570,00	841.619,78	3.107.693,45	100,00	3.606.876,55	783.768,60	2.995.149,72	100,00	3.719.420,28

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

IMPREV
RREO - ANEXO III (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019
Entidade: INSTITUTO MUNICIFAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**158.298,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**147.440,31**	**158.744,82**	**163.385,63**	**157.927,76**	**157.850,17**	**157.419,02**	**162.251,47**	**166.881,73**	**1.925.597,66**	**1.770.570,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	153.764,68	155.778,25	153.337,87	172.537,02	142.816,04	154.105,03	158.708,43	153.215,05	153.086,15	152.611,89	157.422,35	162.036,15	1.869.418,91	1.679.930,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.533,42	4.544,89	4.582,17	4.618,45	4.624,27	4.639,79	4.677,20	4.712,71	4.764,02	4.807,13	4.829,12	4.845,58	56.178,75	90.640,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**158.298,10**	**160.323,14**	**157.920,04**	**177.155,47**	**147.440,31**	**158.744,82**	**163.385,63**	**157.927,76**	**157.850,17**	**157.419,02**	**162.251,47**	**166.881,73**	**1.925.597,66**	**1.770.570,00**

FONTE:

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 017/2019

PROCESSO 050/2019

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, mediante a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 012/2015 de 13/01/2015, tendo em vista o a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e autorizada pelo Sr. Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve retificação da ATA RP 025/2019 com a empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTO HOSPITALARES LTDA** alterando as informações que segue;

ONDE-SE LÊ:

LOTE	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	QTDE	UND	UNIT. R$	TOTAL R$
35.	**Lanceta automática em conformidade com a NR32 - em plástico com ponta em inox, com ponta trifacetada e revestimento siliconizado da lamina, diâmetro e 0,4 mm, 28G, estéril, descartável, para perfuração de dedo.**	MEDLEVENSOHN	28.000.000	UND	R$ 0,23	R$ 6.440.000,00
TOTAL						**R$** 6.440.000,00

LEIA- SE:

LOTE	DESCRIÇÃO	FABRICANTE	QTDE	UND	UNIT. R$	TOTAL R$
35.	**Lanceta automática em conformidade com a NR32 - em plástico com ponta em inox, com ponta trifacetada e revestimento siliconizado da lamina, diâmetro e 0,4 mm, 28G, estéril, descartável, para perfuração de dedo.**	MEDLEVENSOHN	144.000,00	UND	R$ 0,23	R$ 33.120,00
TOTAL						**R$** 33.120,00

ONDE-SE LÊ:

VALOR TOTAL R$ 6.440.000,00 (SEIS MILHÕES QUATROCENTOS E QUARENTA MIL REAIS).

LEIA- SE:

VALOR TOTAL R$ 33.120,00 (TRINTA E TRÊS MIL CENTO E VINTE REAIS)

Permanecem inalteradas as demais condições da ATA.

Vila Rica / MT, 12 de Novembro de 2019.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Port. nº 012/2015

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	6.714.570,00	6.714.570,00	2.372.523,96	2.648.743,27
Receita de Contribuições dos Segurados	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Civil	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	11.330,00	11.330,00	5.158,38	13.068,93
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Civil	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Ativo	3.934.600,00	3.934.600,00	6.932,56	1.203.472,11
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.678.000,00	2.678.000,00	2.322.533,20	1.395.154,46
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.678.000,00	2.678.000,00	2.322.533,20	1.395.154,46
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	37.899,82	37.047,77
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	37.899,82	37.047,77
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	**6.714.570,00**	**6.714.570,00**	**2.372.523,96**	**2.648.743,27**

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	895.070,00	960.070,00	316.294,45	1.903.353,70	203.750,72	1.804.589,24
Despesas Correntes	886.830,00	951.830,00	315.616,46	1.903.070,81	203.072,73	1.804.306,35
Despesas de Capital	8.240,00	8.240,00	677,99	282,89	677,99	282,89
PREVIDÊNCIA (VI)	2.575.000,00	4.145.000,00	2.791.399,00	477.259,91	2.791.399,00	477.259,91
Benefícios - Civil	2.575.000,00	4.145.000,00	613.976,31	477.259,91	613.976,31	477.259,91
Aposentadorias	2.000.000,00	3.570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	575.000,00	575.000,00	269.211,04	201.363,58	269.211,04	201.363,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	344.765,27	275.896,33	344.765,27	275.896,33
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	2.177.422,69	0,00	2.177.422,69	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	2.177.422,69	0,00	2.177.422,69	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	**3.470.070,00**	**5.105.070,00**	**3.107.693,45**	**2.380.613,61**	**2.995.149,72**	**2.281.849,15**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	**3.244.500,00**	**1.609.500,00**	**(735.169,49)**	**268.129,66**	**(622.625,76)**	**366.894,12**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	1.609.500,00

APORTES DE RECURSOS FARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	264.672,11
Investimentos e Aplicações	33.306.181,53	28.557.853,41

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Consolidação Administração Indireta

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Outubro
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	6.714.570,00	6.714.570,00	8.170.319,35	1.455.749,35
_ Contribuições	1.679.930,00	1.679.930,00	1.577.088,32	-102.841,68
__ Contribuições Sociais	1.679.930,00	1.679.930,00	1.577.088,32	-102.841,68
_ Receita Patrimonial	2.678.000,00	2.678.000,00	3.692.873,56	1.014.873,56
__ Valores Mobiliários	2.678.000,00	2.678.000,00	3.692.873,56	1.014.873,56
_ Outras Receitas Correntes	90.640,00	90.640,00	37.899,82	-52.740,18
__ Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	83.430,00	83.430,00	18.280,82	-65.149,18
__ Demais Receitas Correntes	7.210,00	7.210,00	19.619,00	12.409,00
_ Contribuições	2.266.000,00	2.266.000,00	2.862.457,65	596.457,65
__ Contribuições Sociais	2.266.000,00	2.266.000,00	2.862.457,65	596.457,65
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	6.714.570,00	6.714.570,00	8.170.319,35	1.455.749,35
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	6.714.570,00	6.714.570,00	8.170.319,35	1.455.749,35
DEFICIT (IV)	-	-	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	6.714.570,00	6.714.570,00	8.170.319,35	1.455.749,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS FARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	3.461.830,00	5.096.830,00	3.906.634,78	3.819.248,26	3.818.007,50	1.190.195,22
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.125.900,00	4.807.900,00	3.696.811,54	3.696.811,54	3.695.570,78	1.111.088,46
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTE	335.930,00	288.930,00	209.823,24	122.436,72	122.436,72	79.106,76
DESPESAS DE CAPITAL	8.240,00	8.240,00	1.406,39	1.406,39	1.406,39	6.833,61
_ INVESTIMENTOS	8.240,00	8.240,00	1.406,39	1.406,39	1.406,39	6.833,61
RESERVA DE CONTINGENCIA	3.244.500,00	1.609.500,00	0,00	0,00	0,00	1.609.500,00
_ RESERVA DE CONTINGENCIA	3.244.500,00	1.609.500,00	0,00	0,00	0,00	1.609.500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	6.714.570,00	6.714.570,00	3.908.041,17	3.820.654,65	3.819.413,89	2.806.528,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
__ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
__ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
__ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
__ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	6.714.570,00	6.714.570,00	3.908.041,17	3.820.654,65	3.819.413,89	2.806.528,83
SUPERÁVIT (IX)	-	-	4.262.278,18	-	-	-4.262.278,18
TOTAL (X) = (VIII + IX)	6.714.570,00	6.714.570,00	8.170.319,35	3.820.654,65	3.819.413,89	-1.455.749,35

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	22.202,57	22.202,57	22.202,57	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.797,03	5.797,03	0,00	0,00

VILA RICA, 12/11/2019

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

EXERCÍCIO:2019
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Outubro
DATA DE EMISSÃO:12/11/2019
PAGINA:1

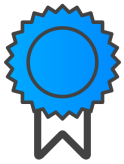
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**8.170.319,35**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**3.908.041,17**
Ordinária	8.170.319,35	Ordinária	3.908.041,17
Vinculada	0,00	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Interferências Financeiras Concedidas (IX)**	**9.269,21**
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**548.776,33**	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO P	9.269,21
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	87.386,52	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**480.866,62**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.240,76	RP NAO PROCESSADOS FAGOS	22.202,57
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	460.149,05	RP PROCESSADOS FAGOS	5.797,03
Saldo do Exercício Anterior (V)	**30.489.770,84**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	452.867,02
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.244.150,25	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**34.810.689,52**
BANCO C/ MOVIMENTO	87.703,62	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	32.724.414,01
POUPANÇA	157.916,97	BANCO C/ MOVIMENTO	1.920.282,64
		POUPANÇA	165.992,87
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	39.208.866,52	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	39.208.866,52

VILA RICA, 12/11/2019

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Nov 12 22:32:16 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)